



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ALEXANDRE TREVIZAN BORGES

ÍNDICES SUSTENTÁVEIS:
UM ESTUDO COMPARATIVO SOB A LUZ DE
FUNDAMENTOS QUE ORIENTAM O ALCANCE DA
SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Londrina
2019

ALEXANDRE TREVIZAN BORGES

ÍNDICES SUSTENTÁVEIS:
UM ESTUDO COMPARATIVO SOB A LUZ DE
FUNDAMENTOS QUE ORIENTAM O ALCANCE DA
SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Munck.

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

AL382 Borges, Alexandre Trevizan.
Índices Sustentáveis : Um Estudo Comparativo sob a Luz de Fundamentos que Orientam o Alcance da Sustentabilidade Organizacional / Alexandre Trevizan Borges. - Londrina, 2019.
165 f.

Orientador: Luciano Munck.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Sustentabilidade - Tese. 2. Sustentabilidade Organizacional - Tese. 3. Desenvolvimento Sustentável - Tese. 4. Índices Sustentáveis - Tese. I. Munck, Luciano. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

ALEXANDRE TREVIZAN BORGES

ÍNDICES SUSTENTÁVEIS:
UM ESTUDO COMPARATIVO SOB A LUZ DE FUNDAMENTOS
QUE ORIENTAM O ALCANCE DA SUSTENTABILIDADE
ORGANIZACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Luciano Munck
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Thaís Accioly Baccaro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Simone Ruchdi Barakat
Universidade Anhembi Morumbi - UAM

Londrina, 24 de setembro de 2019.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por me conceber o dom da vida e permitir seguir meu caminho neste mundo.

Aos meus pais Aparecido e Fátima por sempre, desde pequeno, acreditarem no meu potencial e por toda educação e orientação que precisei para me tornar quem sou.

À minha esposa Neimy, por toda paciência e apoio prestado para que eu tivesse as condições necessárias para finalizar esta etapa da minha vida.

Às minhas filhas Isabela e Alice, que são a maior fonte de motivação para seguir fiel para com as minhas convicções, são elas que proporcionam a motivação necessária para não desistir.

Ao meu irmão e cunhada, Maurício e Juliana, por todo apoio e conselhos nesta etapa.

Ao meu orientador Luciano Munck, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade e generosidade por compartilhar seu conhecimento.

A todos professores do PPGA – UEL, em especial aos professores Rafael Borim, Benilson Borinelli, Adriana Rampazo, Thaís Baccaro, Luís Miguel Luzio que proporcionaram a reflexão acerca das ciências sociais aplicadas.

Aos colegas que estiveram nesta árdua, mas feliz, caminhada: Ana, Barbara, Joice, Sebastian, Juliano, Bia, Jacques, Ednar, Zé Claudio, Pablo, Isabeli, valeu por todas as discussões e pela amizade.

Em especial a meus irmãos de orientação e vida: Bruno e Maria Fernanda, com vocês a caminhada foi mais suave, agradeço imensamente.

E por fim gostaria de agradecer também a todos amigos que, de alguma forma contribuíram para o cumprimento desta etapa.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”
Paulo Freire

BORGES, Alexandre Trevizan. **Índices sustentáveis**: um estudo comparativo sob a luz de fundamentos que orientam para o alcance da sustentabilidade organizacional. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

O mercado de capitais em nível global tem apresentado constantes mudanças e adaptações. Sejam elas promovidas por pressões de partes interessadas, via regulamentações e normatizações estatais ou pela mudança de hábitos de investidores, os quais têm demonstrado interesse por investimentos socialmente responsáveis que possibilitem conciliar ganhos com práticas sustentáveis. Em resposta a esta demanda, consultorias especializadas desenvolveram Índices Sustentáveis, os quais além de referenciar valores financeiros, buscam também transmitir ao mercado o posicionamento que a empresa almeja transmitir à sociedade sobre aspectos ambientais e sociais (NOBRE; RIBEIRO, 2013), contudo acabam se destacando apenas por questões relacionadas a desempenho financeiro. Nesse contexto, questiona-se: Em que medida há compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável? A pesquisa tem cunho descritivo-exploratório, utilizou-se de uma abordagem metodológica qualitativa, valendo-se da análise de conteúdo. Por meio da revisão de literatura foram sintetizados e apresentados os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável; na sequência, a partir da leitura e análise de documentos, sites institucionais, questionários, relatórios e manuais foram sintetizados os critérios utilizados pelos índices de sustentabilidade DJSI, FTSE4GOOD e ISE para classificarem as empresas que compõem suas carteiras. Com as informações consolidadas, compararam-se os fundamentos encontrados com as estruturas dos índices de sustentabilidade estudados. Por fim, conclui-se com reflexões e perspectivas de aprimoramento referentes aos índices estudados que estes através de suas estruturas e metodologias se comparados com os fundamentos teóricos adotados por esta pesquisa para validação da SO, não possibilitam caracterizar as organizações como sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Sustentabilidade Organizacional.
Desenvolvimento Sustentável. Índices Sustentáveis.

BORGES, Alexandre Trevizan. **Sustainable indexes**: a comparative study in the light of fundamentals that guide the reach of organizational sustainability. 2019. 165 pp. Dissertation (Master's degree in Business Administration) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

The global capital market has been constantly changing and adapting. Whether they are driven by pressure from stakeholders, through state regulations and normalizations, or by changes on investor's habits, which have shown an interest in socially responsible investments that make it possible to reconcile gains with sustainable practices. In response to this demand, specialized consultancies have developed Sustainable Indices, which, in addition to referencing financial values, also seek to convey to the market the positioning that the company aims to show to society on environmental and social aspects (NOBRE; RIBEIRO, 2013), but eventually end up highlighting only financial performance issues. In this context, the question is: To what extent is there compatibility between sustainable indices and their respective structures with the theoretical foundations for an organization to be characterized as sustainable? The research has a descriptive-exploratory nature, a qualitative methodological approach was used, using the content analysis. Through the literature review, it was synthesized and presented the foundations for an organization to be characterized as sustainable; Following the reading and analysis of documents, institutional websites, questionnaires, reports and manuals, the criteria used by the DJSI, FTSE4GOOD and ISE sustainability indexes to classify the companies that make up their portfolios were summarized. With the consolidated information, the foundations were compared with the structures of the sustainability indexes studied. Finally, it was concluded through reflections and improvement perspectives related to the studied indexes that, comparing their structures and methodologies to the theoretical foundations for OS validation adopted by this research, do not allow to characterize the organizations as sustainable.

Keywords: Sustainability. Organizational Sustainability. Sustainable Development. Sustainable Indexes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Sustentabilidade e a evolução da discussão na sociedade.....	32
Quadro 2:	Conceitos operacionais das dimensões econômica, ambiental e social	49
Quadro 3:	Aspectos da Dimensão Econômica, Social e Ambiental.....	53
Quadro 4:	Principais índices sustentáveis.....	59
Quadro 5:	Dimensões abordadas no questionário CSA.....	64
Quadro 6:	Dimensões e critérios ISE 2017.....	70
Quadro 7:	Estudos relacionados ao retorno de participação no ISE	74
Quadro 8:	Histórico GRI	86
Quadro 9:	Síntese da pesquisa.....	104
Quadro 10:	Instrumentos e roteiro de pesquisa	106
Quadro 11:	Definição dos conceitos operacionais.....	107
Quadro 12:	Etapas técnicas da análise de conteúdo	109
Quadro 13:	Comparativo das metodologias praticadas pelos IS.....	113
Quadro 14:	Análise comparativa através das dimensões do DJSI.....	122
Quadro 15:	Análise comparativa através das dimensões do FTSE4GOOD	128
Quadro 16:	Análise comparativa através das dimensões do ISE.....	134
Quadro 17:	Conceito operacional e posicionamento dos índices acerca da SO.....	142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Elementos da sustentabilidade organizacional.....	43
Figura 2: Classificações ESG	66
Figura 3: Classificações ESG – Estrutura de Dados.....	67
Figura 4: Modelo de pergunta questionário ISE.....	71
Figura 5: Pesos e atribuições dimensão econômico-financeira praticadas pelo questionário ISE	72
Figura 6: Motivos e frequência de uso de indicadores de SO	84
Figura 7: Estrutura das questões.....	89
Figura 8: Modelo Preliminar de Responsividade Ecológica Corporativa.....	91
Figura 9: Relação entre RSC, DS e sustentabilidade.....	93
Figura 10: Mapa conceitual	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
CDP	Carbon Disclosure Project
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Index</i>
DS	Desenvolvimento Sustentável
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
Gvces	Centro de Estudos em Sustentabilidade (Gvces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IGC	Índice de Governança Corporativa
IRS	Investimento Socialmente Responsável
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
ISE-Bovespa	Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo
ISO	<i>International Standard Organization</i>
KLD	<i>Kinder, Lydenberg e Domine</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
SAM	<i>Sustainable Asset Management</i>
SASB	Sustainability, Accounting Standards R
SC	Responsabilidade Social Corporativa
TBL	Triple Bottom Line
WCED	<i>World Commission on Environment and Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVO GERAL.....	22
1.1.1	Objetivos Específicos.....	22
2	SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL: PRECEITOS E FUNDAMENTOS	24
2.1	EVOLUÇÃO DAS DISCUSSÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE	24
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE, DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ESCLARECIMENTOS SOBRE DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS	30
2.3	ESTRUTURAS E FUNDAMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL	41
3	O MERCADO DE AÇÕES E OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS	56
3.1	OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS.....	56
3.1.1	Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).....	60
3.1.2	Índice FTSE4GOOD.....	61
3.1.3	Índice ISE	61
3.2	PADRÕES E CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DAS EMPRESAS JUNTO AOS ÍNDICES FINANCEIROS DE SUSTENTABILIDADE.....	62
3.2.1	Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)	62
3.2.2	Índice FTSE4GOOD.....	65
3.2.3	Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	68
3.3	MOTIVAÇÃO PARA AS EMPRESAS SEREM INCLUÍDAS E EXCLUÍDAS DOS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS	72
3.4	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS PARA VALIDAÇÃO DA SO.....	78
3.4.1	Valores que permeiam os índices sustentáveis	80
3.4.2	A influência que os índices sustentáveis promovem junto as partes interessadas.....	82
3.4.3	A utilização de indicadores como ferramenta para promoção da SO	83

3.4.4	Global Reporting Initiative (GRI)	86
3.4.5	Indicador Ethos.....	88
3.5	SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL (NÃO) PRATICADA POR ORGANIZAÇÕES SUPOSTAMENTE SUSTENTÁVEIS, PARTICIPANTES DOS ISE.....	90
4	METODOLOGIA DE PESQUISA	99
4.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	101
4.2	COLETA DE DADOS.....	103
4.3	UNIDADE DE ANÁLISE.....	104
4.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	105
4.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	107
4.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	110
5	RESULTADOS	112
5.1	ÍNDICES SUSTENTÁVEIS: COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS PROPOSTAS	112
5.1.1	Comparação das principais características das estruturas de análise dos índices sustentáveis DJSI, FTSE4GOOD e ISE	116
5.1.1.1	Público alvo.....	116
5.1.1.2	Propósito.....	116
5.1.1.3	Aplicabilidade	117
5.1.1.4	Estrutura proposta para análise.....	117
5.1.1.5	Fontes de Informação	118
5.1.1.6	Racional.....	118
5.1.1.7	Escopo.....	119
5.1.1.8	Dimensões e pilares principais.....	119
5.1.1.9	Transparência	120
5.2	COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS A PARTIR DA DISSEMINAÇÃO DAS DIMENSÕES: ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL.....	120
6	CONCLUSÃO	144
	REFERÊNCIAS	149

1 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro, com a motivação de desempenhar seu papel em atender a demanda da sociedade por produtos que apresentem práticas sustentáveis e éticas, desenvolveu os Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI/ISR) que evoluíram para os atualmente conhecidos Índices Sustentáveis comercializados em bolsas e reconhecidos por servirem de *benchmark* (ARJALIÈS, 2010), como DJSI World (E.U.A), FTSE4GOOD (Inglaterra) e o ISE (Brasil).

Segundo Sadovska (2016), houve um interesse por parte da sociedade por organizações que atuem voltadas a desenvolver práticas sustentáveis, as quais expressem processos direcionados à redução de utilização de matéria prima, reutilização de resíduos, inclusão social e com isto gerem mais resultados. Tais práticas sustentáveis não buscam apenas resultados sociais ou ambientais, mas também econômicos, a fim de despertar o interesse do mercado acionário e de muitas organizações para preencher uma lacuna que, até então, apresentava preocupações éticas e financeiras, e tornasse possível incluir o tripé da sustentabilidade (ambiental, econômico e social) de forma mais dinâmica.

Dessa maneira, promoveu-se a relevância em se compreender as metodologias dos índices sustentáveis, os reconhecidos “*benchmark*” do mercado acionário, para direcionar acionistas que comungam de empresas que são consideradas “como práticas voltadas para a sustentabilidade”, evitando assim prejuízos financeiros, em virtude de processos não integrados das três dimensões (econômica, social e ambiental) (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011).

O contexto dos últimos cinquenta anos apresentaram a maior evolução sobre as preocupações do homem para com o meio ambiente (NASCIMENTO, 2012), o qual se deu nas discussões iniciais sobre o tema desenvolvimento sustentável, a partir do final dos anos 1960 por meio do Clube de Roma. Sua evolução no tempo passou das preocupações ambientais e climáticas, para uma visão mais holística contemplando aspectos sociais e econômicos promovendo o termo sustentabilidade, o qual passa ganhar grande enfoque junto às organizações (BARKEMEYER *et al.*, 2014; LÉLÉ, 2013; PRUGH; ASSADOURIAN, 2003; REDCLIFT, 2005; VOS, 2007).

Para Dyllick e Hockerts (2002), quando apenas a sustentabilidade econômica é evidenciada, os resultados relativos a sucesso podem ser evidenciados em curto prazo. Todavia, em longo prazo a sustentabilidade necessita que as três dimensões comunguem simultaneamente dos interesses voltados a atender de fato a sociedade.

Com o desenvolvimento das discussões acerca da temática sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, novas perspectivas passaram a serem investigadas, o que ampliou cada vez mais os questionamentos sobre as formas de promover soluções que possibilitassem alinhar interesses dos *stakeholders*, *shareholders* e do próprio planeta (AZAPAGIC, 2003; BARKEMEYER *et al.*, 2014).

A promoção da conscientização do desenvolvimento sustentável acerca das organizações desencadeia ações que não só influenciam os seus planejamentos estratégicos, como também fomentam o interesse dos *stakeholders* (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018). Com isso, o próprio mercado acionário se articula e promove carteiras baseadas em orientações do *Triple Bottom Line* (TBL), ou tripé da sustentabilidade proposto por Elkington (1994), de maneira que passariam a influenciar posteriormente o valor das empresas inseridas neste novo cenário (BEATO; SOUZA; PARISOTTO, 2009).

Conciliar investimentos, lucro auferido e manutenção do meio ambiente de uma forma equilibrada que não contemple somente questões econômicas, mas que inclua questões sociais e ambientais, para promover assim a possibilidade de gerar um planeta que possua processos sustentáveis, garantindo para as gerações futuras condições para sua sobrevivência e desenvolvimento são conceitos e ideais que foram difundidos nas organizações através do *TBL* (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 2012; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

Nesse contexto, passa a ser importante o entendimento quanto aos índices, uma vez que possuem em sua composição (carteira) inúmeras empresas que por fim, possuem seus valores financeiros mensurados, não somente através da perspectiva quantitativa por meio de pautas contábeis e financeiras, mas também uma composição subjetiva, com fatores qualitativos. Além disso, os Índices Sustentáveis possuem grande apelo voltado para o TBL, fornecendo às organizações vários motivos para participarem dos índices (GARCIA; ORSATO, 2013).

O Mercado de Ações tem índices financeiros desde 1884. Possuidores de uma média aritmética simples, esses índices possuem valor diário e acompanham de forma a regular a vida econômica do planeta. Seu criador foi Charles H. Dow, que pretendia medir diariamente o nível geral de preços cotados dos valores imobiliários listados na New York Stock Exchange, por meio do cálculo do preço médio de alguns considerados representativos. Este índice passou a se chamar Dow Jones (ZAJDENWEBER, 2001).

Contudo, o interesse dos *Stakeholders* e o Desenvolvimento Sustentável demandam novas necessidades voltadas a atender preocupações relacionadas a postura das organizações quanto a forma de condução de suas atividades. Essas novas necessidades desencadearam a mudança dos fundos e das próprias empresas, que passaram a ter sua noção de responsabilidade junto a seus negócios promovendo discussões voltadas a discutir as noções de *TBL* e Sustentabilidade Organizacional.

Assim, os índices sustentáveis sofreram influência do desenvolvimento dos fundos sustentáveis, uma vez que estes passaram a desenvolver preocupações não relacionadas somente a rentabilidade de suas composições de carteira, mas também a inclusão de restrições quanto a ramos de atividade e exploração do próprio ser humano.

Deste modo pode-se referenciar o século XVII, o qual data a preocupação dos judeus quanto à utilização de operações com lucros extraídos do sofrimento dos próprios humanos, o que não era aceito, aos olhos no novo testamento o que firmava inicialmente uma preocupação de cunho religioso. Arjaliès (2010) referênciam os anos 1920 pelo desenvolvimento do fundo pioneiro nestas práticas que excluía qualquer vínculo com estoques do “pecado” (álcool, jogos, tabaco, pornografia os quais eram comuns à época), sendo reforçado por Goede (2001).

Segundo Arjaliès (2010), os Estados Unidos e Europa estão na vanguarda do mercado financeiro e desenvolveram já a mais de 100 anos os chamados Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI/ISR), que foram iniciados a partir de demandas morais, religiosas e éticas frente às operações judaicas.

Arjaliès (2010) apresenta a evolução dos fundos éticos em três gerações: sendo a primeira tratada como reflexo da América puritana e próspera dos anos 1920; a segunda geração a expressão do ativismo político e societário; e a

terceira geração trata dos “fundos” socialmente responsáveis que buscam satisfazer as expectativas das diferentes partes interessadas na sociedade.

A partir da terceira geração, os índices financeiros passam a ganhar destaque pelo interesse no desenvolvimento sustentável, na sustentabilidade e na responsabilidade social corporativa, tornando-os diferenciais para organizações que buscam se distinguir por possuírem práticas “sustentáveis” as quais, em geral, contemplam o *TBL*.

Pode-se dizer que os índices socialmente responsáveis passaram por uma grande reconversão a partir da década de 80 (1980), motivados por preocupações ambientais e assim criam-se os fundos verdes.

Segundo Sartore (2008), os fundos que são lastreados por empresas que apresentam ações de preservação ao meio ambiente, emissão de relatórios com caráter social e ambiental, premiações acerca de seu posicionamento quanto à sustentabilidade e que atuam como impulsionadores que contribuem para as boas práticas socioambientais.

A década de 1990 foi o marco de lançamento dos índices de sustentabilidade. O primeiro lançamento foi intitulado de DOMINI 400 Index Social nos Estados Unidos da América, tinha intenção de direcionar os investidores socialmente responsáveis para um produto específico, conforme Kinder, Lynderberg e Domini (1992, 1993). Os EUA continuaram a frente e, no ano de 1999, promoveu a criação do índice *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), o primeiro índice de sustentabilidade criado para bolsa de valores. A partir desse, outras bolsas seguiram suas premissas americanas para surgir assim: FTSE4good, em 2001, através de Londres e *Ethical Investment Research Service* (EIRIS); JSE SRI¹ junto à bolsa de Johannesburgo; e a bolsa de valores de São Paulo apresentou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2005 (MELO; MANHÃES; MACEDO, 2012; SILVA *et al.*, 2015). Estes índices foram escolhidos para análise nessa a pesquisa, devido a sua relevância e sua representatividade na América do Norte (DJSI), Europa (FTSE4good) e América do Sul (ISE).

Os índices mencionados assumem um papel importante em tempos atuais, sendo esses os mais reconhecidos índices inseridos nas principais bolsas de valores do mundo. Porém, a validação das empresas quanto à aceitação das mesmas

¹ O índice JSE SRI, passou a ser administrado pela FTSERussel, sendo assim, sua forma de análise idêntica ao índice FTSE4good, motivo este de sua exclusão para esta pesquisa.

segue por processos diferenciados de análise quanto à sustentabilidade a qual as referenciam como “válidas” para participação dos índices (SARTORE, 2012).

As mudanças na sociedade refletem em necessidades de adaptação das organizações, seja motivada por novas tecnologias, estudos científicos, majoração dos lucros, competitividade de setor, relação com seus *stakeholders* e *shareholders*, normatizações e até mesmo mudança de cultura da própria empresa.

Com a criação dos índices de sustentabilidade, pode-se dizer que estes além de referenciar valores financeiros, buscam transmitir também ao mercado o posicionamento de que a empresa busca transmitir a sociedade além dos fatores econômicos, a partir de procedimentos que referenciem aspectos ambientais e sociais (NOBRE; RIBEIRO, 2013), indo além de sua atividade e atuação ou posicionamentos aos quais as organizações buscam quando se submetem as regras e condições para cada gestor/administrador dos índices (uma vez que o trabalho busca comparar o DJSI, FTSE4GOOD e ISE).

Deegan (2002, p. 292) diz que “considera-se que as políticas de divulgação corporativa representam um meio importante pelo qual a administração pode influenciar as percepções externas sobre sua organização”. Dessa forma, acredita-se que, por meio dessa conceituação, as organizações buscam legitimação perante a sociedade, com o posicionamento ligado a um perfil de organização sustentável o qual pode ser compreendido como um diferencial de mercado.

Esse posicionamento pode interferir quanto a real postura da empresa em atuar de forma consciente quanto à necessidade de promover em suas rotinas e práticas ações que compreendem a sinergia de aspectos econômicos, sociais e ambientais sem a interferência de zelo apenas por retorno financeiro.

Embora os índices sustentáveis possuam normatizações e procedimentos que devam ser cumpridos pelas organizações com a expectativa de que as empresas participantes de fato confirmem documentalmente as informações transcritas aos questionários, ou até mesmo através dos relatórios disponíveis (de domínio público, e que são utilizados pelas empresas responsáveis por tabular os dados para avaliação da entrada junto ao índice), sejam de fato verdadeiras, não se pode afirmar de fato se o interesse das organizações está atrelado à preocupação em de fato praticar a sustentabilidade organizacional ou apenas caracterizar para a sociedade uma imagem sustentável.

Mesmo com a atuação dos chamados fundos éticos no cenário econômico datarem mais de 100 anos, surge a necessidade ainda maior (por parte do perfil de uma nova geração de investidores) em promover diferenciais ligados ao *TBL*, se estendendo a organizações que passam a rever seu posicionamento quanto à missão, visão e valores (SARTORE, 2008).

Tal ação desencadeia o posicionamento de organizações que se voltam para obtenção não só de lucros financeiros, mas de outras formas de “ganhos” por meio de posicionamento de sua marca e produto ou pela consolidação no mercado mediante sua classificação de empresa promotora de bem social que contribui com o desenvolvimento da sociedade e também com a restauração e perpetuação das reservas ambientais do planeta. Com isso, a própria sociedade configura sua mudança de hábitos, não somente por uma busca de “produtos”, mas também com o interesse por empresas que transmitam um posicionamento de socialmente responsável (ANDREOLI; CRESPO; MINCIOTTI, 2017).

É interessante ressaltar que a sustentabilidade, relacionada ao mercado de ações através dos índices sustentáveis, assumiu um papel importante para atender uma demanda do próprio “mercado”, promovida por investidores que ao longo dos anos assumiu uma postura de consumo de produtos sustentáveis ou que transmitam esta ideia (BANSAL; ROTH, 2000; POLONSKY, 1994), o que pode caracterizar o *greenwashing*.

Esta demanda surge acerca de uma postura mais sustentável por parte das empresas. Em alguns casos, fica a margem de erros e acabam por promover o *greenwashing*, termo este que deriva do termo em “*environmental whitewash*” que refere-se a algo negativo que se relaciona com um engano corporativo, que por sua vez não possui uma tradução literal para a língua portuguesa, mas está associada a um conceito de “falso ecológico” (CORREA *et al.*, 2018).

Para contornar isso, surgiram questionamentos sobre as organizações, se estas apenas se beneficiarem da imagem “sustentável”, expondo, de certa forma, casos de *greenwashing*, por não conseguirem provar de fato que são sustentáveis (NYILASY; GANGADHARBATLA; PALADINO, 2013), ou casos que têm a intenção de mascarar sua imagem organizacional (PARGUEL; BENÔIT-MOREAU; LARCENEUX, 2011), já que nos últimos anos tem aumentado consideravelmente o volume de publicidades “verdes” (EASTERLING; KENWORTHY; NEMZOFF, 1996).

Mas como parametrizar qual empresa tem o melhor posicionamento sustentável? Como satisfazer os interesses de investidores que buscam investir em empresas que possuem valores aos quais se identificam? Esses questionamentos promoveram a criação dos índices sustentáveis que, segundo Sartore (2012), a empresa de consultoria *Sustainability* disseminou o conceito *TBL*, o qual, por sua vez, norteou os índices financeiros tanto de países do Norte quanto Sul. Segundo Garcia e Orsato (2013) as empresas têm buscado cada vez mais demonstrar para a sociedade seus esforços em promover boas práticas sociais e ambientais, seja emitindo relatórios de sustentabilidade ou investimentos alinhados com o impacto social.

Os investidores necessitam de informações em profundidade para se posicionarem quanto a seus investimentos, e assim, passaram a ser mais exigentes e além de dados financeiros incluíram em suas necessidades informações sobre temas como responsabilidade social e ambiental (EUGÉNIO, 2010).

Desta maneira, os critérios de validação junto aos índices de sustentabilidade, frente às exigências de cada índice para aceitação das organizações, merecem ser comparados, com a proposição de melhor compreender a metodologia de aceitação e, na sequência, poder refletir se, de fato, estas se aproximam ou se preocupam em atender aos fundamentos teóricos básicos para uma organização confirmar ou legitimar sua imagem como “sustentável” perante a sociedade.

Pode-se considerar como exemplo o próprio site institucional da empresa responsável pelo desenvolvimento do índice sustentável DJSI. Segundo ela, as empresas buscam participar dos índices visando se utilizar das pontuações obtidas através dos questionários e processos como um ferramental para alavancarem resultados para melhorarem suas próprias operações e também para análise de seus concorrentes (ROBECOSAM, 2017).

Segundo Fowler e Hope (2007), a gestora de SAM (*Sustainable Asset Management*) não vê a necessidade em manter equilíbrio através do *TBL*, sendo que seu foco está voltado a fatores econômicos e, portanto, acaba deixando aspectos sociais e ambientais em segundo plano, tendo em vista satisfazer o interesse de acionistas.

Deste modo, os índices são compostos de empresas que possuem grande exposição global e, por sua vez, necessitam cada vez mais de novos recursos

para que estas continuem em evidência e, acima de tudo, despertem o interesse constante de novos investidores, mesmo que a própria literatura não apresente um consenso sobre se de fato a participação nas carteiras dos índices de sustentabilidade a possibilidade de ter retorno a partir de outros aspectos, incentiva as organizações (ZAGO; JABBOUR; BRUHN, 2018).

Segundo Laville (2009. p. 69)

[...] principalmente as empresas do setor financeiro, assumiram um perfil de ex-hippies levando as empresas a uma maior preocupação socioambiental o que através de inúmeras mudanças de posicionamento (ambiental, social e política) forçam a tomada de consciência das empresas e levam estas a práticas mais responsáveis.

A preocupação despertada pelas empresas quanto aspectos sociais, econômicos e ambientais integra a sustentabilidade organizacional que possibilita as organizações atingirem a sustentabilidade, assim, passa ser necessário compreender, de fato, as conceituações sobre o tema.

Baumgartner e Ebner (2010) afirmam que quando o desenvolvimento sustentável é incorporado pela organização, a sustentabilidade organizacional (SO) está contida no mesmo através das três dimensões (econômica, social e ambiental), as quais interagem.

Munck (2013), define SO como a representação do equilíbrio sistêmico e balanceado dos agires organizacionais voltados às três dimensões, as quais devem estar alinhadas aos objetivos organizacionais, bem como considerar os *trade-offs* entre as dimensões.

A sustentabilidade organizacional, pode ser compreendida também através do equilíbrio das três dimensões que promovem resultados pautados na sustentabilidade (BANSAL, 2005; VAN MARREWIJK, 2003). Desta forma, pensar sustentabilidade organizacional é também pensar a harmonização das três dimensões os quais passam a gerar resultados positivos para as organizações (SAVITZ; WEBER, 2007).

Berry e Junkus (2013) reforçam que as organizações passam a aderir os princípios de sustentabilidade organizacional esperando que venham benefícios econômicos ou de imagem seguindo o raciocínio: consumidores compram produtos e serviços de empresas que possuem práticas sustentáveis, com isto a atração dos funcionários para atuarem em empresas com este “perfil” aumentam, com isto as partes interessadas atuam com cobranças sobre estas mesmas empresas, buscando

maiores inovações, para que isso seja compreendido como uma vantagem competitiva.

Deste modo, creditar em tempos atuais somente a harmonização do TBL a descrever uma empresa como “sustentável”, sinaliza uma avaliação superficial e limitada, uma vez que existe a possibilidade de existir falhas quanto à validação das informações do relatório e a prática e alinhamento das dimensões (SRIDHAR; JONES, 2013).

A relevância da pesquisa se dá em compreender se existem diferenças entre as estruturas dos índices que possam demandar proposições acerca de suas limitações e perspectivas de aprimoramento, ainda, foi percebido após a consulta junto a diversos periódicos (Spell, Google Acadêmico, Elsevier, Web of Science, Scopus, Ebesco, Proquest, BDTD, entre outros) onde encontrou-se uma lacuna de pesquisas acadêmicas voltadas à temática proposta, uma vez que os trabalhos existentes ou que se aproximam do contexto apresentaram caráter quantitativo e possuem a preocupação de seus objetivos pautados em obter o entendimento quanto à rentabilidade que as empresas que compõe os índices possuem e não a forma pelas quais elas são submetidas para compor tais índices e tão pouco a eficácia deles.

Sendo assim, embora a sociedade venha apresentando demanda por mudanças atinentes às necessidades de um maior envolvimento das empresas em causas ligadas a sustentabilidade, não se registra o mesmo volume de propostas consistentes e coerentes para tal.

Identificadas as contradições entre a estrutura proposta para os índices e considerados os fundamentos para o acontecimento da sustentabilidade organizacional, espera-se contribuir com possível referencial para dar suporte ao direcionamento das organizações rumo à sustentabilidade organizacional. Em suma, a promoção deste aprofundamento visa contribuir para as ciências sociais aplicadas, em específico os estudos de Sustentabilidade Organizacional quanto sua aplicação nos índices de sustentabilidade.

Este trabalho utilizou como critério de validação da SO as três dimensões propostas através do TBL, sendo estas percebidas por práticas, objetivos, valores, fatores sociais, ambientais e econômicos obtidos através do DS e que tenham como finalidade a Sustentabilidade Global (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN

MARREWIJK; WERRE, 2003). Para avaliar, foi utilizada uma síntese da definição dos autores para SO: os processos e decisões tomados pelas empresas devem estar alinhados com as preocupações da sustentabilidade, fazendo com que elas incluam em suas práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os *trade-offs* entre os pilares. Assim foi promovida a comparação entre os índices sustentáveis (DJSI World, FTSE4good, ISE) através das categorias de análise (Valores, Influência e Indicadores) fazendo referência a definição de SO (proposta nesta pesquisa) sendo sua classificação atribuída quanto a definição de: Não atende, Atende parcialmente, Atende, Supera, o que permite mapear as estruturas contidas nos índices sustentáveis.

Contudo assumir uma única definição que possa guiar os estudos para a comparação dos índices sustentáveis, foi um grande desafio, já que a inexistência de consenso sobre o que de fato é SO, possibilita aos índices atuarem a partir de “visões” assumidas pelos desenvolvedores como alinhadas com a Sustentabilidade.

Frente ao exposto, questiona-se: Em que medida há compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável?

1.1 OBJETIVO GERAL

Mapear e estudar a estrutura dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável.

1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Sintetizar, a partir da literatura, os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável;
- b) Mapear os critérios utilizados pelos índices de sustentabilidade DJSI, FTSE4GOOD e ISE, suas estruturas, para classificarem as empresas que compõem suas Carteiras;
- c) Comparar os fundamentos encontrados com as estruturas dos índices sustentáveis estudados;

d) Propor perspectivas de aprimoramento dos índices analisados considerando o estudo comparativo realizado.

2 SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL: PRECEITOS E FUNDAMENTOS

Neste capítulo, apresentou-se a contextualização da discussão sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Buscou-se analisar conceitos e práticas da sustentabilidade organizacional, a qual pode ser caracterizada como um diferencial utilizado pelas organizações que compõe os índices de sustentabilidade junto as principais bolsas de valores do mundo. A partir deste entendimento a possibilidade de se criar uma reputação atrativa ao mercado, uma vez que suas contextualizações são tratadas como sinônimos de forma errônea por diversas vezes. Inicialmente foi apresentado um histórico da versão do desenvolvimento sustentável a partir de Brundtland e, sequencialmente, as críticas e visões de autores acerca do tema.

Na terceira seção foi tratado sobre a sustentabilidade organizacional, suas estruturas e fundamentos que possibilitam sua conceitualização e qual a definição das dimensões que compõe a sustentabilidade organizacional e sua importância para que as empresas possam chegar à sustentabilidade.

2.1 EVOLUÇÃO DAS DISCUSSÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

Segundo Nascimento (2012), o conceito de sustentabilidade ganhou maior ênfase em meados da década de 1950, uma vez que a comunidade científica começa a apontar os testes nucleares como responsáveis por chuvas radioativas ao redor do mundo e com isto sinalizando que independente da distância a interferência junto à natureza ocorria de forma significativa.

Sendo a interferência dos referidos testes em escala global, ressaltase a necessidade de conscientização dos riscos ambientais de forma globalizada e, com isto, a promoção do tema desenvolvimento sustentável passa a ser pauta não somente da comunidade científica, mas também dos meios de comunicação como um todo.

Tendo em vista o incômodo gerado pelo tema, a temática despertou em várias nações a promoção de debates e conferências que, por meio de seus

líderes, começam a discutir formas de promover o desenvolvimento econômico em conciliação com o meio ambiente e começa-se a dar forma ao desenvolvimento sustentável, o qual permite que países desenvolvidos e não desenvolvidos se juntem em benefício do planeta.

No final da década de 1960, ocorreu o evento denominado Clube de Roma, que contou com o envolvimento de 30 pesquisadores (economistas, educadores, cientistas) oriundos de dez países diferentes na busca por uma maior compreensão sobre os impactos que o homem causou perante a natureza e como isto seria revertido. Ocorreu deste modo à promoção de discussões sobre diversos temas que incluíam o meio ambiente, desenvolvimento sustentável, economia, política e com isto a atenção de governos, indústrias de extração mineral e outros setores, que ganhou maior notoriedade em 1972 com a publicação do relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia de Massachutesses (MIT), sob o comando da cientista ambiental Donella Meadows.

Entre diversos intelectuais que fizeram apontamentos negativos ao evento, Solow (1974) argumentou sobre a tese de que as sociedades desenvolvidas ocidentais, após terem usufruído do sistema (meio ambiente) e sanado suas necessidades, tinham o interesse de inibir o desenvolvimento de outras nações consideradas menos desenvolvidas. O relatório se manteve “firme” em seus apontamentos e preocupações.

Tal preocupação era quanto ao desenvolvimento da própria humanidade e suas relações de consumo no planeta que originou o relatório “Os Limites do Crescimento” (ou também conhecido como Relatório Meadows) no ano de 1972. O relatório gerou incômodos para a sociedade da época, já que o mesmo abordava informações sobre poluição, esgotamento de recursos naturais e energéticos decorrentes do uso exagerado dos recursos ofertados pelo planeta e apontava para o fim dos mesmos, caso os padrões de produção e consumo se mantivessem da mesma forma (MEADOWS *et al.*, 1972).

O ano de 1972 teve grande importância pois, além do relatório polêmico promovido através do Clube de Roma, ocorreu em Estocolmo, Suécia, a realização da primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O ano de 1987 foi marcado pela formalização do conceito do desenvolvimento sustentável através do lançamento do documento “*Our Common Future*”, através da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável (1988). Surgiu assim, o termo sustentabilidade. O documento apresentado conceitua o desenvolvimento sustentável como o que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 292), o qual introduziu uma nova linguagem de desenvolvimento (VOS, 2007). Deste modo, o Relatório Brundtland dispôs o termo “desenvolvimento sustentável” como núcleo das discussões de desenvolvimento (LÉLÉ, 2013).

Outros eventos começam a ser desencadeados em busca de planos e propostas que promovessem o desenvolvimento sustentável e, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento (a qual também ficou conhecida como: Rio-92, Eco-92, Cúpula da Terra) solidificou o construto por meio de ações concretas e abordou uma forma de lidar com o aquecimento global, o que desencadeou a Agenda 21 e o protocolo de Kyoto, em 1992.

Decorrente desses acontecimentos, a década de 1990 promoveu impactos reflexivos e de conscientização junto à economia global de tal maneira passaria a demonstrar maiores preocupações junto às organizações as quais deveriam tomar uma nova postura perante o cumprimento de acordos e metas ambientais propostos nos eventos e, assim, promover a sustentabilidade empresarial. De fato, esta década apresentou grandes preocupações com a sustentabilidade empresarial desencadeado por acontecimentos históricos relevantes como: (1) agenda 21 da China (exemplos internacionais e estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável); (2) 1995 a OMC é estabelecida com vínculos de desenvolvimento; (3) 1996 a ISO 14001 passa a ser formalmente adotada para empresas voluntárias para gestão ambiental; (4) 1999 é lançado o índice Dow Jones de Sustentabilidade, visando atender ao público que buscava investimento lastreadas por empresas que seguem princípios sustentáveis.

Com a virada do milênio, a preocupação com o meio ambiente, educação, desigualdade social e fome geraram preocupação em todo o globo terrestre. Com isto os, dez primeiros anos promoveram no mundo um palco das mais diversas discussões sobre os temas, desde a entrada da China na OMC (2001), governos implementando ações de economia verde (2008) e a crise mundial do mesmo ano, desastres de grande porte a exemplo da explosão da plataforma

petrolífera de *Deepwater Horizon* da BP no golfo do México (2010) e chegando a Rio +20 (2012).

Para Viola e Franchini (2012), a Rio +20 surtiu efeito negativo, uma vez que não apresentou uma agenda ambiciosa por não possuir consistência quanto a propostas que envolviam desenvolvimento sustentável, economia verde, dentre outros itens discutidos.

A partir da evolução sobre o tema desenvolvimento sustentável, as discussões emergem para um nível maior e o termo “sustentabilidade” passa também a ser usado com mais frequentemente. Embora os termos apresentem similaridades, eles possuem significados distintos. No entanto, na própria literatura científica, nas políticas públicas e nas organizações a inexistência de um consenso prevalece (LINDSEY, 2011).

Conforme Barbosa, Drach e Corbella (2014), a inexistência de consenso a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade promovem em grande escala, discussões acerca de suas conceituações. Contudo, segue a senso comum uma relação de busca do equilíbrio dentre as necessidades do meio ambiente e a humanidade e em compreender complexas dinâmicas de interação, visando aprofundar e ampliar seu significado gerando bem-estar para sociedade.

Existe uma tendência de generalização de modo a gerar uma relação ambígua entre as palavras desenvolvimento e sustentabilidade. Somente estes conceitos não explanam especificações a respeito de um desenvolvimento sustentável. Todas as discussões sobre a temática, embora transmitam um tom de excessividade, são importantes para o esclarecimento e compreensão da existência de frases e palavras que não são comungadas tanto em significado, quanto por percepção de culturas diferentes, as quais possuem prerrogativas de valores e formas de percepção a partir de outras lentes para observação da realidade.

O desinteresse de muitos pesquisadores em compartilhar deste pensamento gerou incoerência e, conseqüentemente, propiciou uma contextualização distorcida a qual promove um conjunto de doutrinas e ideologias tidas como verdades absolutas. Deste modo, as expressões desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são inseridas em um contexto análogo inconscientemente, sendo está a razão de não existir definições óbvias ou simplistas sobre os temas, sem considerar seu aprofundamento e maior detalhamento (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA,

2009). Desta forma é essencial que os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade sejam desmembrados e explanados visando melhor entendimento.

Segundo Sartori, Latrônico e Campos (2014), o que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável apresenta seu conceito integrador em evolução, tomando forma de guarda-chuva para amparar um conjunto de questões inter-relacionadas que podem ser organizadas de forma única, tendo como objetivo final a sustentabilidade em si.

Para Prugh e Assadourian (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável definido pelo relatório de Brundtland, perdura devido a sua flexibilidade e abertura para interpretações.

Já a sustentabilidade passa a ter outra conceituação, tal como apresentada por Feil e Schreiber (2017) que trazem o conceito como um termo que expressa a preocupação com a integração indissociável entre questões ambientais e humanas, assim como sua qualidade. Ela avalia suas características e propriedades que abarcam aspectos sociais, ambientais e econômicos, caracterizando mais amplitude em sua conceitualização.

Deste modo pode-se entender que desenvolvimento sustentável e sustentabilidade indicam situações diferentes (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009). O desenvolvimento sustentável promove o acesso processual para a realização da sustentabilidade, com ideia central de promover e integrar determinados sistemas que desencadeiam um processo contínuo de desenvolvimento (BORIM-DE-SOUZA, 2010).

A priori, as organizações buscam um alinhamento quanto ao tripé da sustentabilidade (o qual trata de aspectos econômicos, sociais e ambientais e como estes se relacionam). Deste modo, a sustentabilidade organizacional é vista como o *mainstream* por basear-se no *Triple Bottom Line*, um conjunto de práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas (BANSAL, 2005; ELKINGTON, 2001).

Já o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou muito espaço com o aumento da preocupação das empresas em relação à sustentabilidade. Considerando que há uma diferença, pois, “enquanto a sustentabilidade refere-se à capacidade de manter algo em um estado contínuo, o desenvolvimento sustentável envolve processos integrativos que buscam manter o balanço dinâmico de um sistema complexo em longo prazo” (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009, p. 262-263),

questiona-se se os índices sustentáveis englobam o desenvolvimento sustentável ou a Sustentabilidade Organizacional?

Mesmo com essa disseminação do termo desenvolvimento sustentável, ainda se faz necessário um modelo para que as empresas consigam chegar à sustentabilidade organizacional. A partir dessa lacuna, Munck e Borim-de-Souza (2011) elaboraram um framework que relaciona competências essenciais para alcançar a Sustentabilidade Organizacional (SO).

O modelo de Munck e Borim-de-Souza (2011) converte os pilares do *Triple Bottom Line* em Competências Centrais: Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Social e Sustentabilidade Econômica. Para alcançá-las se deve de forma combinada outras três competências de suporte (eco eficiência, justiça socioambiental e inserção socioeconômica).

Van Marrewijk e Werre (2003) descrevem os níveis de SO em sua perspectiva existentes, sendo eles: pré-sustentabilidade empresarial, sustentabilidade empresarial em conformidade com a legislação, sustentabilidade empresarial orientada pelo lucro, sustentabilidade empresarial consciente, sustentabilidade empresarial sinérgica e sustentabilidade empresarial holística. Para Munck (2013), cada um desses estágios pode ser visto como níveis de complexidade com entregas específicas, que poderiam ser avaliadas conforme a proposta de Dutra (2007), voltada para competências individuais.

Robins (2006) ressalta que nos últimos anos o número e variedade de organizações que passou a utilizar os princípios do TBL (ou próximos a ele) cresceram exponencialmente, seja pela motivação de atrair novos investidores, pela conscientização ou pela pressão da sociedade e governo.

A partir dessa preocupação com a sustentabilidade, é observada a necessidade das empresas assumirem um papel mais influente, onde elas direcionam a atenção para o *TBL* definido por Elkington (1997). Essa necessidade surge das preocupações emanadas da própria sociedade, uma vez que se busca solução para uma maior compreensão sobre o rumo da humanidade frente os processos produtivos das organizações, consumo e a própria sobrevivência do ser humano, as organizações passam a ser envolvidas e com isto a sustentabilidade passa também a ter uma ramificação organizacional.

Seguindo esse pensamento, as decisões tomadas pelas empresas na sustentabilidade organizacional devem estar alinhadas com as preocupações da

sustentabilidade, fazendo com que elas incluam os fatores sociais e ambientais, além do econômico em suas práticas, objetivos, estratégias e valores (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

Ainda nesse pensamento, Hart e Milstein (2004, p. 66) afirmam que “uma empresa sustentável é aquela que contribui com o desenvolvimento sustentável, gerando, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais conhecidos como os três pilares da sustentabilidade”.

Contudo, é importante o entendimento que o atendimento apenas de uma das “forças” do tripé, não é suficiente para de fato promover a sustentabilidade organizacional, levando em consideração que por diversas vezes apenas o aspecto econômico fica evidenciado.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE, DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ESCLARECIMENTOS SOBRE DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

A preocupação da sociedade com sua própria evolução data mais de cinquenta anos (MADRAKHIMOVA, 2013). Notoriamente, as formas de administrar recursos naturais e a relação com a comunidade científica começam a gerar questionamentos sobre inúmeros processos promovidos pelo homem e que passam a desencadear catástrofes radioativas e anomalias no próprio meio ambiente.

Lenzi (2005) justifica que embora não exista um consenso acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, este fato não desmerece a necessidade de aprofundamento sobre o tema.

Inúmeros problemas cercam a sociedade. As adequações ecológicas não são as únicas que envolvem o desenvolvimento sustentável e que ganharam abrangência quanto as relações do humano/natureza ao promoverem mudanças vultosas do processo civilizatório. Segundo Jacobi (2005), ocorreu um crescente interesse pelo Desenvolvimento Sustentável (DS) e novas abordagens começam a ser discutidas quanto a processos mais limpos de produção, controle de poluição, novas forma de consumo as quais impactem menos junto ao ambiente.

Delai (2006, p. 19) afirma que “O desenvolvimento sustentável, que é um novo paradigma de desenvolvimento construído ao longo do tempo, aglutina num binômio indissolúvel o desenvolvimento econômico, social e o meio ambiente”.

Tratando o DS, Pierri (2001) acredita que maior reflexão sobre o desenvolvimento sustentável é uma necessidade eminente e demonstra a complexidade do fato de se conceitualizar o mesmo. Os inúmeros movimentos que surgiram trouxeram maneiras diferentes, conforme sua ideologia e política, cada um acreditando ser a solução para a destruição do planeta e propiciar um entendimento absoluto quanto a urgência da necessidade de compreender questões voltadas ao meio ambiente.

Contudo, a percepção de que o tema, ao longo do tempo, foi sendo influenciado pelo meio capitalista – o qual promove um abrandamento frente a real necessidade de discussão das interferências do próprio homem junto aos meios naturais – prova que o interesse das organizações capitalistas em se fazer sucumbir à necessidade de rever os processos atuais de extração e exploração do meio ambiente, ou seja, mantendo-se apenas dentro de uma visão mais conservadora e até otimista dos fatos.

Desta maneira, é possível identificar a exposição do conservadorismo/conservacionismo ambiental, o qual possibilita a perda da essência das motivações ecológicas e abrem margem para a submissão aos interesses do capitalismo promovido pelo mercado.

O DS requer das organizações simultaneamente uma abordagem a demandas ecológicas, econômicas e sociais para necessidades no presente e no futuro (BARBIER, 1987; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Tal raciocínio justifica-se pelo fato da proliferação da espécie humana e as demais que habitam o planeta, onde a cada minuto está exercendo o consumo sob todas as formas de produção, o que gera a demanda quanto uma reflexão acerca de aspectos ecológicos.

Castro (2004) apresenta a teoria dominante acerca do desenvolvimento sustentável e suas conceituações sobre análises críticas dos pós-estruturalistas culturais e marxistas ecológicos. Com isto fica instaurada uma discussão de ordem filosófica sobre os privilégios atribuídos a sociedade na forma dos indivíduos aos quais usufruem o meio ambiente.

Ao relembrar os principais movimentos e relatórios que envolvem o tema sobre Desenvolvimento Sustentável, Castro (2004) faz explicações acerca do papel do Banco Mundial perante a economia global e ressalta a percepção de alguns economistas ambientais quanto a conceituações acerca da sustentabilidade entendida como sendo forte e fraca.

As críticas ao capitalismo como uma possibilidade de propiciar o Desenvolvimento Sustentável não é vista como uma alternativa viável, uma vez que necessitaria de uma transformação “onerosa” do mesmo para propiciar sua viabilidade. Com isto, o marxismo ganha a conotação da esperança e melhor teoria para estruturar o Desenvolvimento Sustentável.

Desenvolvimento Sustentável proporciona a necessidade em compreender a essência de sua aplicabilidade e que, com isto, prosseguir de forma sustentável frente às necessidades da sociedade como um todo. Dessa maneira, promove ainda em tempos atuais a necessidade constante de debates e explicações.

Sachs (2008) diz que a ideia de DS já a tempos tinha seu conceito confundido com o crescimento, baseado nos fundamentos econômicos. Contudo, o crescimento econômico surgiu *a priori* com o entendimento de que quanto mais robusto o progresso material, maior se dará as melhorias atribuídas aos padrões sociais de uma população “X”, onde a elevação dos benefícios sociais deriva de uma consequência natural do crescimento econômico, não sendo relacionada ao DS.

Assim a literatura traz indicações a tratados, relatórios e outras oportunidades que firmaram até então a busca por uma maior compreensão, e acima de tudo, engajar a sociedade frente às preocupações com o planeta e os seus próprios habitantes (quadro 1), o qual reporta datas importantes para o esclarecimento do tema desenvolvimento sustentável/sustentabilidade e principais motivações para a discussão global sobre a temática.

Quadro 1: Sustentabilidade e a evolução da discussão na sociedade

Década	Evolução dos eventos sobre Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade
1960	<p>1960 Constituída a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) - sede em São Paulo. / Autores europeus discutem problemas sociais e empresas americanas se preocupam com questões ambientais e divulgam atividades no campo social</p> <p>1962 Silent Spring pesquisa desenvolvida para mostrar os malefícios dos pesticidas</p> <p>1967 Criação Fundo de Defesa Ambiental (EDF)</p> <p>1968 Criação do Clube de Roma, composto por cientistas, industriais e políticos, tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais/ Conferência intergovernamental para uso racional e conservação da Biosfera</p> <p>1969 Amigos da Terra (prevenção da degradação ambiental, preservação da diversidade) / Lei Nacional de Política Ambiental (aprovada nos EUA)</p>
1970	<p>1970 Primeiro dia da Terra (EUA)</p> <p>1971 Início Greenpeace no Canadá/ Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Reino Unido) / Princípio do poluidor-pagador (validado OCDE)</p> <p>1972 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano PNUMA) / Clube de Roma pública “Limits to Growth”</p>

	<p>1973 EUA promulga a Lei de Espécies Ameaçadas/ Nasce na Índia o movimento Chipko (em resposta ao desmatamento e à degradação ambiental)</p> <p>1979 Acidente nuclear de Three Mile Island</p>
1980	<p>1980 Relatório Global 2000 (lançado e reconhecendo a biodiversidade pela primeira vez como crítica para o funcionamento do ecossistema planetário) /ONU Cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável com o relatório Our Common Future/Carta Mundial da ONU para a Natureza (princípio da vida única/dependência de recursos naturais)</p> <p>1985 Descoberto buraco de ozônio na Antártida</p> <p>1986 Acidente na estação nuclear de Chernobyl/1987 CMMAD elabora o Relatório Brundtland, que citou a definição para desenvolvimento sustentável mais aceita mundialmente até hoje: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades.”</p> <p>1988 Assassinato de Chico Mendes (ativista brasileiro na defesa do Amazonas)</p>
1990	<p>1990 Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD é estabelecido no Canadá) /Movimento de valorização da responsabilidade social empresarial ganha forte impulso no Brasil, com a ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão.</p> <p>1992 ECO 92, no RJ - Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Elaborou a Carta de Terra e a Agenda 21. Foi um dos mais importantes encontros globais para discutir a questão ambiental. Esta reunião resultou na criação da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas, que é debatida ano a ano pelos países signatários nas Conferências das Partes (COPs).</p> <p>1993 Primeira reunião da Comissão das nações unidas para o Desenvolvimento Sustentável Herbert de Souza, o Betinho, e o IBASE lançam, no Brasil, a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que constitui o marco da aproximação dos empresários com as ações sociais.</p> <p>1997 COP3 realizada em Quioto, Japão. Marcada pela adoção do Protocolo de Kyoto - compromisso dos países em reduzir a emissão de gases do efeito estufa. / No Brasil, Betinho lança uma campanha nacional a favor da divulgação do balanço social com o apoio de lideranças empresariais, da CVM, jornal Gazeta Mercantil, de empresas (Banco do Brasil, Usiminas, entre outras) e de suas instituições representativas (Firjan, Abrasca, Abamec, Febraban, etc.) e, em parceria com a Gazeta Mercantil e o IBASE, lança o Selo do Balanço Social a fim de estimular a participação das companhias.</p> <p>1998 Criado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social pelo empresário Oded Grajew. / COP4 realizada em Quioto, Japão, centrou esforços para implementar o Protocolo de Quioto.</p> <p>1999 Triple Bottom Line (TBL), de John Elkington, designa o equilíbrio entre os 3 pilares (ambiental, econômico e social). / Criação do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), primeiro índice composto por ativos de empresas líderes em termos de sustentabilidade no mundo. / Pacto Global de Kofi Annan anunciado no fórum de Davos. / COP5 realizada em Bonn, Alemanha.</p>
2000	<p>2000 Lançamento oficial do Pacto Global no escritório da ONU em NY. / Lançamento das 8 Metas do Milênio. / O Instituto Ethos concebeu os Indicadores Ethos. 2002 Rio+10 ou Conferência Mundial de Joanesburgo, com a meta de implementar a Agenda 21, instituiu a iniciativa “Business Action For Sustainable Development”. / “Diálogo Empresarial sobre os Princípios do Pacto Global” em Belo Horizonte</p> <p>2002 Realizada em Joanesburgo a cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável</p> <p>2005 BM&FBovespa lançou o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que acompanha o desempenho de empresas líderes em sustentabilidade com ações negociadas na BM&FBovespa. / COP 11 realizada em Montreal, Canadá, originou a primeira Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto (MOP1)</p> <p>2009 declaração de Copenhague.</p>
2010	<p>2010 as nações concordam com a repartição justa e equitativa dos benefícios da utilização de recursos genéticos, sob o protocolo de Nagoya à convenção sobre Diversidade Biológica</p>

	2012 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida por Rio+20. / COP18 a ser realizado em Doha, Qatar, até o dia 9 de dezembro de 2012/2015 Protocolo de Paris é assinado (Sucessor do protocolo de Kyoto) 2016 Protocolo de Paris entra em vigor.
--	---

Fonte: desenvolvido pelo autor a partir de IISD (2012)

Desta forma, a explanação sobre os conceitos e suas motivações são fatos que começaram a ganhar espaço junto às organizações. Com isto, novos termos e aplicabilidades passam a fazer parte das rotinas corporativas de várias organizações, sendo elas: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade corporativa, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa, performance social corporativa e *Triple Bottom Line*, o que reforça a necessidade de expor suas origens e concepção iniciadas em 1987 pela publicação da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED, 1987), o documento A/42/427, mais conhecido como Relatório Brundtland (NOSSO FUTURO COMUM), sendo o nome uma homenagem à sua organizadora Gro Harlem Brundtland.

O relatório foi produzido como resposta à Resolução A/38/161 da Assembleia Geral das Nações Unidas: “Processo de preparação da Perspectiva Ambiental para o ano 2000 e após”, instituída em 1982. Esta resolução abre caminho para a formação da comissão especial (também conhecida como Comissão Brundtland) que teria os objetivos de:

- Recomendar estratégias de longo prazo para atingir o desenvolvimento sustentável;
- Propor meios de transformar a preocupação com o meio ambiente em cooperação entre países de diferentes níveis de desenvolvimento econômico social, levando em conta as relações entre pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;
- Estudar maneiras pelas quais a Comunidade Internacional poderia lidar mais efetivamente com a preocupação sobre a conservação ambiental;
- Ajudar a definir percepções compartilhadas sobre as questões ambientais no longo prazo e os esforços necessários para tratar com sucesso da proteção e recuperação ambiental;
- Estabelecer uma agenda de atuação para as próximas décadas com os objetivos da comunidade mundial, que deve levar em conta

as resoluções relevantes de caráter especial do Conselho de Governo das Nações Unidas de 1982.

O Relatório Brundtland alerta para a urgência do progresso na direção de um desenvolvimento econômico sustentável, de modo a não reduzir o estoque de recursos naturais ou prejudicar o meio ambiente.

A publicação envolveu políticos internacionais, funcionários de governos e especialistas em meio ambiente e desenvolvimento e teve como um de seus resultados uma definição sobre desenvolvimento sustentável como o atendimento às necessidades das gerações atuais de maneira que não comprometa a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades.

O Relatório tem como preocupação primária estimular a igualdade global, por meio da redistribuição de recursos para os países mais pobres e incentivos ao seu crescimento econômico. Ele sugere também que igualdade, crescimento e preservação do meio ambiente são simultaneamente possíveis e que cada país é capaz de atingir potencial econômico pleno sem reduzir a base de recursos naturais. Essa evolução sustentável, porém, requer investimento em tecnologia e reforma social.

O relatório afirma que se deve permitir que as nações em desenvolvimento possam atender às necessidades básicas de emprego, alimentação, acesso à água e saneamento. Se estas necessidades devem ser atendidas de maneira sustentável, então é necessário que se defina qual é o nível de demanda sustentável de cada população. O crescimento econômico deve ser incentivado para que estas nações possam crescer de forma qualitativamente semelhante às nações desenvolvidas (BRUNDTLAND, 1987).

Um dos fatos que necessitam de atenção está relacionado com a promoção do desenvolvimento e expansão da cooperação internacional para que se possa criar mecanismos legalizados que possibilitem a associação, principalmente com organizações que compõe o setor privado e a busca por objetivos comuns.

Trazendo maior profundidade para o entendimento da sustentabilidade frente ao apoio de políticas públicas adequadas, Dovers (1997) traz as questões naturais em sua abordagem onde define a sustentabilidade como a conciliação de métodos, sociedade e natureza em qualquer tempo, qualquer espaço e qualquer economia. Seus apontamentos são amparados na análise temporal dos eventos ocorridos após a década de 70, junto à sociedade europeia.

Nesse período, surgem movimentos voltados a um maior interesse pela defesa dos recursos naturais. Porém, a confusão acerca da temática sustentabilidade se mantém e com ela a dificuldade em fazer políticas realmente eficazes, levando em consideração a necessidade de buscar entender a fundo as melhores soluções para o problema e desenvolver melhores práticas. A sustentabilidade exposta por Dovers (1997) deve ser elencada em níveis de prioridade, sendo eles: microproblemas, meso-problemas e macroproblemas.

Com isto, para cada nível de ordem de preocupação, sua solução deve ser a partir de políticas coerentes, não utópicas, contemplando necessidades da sociedade moderna (atual). Contudo, é salutar considerar necessidades econômicas, as quais promovem desenvolvimento econômico, sendo que estes não devem ser analisados em apartado, ressaltando também a necessidade de uma maior compreensão da sustentabilidade e do próprio desenvolvimento sustentável.

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) discutem diferentes abordagens do Desenvolvimento Sustentável e identificam três abordagens significativas para a explanação: o *Status Quo*, Reforma e Transformação. Tais apontamentos passam a tomar importância global, quanto a sua necessidade de gerenciamento e compreensão de forma mais objetiva da relação existente entre passado (no sentido da extração de bens naturais sem controle, e que não seria somente uma necessidade de preservação dos recursos naturais), presente (no sentido de equilibrar problemas de ordem: ambiental, social e econômico) e futuro (voltado a garantir uma harmonia entre gerações futuras e condições de sobrevivência no planeta).

Visando ampliar o entendimento acerca das possibilidades disponibilizadas por Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), existe uma importância em compreender os conceitos de *Status Quo*, Reforma e a Transformação já que estes podem direcionar o posicionamento das próprias organizações a luz da sustentabilidade, sendo assim temos:

- *Status Quo*: apresenta, em sua essência, a existência de uma preocupação com a necessidade de mudanças quanto aos fatos atuais. Porém, estes não são “urgentes” e são passíveis de boa administração, tomadas de decisão e relações de poder e que por meio do desenvolvimento de novas “regras” facilitadoras podem ser criadas, assim como novas tecnologias para reparação da degradação ambiental.

- Reforma: apresenta que mudanças e adaptações são necessárias na condução dos trabalhos da maioria das empresas. Neste caso, o governo possui um papel de grande valia na adoção de normatizações e mecanismos de regulação contra quem vai contra os princípios sustentáveis. Porém, esta mesma preocupação visa um equilíbrio dos meios proporcionando assim, forma de capitalismo sustentável e com maiores responsabilidades perante a sociedade. Algumas similaridades ao *Status Quo* são facilmente percebidas entre os reformistas.
- Transformação: exalta a necessidade urgente de uma mudança junto ao relacionamento da sociedade com o meio ambiente. Desta forma traz em sua essência duas vertentes: a primeira vertente trata da explanação acerca da transformação sem o Desenvolvimento Sustentável (o qual fica em seu conceito apartado do desenvolvimento sustentável, mantendo seu foco é a natureza e todo demais se ajusta); a segunda vertente apresenta a transformação com o Desenvolvimento Sustentável (que contemplam questões sociais e ambientais, buscando assim, uma maior interação entre as realidades pertinentes ao desenvolvimento da própria sociedade).

Os apontamentos expostos fazem à desmistificação do termo Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável e de como devem ser compreendidos para possibilitar a evolução da sociedade e não somente o debater de forma ideológica, com a intenção de levantar “bandeiras” as quais promovem ideologias e políticas.

Travar batalhas ideológicas na esfera acadêmica e científica deixam esvair as possibilidades de soma de forças e promovem o efeito contrário que acabam gerando descrédito a causa da real crise ambiental perante a sociedade. Nesse contexto, surge a pergunta: Qual posicionamento tomar em prol das soluções da crise ambiental?

Pierri (2004) traz diferentes correntes acerca do tema, como a corrente ecologista conservacionista, o ambientalismo moderado, a corrente humanística crítica, a subcorrente anarquista e a subcorrente marxista. Porém, essas correntes traçam paralelos próximos quanto a exposição ao capitalismo e suas formas de articulação com a sociedade. Esta última como promotora da própria economia que

garante recursos para os indivíduos e, em alguns momentos, tomam posturas antagônicas quanto ao entendimento da sustentabilidade.

Ainda segundo Pierri (2004), a necessidade em se orquestrar os movimentos voltados somente à preservação ambiental se mostra muito aquém de querer resolver outros problemas que já foram instaurados devido às formas de extração dos recursos. Esses movimentos defendem que o ser humano não tem a mesma importância que a própria natureza, onde ela deve ser atendida em suas necessidades em primeiro grau de urgência e os problemas de natureza sociais passem a serem tratados como problemas secundários, o que para outras frentes ideológicas não apresenta recursos e apoio necessário em suas teses para se sustentar, já que assumem um radicalismo excessivo.

A ideologia marxista apontada por Castro (2004) por sua vez, se faz presente em muitos movimentos ecológicos que ampliam as críticas a outras ideologias contrárias por possuírem influências capitalistas. Esses movimentos alegam que a possibilidade de mudanças passa a ser maior, no entanto, surge a preocupação quanto ao preço que tais posicionamentos ou metodologias poderiam realmente gerar ao serem colocadas em prática, a fim de evitar drásticos efeitos colaterais.

Sendo assim, a necessidade de buscar aprofundar-se na temática Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável promove uma reflexão necessária a quem busca uma maior compreensão acerca dos termos. Com isto, a possibilidade de uma melhor argumentação e escolha quanto a buscar novas opções de construção e sobrevivência por meio de utilização dos recursos de forma sustentável e, assim, propiciar um melhor equilíbrio da “balança” do mundo entre aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) apresentam de forma muito clara as abordagens que pode se adotar para um posicionamento em vista de um bem maior perante a sobrevivência e convivência do homem no planeta.

Dentre as abordagens, entende-se que o *Status Quo* apresenta um melhor posicionamento, em tempos atuais e perante aspectos de mudanças bruscas em toda sociedade ao longo da história, pois, ela sempre criou dispositivos que buscam a autopreservação. Obviamente que esses fatos não se podem deixar a cargo do tempo, porém, são passíveis de interferências do próprio homem de forma a

redesenhar a estrutura capitalista já que estamos avançando junto a uma tecnologia a qual cada vez mais vem propiciando benefícios à própria sociedade.

As movimentações da própria sociedade em prol da necessidade de mudança promovidas pelas tecnologias e outros canais podem facilitar e influenciar de forma contundente mais indivíduos.

Dessa forma a necessidade de acompanhar os movimentos da própria sociedade e alinhar os interesses em prol de um equilíbrio propiciado pelo próprio capitalismo poderia gerar melhorias econômicas sociais e ambientais. O que permitiria às organizações buscarem um maior alinhamento por meio da sustentabilidade em contexto organizacional. Tal discussão é melhor abordada no próximo tópico.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são terminologias que, apesar de estarem próximas, têm conotações diferentes do ponto de vista de vários autores. Quanto a Sustentabilidade existe a falta de consenso quanto ao entendimento do próprio termo, um desalinhamento que promove inúmeros significados ao conceituar a sustentabilidade e minimizando a importância do conceito (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008)

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável promovem as mais diversas discussões, sendo em muitos casos a interpretação da sociedade quanto à responsabilidade por zelar pelo meio ambiente uma tarefa do Estado. Porém, embora este tenha suas responsabilidades quanto à regulamentação e busca da preservação dos mesmos fatores políticos econômicos, existe uma linha tênue em atender a demanda pela preservação da natureza ou a necessidade de manter a utilização de recursos produtivos e promover a economia (DUIT; FEINDT; MEADOWCROFT, 2016).

Feil e Schreiber (2017) buscam através de pesquisa bibliográfica robusta, apresentar fundamentações sobre a temática Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Os autores demonstram os aspectos de divergências quanto à prática dos termos e aspectos convergentes para um mesmo objetivo que compreendem observações claras e concisas sobre a evolução dos estudos acerca da sustentabilidade.

Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade começaram a fazer parte do vocabulário corporativo. Com isto, a necessidade em explorar em profundidade o tema passa a ser demandada por acadêmicos que apresentam outras

lentes sobre a temática, a fim de promover o surgimento de teorias que exprimem a necessidade em se compreender a relação homem natureza, a relação natureza capital e também a extinção completa da natureza em detrimento do próprio homem através de suas formas de convivência.

Diversos autores de diferentes áreas buscam aprofundar-se no termo em questão. Nas ciências sociais aplicadas a sustentabilidade passou a ser associada à realidade corporativa, sendo através de Jonh Elkington através do livro “Canibais com Garfo e Faca” em 1997 surge o tripé *profit, planet e people* (*Triple Bottom Line*), que está relacionado com os fatos das organizações buscarem resultados sustentáveis focando no campo financeiro, social e ambiental.

Segundo Elkington (2012), o que guiará as empresas em direção a sustentabilidade será as mudanças drásticas que elas desempenharão na linha dos três pilares, sendo os desafios interessantes ocorridos entre as áreas envolvidas com os três pilares (econômico, social e ambiental).

Desta forma, a disseminação da nomenclatura no meio corporativo passou a se expandir, assim como o interesse da área acadêmica, em conjunto a corporativa, majoração em investimentos em pesquisas sobre a temática, promovendo questionamentos quanto à postura organizacional, transcendendo as preocupações somente quanto ao retorno financeiro para incorporar outras preocupações quanto as suas responsabilidades para com a sociedade (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; MUNCK, 2013; SMITH; SHARICZ, 2011; SANTOS; ANUNCIAÇÃO; SVIRINA, 2013; VALENTE, 2012).

Sendo assim, a sustentabilidade organizacional, tratada em específico no próximo capítulo, visa potencializar e sustentar as formas das organizações se guiarem para a melhoria de seus processos a médio e longo prazo, buscando por obter a sustentabilidade de suas práticas voltadas a cultura e atuação no mercado, assim como atender a demanda dos *stakeholders* e *shareholders* de uma maneira mais saudável, e não o lucro pelo lucro.

Finaliza-se assim, com a conceituação de Borim-de-Souza (2010) o qual diz que a disseminação da similaridade entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não é confirmada pela disparidade de suas fundamentações conceituais. Sendo assim, o reconhecimento e os conceitos divergem. A sustentabilidade está para a capacidade de manter algo em um estado contínuo, enquanto o desenvolvimento

sustentável se relaciona com processos integrativos os quais buscam manter harmonização dinâmica de um sistema complexo em longo prazo.

Para esta pesquisa, será adotado a nomenclatura para definição de Sustentabilidade Organizacional, em substituição as outras nomenclaturas (sustentabilidade corporativa, sustentabilidade empresarial) visando assim, padronização do termo.

2.3 ESTRUTURAS E FUNDAMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Devido às variações do conceito de sustentabilidade organizacional pelos diferentes autores, essa seção busca alinhar o conceito a fim de torná-lo coerente com a pesquisa empreendida. Desta forma, a partir da obra de Elkinton (2001), o surgimento do termo *Triple Bottom Line* promoveu a base conceitual a qual este capítulo fará referência, além de demais autores que reforçam o TBL como uma abordagem dominante no meio corporativo (ROBINS, 2006; SAVITZ; WEBER 2007) Porém, o conceito ainda se mantém inquietante para muitas organizações, uma vez que a intenção da ferramenta é medir além da geração de lucro estendendo-se a questões de cunho ambiental e social (HUBBARD, 2009).

O cenário globalizado apresenta diferentes adversidades impostas pelo mercado. Como a própria necessidade de adaptação exige das corporações aprofundamento acerca da utilização dos pilares, a fim de promover uma melhor adaptação e validação do *TBL* perante as corporações e metodologias que se utilizam deste conceito, cada vez mais as empresas buscam se aproximar de práticas que contemplam a harmonização das três dimensões propostas (ROBINS, 2006).

Mesmo que a atuação dos chamados fundos éticos no cenário econômico datarem mais de 100 anos, existe uma necessidade ainda maior (por parte do perfil de uma nova geração de investidores) em promover diferenciais ligados ao *Triple Bottom Line*, o que se estendendo a organizações que passam a rever seu posicionamento quanto à missão, visão e valores (SARTORE, 2008).

Tal ação desencadeia o posicionamento de organizações que se voltam para obtenção não só de lucros financeiros, mas de outras formas de ganhos através de posicionamento de sua marca e produto ou da consolidação no mercado mediante sua classificação de empresa promotora de bem social que contribua com

o desenvolvimento da sociedade e com a restauração e perpetuação das reservas ambientais do planeta. Com isso, a própria sociedade configura sua mudança de hábitos, não somente por uma busca de produtos, mas também com interesse por empresas que transmitam um posicionamento de socialmente responsável (ANDREOLI; CRESPO; MINCIOTTI, 2017).

Elkington (1994) apontava para a necessidade das organizações se voltarem ao ganha-ganha-ganha e buscar um equilíbrio para desenvolver formas de atender os interesses da empresa, seus clientes e do meio ambiente.

Segundo Silveira (2013), o fato do *TBL* mensurar as relações entre as dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e proporciona um equilíbrio de interesses, este se diferencia dos demais índices existentes, o que possibilita melhor interação entre as dimensões eco ambiental, eco social e socioambiental.

O mundo globalizado proporcionou uma busca por sobrevivência de diversas organizações, o que despertou inúmeras formas de “jogar o jogo” das relações capitalistas na busca por legitimar suas atitudes perante a sociedade. Para Aktouf (1991), o atual modelo utilizado pelas indústrias é insustentável diante de suas características, pois reforça o risco para se ter lucro no curto prazo, mas tornando eminente uma destruição no longo prazo.

Outros autores apontam em suas argumentações que as empresas podem “fazer bem, fazendo o bem” uma vez que se atende às necessidades de outros além das partes interessadas e criam valor para o acionista, ofertando um tipo certo de lucro (FREEMAN *et al.*, 2010; PORTER; KRAMER, 2011).

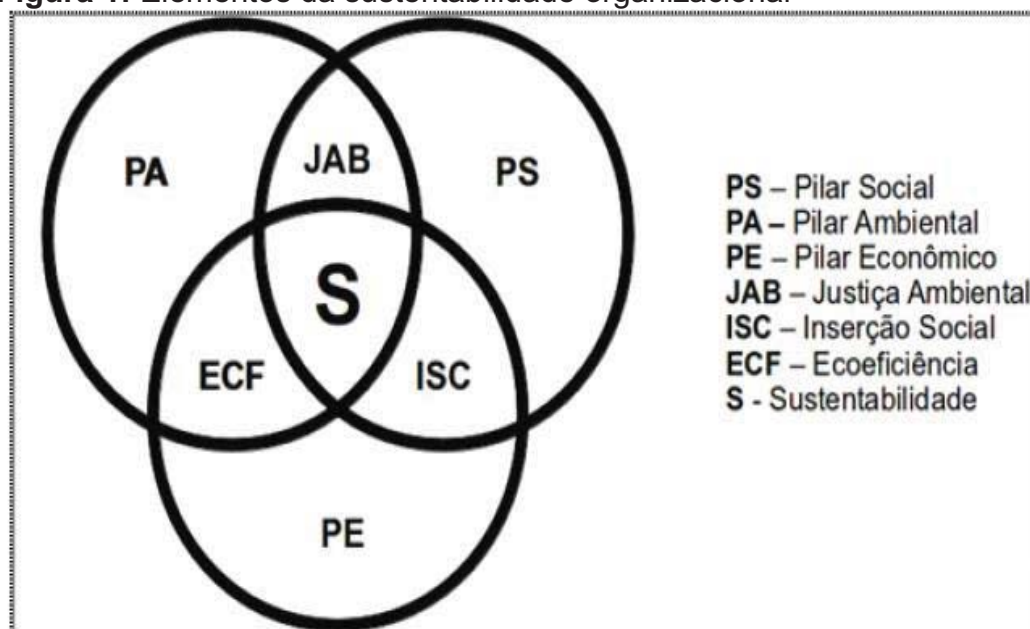
A sustentabilidade que já é pauta há tempos em muitas organizações, demonstra sempre sua complexidade de entendimento, uma vez que coloca em questionamento nas empresas como harmonizar ganhos financeiros (pilar econômico) com as questões ambientais (pilar ambiental) enquanto corresponde a todo efeito moral e ético de suas atuações perante a sociedade (pilar social), para então obter uma gestão integrada dos pilares (DIAS, 2017).

O pilar social, por sua vez, ao longo da história tem se deixado passar despercebido por parte das organizações. Porém, atualmente ele tem emergido com força clamada pela sociedade, pois, por meio da comprovação de sistemas deteriorados por práticas comerciais, se voltava para atender a demanda dos

shareholders para atender somente a demonstração de lucro (HUBBARD, 2009; BANSAL, 2005).

Uma vez que as organizações estão diretamente envolvidas com o consumo dos recursos naturais e sociais, elas buscam promover suas atividades mercantis e de subsistência ao se envolver em processos voltados pela busca por alternativas para gerar o equilíbrio ampliando a compreensão acerca das mudanças necessárias em suas formas de gestão em busca da sustentabilidade organizacional (MUNCK; BANSI; GALELLI, 2016). A figura 1 ilustra como ocorre a integração dos elementos da sustentabilidade organizacional e suas relações, as quais promovem a sustentabilidade.

Figura 1: Elementos da sustentabilidade organizacional



Fonte: Munck *et al.* (2013, p. 467).

Segundo Wang e Lin (2007), para que uma organização possa ser direcionada para um maior engajamento junto à sustentabilidade, a mesma deve buscar o melhor desempenho e progresso junto aos elementos do TBL, mantendo assim o equilíbrio das necessidades do negócio (econômico), as necessidades ecológicas (ambiental) e as morais (social), para gerar retorno aos *stakeholders* e mantendo toda a ecologia a qual está envolvida em harmonia.

Desse modo, a necessidade de mudança a qual as organizações são submetidas é muito rápida para que possa atender às expectativas geradas pelo

mercado e a forte cobrança da sociedade pela busca por ferramentas e conceitos que suportem o posicionamento nas organizações, o que acaba propiciando uma diversidade que se fragiliza em alguns casos tornando ineficiente as abordagens (HUBBARD, 2009).

Para Elkington (2012), o equilíbrio dos três pilares (TBL) promoverá o desenvolvimento sustentável e a necessidade das organizações buscarem de forma paulatina aperfeiçoar seus processos em prol desta harmonia trará de fato a sustentabilidade organizacional.

Segundo Laville (2009), a necessidade de uma organização utilizar o TBL não focado somente em um pilar para suas tomadas de decisão, mas contemplar os três pilares de forma a garantir que a estratégia organizacional seja consolidada em longo prazo.

A possibilidade das organizações se encaixarem nestes moldes demandará investimentos e um maior alinhamento de entidades envolvidas com interesses similares, uma vez que como, mencionado anteriormente, por não existir uma só definição para sustentabilidade promove interpretações que visam atender demandas específicas de quem quer que as interprete. O próprio TBL tem seu conceito difundido e ampliado, possibilitando assim, uma evolução através de estudos mais recentes (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; MUNCK, 2013; VALENTE, 2012; VAN MARREWIJK, 2003; VAN MARREWIJ; WERRE, 2003; SANTOS; ANUNCIAÇÃO; SVIRINA, 2013; SMITH; SHARICZ, 2011)

O entendimento de que a Sustentabilidade Organizacional (SO) pode ser obtida por meio do equilíbrio de fatores econômicos, sociais e ambientais realizados pelas organizações possibilita promover ações voltadas a atender as três demandas e promover ações com resultados pautados na sustentabilidade (BANSAL, 2005; JAMALI, 2006; VAN MARREWIJK, 2003). Porém, tais dimensões possuem diferentes concepções demandando abordagens diferentes (DYLLICK; HOCHERTS, 2002).

Entre as razões para a proposição dos pilares, Elkington (2012) apresenta motivações de extinção da sociedade promovidas pelo capitalismo desenfreado que tinha seu foco apenas no pilar econômico. Dessa maneira, o autor viu a necessidade de propor novos pilares, já que o meio empresarial necessitava de ser norteado por movimentos e estímulos que comungassem de preocupações atuais.

Esta caracterização remete também a concepção da responsabilidade social (RSC) que, assim como o desenvolvimento sustentável, não existe um consenso quanto a sua definição. Barakat e Polo (2016) apresentam um contraponto conceitual a partir de Milton Friedman (1970), o qual afirma que a única responsabilidade social que a empresa possui é a majoração de seu lucro, e no outro extremo, Davis (1973) aponta que a RSC vai além de aspectos financeiros, legais e técnicos.

Ferreira, Rover e Vicente (2018), Nunes *et al.* (2010) apresentam acerca da discussão sobre a RSC demonstrando o posicionamento de Friedman (1970), o qual esclarece que o papel social das empresas se dá através da maximização do lucro, sendo a mola propulsora de bem-estar para a sociedade, enquanto Carroll (1979) se posiciona voltado a questões sociais e na forma de resposta para a sociedade por parte das organizações

Segundo Carroll (1998), a partir de um posicionamento mais elaborado frente suas definições de 1979, a RSC trata-se do processo que tem o envolvimento desde acionistas até funcionários e a sociedade, incorporando assim quatro dimensões em constante atrito: econômica, filantrópica, ética e legal.

Carrieri, Silva e Pimentel (2009) descrevem que as organizações têm interesse em se utilizar da RSC como uma forma de trabalhar o retorno de suas ações através da imagem e construir uma impressão positiva perante seu público-alvo, incorporando a temática ambiental.

Mas como parametrizar qual empresa tem o melhor posicionamento sustentável? Como satisfazer os interesses de investidores que buscam investir em empresas que possuem valores aos quais se identificam? Tais questionamentos promoveu a criação dos índices sustentáveis, onde Sartore (2012) afirma que a empresa de consultoria *Sustainability* disseminou o conceito *Triple Bottom Line* que norteou os índices financeiros nos países de Norte a Sul. Segundo Garcia e Orsato (2013) as empresas têm buscado cada vez mais demonstrar para a sociedade seus esforços em promover boas práticas sociais e ambientais, por meio de relatórios de sustentabilidade ou por investimentos alinhados com o impacto social.

As próprias organizações empresariais que figuram no ranking dos índices de sustentabilidade possuem riquezas e potencial para interferirem junto a sociedade de forma mais eficaz, o que poderia responder a vários questionamentos dos *stakeholders* que manifestam preocupações além da rentabilidade financeira.

Compreender o porquê de algumas empresas investirem tanto em tempos atuais para serem incluídas nos índices é uma necessidade da própria sociedade, pois, não seria interessante que estas articulações tivessem por interesse principal apenas a legitimação de uma imagem sustentável para a organização.

Almeida (2002) afirma que para uma empresa ser sustentável e competitiva, ela deve priorizar ações e decisões a margem da ecoeficiência, assim como buscar uma produção que possibilite menos poluição e redução do uso de recursos naturais para ser socialmente responsável.

A constante necessidade das empresas apresentarem lucros a seus acionistas e perpetuarem suas atividades contribuem para que as mesmas busquem promover diversas estratégias de atuação junto ao mercado e incitam a necessidade de fortalecimento de uma imagem institucional a qual pode ser reconhecida entre outras validações como uma empresa sustentável.

Assim, construir uma imagem intitulada como empresa sustentável a médio e longo prazo podem apresentar vantagens financeiras a seus *shareholders* sendo a participação junto aos índices financeiros de sustentabilidade uma forma de propagar este posicionamento. O desenvolvimento de ações sustentáveis é motivado pela própria sociedade ou na busca para se diferenciar dos concorrentes, já que a sustentabilidade tem sido adotada também como diferencial (BANSAL; ROTH, 2000; GINSBERG; BLOOM, 2004; POLONSKY, 1994).

Muitas organizações passaram a demonstrar maior preocupação com o meio ambiente na década de 1990, não necessariamente voltadas de fato a buscar soluções ambientais, mas para mostrar para a sociedade que eram organizações verdes. Essa prática levou a criação do termo *greenwashing*, que evidenciou a apropriação de virtudes ambientalistas em prol de aceitação perante a sociedade, o que levou ao interesse da própria comunidade acadêmica na busca por expor esta situação conforme o trabalho de Andreoli, Crespo e Minciotti (2017).

Tais trabalhos buscam evidenciar empresas que não conseguem provar que são sustentáveis (NYILASY; GANGADHARBATLA; PALADINO, 2013) ou tem a intenção de mascarar sua imagem organizacional (PARGUEL; BENÔIT-MOREAU; LARCENEUX, 2011), já que nos últimos anos tem aumentado consideravelmente o volume de publicidades “verdes” (EASTERLING; KENWORTHY; NEMZOFF, 1996).

Embora Azapagic (2003) acredite que a própria legislação seja uma força motriz que promove o desenvolvimento sustentável por reforçar o exemplo da união Europeia a qual vem instituindo políticas e legislações que promovem a responsabilidade social corporativa, o autor também menciona que para as organizações o aumento do entendimento que ser mais sustentável faz sentido para os negócios, promove processos mais limpos e melhoria dos custos e materiais envolvidos.

Segundo Savitz e Weber (2007), o TBL proporciona o entendimento na essência do conceito sustentabilidade organizacional, através de suas transposições com a harmonização dos três pilares utilizados gerando resultados positivos para as organizações.

Savitz e Weber (2007) e Elkington (2012) comungam do alinhamento dos pilares e sua harmonização é a base da sustentabilidade organizacional. A sustentabilidade proporcionará para a organização a reflexão real quanto a necessidade de equilíbrio de sua atuação junto ao mercado, podendo ser convertido em indicadores e índices de sustentabilidade (FEIL; SCHREIBER, 2017).

Desta forma, existe uma necessidade de compreensão muito grande pelas partes envolvidas e quanto a prática dos responsáveis por implementar ações que tenham por objetivo a SO. Compreender que somente um aspecto não basta para a organização atuar de forma unilateral em busca de uma imagem sustentável, mas que ela deve buscar equilibrar o TBL sem sobreposição de interesses, principalmente quando falamos da dimensão econômica.

As dimensões que compõe a SO, o que Elkington (1994) apresentou como pilares da sustentabilidade, servem como uma forma didática das organizações perceberem a importância de não canalizarem suas estratégias em apenas um único propósito para obterem o desenvolvimento sustentável, mas sim buscar o equilíbrio em suas ações harmônicas junto as dimensões, e assim, ser uma empresa sustentável. Mesmo sendo o TBL a abordagem dominante das organizações (ROBINS, 2006; SAVITZ; WEBER, 2007), onde empresas se apropriaram desta abordagem a partir de modelos prontos em consonância com os critérios de seleção do DJSI, por exemplo, leva a questionamentos quanto ao real posicionamento das empresas (SRIDHAR; JONES; 2013). Ainda assim, tal posicionamento das organizações não deve ser avaliado com simplismo tendo em vista que mesmo que

não se comprove a sustentabilidade legitimada, a utilização do modelo pode ser entendida como contato inicial para um processo sustentável.

Desta forma o quadro 2, apresenta os conceitos para as dimensões econômica, ambiental e social, a partir da síntese dos trabalhos propostos por Dyllick e Hockerts (2002), Sachs (2008), Azapagic (2003), Baumgartner e Ebner (2010), Munck (2013), que promoveu o conceito operacional adotado para esta pesquisa.

Quadro 2: Conceitos operacionais das dimensões econômica, ambiental e social

	Dyllick e Hockerts (2002)	Sachs (2008)	Azapagic (2003)	Baumgartner e Ebner (2010)	Munck (2013)	Conceito Operacional
Dimensão Econômica	Capacidade da organização prover fluxo de caixa positivo (a todo tempo), o que possibilita a ela produzir e manter retorno satisfatório aos seus investidores, porém, atuando de forma responsável quanto ao desempenho de suas rotinas.	Promove a desigualdade entre os países, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, necessário sua revisão de forma macroeconômica, com o objetivo de repensar o posicionamento das organizações frente a seus lucros.	O Desenvolvimento sustentável possui como propulsor a viabilidade econômica do negócio, pois, através da lucratividade que as organizações removem melhorias junto à comunidade.	Abrange aspectos gerais de uma organização que devem ser respeitados ao lado de aspectos ambientais e sociais - para permanecer no mercado por muito tempo. O uso de tais aspectos genéricos parece significativo, pois bons resultados nesses aspectos podem levar a bons resultados financeiros e de sustentabilidade da empresa. Assim, a gerência deve considerar tais aspectos a fim de obter sucesso econômico ao invés de se concentrar em aspectos que mostram apenas resultados financeiros. Portanto, os aspectos da dimensão econômica da sustentabilidade corporativa são "inovação e tecnologia", "colaboração", "conhecimento gestão, 'processos', 'compra' e 'relatórios de sustentabilidade.	Refere-se à viabilidade econômico/financeira. É um subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a ecoeficiência e a inserção socioeconômica. Abrange tópicos como competitividade, oferta de empregos, penetração em novos mercados e lucratividade voltada para o longo prazo.	Possui abrangência geral de uma organização e está associado a viabilidade econômica/financeira. Representado pela eficácia de dois agires organizacionais menores, a ecoeficiência e a inserção socioeconômica) mantendo equilíbrio com as demais dimensões, proporcionando assim, sucesso econômico a longo prazo ao invés de foco somente em resultado financeiro, considera-se aspectos: "inovação e tecnologia", "colaboração", "conhecimento gestão, 'processos', 'compra' e 'relatórios de sustentabilidade. (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)

Dimensão Ambiental	<p>Utilização de recursos naturais os quais quando consumidos não extrapolam sua reprodução natural, considerando também a utilização de produtos substitutos, visando assim, não afeta de forma degradativa ao meio ambiente.</p>	<p>Uso racional dos recursos naturais, através da política dos 3R (reduzir, reutilizar e reciclar), ampliando pesquisas voltadas a otimizar os processos de consumo das organizações, promovendo normas para a correta utilização do meio ambiente.</p>	<p>Demanda atenção quanto toda a cadeia produtiva das organizações, necessitando assim, uma maior atenção ao ciclo de vida dos produtos/processos, promovendo um melhor entendimento dos seus impactos</p>	<p>Atua junto aos impactos ambientais que são causados pelo uso de recursos, e as emissões para o ar, para a água ou para o solo, bem como resíduos e resíduos perigosos. Além disso, o impacto sobre a biodiversidade e as questões ambientais do produto ao longo do ciclo de vida são importantes</p>	<p>Refere-se à viabilidade ambiental. É um subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a justiça socioambiental e a ecoeficiência. Abrange a prevenção dos impactos gerados pela organização nos sistemas naturais compostos por seres vivos e não vivos. Vai além de registrar a conformidade com as regulamentações governamentais e de iniciativas como reciclagem ou utilização eficiente de recursos energéticos, uma vez que não dispensa uma abordagem compreensiva das operações organizacionais, a qual deve se pautar pela avaliação dos impactos gerados pelos produtos da empresa, pelos processos e serviços cotidianos realizados, pela eliminação de gastos desnecessários e de emissões elevadas, além da minimização de práticas que podem afetar o acesso das gerações vindouras aos recursos naturais críticos.</p>	<p>Está relacionada com a viabilidade ambiental e com a eficácia de dois agires organizacionais menores, a justiça socioambiental e ecoeficiência. Contempla impactos sobre a biodiversidade, estando além do acompanhamento acerca de regulamentações ambientais, estando voltada para a otimização de práticas de utilização de recursos naturais visando manter o ciclo de produção dos produtos menor que o ciclo de recomposição da matéria. (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)</p>
--------------------	--	---	--	--	---	---

Dimensão Social	<p>Relaciona-se com o fato das organizações investirem nas comunidades, nas quais estão instaladas, propiciando assim, melhorias que motivem todos os envolvidos (stakeholders).</p>	<p>Está relacionado ao processo de DS, a partir de uma sociedade que busca o desenvolvimento econômico alinhado com a melhora da qualidade de vida, seja está, através de saúde, educação, ganhos.</p>	<p>Está relacionado com as responsabilidades que as organizações devem ter junto a sociedade/comunidade, promovendo ações voltada ao humano (interesse tanto de seus colaboradores, quanto da própria comunidade)</p>	<p>Visa influenciar positivamente todas as relações presentes e futuras com as partes interessadas</p>	<p>Refere-se a viabilidade social. É um subsistema das SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a inserção socioeconômica e a justiça socioambiental. Abrange a gestão de impacto que a organização gera nos sistemas sociais relacionados à organização são genuinamente consideradas. Em síntese, incorpora questões relacionadas ao desenvolvimento humano (educação, treinamento, saúde ocupacional, segurança no ambiente de trabalho e desenvolvimento de competências), à equidade (salários e benefícios justos, oportunidades igualitárias e ausência de discriminação no ambiente de trabalho) e às considerações éticas (direitos humanos, valores culturais, justiça intergeracional e justiça integracional)</p>	<p>Está relacionada com a viabilidade Social, sendo, subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a inserção socioeconômica e a justiça socioambiental, considerando a otimização das relações das partes interessadas (visa promover melhora ao humano, através de educação, saúde, treinamento) (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)</p>
------------------------	--	--	---	--	---	---

Fonte: desenvolvida pelo autor a partir de Dyllick; Hockerts (2002), Sachs (2008), Azapagic (2003), Baumgartner e Ebner (2010) e Munck (2013).

Esta pesquisa utiliza como parâmetros para definir as três dimensões (econômico, social e ambiental) uma síntese da literatura proposta pelos autores Baumgartner e Ebner (2010) e Munck (2013), denominados conceitos operacionais que visaram unificar os fundamentos teóricos apresentados a fim de definir o acontecimento da SO, o qual é utilizado como cerne para a comparação dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD e ISE) através do mapeamento de suas estruturas.

Ocorreu assim a comparação das estruturas dos índices sustentáveis com a fundamentação teórica proposta, utilizada como apoio para dar suporte como ferramental para desenvolvimento da análise dos documentos apresentados, sendo utilizado para realização das comparações o modelo proposto por Baumgartner e Ebner (2010)², que tem por objetivo apresentar aspectos que visam comprovar a maturidade das organizações e se suas ações possuem consistência para implementação de estratégias que visam desempenhar ações sustentáveis.

Sendo assim, o modelo apresentou aderência para comparação dos índices sustentáveis. A sua validação junto a sociedade e organizações que supostamente são sustentáveis reforça o fato do ferramental estar focado nas três dimensões (Econômico, Social e Ambiental) as quais são encontradas como balizadores junto aos índices comparados, sendo adaptado com a inclusão de critérios que sinalizam o grau de comprometimento dos IS para com a SO.

Quanto ao fator maturidade, Hynds *et al.* (2014) afirmam que um modelo de maturidade de sustentabilidade sinaliza a aplicabilidade da ações sustentáveis, assim como a etapa de desenvolvimento na qual a empresa se encontra, podendo este ser utilizado em ações que possibilitem a integração da sustentabilidade junto a seus processos, reforçando assim, a utilização do modelo apresentado.

Assim, a pesquisa visou comparar qual o índice possibilita maior orientação para as organizações alcançarem a Sustentabilidade Organizacional, além do modelo proposto, e englobar outros aspectos na discussão, tais como: a) principais finalidades dos índices, b) metodologias utilizadas, c) fontes que originam as informações de cada índice e suas complexidades, d) critérios utilizados para

² Cabe ressaltar que o modelo proposto por Baumgartner; Ebner (2010), está voltado às ações que as organizações devem responder aos índices, como critério de inclusão, e não se refere diretamente aos índices em si. Deve-se levar em consideração que o ferramental contempla as dimensões/pilares que são similares aos índices comparados

eleger/incluir/excluir empresas junto as carteiras dos índices sustentáveis, foram analisados e comparados possibilitando efetuar a conclusão desta pesquisa.

O quadro 3, apresenta o modelo adaptado de Baumgartner e Ebner (2010), o qual propõe aspectos pertinentes as dimensões: econômica, social e ambiental.

Quadro 3: Aspectos da Dimensão Econômica, Social e Ambiental

Definição Sustentabilidade Econômica	Possui abrangência geral de uma organização e está associado a viabilidade econômica/financeira. Representado pela eficácia de dois agires organizacionais menores, a ecoeficiência e a inserção socioeconômica) mantendo equilíbrio com as demais dimensões, proporcionando assim, sucesso econômico a longo prazo ao invés de foco somente em resultado financeiro, considera-se aspectos: "inovação e tecnologia", "colaboração", "conhecimento gestão, 'processos', 'compra' e 'relatórios de sustentabilidade. (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)	
	Aspecto	Conceito
Dimensão Econômica	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentração em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.
	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P & D Instituições, universidades, trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.
	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.
	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas que todos os funcionários sabem o que a organização espera dele ou dela sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.
	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.
	Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja em separado relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.

Definição Sustentabilidade Social	Está relacionada com a viabilidade Social, sendo, subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a inserção socioeconômica e a justiça socioambiental, considerando a otimização das relações das partes interessadas (visa promover melhora ao humano, através de educação, saúde, treinamento) (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)	
	Aspecto	Conceito
Dimensão Social	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.
	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).
	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização. Não impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas para funcionários para evitar perigos e permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).
	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.
	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidos. Suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.
	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.

	Nenhuma corrupção e cartel	Comporte-se de maneira justa no mercado e evite manipular práticas comerciais. Este não inclui quebra de regras, fixação de preços ou adesão a um cartel e nenhuma corrupção ganhando vantagem.
	Cidadania corporativa	Ser um bom cidadão corporativo em nível nacional; conservação de subsidiárias no país e estabelecimento do poder econômico de um país, bem como um aumento no estilo de vida da sociedade. Apoio de partes interessadas (e outros) e seus problemas em nível regional; participação ou criação de atividades relacionadas à sustentabilidade para a comunidade local. Orientação sobre as gerações futuras sem explorar o presente (ou natureza).
Definição Sustentabilidade Ambiental	Atua junto aos impactos ambientais que são causados pelo uso de recursos, e as emissões para o ar, para a água ou para o solo, bem como resíduos e resíduos perigosos. Além disso, o impacto sobre a biodiversidade e as questões ambientais do produto ao longo do ciclo de vida são importantes (BAUMGARTNER; EBNER, 2010).	
	Aspecto	Conceito
Dimensão Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Uso de recursos renováveis e não renováveis e energia através de a empresa incluindo recursos reciclados.
	Emissões no ar	Emissões no ar devido a atividades corporativas.
	Emissões na água	Emissões na água devido a atividades corporativas.
	Emissões no solo	Emissões no solo devido a atividades corporativas.
	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas.
	Biodiversidade	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas.
	Questões ambientais dos Produtos	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Baumgartner e Ebner (2010, p. 80)

3 O MERCADO DE AÇÕES E OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS

Neste capítulo foi analisada a história de construção dos índices sustentáveis e na sequência suas respectivas estruturas, representadas pelos requisitos questionários e formas de convite/admissão das empresas que compõe os índices financeiros de sustentabilidade (*Dow Jones Sustainability Index*, ISE e FTSE4GOOD Index, que são foco desta pesquisa por serem os índices referência na América do Norte, Europa e América do Sul respectivamente), aprofundando-se em seus conceitos e práticas acerca das organizações que os promovem, apresentado revisão empírica sobre seu reflexo frente às ações que visam precificação. O capítulo buscou apresentar os índices sustentáveis suas características e interação com a sociedade, além das práticas utilizadas pelas organizações quanta a sustentabilidade ou se estas simplesmente tem a intenção de legitimar suas imagens por participarem das carteiras de índices de sustentabilidade ou outra finalidade relaciona a outros fins. Foram apresentados também, os indicadores de sustentabilidade, que são ferramentais que auxiliam o desenvolvimento dos índices sustentáveis, uma vez que fornecem modelos informações para direcionamento.

3.1 Os ÍNDICES SUSTENTÁVEIS

Segundo Arjaliès (2010) e Goede (2001), a preocupação do início do século com fundos que não possuíssem qualquer contato com estoques de pecado (álcool, jogos, tabaco ou pornografia) e a preocupação religiosa dos judeus em não investir em nada que tivesse relação com a exploração humana, deram origem aos primeiros fundos de investimento sustentáveis, que por sua vez influenciaram a criação dos índices sustentáveis.

Arjaliès (2010) faz referência à evolução dos fundos éticos e os separa em três gerações: a primeira considera os reflexos da América puritana; a segunda a expressão do ativismo político e societário; e a terceira dos fundos socialmente responsáveis. Esta última conquista maior exposição por apresentar o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade.

Donadone (2009) aponta para a influência do mercado norte americano impulsionou o seguimento de empresas voltadas a área de consultoria, uma vez que os anos 1990 demandaram grandes mudanças organizacionais e postura por parte das empresas, sendo a responsabilidade social empresarial e finanças sustentáveis focos de atuação de grandes corporações do meio consultivo, resgata-se ainda que uma das grandes influências dos índices de sustentabilidade atuais provém do trabalho de um consultor, John Elkington (1997) através da obra *Canibais com Garfo e Faca* a qual conceitua o *Triple Bottom Line* que se tornaria o alicerce para conceituações de índices de “benchmark”.

Quanto à influência do TBL junto aos índices, a esfera econômica tem dividido preocupações com as esferas social e ambiental nas últimas cinco décadas. Contudo, o véu que reveste esta discussão é a sustentabilidade (conforme apresentado no capítulo 2), e em reforço Dyllick e Hockerts (2002) e Laville (2009) atestam a necessidade de se manter o equilíbrio destas esferas para se ter sucesso a longo prazo. Desta forma os índices sustentáveis se apresentam como uma possível alternativa junto ao mercado financeiro para reforçar este conceito e promover junto as organizações a sustentabilidade organizacional, já que o TBL é a base da mesma (ELKINTON, 1997; SAVITZ; WEBER, 2007).

Sartore (2008) afirma que uma das maneiras de se quantificar a sustentabilidade é criar índices de sustentabilidade. Dessa forma, o mercado financeiro buscou se reinventar e gerar atratividade a seus usuários, uma vez que nos últimos anos aumentou a procura por investimentos compostos por princípios sustentáveis que possibilitem ao detentor de capital excedente a possibilidade de explorar novas opções, fomentando assim, as organizações demonstrarem grande esforço para apresentar para sociedade suas práticas direcionadas a questões sociais e ambientais (GARCIA; ORSATO, 2013).

Deste modo a década de 90 forneceu artifícios para que novas possibilidades fossem exploradas, com o advento dos eventos que envolveram o período em questão com as preocupações ambientais e, conseqüentemente, outras preocupações voltadas a questões sociais, econômicas e de governança corporativa.

Promoveu-se assim, a criação dos índices sustentáveis. Segundo Sartore (2016), essa criação pode ser explicada como um fenômeno social que busca trazer um novo sentido para a concepção de investir, indo além da concepção de

adquirir lucro para promover uma sociedade com mais equidade e o equilíbrio com o meio ambiente.

Segundo Fernandes, Fonseca e Cunha (2018) os debates sobre responsabilidade social e sustentabilidade permeiam as reuniões estratégicas de diversas organizações dentro da esfera privada, Estado e vai além do meio acadêmico.

Vertentes teóricas promovem a discussão acerca desta característica de gestão como aspecto possuidor de um viés administrativo estratégico por partes das organizações, sendo este influenciador de interesses para os agentes que buscam no mercado por ativo ou negócio. Contudo, a abordagem quanto à concentração de investidores ocorreu de maneira primordial com perspectivas sobre os retornos independente dos aspectos de gestão envolvidos e adoção de práticas sustentáveis como prática influenciadora sobre escolhas dos agentes de mercado impactando junto ao custo de capital empresarial (FERNANDES; FONSECA; CUNHA, 2018).

Segundo López, Garcia e Rodriguez (2007), a partir de interesses nas práticas de sustentabilidade, despertou-se nos Investidores adeptos a esta configuração a adoção do critério de compor suas carteiras investimento com configurações compostas por requisitos voltados a requisitos sustentáveis, fomentando assim o surgimento de índices vinculados a mercados.

Contudo, se faz necessário pensar a partir da visão de Perez (2016), que defende que a capacidade dos índices sustentáveis voltadas para facilitação das mudanças pró-sustentabilidade são limitados e isto ocorre devido a barreiras estruturais que estão enraizadas e refletem o pacto do capitalismo moderno. Dessa maneira, os índices influenciarem positivamente as empresas através da sustentabilidade trata-se de um compromisso democrático.

O primeiro índice socialmente responsável foi o *Domini 400 Index Social*, lançado em 1990. Ele possuía a proposta de auxiliar investidores com interesses em práticas sociais e ambientais (KINDER, LYNDERBERG; DOMINI, 1992, 1993), porém, não foi desenvolvido para bolsa de valores (GARCIA; ORSATO, 2013). Posteriormente no ano de 2010 foi rebatizado de MSCI KLD 400 Social Index, sendo gerenciada pela empresa americana MCSI (Morgan Stanley Capital International) (MSCI, 2019).

O quadro 4 apresenta os principais índices sustentáveis, suas definições, responsáveis pelo desenvolvimento e ano de criação.

Quadro 4: Principais índices sustentáveis

Índice	Definições	Desenvolvedor	Ano
Domini 400 Social Index	Composto por uma seleção de 400 empresas norte americanas, sendo 250 incluídas no índice S&P500, 100 companhia que não estão incluídas no S&P500, mas representativas em seu setor, e 50 companhias que representam fortes características de apelo social.	Kinder, Lydenberg, Domini & Co.	1990
Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI)	Calculados e analisados de maneira semelhante ao <i>Dow Jones Global Indexes</i> e são sub-categorizados em dois índices: o <i>DJSI World</i> e <i>DJSISTOXX</i> , esse último que é um índice composto de empresas europeias.	<i>Dow Jones Indexes, STOXX Limited</i> e <i>SAM-The Sustainable Asset Management Group</i> .	1999
Ethibel Sustainability Indices (ESI)	Composto por quatro índices regionais, que são: ESI Global, ESI Américas, ESI Europa e ESI Ásia-Pacífico.	Fórum Ethibel	2002
Calvert Social Index	Composto por 680 empresas selecionadas entre cerca de 1.000 das maiores empresas de capital aberto dos Estados Unidos.	Calvert Corporation.	2004
FTSE4Good	É derivado do índice global FTSE, especificamente do <i>FTSE-All Share Index (UK)</i> e do <i>FTSE All World Developed Index (Global)</i> .	Grupo empresarial britânico	2001
Socially Responsible Index	Considerado o primeiro índice de sustentabilidade surgido em um país emergente.	Bolsa de valores de Johannesburgo, na África do Sul	2004
Índice Sustentabilidade Empresarial (ISE)	O primeiro índice sustentável da América Latina, com forte influência do modelo americano.	Bolsa de Valores de São Paulo	2005

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na vanguarda dos índices sustentáveis desenvolvidos para bolsa de valores, o Dow Jones, nos EUA, com a criação do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), apresentado em 1999, é o índice que revela o desempenho financeiro das organizações líderes em sustentabilidade. Esse indicador utiliza questionários específicos subjetivos aplicados para avaliações e seleções dessas organizações. A Europa, por meio da Bolsa de Londres, conjuntamente com o Financial Times, apresentou o índice o FTSE4Good em 2001. O primeiro índice de sustentabilidade empresarial sustentável foi criado em 2003, junto aos países emergentes, na África do Sul, pela Johannesburg Stock Exchange (JSE), o qual se inspirou nos modelos adotados no exterior. O Brasil se tornou o primeiro país da América Latina e o segundo entre os emergentes a incorporar a sustentabilidade ao mercado de ações, com a

criação, em 2005, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Bolsa de Valores de São Paulo.

Em especial o ISE apresenta a finalidade de evidenciar um grupo de empresas que tenham as melhores práticas de comprometimento com a sustentabilidade ao distinguir as empresas pelo nível de comprometimento com desenvolvimento sustentável e por abordar outros itens previsto em sua metodologia, tais como equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, assim como o desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. O índice tem por meta destacar as empresas que tem os melhores desempenhos no ambiente de investimentos e buscam responsabilidade e ética de suas organizações (BARAKAT *et al.*, 2016; BARBOSA, 2007; DE DEUS RIBEIRO; FUNCHAL, 2018; FERNANDES; FONSECA; CUNHA, 2018; FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018; GARCIA; ORSATO, 2013; GOMES JÚNIOR; RAELI, 2010).

Foram explanados os três principais índices sustentáveis utilizados nesta dissertação por meio da definição deles por seus desenvolvedores.

3.1.1 Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

Sua concepção data 1999, sendo uma família de índices avaliadores da sustentabilidade que visa analisar o desempenho das organizações que negociam publicamente. Este índice é conhecido também por “benchmarks de sustentabilidade”, um dos mais antigos e referência em investimentos.

O DJSI busca excluir empresas que não operam a partir de princípios éticos e sustentáveis e sua análise volta para evidenciar o desempenho econômico, ambiental e social da empresa, por meio de avaliações de questões como governança corporativa, gerenciamento de riscos, *branding*, mitigação das mudanças climáticas, padrões da cadeia de suprimentos, práticas trabalhistas, passando por evoluções anualmente, o que torna possível a inclusão de outros tópicos que possam assegurar mais confiança para os investidores (SAM, 2018).

3.1.2 Índice FTSE4GOOD

Trata-se de uma série de índice de investimento voltado a ações éticas, lançado em 2001 pelo FTSE Group. É baseado em uma diversos critérios baseados em responsabilidade social, o que não permite em sua base empresas que estejam envolvidas com a produção de tabaco, armas (inclusive nucleares), indústria de carvão, se estendo para critérios da sustentabilidade quanto a processos que contemplem a inclusão de relacionamento com as partes interessadas, direitos humanos e *compliance* (FTSE RUSSELL, 2018).

O período de lançamento do índice veio logo após das mudanças da lei da pensão do Reino Unido (ocorrido em 2000), a qual constava a cláusula exigindo que os investidores institucionais divulgassem como estavam sendo geridas as considerações ambientais, sociais e de governança corporativa, ampliando assim, o interesse de investidores institucionais e intermediários por este tipo de investimento (SLAGER, 2012).

3.1.3 Índice ISE

Sua criação ocorreu em 2005, foi o pioneiro na América Latina, financiado inicialmente pelo IFC (*International Finance Corporation*), braço do Banco Mundial. Voltado a criar um ambiente de investimentos alinhados com demandas do desenvolvimento sustentável e responsabilidade ética das corporações, buscou criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

Está voltado a análise comparativa de performance das empresas que constam na lista B3, com referência da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (ISE, 2015).

Mesmo que exista grande dificuldade em se comprovar o efeito de causalidade entre a sustentabilidade organizacional e o desempenho econômico (ZIEGLER; SCHRODER, 2010), muitas são as possíveis causas que impulsionam as organizações a buscarem sua inclusão nas carteiras dos referidos índices, podendo ser por meio de ganho de reputação (MOON; DE LEON, 2007) ou busca por vantagem

competitiva (MCGUIREM SUNDGREN; SCHEEWEIS, 1988). Desta maneira, o mercado de capitais tem possibilitado cada vez mais a exposição deste tipo de produto.

3.2 PADRÕES E CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DAS EMPRESAS JUNTO AOS ÍNDICES FINANCEIROS DE SUSTENTABILIDADE

Os índices exercem uma corrida de credibilidade entre si, pois, se existe uma pressão das partes interessadas de um lado por melhores resultados de suas organizações por meio da combinação do lucro com o gerenciamento de impactos ambientais (ALMEIDA, 2009), por outro lado, existe uma metamorfose das próprias organizações quanto ao posicionamento que permite fazer parte das carteiras ou não, ou seja, estar apta para participar no ano X, mas não no ano Y fomenta grandes mudanças (ZIEGLER; SCHRODER, 2010).

Os critérios de aceitação e análise dos índices passam por mudanças constantes, a fim de se manterem atuais as exigências do mercado de capitais, assim como, atenderem aos interesses de seus *stakeholders*, desta forma, segundo Sartore (2008) quanto as considerações ao ISE, que se estendem também aos demais índices, as etapas das formações dos índices são necessárias para que a sustentabilidade se torne algo mensurável e assim, para a formação de um mercado que opera materialmente com os valores associados ao meio ambiente e à sociedade.

A seguir foram apresentados os padrões e critérios para aceitação das empresas junto aos índices Dow Jones de Sustentabilidade Index (DJSI), FTSE4GOOD e ISE respectivamente.

3.2.1 Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

Este índice apresenta grande complexidade em seus formulários de avaliação, sendo os mesmos reformulados constantemente visando maior aderência e atender às pressões da sociedade, seja ela através de normativas e regulações, ou por tendências promovidas por investidores.

O DJSI utiliza-se do método *Best-in-Class* (melhores companhias do setor), o qual, segundo a própria consultoria, estimula a competitividade em as

organizações participantes que visam posições junto ao índice, proporcionando uma melhora constante das práticas socioambientais (JOSEPH; CARIDADE; IGARI, 2016).

O DJSI busca avaliar de forma integrada critérios econômicos, ambientais e sociais mantendo o foco no valor do acionista em longo prazo. Sua revisão ocorre anualmente voltados a empresas regionais, nacionais e globais, utilizando o CSA (Avaliação de Sustentabilidade Corporativa, a qual pode ser utilizada como roteiro para sustentabilidade, segundo a RobecoSam), o processo garantido pela Deloitte (SAM, 2018).

Quanto a inserção da organização junto ao Índice, ela passa a ser monitorada em tempo real efetuando a busca de quaisquer problemas críticos que possam levar à exclusão da empresa, se considerada crítica o suficiente. Exemplos de eventos que levariam à exclusão incluem: práticas comerciais, abusos dos direitos humanos, demissões ou disputas trabalhistas, ou desastres catastróficos, este monitoramento é apoiado pela RepRisk (provedor de riscos especializado em ESG).

O desenvolvimento do DJSI apresentou sua base a partir de dois outros índices; o DJSI World (mundo) e DJSI Stoxx (europeu), sendo estes usuários de regras semelhantes e por esse motivo são conhecidos como Dow Jones Sustainability Index Family (LUCAS; GUEIROS, 2013).

A RobecoSam (especialista em investimentos sustentáveis) é a responsável pelas avaliações através de um questionário de sustentabilidade corporativa convidando 2.500 empresas ao redor do mundo (selecionando 10% do universo avaliado). Caso a empresa não preencha o questionário, a própria consultoria se encarrega utilizando-se de informações de domínio público (relatórios de sustentabilidade GRI, SASB e CDP) levando em consideração também o relacionamento com *stakeholders* quanto a postura da empresa avaliada (SAM, 2018).

A Avaliação de Sustentabilidade Corporativa (CSA) utiliza um questionário com aproximadamente 80-120 perguntas que passam por análise detalhadas e abordam fatores econômicos, ambientais e sociais relevantes que são ignoradas na análise financeira convencional. São 60 segmentos indústrias, os quais existe um questionário específico para cada um que seguem a classificação do GICS.

A base dos questionários é lastreada nos principais desafios globais de sustentabilidade além dos critérios gerais relacionados às práticas de gerenciamento padrão e medidas de desempenho, sendo elas: a) Governança Corporativa; b) Desenvolvimento do Capital Humano; c) Gerenciamento de Riscos e

Crises, os quais são definidos e aplicados nos segmentos, ressaltando que critérios gerais respondem por aproximadamente 40 a 50% da avaliação, dependendo do segmento (SAM, 2018).

Desta forma conforme o quadro 5 cada dimensão (Ambiental, Econômica e Social) possuem diversos critérios respondidos pelos participantes a fim de demonstrar o grau de comprometimento e efetividade das ações voltadas a sustentabilidade.

Quadro 5: Dimensões abordadas no questionário CSA

Dimensão Ambiental	Dimensão Econômica	Dimensão social
<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura de Relatórios Ambientais e Sociais • Garantia • Dados quantitativos • Ecoeficiência Operacional • EP - Emissões Diretas de Gases de Efeito Estufa (Escopo 1) • EP - Emissões Indiretas de Gases de Efeito Estufa (Escopo 2) • EP - Consumo de Energia • EP – Energia • EP – Resíduos • EP - Consumo de Água • EP – Água • Estratégia climática • Estratégia de Mudança Climática • Incentivos de Gestão • Emissões de GEE do Escopo 3 • Metas relacionadas ao clima. • Preços Internos de Carbono • Análise de cenário 	<ul style="list-style-type: none"> • Governança corporativa • Estrutura da Diretoria • Presidente não executivo / diretor sênior • Diversidade • Política • Diversidade de gênero • Divulgação de Mediana ou Média de Compensação de Todos os Empregados e Compensação do CEO • Experiência na indústria de placas • Duração Média • Requisitos de propriedade de gerenciamento • Compensação Executiva - Alinhamento com Desempenho de Longo Prazo • Compensação executiva - Métricas de sucesso • Propriedade gerencial • Propriedade do governo • Propriedade familiar • Classe Dupla • Ações • Gestão de riscos e crises 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de Práticas Trabalhistas • Diversidade • Remuneração Igual • Liberdade de associação • Direitos humanos • Direitos Humanos - Compromisso • Direitos Humanos - Processo de Due Diligence • Direitos Humanos - Avaliação • Direitos Humanos - Divulgação • Desenvolvimento do Capital Humano • Entradas de Treinamento e Desenvolvimento • Programas de desenvolvimento de funcionários • Retorno do Capital Humano sobre Investimento • Retorno sobre o investimento de desenvolvimento de funcionários • Atração e retenção de talentos • Tipo de Avaliação de Desempenho Individual • Incentivos de Longo Prazo • Taxa de renovação de empregados

<ul style="list-style-type: none"> • Produtos de baixo carbono • Gestão de produtos • Critérios de Design de Produto • Avaliação do Ciclo de Vida • Benefícios do produto • Compromisso de Substâncias Perigosas • Responsabilidade no final do ciclo de vida • Rótulos Ambientais e Declarações 	<ul style="list-style-type: none"> • Governança de Risco • Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse • Riscos Emergentes • Cultura de risco • Códigos de Conduta Empresarial • Códigos de conduta • Cobertura • Corrupção e suborno • Casos de Corrupção e Suborno • Sistemas / Procedimentos • Relatórios sobre violações • Práticas Anti-Competitivas • Materialidade • Questões Relevantes • Divulgação de Materialidade • Gestão da cadeia de abastecimento • Consciência. • Exposição ao risco • Medidas de Gerenciamento de Risco • Código de conduta do fornecedor • Integração ESG na estratégia de gerenciamento da cadeia de suprimentos • Transparência e Relatórios • Estratégia Tributária • Relatório Fiscal • Taxa efetiva de imposto 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência do Engajamento dos Funcionários • Cidadania Corporativa e Filantropia • Estratégia para todo o grupo • Tipo de atividades filantrópicas • Entrada
--	--	---

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de SAM (2018).

3.2.2 Índice FTSE4GOOD

O índice FTSE4GOOD Index opera com a metodologia ESG (sigla inglesa para Ambiental, Social e de Governança), utilizado para medir a sustentabilidade de investimento, através de agências geradoras de *rating*, os quais contam com o apoio dos serviços de pesquisa de investimentos (EIRIS).

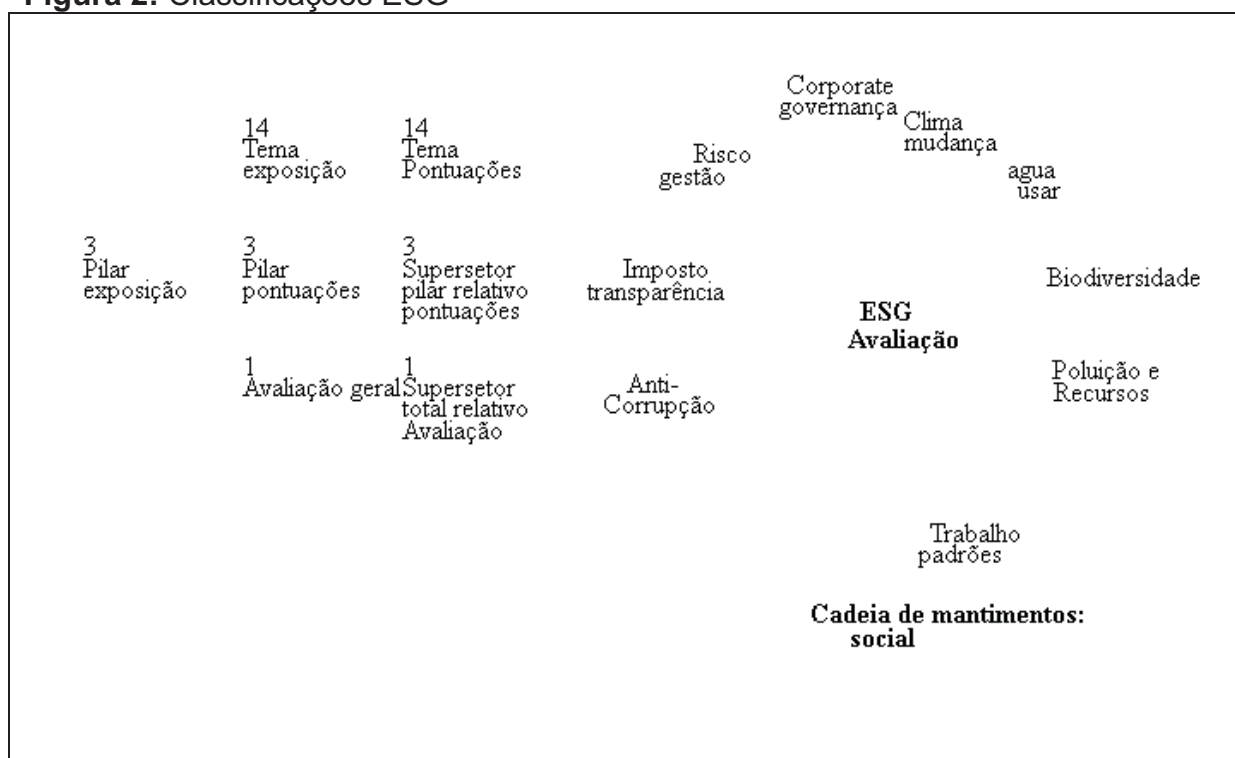
Diferentemente do DJSI que utiliza a metodologia *best-in-class*, o FTSE4good para critério de inclusão apresenta sua metodologia que deriva do programa *Global Compact* da ONU e da declaração Universal dos Direitos Humanos,

sendo os critérios utilizados para seleção de acesso ao índice: a) critério Social e *Stakeholder* e o critério de Direitos humanos, b) critério ambiental diferencia as empresas em três níveis de impacto, o alto, o médio e o baixo, que se dividem, para melhor análise, em três pontos, c) gerenciamento, política ambiental e informação (LUCAS; GUEIROS, 2013).

A finalidade das classificações ESG como práticas da metodologia da FTSE4GODD Index visa gerar dados para o gerenciamento da exposição ESG, atender aos requisitos de administração obrigatória e fazer integração dos dados ESG, para promover um processo transparente e objetivo de seleção (FTSE RUSSELL, 2018).

Conforme a figura 2 de fatores ESG, eles buscam apresentar para o mercado de investidores as empresas que estão entre as melhores de sua classe, voltadas as práticas de sustentabilidade. Os critérios utilizados pela metodologia possibilitam para as gestoras de fundos uma visão mais aprofundada sobre as três dimensões abordadas (Ambiental, Social e Governança Corporativa), a fim de gerar informações mais abrangentes, que possibilitam os índices se tornarem *benchmarks*.

Figura 2: Classificações ESG



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do FTSE Russell (2019)

O ESG Rating atua como o ferramental de informações da FTSE Russel, o que possibilita um maior entendimento e análise das dimensões avaliadas. A classificação geral é dividida através do Pilar subjacentes e os demais pilares e temas são elaborados a partir de mais de 300 avaliações de indicadores individuais aplicados a circunstâncias “ímpares” de cada organização (FTSE RUSSELL, 2018).

A figura 3 visa apresentar a estrutura ESG Ratings, quanto a concepção da metodologia que é utilizada para avaliar as empresas.

Figura 3: Classificações ESG – Estrutura de Dados



Fonte: adaptado pelo autor a partir do modelo FTSE Russell (2018).

É importante apresentar o modelo ESG Ratings, uma vez que ele é utilizado como base central para determinar os constituintes do índice FTSE4GOOD Index, sendo os critérios de aceitação e exclusão:

Critério de Aceitação: a FTSE Russel classifica as empresas, por meio do ESG com notas de 0 a 5 (sendo 5 a nota maior), elabora uma classificação por países, separando os mesmos por países desenvolvidos, emergentes avançados, emergentes secundários e mercados de fronteira, deste modo cada organização recebe uma atribuição de nota de acordo com seu país referência. Contudo, caso algum membro constituinte fique abaixo da média por um período superior a 12 meses, o comitê pode aprovar por um período mais longo. A avaliação do processo ocorre a cada seis meses (FTSE RUSSELL, 2018).

Critérios de exclusão: empresas que atuarem nos setores de fabricação/produção de: tabaco, armas (itens ligados ao setor incluindo químicas e nucleares), carvão entre outras áreas de exposição negativa (FTSE RUSSELL, 2018).

Segundo Slager (2012), o FTSE4GOOD Index agrega em sua carteira as organizações que se destacam com práticas socioambientais a nível global, sendo que se as que preenchem os requisitos de aceitação passam a ser automaticamente incluídas, onde as informações coletadas através de domínio público ou fornecidas pela própria empresa. Porém, um processo diferenciado está relacionado as empresas que passam a não cumprir os requisitos e não são automaticamente excluídas sendo motivada pela FTSE a melhorar suas práticas.

3.2.3 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O ISE trata do resultado de uma carteira teórica de ativos, a qual em sua essência foi desenvolvida a partir dos critérios estabelecidos nos procedimentos e regras constantes do Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA. Seu objetivo é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas comprometida com a sustentabilidade empresarial. Seu modelo atual permite ser composta por no máximo 40 organizações, as quais são selecionadas pelo Conselho deliberativo do ISE (ISE, 2015).

Instituições que compõe o Conselho Deliberativo do ISE (CISE):

- Abrapp: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

- Anbima: Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais;
- Apimec: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- Gife: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas;
- IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- IFC: International Finance Corporation;
- Ibracon: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Pnuma: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Critérios de inclusão: Compõe a carteira as organizações que tiverem seus ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), estando entre as 200 primeiras posições, estar presente nos pregões com percentual de 50% (cinquenta por cento) no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, não estar classificado como “Penny Stock” (ações com valor a U\$ 5,00 (cinco dólares), acatar aos critérios de sustentabilidade e ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE (ISE, 2015).

Critérios de exclusão: Ativos que passem a constar em situação especial (recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou qualquer outra hipótese definida pela Bolsa) sendo excluídos ao final de seu primeiro dia de negociação após estar em condição especial caso apresente discrepâncias quanto a seu desempenho de sustentabilidade (após análise CISE) podendo inclusive a exclusão ocorrer imediatamente (ISE, 2015).

Critérios de seleção: O CISE conta com o apoio técnico do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces/FGV-EAESP), o qual desenvolveu metodologia que se utiliza de um questionário (avalia sete dimensões: elementos ambientais, sociais, econômicos (conhecidos como TBL), entre outros, já na dimensão geral avalia-se o comprometimento da empresa com DS (perante os acordos globais) e transparência, que são expostas nas respostas do questionário. São incluídas ainda a dimensão natureza do produto, governança corporativa, mudanças climáticas (ISE, 2015).

O quadro 6 apresenta as dimensões e critérios utilizados pelo ISE para avaliar as empresas que almejam participar do índice.

Quadro 6: Dimensões e critérios ISE 2017

Geral Compromissos Alinhamento Transparência Combate à corrupção	Mudanças climáticas Política Gestão Desempenho Reporte
Governança corporativa Propriedade Conselho de administração Gestão Auditoria e fiscalização Conduta Conflito de interesse	Natureza do Produto Impactos pessoais do uso do produto Impactos difusos do uso do produto Cumprimento legal
Ambiental Política Gestão Desempenho Cumprimento legal	Econômico-financeira Política Gestão Desempenho Cumprimento legal

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de ISE (2015)

Todas as dimensões encontram-se subdividas em conjuntos de critérios e indicadores, porém, a dimensão ambiental, social, econômico-financeira e mudanças climáticas possuem um mesmo padrão, sendo: (1) Política (indicadores e comprometimento); (2) Gestão (indicadores de programas, metas e monitoramento); (3) Desempenho; (4) Cumprimento Legal.

A dimensão ambiental leva-se em consideração a atividade da empresa (impactos diferenciados no meio ambiente), sendo assim, o questionário apresenta diferenciações para este item (ISE, 2015).

Quanto ao preenchimento do formulário (questões objetivas): o mesmo é voluntário e após seu preenchimento as documentações comprobatórias, de forma amostral devem ser enviadas para o CISE, desta forma os questionários geram informações quantitativas e os documentais geram informações qualitativas e a soma das duas compõe a matriz que serve como base das decisões do conselho (ISE, 2015).

A figura 4 apresenta o modelo de pergunta utilizado pelo ISE e que está em seu questionário de admissão enviado para as empresas, visando assim,

maior conscientização e esclarecimentos das atividades/práticas da empresa quanto os temas propostos.

Figura 4: Modelo de pergunta questionário ISE

AMB-A 10. Indique o percentual dos processos e atividades da companhia (PPA), considerados potencial ou efetivamente geradores de **impactos ambientais** e/ou **riscos ocupacionais significativos**, que é orientado por procedimentos operacionais específicos:

(P) É pré-requisito para uma resposta afirmativa, que a organização tenha mapeado e avaliado seus aspectos e impactos ambientais e seus **perigos** e riscos ocupacionais para definir quais são os significativos. A inexistência desta avaliação implica, necessariamente, na resposta "Não avalia". Por outro lado a avaliação feita parcialmente dá base para que se assinale uma alternativa compatível com o % de PPA avaliados (desde que haja, efetivamente) procedimentos de controle operacional para aqueles considerados significativos.

	≤ 50%	> 50% e ≤ 75%	> 75% e ≤ 85%	> 85% e < 100%	100%	Não avalia
a) Impactos ambientais significativos						
b) Riscos ocupacionais significativos						

(D) Relação dos processos e/ou atividades geradores de impactos significativos; descrição dos critérios de avaliação de significância e relação dos procedimentos de controle operacional associados a cada impacto potencial significativo (planilha, formulário, manual do SGA etc.). Tendo em vista a diversidade e extensão das informações relacionadas a esta questão, pode ser apresentada documentação que consolide os impactos e os procedimentos de controle operacional por categoria. A avaliação do percentual deve, no entanto, considerar o conjunto das operações da companhia.

Fonte: Questionário ISE (2015)

Para cada uma das sete dimensões do questionário é atribuído o peso (100 – igualmente), sendo as dimensões subdivididas em critérios e de acordo com a relevância do tema no contexto atual da gestão empresarial e das demandas da sociedade. O processo conta ainda com a análise dos documentos apresentados pelas empresas visando assim fundamentar as informações. Todo o processo é conduzido pelo FGVces e conta com a asseguração da KPMG (ISE, 2015).

A figura 5 replica os pesos utilizados para os critérios utilizados para avaliação das empresas que visam compor o ISE a partir da dimensão econômico-financeira.

Figura 5: Pesos e atribuições dimensão econômico-financeira praticadas pelo questionário ISE

Dimensão Econômico-Financeira



CRITÉRIOS	100
I – POLÍTICA	20
II – GESTÃO	40
III – DESEMPENHO	30
IV – CUMPRIMENTO LEGAL	10

Fonte: ISE (2015)

3.3 MOTIVAÇÃO PARA AS EMPRESAS SEREM INCLUÍDAS E EXCLUÍDAS DOS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS

Compreender a motivação das empresas por fazerem parte das composições de carteiras de índices sustentáveis pertencentes ao mercado financeiro tem sido investigado não somente pelo próprio mercado, visando auxiliar os *stakeholders* na tomada de decisões acerca de melhores investimentos sustentáveis (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018), mas também pela própria academia, a qual vem apresentando pesquisas que apresentam interesse em compreender a existência de correlação entre sustentabilidade organizacional e retorno financeiro (ORSATO *et al.*, 2013).

Como sugerido por Almeida (2009), as preocupações dos seres humanos se relacionam com ampliação de suas riquezas que extrapolam suas necessidades básicas de sobrevivência, conduzindo a sociedade ao consumo desenfreado. Isso passou a ser criticado em tempos atuais, e muitas empresas passaram a mudar seu posicionamento quanto às preocupações sobre a extinção de recursos para as gerações futuras.

Conforme Fowler e Hope (2007), as empresas desejam informar um posicionamento social e comportamento ambiental, a qual promove a reputação e contribui para o desenvolvimento de uma nova fatia empresarial encarregada de

relatar/revisar as atividades de sustentabilidade das organizações. O mercado financeiro percebeu esta lacuna e providenciou um produto para satisfazer um novo perfil de investidor que se interessa por empresas que adotam práticas alinhadas com sustentabilidade, rentabilidade e socialmente responsável (BARAKAT *et al.* 2016). A criação dos índices sustentáveis atrai diversas empresas para comporem suas carteiras, buscando apresentarem maior atratividade perante os investidores (MACHADO; MACHADO; CORRAR, 2009).

Afirmar que a sociedade vem apresentando ao longo dos anos maior interesse pelo tema sustentabilidade, principalmente se tratando e posicionamento das organizações, facilmente pode ser comprovado, tanto através da mídia, como pela academia a citar inúmeros autores que falam deste tema (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018). Desta forma, o mercado não tardou para atender está demanda.

Para Jain, Sharma e Srivastava (2019), em tempos atuais, a SO está relacionada com a estratégia de negócios de uma organização buscando se beneficiarem de práticas responsáveis envolvendo também os investidores que estão focados também em maiores oportunidades, supondo que essas práticas possam trazer maiores retornos ajustados aos riscos.

Através das literaturas acerca do tema índices sustentáveis, é perceptível a motivação das empresas em se adaptarem a um rol de especificações quantitativas e qualitativas para estarem aptas a participar das carteiras que compõe os índices sustentáveis. Porém, não é possível encontrar material que traga informações sobre a motivação da saída das mesmas organizações no mesmo volume, o que, em muitos casos, fazem grandes investimentos para adaptações e saem ou são excluídos dos índices (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018).

Os estudos quanto à rentabilidade dos mesmos índices sustentáveis, se comparados com outros índices de mercado, apresentam diversos resultados. Porém, nenhum apresenta retornos significantes após adotarem práticas apresentadas como sustentáveis (CERETTA *et al.*, 2009; FLAMMER, 2013; FOWLER; HOPE, 2007; GUERARD, 1997; NOGUEIRA; GOMES, 2012; RAMCHANDER; SCHWEBACH; STAKING, 2012; SHIU; YANG, 2017; SILVA *et al.*, 2015).

O quadro 7 apresenta parte dos estudos realizados acerca do índice ISE, buscando apresentar correlações entre práticas sustentáveis e retorno financeiro.

Quadro 7: Estudos relacionados ao retorno de participação no ISE

Autores	Objetivo	Metodologia	Período	Relação Investigada	Variáveis de Controle Significantes
Cavalcante, Bruni e Costa (2009)	Confrontar o desempenho de uma carteira teórica formada pelas ações que compõem o ISE com o desempenho das carteiras teóricas que formam o Ibovespa e o IBrX	Comparação dos retornos acumulados, retornos médios e desvios padrão do ISE; e testes de estacionariedade das séries que relacionam o ISE os outros dois índices	2005-2006	ISE e desempenho do Ibovespa e IBrX	Não há evidências de desempenho superior do ISE, porém há indicações de que as carteiras retroagidas do ISE apresentam melhor desempenho antes da criação do índice.
Luz (2009)	(1) Verificar se após o anúncio da entrada ou da saída de uma empresa na carteira do ISE houve retorno anormal positivo ou negativo; (2) Comparar o desempenho financeiro das empresas que entraram para o ISE com as demais empresas convidadas a participar, mas não selecionadas	(1) Estudo de evento; (2) Regressão Multivariada com dados em painel	2005 a 2008	(1) ISE e valorização das ações; (2) ISE e retorno	(1) Não há evidências de valorização das ações das empresas sustentáveis no mercado de capitais brasileiro; (2) Empresas que entraram tiveram retorno positivo e as que saíram apresentaram um retorno negativo.
Caparelli (2010)	Investigar se a entrada de uma empresa na carteira do ISE agrega valor ao acionista	Estudo de evento	2005-2006	ISE e valor ao acionista	Há retornos anormais positivos em datas próximas ao anúncio da inclusão da empresa na carteira do ISE.
Nunes <i>et al.</i> (2010)	Analisar as variáveis que influenciam a adesão das empresas ao ISE	Modelo Logit de regressão linear múltipla	2007-2008	ISE e as Variáveis: Tamanho, Setor de atividade, Concentração Acionária, Localização do Controle Acionário, Emissão de ADR, Propriedade Estatal	Há correlação para as variáveis Tamanho da empresa e Setor de atividade.
Sousa <i>et al.</i> (2011)	Verificar se existe correlação entre o ISE e os resultados dessas empresas	Regressão simples e Correlação	2005 a 2009	ISE e Receita Líquida	Há correlação positiva entre as variáveis estudadas.
Teixeira, Nossa e Funchal (2011)	Investigar se a forma de financiamento das empresas é afetada pela participação das firmas no ISE	Modelos de regressão com dados em painel	2003 a 2008	ISE e Risco	Empresas participantes do ISE mostram uma relação negativa com financiamento via dívida.
Machado <i>et al.</i> (2012)	Verificar a relação entre investimentos socioambientais e a inclusão das empresas no ISE	Regressão Logística	2009-2010	ISE e Investimentos socioambientais	Há relação entre os investimentos socioambientais e o ingresso no ISE.

Fonte: Favaro e Rover (2014, p. 45)

Serra, Felsberg e Fávero (2017) analisaram o período de 2010 a 2015 sobre os retornos do ISE e os resultados apresentados em sua pesquisa se mostraram positivos frente a risco e retorno que pode refletir no interesse das empresas, conforme também os trabalhos de Nunes *et al.* (2009) e McGuire *et al.* (1988).

Compreender as necessidades de participação junto aos índices sustentáveis traz a reflexão: para quem deve ser delegado o maior interesse da participação junto às carteiras?

Em resposta, é possível pensar que para as empresas atuantes junto ao desenvolvimento dos índices se tem. Isso se dá devido ao interesse delas já que estão por de trás do desenvolvimento de metodologias, processos e outros inúmeros ferramentais para serem comercializados junto ao mercado visando assim promover a sustentabilidade corporativa. Mas também aceitar que as próprias organizações estão em busca de assumir uma nova postura quanto a sua posição de mercado e a preocupação, de fato, com sua perpetuação através de práticas sustentáveis.

Epstein e Roy (2000) atestam que existe uma dificuldade muito grande em estimar custos e benefícios de ações ambientais, uma vez que estes apresentam grande incerteza e longa duração.

Contudo, outros autores trazem argumentações, que podem justificar a busca das empresas em participar junto aos índices, a partir de suas estratégias de mercado.

De acordo com Nunes *et al.* (2009) e McGuire *et al.* (1988), a motivação para participação das empresas se relaciona a diminuição de riscos e quanto ao custo de capital, uma vez que as empresas que possuem práticas sustentáveis, passam a ter exposição negativa junto a riscos e dividas financeiras se confrontada com empresas que não possuem práticas sustentáveis.

Ainda segundo Nunes *et al.* (2009), existe a possibilidade de captação de recurso mais vantajosa, já que o mercado financeiro também oferece linhas diferenciadas para empresas que apresentam engajamento junto ao TBL, conforme demonstrando por Cheng *et al.* (2014).

King e Lenox (2000), Bansal e Roth (2000), López-Gamero, Molina-Azorín e Claver-Cortés (2011) apresentam que a possibilidade de troca de conhecimento é fator agravante que desencadeia a motivação das organizações em participarem junto aos índices, como forma de acessar/agregar conhecimentos.

Moon e De Leon (2007), Hoffman e Woody (2008), Orsato (2009), Dawkins e Fraas (2011), Delmas e Toffel (2008), Sen e Bhattacharya (2001), Smith (2003) e Vilanova, Lozano e Arenas (2009) em seus trabalhos atestam que a participação está associada ao interesse de ganho reputacional destacando a imagem verde, que por sua vez é particularmente crucial para empresas com contato próximo com consumidores finais já que são mais visíveis, auxiliando na reputação que pode gerar uma vantagem diferencial comparativa.

Os trabalhos de Fombrun e Shanley (1990) e de Roberts e Dowling (2002) vem corroborar com a ideia de que as empresas que transmitem a imagem que reputações favoráveis podem vir a proporcionar maiores retornos, uma vez que é possível cobrar preços diferenciados, formar melhores equipes e gerar atração em seus investidores além de gerar benefícios junto as negociações entre as partes interessadas.

O estudo elaborado por Andrade *et al.* (2013) buscou a identificação de variáveis voltadas a fatores determinados a adesão do ISE por parte das empresas

nacionais e se no momento da adesão ela apresentava relação com o valor de mercado das empresas. Seu trabalho concluiu que as empresas as quais possuem maior tamanho, maior rentabilidade e são de setores considerados de alto impacto ambiental, possuem maior probabilidade de adesão ao índice.

Os trabalhos de Boiral (2006), Delmas e Terlaak (2001), Hoffman e Woody (2008) e Delmas e Toffel (2008) apresentam perspectiva de que as empresas que buscam participação junto aos índices buscam a influência junto ao ambiente regulatório uma vez que tais atitudes podem ser convertidas em vantagem competitiva e promoverem a imagem da organização perante o próprio Estado. Desta forma, afirmar que as empresas buscam participar dos índices sustentáveis por este motivo ou aquele é uma tarefa que desencadeia dúvidas, uma vez que as próprias pesquisas acadêmicas existentes não apresentam um consenso acerca do tema. Porém, existem indicativos da relação com a estratégia que a organização adota para seu posicionamento de mercado.

Quanto a motivação de saída das organizações que compõe as carteiras dos índices sustentáveis, a mesma complexidade de afirmação é encontrada, já que os trabalhos existentes acerca do tema não apresentam conclusões generalizadas e sim pontuais.

O trabalho de Ferreira; Rover e Vicente (2018) buscou aprofundar quanto o que possivelmente influenciou a saída das empresas que compõe o ISE, por meio da metodologia de regressão logística (dados em painel) utilizando o teste Hausman (teste estatístico utilizado em econometria) a qual se utilizou de amostra de 51 empresas que faziam parte da carteira de 2006 a 2015). Fazendo um contraponto quanto aos trabalhos realizados por Nunes *et al.* (2010), Silva e Costa (2017), Santos e Tomio (2016) e Favaro e Rover (2014) os quais apontam que as grandes companhias permanecem na carteira ISE, Ferreira; Rover e Vicente (2018) apontam que quanto a menor a companhias, maiores são as chances desta sair do índice, uma vez que os investimentos para se manter alinhado ao TBL demandam maior disponibilidade de capital.

A percepção quanto ao tamanho das organizações e sua disponibilidade de recursos financeiros para se manter ativo junto aos índices, o que inversamente também é verdadeiro, ou seja, quanto menor a empresa, mais escasso é seu orçamento para investimentos sustentáveis, e isto é uma fator que promove a saída dos índices internacionais (WADDOCK; GRAVES, 1997; ZIEGLER;

SCHORODER, 2010). Contudo outras hipóteses influenciam a saída das organizações junto a participação dos índices, dentre as quais estão relacionados ao segmento de atuação, pois, as empresas que não estão associadas a setores de “alto impacto” (ou seja, empresas “poluidoras”), possuem grande probabilidade de saída, já que suas atividades apresentam aos investidores sinais de alto investimento junto as suas práticas para que seja possível, se adaptar a formas menos poluidoras, segundo Ferreira; Rover e Vicente (2018).

Outro fator apresentado por Ferreira; Rover e Vicente (2018) está relacionado com a não emissão de relatórios de sustentabilidade por parte das organizações participantes do índice, uma vez que tal procedimento está relacionado a critérios de permanência junto as carteiras e este item está contido em um dos critérios de avaliação da metodologia da carteira.

Ainda é possível ressaltar como hipótese de saída das organizações junto ao índice, as empresas brasileiras que não emitem ADR (Recibos depositários Americanos) que são títulos exigidos como garantia para que empresas estrangeiras possam participar das bolsas américas. A possibilidade de saída da carteira se dá pelo fato de que as empresas que emitem os documentos terem que passar por análise de rígidos critérios de aceitação e as que não emitem, nem sempre possuem suas práticas transparentes.

Outro fator que pode influenciar a saída das organizações junto a composição dos índices sustentáveis, se relaciona com empresas não estatais, uma vez que o perfil do investidor busca sempre otimizar seus resultados e em inúmeras situações não está focado nas motivações do interesse público (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018).

Um fator que é determinante para saída e está intrínseco a qualquer índice sustentável é quanto ao não cumprimento de suas regulamentações e normas, assim como a identificação pelos gestores das carteiras que existe a incongruência entre os fatores que permitiram a inclusão das organizações para sua permanência quando uma nova avaliação as empresas que não apresentam todos os documentais e solicitações passam a ser desvinculadas do portfólio.

Empresas que pertencem a setores estipulados como de risco (tabaco, sistemas de armas, componentes de armas) são excluídas dos índices (FTSE RUSSELL, 2019).

Pode-se dizer que estes fatores possivelmente excludentes seriam mediante a confirmação de um posicionamento contrário ao que se entende por postura correta das organizações para validá-las, sendo assim, a postura irresponsável pode ser uma motivação. O posicionamento ou postura aceita aquela sem qualquer mácula, empresas que não tenham feito parte ou envolvimento em escândalos que revele postura irresponsável ou antiética, principalmente aqueles processos que vão de encontro com o não cumprimento de leis e que gerem multas ou boicotes a consumidores (ARRIBAS *et al.*, 2019).

Por meio de especulação por informações obtidas através das mídias é possível afirmar que o envolvimento em escândalos os quais promovem catástrofes ambientais ou fraudes, impactam na saída das organizações das carteiras em um curto espaço de tempo, devido a pressão ou simplesmente a exclusão por parte das gestoras dos índices sustentáveis.

Desta maneira, perceber que a existência de trabalhos voltados aos interesses por compreender quanto a entrada das organizações junto aos índices sustentáveis e quanto isto impacta financeiramente junto as organizações, possui muito mais interesse, do que compreender o que leva uma organização a ser excluída do índice ou simplesmente deixar de participar, já que é escasso os trabalhos voltados para este último apontamento (FOWLER; HOPE, 2007).

3.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS PARA VALIDAÇÃO DA SO

A busca pela Sustentabilidade por parte de muitas organizações nas últimas décadas, passou a ser uma preocupação não mais latente, mas sim uma necessidade já que o cenário de investidores em empresas socialmente responsáveis tem aumentado, o que tornou o tema um fator fundamental para investidores (ARRIBAS *et al.* 2019).

Segundo Fortanier, Kolk e Pinkse (2001), a pressão das partes interessadas se voltou para que as empresas buscassem não somente ampliar lucros, promovendo assim, outras formas de se comunicar com o mercado, como o desenvolvimento de relatórios não financeiros incluindo responsabilidade corporativa e sustentabilidade, onde as empresas apresentam informações sobre desempenho e outros indicadores diferenciados.

No entanto, inexistente um alinhamento quanto ao conceito de SO, conforme apontado por Antolín-López, Delgado-Ceballos e Montiel (2016), que, mesmo concordando que o TBL é a base mais utilizada, as formas de entendimento das três dimensões promovem dificuldades junto as organizações e também com todas as partes interessadas quanto a melhoria dos resultados voltados para a sustentabilidade.

É de grande importância a verificação, pois, os próprios índices sustentáveis são utilizados pelo mercado financeiro como indicador de sustentabilidade, porém com de pontos de vista e aprofundamento diferentes, o que gera demasiada confusão, disparidades quanto aos resultados finais e promove a falta de padronização dos instrumentos, o que pode ser percebido nos trabalhos realizado por Chatterji *et al.* (2016) que apresentou divergência para resultados de seis ferramentais que visavam analisar a mesma empresa.

Segundo Antolín-López, Delgado-Ceballos e Montiel (2016), a existência de instrumentos que visam medir a sustentabilidade, dependendo da parte interessada que o desenvolve, busca incluir critérios de análise com menos peso para uma dimensão e mais para outra, o que caracteriza a falta de padrão e a possibilidade de possibilitar resultados diferentes para a mesma amostra de análise.

Então é questionável a utilização de ferramentas e metodologias propostas para sugerir que uma empresa busca estar inserida dentro do conceito da SO, já que não existe unanimidade quanto apresentar o instrumento que proporciona tal afirmação, reforçando ainda, que as organizações emitem até declarações informando sua sustentabilidade, mas não são todas que de fato aplicam as ações (MUNCK, 2015).

Contudo cabe uma análise comparativa, tendo em vista compreender, se de fato, os ferramentais e metodologias utilizadas pelos índices sustentáveis podem promover o acontecimento da SO junto as organizações participantes das carteiras.

O mercado sinaliza que as empresas incluídas nos índices sustentáveis possuem maior engajamento junto a causas ambientais e sociais (OBERNDORFER; WAGNER; ZIEGLER, 2011) e ainda, segundo Orsato *et al.* (2015), as próprias metodologias utilizadas pelos índices sustentáveis são promotoras de direcionamento aos investidores.

É percebida a existência de processos que inibem uma comparação direta dos índices sustentáveis entre si, uma vez que os mesmos por serem considerados “*benchmarks*” de sua concepção por empresas voltadas ao desenvolvimento de índices utilizam-se de critérios (que no caso dos índices que estão vinculados a sustentabilidade) que seguem por caminhos distintos, mesmo possuindo o mesmo objetivo quanto a validação de empresas que “zelam” por práticas sustentáveis (PEREZ, 2016).

Desta maneira, visando compreender a integração dos IS junto a SO, as seguintes categorias de análise serão utilizadas para que seja possível uma análise comparativa:

- a) Valores – os quais permeiam os IS;
- b) Influência – quanto a influência junto as partes interessadas;
- c) Indicadores – avaliam o desempenho das organizações para SO.

Através das categorias analisadas busca-se compreender o quanto alinhado encontra-se o índice sustentável com a definição de Sustentabilidade Organizacional sendo está definida como: os processos e decisões tomadas pelas organizações devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, a partir da compreensão e implementação das dimensões (econômica, social e ambiental) possibilite o desenvolvimento sustentável, possibilite a inclusão de práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, o que permite assim os “*trade-offs*” entre os pilares e alcançar a sustentabilidade global. (BANSAL, 2005; BAUMGARTNER; EBNER, 2010; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013, MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

3.4.1 Valores que permeiam os índices sustentáveis

Segundo Tamayo (1996), os valores organizacionais são definidos como crenças ou princípios que são organizados hierarquicamente, referenciam estados de existência e formas e modelos de comportamento almejados, os quais orientam a vida da organização estando a serviço de interesses individuais, coletivos ou ambos.

Katz e Kahn (1978) considera os valores como um projeto para a organização, um esforço que visa o atingimento de metas estipuladas por ela. Os

valores possuem normas enraizadas que podem ser consideradas como uma forma de operacionalização deles. As normas são a definição explícita das formas de comportamento que se espera dos envolvidos com a organização, sendo os valores uma justificativa aprofundada tanto para comportamentos esperados como também para atividades e funções.

Desta forma, quanto aos índices sustentáveis, é possível avaliar a existência de preocupação e alinhamento com a sustentabilidade organizacional a partir dos valores que são expostos e comunicados pelos índices através do mercado, sites institucionais, desenvolvedores ou por qualquer outra forma de comunicação utilizada para impactar junto as partes interessadas.

Quanto ao índice sustentável DJSI (ROBECOSAM, 2019), podemos citar como seus valores os quais sinalizam para SO:

- a) Promover valor para o acionista de longo prazo;
- b) Foco junto a indicadores financeiros que apresentam relevância para promoção da sustentabilidade;
- c) Atenção em questões de sustentabilidade diretamente ligadas às empresas visando o sucesso junto a seus negócios;

Quanto ao índice FTSE4Good (FTSE RUSSELL, 2019):

- a) Integração de considerações ESG na análise de investimentos, decisões assim como, inserir junto a práticas administrativas;
- b) Identificação de empresas que possuam entendimento global acerca das abordagens ESG;
- c) Alinhamento das expectativas do mercado com o desenvolvimento na prática, por meio da ESG;

Quanto ao índice ISE (ISE, 2015):

- a) Transparência quanto as práticas utilizadas junto aos processos;
- b) Comunicação como fator decisivo na legitimidade do processo, quanto ao envolvimento com as partes interessadas;
- c) Geração de conhecimento através do compartilhamento de boas práticas.

A partir dos valores extraídos dos sites institucionais dos gestores dos índices sustentáveis, é perceptível que aspectos relacionados com o desenvolvimento sustentável, com os próprios preceitos da SO e por fim da Sustentabilidade Global, não estão expostos de forma clara.

Para que a organização possa ser encaminhada para seu engajamento junto a sustentabilidade, a mesma deve buscar a melhor performance e comprometimento junto ao TBL de forma harmonizada (WANG; LIN, 2007). Porém, não é percebido junto aos valores dos índices sustentáveis o equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade, mas um viés voltado a aspectos econômicos justificado a partir das afirmações de Friedman (1970) fica evidente devido a abordagem que visa criar valor para o acionista de longo prazo, ou seja, a maximização do lucro, contrapondo assim, a percepção de sustentabilidade que visa ir além dos fatores econômicos.

Os valores apresentados pelos três índices sustentáveis possuem o anseio para com as partes interessadas (a citar os *shareholders*), a exemplo do DJSI que busca evidenciar o retorno ao acionista, além de conter em sua metodologia um critério de aceitação que utilizada apenas com as maiores empresas de cada segmento, além de ser externado pela própria RobecoSam, que a sustentabilidade deve causar impacto positivo no desempenho da empresa, sem se importar com o equilíbrio proposto pelo TBL (FOWLER; HOPE, 2007).

3.4.2 A influência que os índices sustentáveis promovem junto as partes interessadas

Segundo Lau, Bergman e Bergman (2019), as operações com características sustentáveis que ocorrem nas bolsas de valores passaram a ganhar uma maior dimensão, uma vez que diversas organizações perceberam que as iniciativas sustentáveis promovem valor as partes interessadas e, com isto, mais empresas passam a adotar práticas voltadas a SO e este será o maior foco.

Segundo Sadovska (2016), à medida que os investimentos socialmente responsáveis tomam maiores proporções a comunidade investidora, mais os gestores de fundo se preocupam em otimizar suas carteiras, visando atingir os investidores orientados para sustentabilidade.

Os índices DJSI, FTSE4good e ISE, seguem promovidos por seus gestores com o mesmo foco quanto a público alvo, ou seja, suas estruturas são voltadas a destacar a sustentabilidade como diferencial, buscando assim, sobressair sobre seus concorrentes.

Em sua missão o ISE apresenta: “Apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial” (ISE, 2015), o que

deixa explícito a importância de adesão a carteira, a qual busca apresentar para o mercado um produto diferenciado dos demais portfólios de investimento disponíveis para investimento.

Para Vital *et al.* (2009), o ISE é visto como um agente de boas práticas no meio empresarial brasileiro, validando as empresas participantes de sua carteira como comprometidas com RSC e também com a SO.

Chatterji *et al.* (2016) atesta que a intenção da empresa RobecoSam através do DJSI é influenciar as organizações a possuírem práticas e mudanças quanto as suas práticas voltadas para a sustentabilidade.

Segundo Nakai, Yamaguchi e Takeuchi (2013), os investidores não buscam índices de sustentabilidade que não são reconhecidos, mas respondem positivamente aos índices que possuem maior influência e popularidade, como é o caso do DJSI.

3.4.3 A utilização de indicadores como ferramenta para promoção da SO

Kemerich, Ritter e Borba (2014) os índices de sustentabilidade são gerados a partir da utilização dos indicadores de sustentabilidade, que sintetizam matematicamente inúmeras informações de cunho quantitativo e semi-quantitativas associadas à sustentabilidade do desenvolvimento.

Segundo o Knowledge Economy Indicators (KEI, 2008), o reconhecimento dos indicadores de sustentabilidade se faz por sua eficácia como ferramenta de comunicação aberta sobre questões que envolvem o TBL

É percebido o interesse e a pressão exercida por diferentes partes interessadas tem promovido o aumento nos últimos anos relativo o tema gestão socioambiental. A demanda e utilização de indicadores de sustentabilidade pelas organizações ganhou importância e passou a ser utilizado de forma estratégica pelo fato de auxiliarem a mensurar o nível de comprometimento das demandas econômicas, sociais e ambientais (BOTELHO *et al.*, 2015).

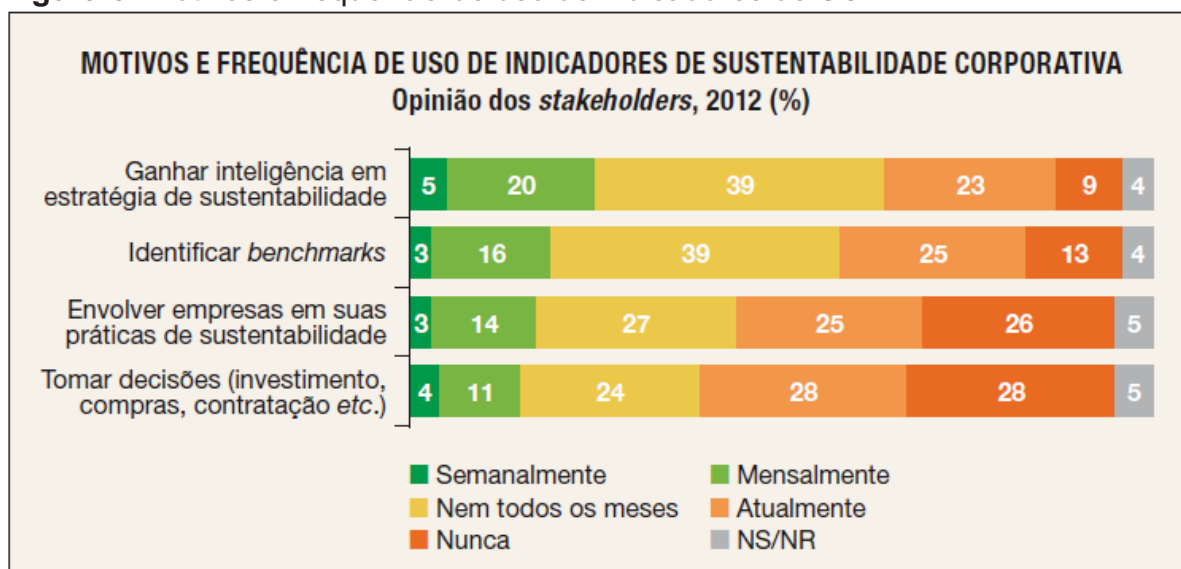
Sadovska (2016) menciona os trabalhos realizados por Azapagic (2004) e Krajnc e Glavič (2005) que atuaram com desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade, os quais possuem a finalidade e que são organizados em torno das dimensões propostas pelo TBL. Contudo, muitas organizações passaram a inserir indicadores de sustentabilidade visando seguir modelos que possam facilitar o acesso

aos índices sustentáveis, ou até mesmo manter apenas um discurso “verde”, visando majorar seus lucros através da comercialização para investidores/consumidores de produtos que sejam fabricados/comercializados por empresas sustentáveis.

É necessário ir além da sistematização e mensuração das políticas sustentáveis. O acompanhamento (maior ou menor) das políticas sustentáveis da organização deve ser alinhado com as expectativas das partes interessadas, seus *stakeholders* (ECHEGARAY, 2012).

A figura 3 apresenta os motivos e com qual frequência as empresas utilizam dos indicadores de Sustentabilidade Organizacional, visando assim um maior alinhamento com suas estratégias empresárias. Porém, a figura foi representa a visão dos *stakeholders*, sendo em média apenas 19% das empresas se utilizam mensalmente dos indicadores.

Figura 6: Motivos e frequência de uso de indicadores de SO



Fonte: Echegaray (2012, s.p.).

Mitchell (2004), define indicador como sendo uma ferramenta que possibilita extrair informações sobre dado momento ou circunstância, com seu cerne no poder de sintetização de informações, retendo o seu significado na essência a partir do que se foi analisado. Sendo assim, os indicadores podem ser usados com ferramental de apoio aos IS.

Delai e Takahashi (2008) afirmam que existe uma importância muito grande em se mensurar a sustentabilidade, sendo imprescindível para que ocorra sua inserção junto ao processo de tomada de decisão de todos os níveis organizacionais.

O conceito do *Triple Bottom Line* e os índices sustentáveis são compreendidos como formas de mensuração da sustentabilidade, podendo ser incluído ainda: *Dashbord* de Sustentabilidade, Barômetro de Sustentabilidade, *Global Reporting Initiative* (GRI), Métricas de Sustentabilidade da instituição dos Engenheiros Químicos da Inglaterra (IchemE), Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Comissão para Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, os quais visam orientar as organizações em suas buscas por práticas socioambientais (DELAJ; TAKAHASHI, 2008), além de Ecological Footprint, Ethos, CDP, SASB e Ibase que contêm iniciativas nacionais e internacionais, todas voltadas para medir e prestar contas acerca de práticas sustentáveis (BARBOSA, 2007).

Consultorias que desenvolvem e administram os índices sustentáveis possuem informações de base extraídas de indicadores, podendo citar a RobecoSam a qual se utiliza para análise do DJSI relatórios gerados pela GRI (SAM, 2018).

Em contrapartida, muitas empresas utilizam- dos indicadores, com a intenção de fazer parte das carteiras dos índices sustentáveis, a exemplo de empresas que figuram no ISE, índice operado junto a Bovespa, que utiliza o IGC, que é referência de boas práticas de governança corporativa além de agregar o selo Ibase, que atesta empresas que publicam o balanço social a partir dos moldes da instituição (BARBOSA, 2007).

O instituto está também ligado aos índices de sustentabilidade, uma vez que ele está presente no conselho deliberativo do ISE (CISE) e tem representatividade em outras organizações que são influenciadoras junto às organizações (ISE, 2015).

Segundo Echegaray (2012), indicadores que medem governança socioambiental, dentre outros aspectos ligados a práticas sustentáveis pelas organizações, têm crescido muito nos últimos anos. Porém, existe a dúvida se as próprias empresas conseguem se apropriar de forma correta das informações geradas otimizam assim, tornam-se uma empresa reconhecida como sustentável.

Segundo Martins *et al.* (2013), a sustentabilidade promoveu movimentos e destaque para a responsabilidade socioambiental nos últimos anos, o que desencadeou uma maior preocupação por várias áreas do conhecimento por meio da observação dos movimentos da sociedade passaram a desenvolver trabalhos com impactos menores ao meio ambiente.

Pode-se citar como referencial os indicadores GRI e Ethos junto à orientação das organizações que buscam participar de índices sustentáveis, uma vez que se acredita que através deles exista grande influência junto às bases de inclusão do índice DJSI, quanto ao ISE, levando em consideração que o FTSE4GOOD possui atuação global e possivelmente acaba por incluir empresas que se utilizam dos indicadores mencionados, os quais terão suas metodologias descritas a seguir.

3.4.4 Global Reporting Initiative (GRI)

O *Global Reporting Initiative* (GRI) surgiu no ano de 1997 com a proposta de padronizar as informações socioambientais e convertê-los em balanços socioambientais, já que era percebido o dispêndio de tempo e desorganização que as empresas tinham em confeccionar relatórios sobre o tema para seus stakeholders (BARBOSA, 2007). O quadro 8 apresenta a evolução histórica do relatório GRI.

Quadro 8: Histórico GRI

1997	GRI foi fundada em Boston, EUA. Suas raízes estão nas organizações sem fins lucrativos dos EUA, a Coalition for Environmentalally Responsible Economies (CERES) e o Instituto Tellus. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) também esteve envolvido no estabelecimento da GRI.
1998	GRI estabeleceu um Comitê Diretor de múltiplas partes interessadas para desenvolver a orientação da organização, o escopo da estrutura foi ampliado para incluir questões sociais, econômicas e de governança.
2000	GRI lançou a primeira versão das Diretrizes, o que representa o primeiro quadro global para relatórios abrangentes sustentabilidade.
2002	A segunda geração das Diretrizes, G2, foi revelada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo. A GRI foi referenciada no Plano de Implementação da Cúpula Mundial.
2003	GRI lançou seu Programa de Stakeholders Organizacionais, permitindo que organizações seletas - principais apoiadores da GRI - colocassem seu nome na missão da GRI, contribuíssem com seus conhecimentos, desempenhassem um importante papel de governança e investissem na GRI por meio de contribuições financeiras anuais
2006	A demanda pela orientação de relatórios de sustentabilidade da GRI cresceu de forma constante, e isso foi impulsionado ainda mais pelo lançamento da terceira geração de Diretrizes, o G3. Após o lançamento do G3 na Conferência Global, a GRI começou a expandir sua estratégia e Reporting Framework, construindo poderosas alianças. Parcerias formais foram firmadas com o Pacto Global das Nações Unidas, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre outras.
2007	Ansiosa por começar a estabelecer uma presença regional nos principais territórios, a GRI começou a criar escritórios regionais, conhecidos como Pontos Focais. O primeiro Ponto Focal foi lançado este ano no Brasil.
2008	A GRI também montou seu Programa de Parceiros de Treinamento Certificado e o primeiro Parceiro de Treinamento Certificado da GRI foi estabelecido no Brasil. Os Parceiros de Treinamento Certificados da GRI fornecem treinamento sobre a GRI e como usar as Diretrizes da GRI e conduzem o treinamento no idioma local usando estudos de caso e exemplos locais.

2011	O Banco de Dados de Divulgação de Sustentabilidade da GRI foi lançado em 2011, catalogando todos os relatórios de sustentabilidade baseados na GRI e não baseados na GRI, dos quais a GRI está ciente. O número de relatórios cresceu fenomenalmente nos últimos anos e hoje é de mais de 24.000.
2012	Durante a Rio + 20, um grupo de governos líderes se uniu em apoio ao parágrafo 47 do documento final da Rio + 20, "O futuro que queremos". Brasil, Dinamarca, França e África do Sul formaram o "Grupo de Amigos do Parágrafo 47" para promover os relatórios de sustentabilidade corporativa e convidaram a GRI e o PNUMA para apoiar o grupo como sua secretaria
2014	O serviço GRI Content Index foi lançado, fornecendo um serviço de verificação para a precisão e alinhamento do índice de conteúdo dos relatórios baseados em G4 e, posteriormente, a versão mais recente da taxonomia abrangendo as Diretrizes G4, G3.1 e G3 foi lançada.
2015	A GRI lançou o Exame G4 em 2015, um exame de múltipla escolha com 60 perguntas, que permite que os indivíduos obtenham credenciamento sobre sua capacidade de usar as Diretrizes G4 da GRI. O exame está disponível em mais de 70 países, e os participantes bem-sucedidos recebem um certificado e seu nome listados no site da GRI por três anos.
2016	Em outubro de 2016, a GRI lançou os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade. Desenvolvidos pelo Global Sustainability Standards Board (GSSB), os Padrões GRI permitem que todas as organizações relatem publicamente seus impactos econômicos, ambientais e sociais - e mostram como elas contribuem para o desenvolvimento sustentável. Os Padrões GRI também são uma referência confiável para os formuladores de políticas e reguladores, e possuem uma estrutura modular para que possam ser mantidos atualizados e relevantes.

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de GRI (2019).

Conforme seu site institucional sugere, a intenção da GRI é promover ajuda a empresas e governos de todo o mundo a entender e comunicar seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social. Desta forma é possível criar uma corrente de benefícios a partir do TBL (GRI, 2019).

O *Global Reporting Initiative* (GRI) é o relatório mais utilizado nos últimos tempos, uma vez que, por possuir de padrão internacional, contribui para a compreensão e comunicação dos impactos da empresa acerca de questões ambientais. A padronização das informações contidas nos relatórios GRI, refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais. Possuem grande contribuição para análise holística favorecendo assim, melhores decisões pelas partes interessadas em relação a análise das atividades da empresa e seu impacto sobre o desenvolvimento sustentável (GRI, 2019).

Domenico, Tormem e Mazzioni (2017), em seu estudo voltado a analisar o nível de *disclosure* (divulgação) nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o GRI, analisaram 93 das listadas na BM&FBovespa no ano de 2014 e com divulgação de relatório de sustentabilidade baseado no modelo GRI. Os autores constataram que à medida em que existe maior complexidade nas

informações que compreendem os grupos indicadores que constam em relatório de sustentabilidade em conformidade com o GRI, maior é a redução do nível de evidenciação pelas empresas, o que sugere a não divulgação da informação.

Os relatórios de sustentabilidade representam um papel muito importante a ser cumprido a partir das metodologias utilizadas pelo GRI. Porém, é necessário que as organizações utilizem as informações de forma clara, visando não gerar descrédito ao relatório ou não contribuindo para uma decisão errônea por parte dos investidores, já que existe a possibilidade de omissão de informação.

3.4.5 Indicador Ethos

O instituto Ethos foi criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada. Ele desenvolveu indicadores visando ser referência em organização do conhecimento e favorecer a troca de experiências para possibilitar o desenvolvimento por meio da análise de suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (ETHOS, 2019)

Segundo Strobel (2005), o Instituto Ethos tem por objetivo a mobilização das empresas para a causa da responsabilidade social empresarial, por uma ferramenta de gestão holística e que possa contribuir com a melhora qualidade dos relatórios e balanços sociais. Desta forma, ao responder os Indicadores Ethos, a empresa está refletindo sobre informações relevantes para um Balanço Social consistente.

Os Indicadores Ethos são uma ferramenta de gestão a qual busca apoiar as organizações na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, possibilitando que esta venha a ser sustentável e responsável. É composto por questionário que permite elaborar o autodiagnóstico da gestão da empresa e um sistema de preenchimento *online* que possibilita gerar relatórios que auxiliam no planejamento e a gestão de metas para o avanço da gestão na temática da RSE/Sustentabilidade (ETHOS, 2019).

O questionário é agrupado em 4 dimensões e convergem com outras iniciativas, gerando integração com a Norma ABNT ISO 26000 e com as diretrizes do

GRI, princípios do pacto global da ONU e o conceito ESG (*Environmental, Social and Governance*) e complementado pela dimensão Visão e Estratégia. As dimensões são desdobradas em temas inspirados na Norma ISO 26000, que se desdobram em subtemas e, posteriormente, em indicadores (ETHOS, 2019)

Strobel (2005) afirma que a abordagem do Instituto Ethos, de cunho basicamente social, a qual não pode ser considerada como avaliação da sustentabilidade corporativa no geral, mas que servem de ferramenta para a análise comparativa das abordagens.

Quatro grandes dimensões compõem os indicadores Ethos, sendo elas: Visão e Estratégia; Governança e Gestão; Social; e Ambiental que são desdobrados em temas, subtemas e indicadores. Os indicadores se dividem em três tipos de questões, sendo as de profundidade e as binárias obrigatórias para a elaboração do relatório de diagnóstico, com questões qualitativas e quantitativas, conforme quadro figura 7.

Figura 7: Estrutura das questões

DIMENSÃO > TEMA > SUBTEMA > INDICADOR			
	Questões de profundidade	Questões binárias	Questões quantitativas
O que são	Representados por cinco quadros contíguos, apresentam a evolução de práticas em cada indicador.	Perguntas com respostas "sim" ou "não" que orientam com clareza a escolha do estágio.	Questões numéricas para apoiar a definição de objetivos e metas claras para o próximo ciclo de aplicação dos Indicadores Ethos.

Fonte: site institucional do Ethos (2019)

Quanto aos indicadores e suas metodologias é necessário mensurar que existe a contradição das linhas de pensamento quanto a utilização desta ferramenta para auxílio da validação da sustentabilidade, o que pode-se citar o trabalho realizado por Searcy e Elkhawas (2012) que apresenta os indicadores com

aspectos positivos, os quais podem ser pontuados por: a) ferramentas que possibilitam avaliação da sustentabilidade; b) buscam apoderar-se de detalhes quanto métricas da sustentabilidade; c) útil para comunicação da sustentabilidade.

Porém, os trabalhos de Parris e Kates (2003) apresentam hipóteses com viés negativo para os indicadores, sendo eles: a) ambiguidade para definição de DS; b) uma gama de propósitos para definição e medição da DS; c) diversas terminologias, dados, métricas de medição e conceituação utilizadas.

Contudo, esta pesquisa não tem a intenção de argumentar a favor ou contra o posicionamento dos autores.

3.5 SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL (NÃO) PRATICADA POR ORGANIZAÇÕES SUPOSTAMENTE SUSTENTÁVEIS, PARTICIPANTES DOS ISE

Bandeira-de-Melo e Marcon (2006) definem que mesmo que as organizações partam do princípio que devam maximizar riqueza para os acionistas à longo prazo, a complexidade de mensuração é muito grande. Deste modo, inúmeros indicadores financeiros podem ser usados, mas como mensurar um que inicialmente não se remeta a dados econômicos e contábeis?

A resposta a esta pergunta está relacionada à mudança de cultura da sociedade como um todo, em buscar investimentos que de fato se utilizem de índices de sustentabilidade que sejam “*benchmarks*” associados também a práticas ligadas a um melhor desempenho social e ambiental de caráter evolutivo e em curto prazo e não somente financeiro.

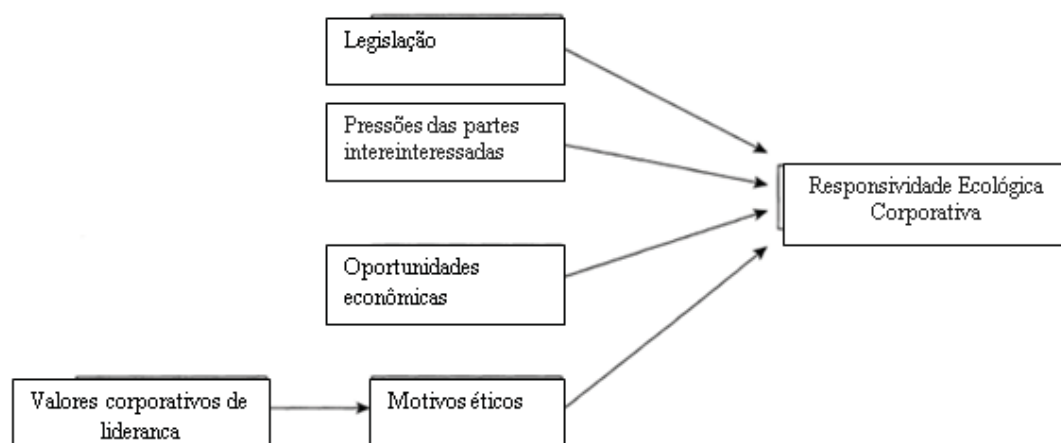
Para Arantes (2006), de maneira geral, a sociedade e o mercado apresentam maiores cobranças junto às organizações frente a postura socialmente responsável para que busque minimizar não somente as desigualdades sociais existentes, mas também o impacto negativo causado pelo desenvolvimento de atividades de alguns setores da economia, que reflete os princípios do *triple bottom line* desencadeando maiores investimentos em ações socialmente responsáveis e que caracterizam a sustentabilidade.

A necessidade das organizações também promove uma resposta ecológica as adversidades de consumo de recursos naturais e do meio ambiente. Essas podem ser promovidas por força de legislação, pressões de partes interessadas, motivações econômicas e até mesmo por ética (BANSAL; ROTH, 2000).

No entanto, Jamali (2006) vai além, afirmando que esta tratativa (responsabilidade sobre o meio natural) é mais abrangente que as determinações legais, onde ela está voltada a uma compreensão sobre as operações organizacionais.

A figura 8 proposta por Bansal e Roth (2000) sugere uma das formas de concepção e influência quanto ao posicionamento assumido pelas organizações, visando legitimar seu posicionamento. Desta maneira, a figura visa demonstrar como as organizações empenham-se para alcançar uma melhor imagem, visando assim, maior empatia por parte dos investidores.

Figura 8: Modelo Preliminar de Responsividade Ecológica Corporativa



Fonte: traduzido de Bansal e Roth (2000, p. 718)

Os investidores do mercado financeiro estão incluídos nesta mudança e nos últimos 40 anos o perfil deste público está cada vez mais exigente, uma vez que não esperam somente retorno financeiro das organizações que fazem parte de carteiras de investimento, como também prezam por empresas com que se identifiquem com seus valores e com a sustentabilidade. A demonstração de boas práticas está sendo executada pelas organizações, para se expuser junto à sociedade (GARCIA; ORSATO, 2013).

O marketing corporativo trata-se de um dos braços do marketing e da própria gestão estratégica que tem por objetivo promover teóricos da identidade corporativa, comunicação corporativa e identidade visual, imagem corporativa e

reputação, assim como outras estruturas a nível corporativo ou até mesmo manipuladas para promover ações enganosas (BALMER; STUART; GREYSER, 2009)

Uma das estruturas está relacionada a responsabilidade social corporativa que busca melhorar sua imagem corporativa por meio da comunicação, devido a essas informações os consumidores têm dificuldades de identificar as empresas que são responsáveis e assim, o *greenwashing*, torna a RSC menos eficaz (PARGUEL; BENÔIT-MOREAU; LARCENEUX, 2011).

Compreender como as organizações estão lidando com a comunicação das informações voltadas aos posicionamentos tomados quanto aos fatores econômicos, sociais e ambientais é o grande desafio, uma vez que é necessário conciliar as informações contidas em sites institucionais (os quais são de domínio público), fatores econômicos, práticas de trabalho e outras atividades que legitimam a empresa como sustentável, além de muitas empresas buscarem o enquadramento ou participação junto as carteiras de índices sustentáveis (como o DJSI, FTSE4GOOD e ISE) como uma forma de quantificar a sustentabilidade, conforme aponta Sartore (2008).

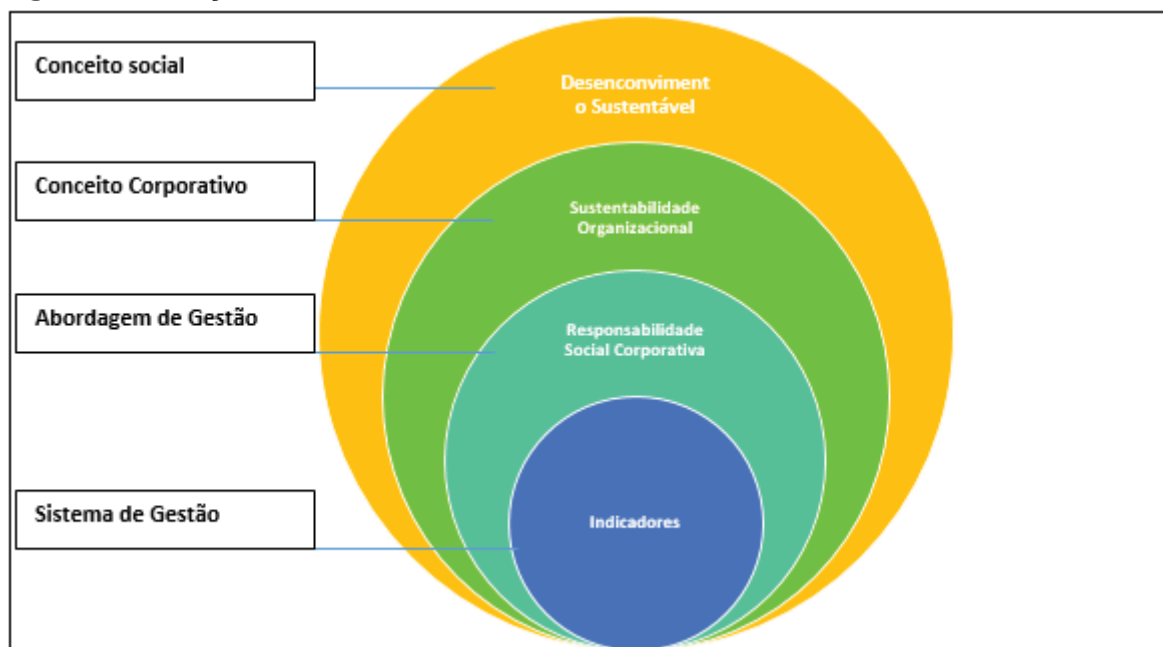
A comunicação corporativa de RSC busca evidenciar a identidade corporativa e, supostamente, desempenha um papel crucial na formação de percepções corporativas éticas (BALMER; GREYSER, 2007; FURUKAWA; CUNHA; PEDREIRA, 2007).

Toda esta preocupação motiva cada vez mais o mercado a buscar alternativas de viabilizar a exposição das empresas que possuem recursos e interesse em comunicar uma visão sustentável. O marketing social surge com uma estratégia conhecida como *greenwashing*, pouco explorado pela academia, mas reconhecida como uma forma das empresas promoverem sua sustentabilidade (ANDREOLI; CRESPO; MINCIOTTI, 2017). Há abundância de reivindicações da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), sendo essas fundadas ou infundadas, geram dificuldades para os consumidores que não conseguem distinguir se são empresas virtuosas ou se são apenas organizações que buscam tirar vantagens da sustentabilidade através de reputação e retórica (BERNSTEIN, 2009; FURUKAWA; BALMER; GRAY, 2007).

A figura 5 apresenta como a RSC e o DS atuam para a promoção de maior sinergia para Sustentabilidade Global a partir de Steurer *et al.* (2005), sendo de

fundamental importância não existir distorção junto aos propósitos e dimensões, pois, podem gerar percepções distorcidas pela sociedade.

Figura 9: Relação entre RSC, DS e sustentabilidade



Fonte: Steurer *et al.* (2005, p. 275).

Há exemplos de organizações que possuíam participação junto aos índices mencionados, com atuação global no mercado, onde elas apresentaram de alguma maneira incongruência em suas práticas e rotinas diárias frente à participação em carteiras de índices sustentáveis, os quais por sua vez solicitam preenchimento de relatórios que são voltados a legitimar ações e práticas sustentáveis e que não contemplam somente um aspecto único, mas vários que zelam por analisar dados financeiros, respeito à legislação, meio ambiente, atitudes sociais, entre outras.

Um fator que deve ser levado em consideração, além da própria estratégia de *greenwashing*, é quanto a metodologia utilizada para validação do entendimento de empresa sustentável, utilizada pelos índices sustentáveis como o *Dow Jones Sustainability Indices* (DJSI), uma vez que depende das próprias declarações das empresas, deixando margem para o questionamento quanto a sua veracidade.

Segundo Perez (2016), os índices sustentáveis podem ser questionados por apresentar limitações significativas quanto à capacidade de promoção de mudanças pró-sustentabilidade nas empresas, o que limita

significativamente a sua capacidade de desencadear mudanças pró-sustentabilidade nas empresas. O autor faz três apontamentos quanto aos índices sustentáveis:

- Apresentam paradoxo interno pois, mesmo que apresentem sua condução por uma lógica de sustentabilidade, eles são constituídos por critérios que primam pela sustentabilidade e passam a ser instrumentos financeiros, comercializados pelas bolsas.
- O desempenho financeiro é mais valorizado que o desempenho sustentável, o que favorece a prática de *greenwashing*.

Estes fatores devem ser analisados e questionados, uma vez que os índices de sustentáveis exprimem dualidade e que são percebidos como produtos comercializáveis (demanda mercado) ou podem ser percebidos como instrumentos de promoção da sustentabilidade organizacional.

Sobre o DJSI, quanto a seu posicionamento, evidencia-se que o mesmo mede a sustentabilidade em termos relativos, e não absolutos já que as organizações são avaliadas em comparação com os pares de seu próprio setor com um questionário direcionado para o mesmo, deste modo, ao analisar toda carteira existe a possibilidade que algumas posições não sejam de fato as que são indicadas, o que pode oscilar entre setores, ou seja, a que está no setor “X” como primeira, pode ser considerada como a quinta no setor “Y”.

A partir das preposições acima, alguns casos de domínio público podem ser trazidos a exemplo de como é importante legitimar o discurso da sustentabilidade em uma organização e passar para a sociedade a imagem de ser sustentável visando assim compor índices de sustentabilidade, emissão de relatórios voltados para sustentabilidade ou implementando ações de mídia com a intenção de validar o discurso verde. No entanto, apresentando prática e vivência com total incongruência as estratégias mencionadas na mesma proporção.

A empresa Samarco Mineração S/A, pertencente a uma *joint-venture* fruto da aliança entre a empresa Vale S.A (brasileira), a qual detém 50% do capital e a BHP Billiton, anglo-australiana, estando entre as três maiores mineradoras do mundo. Ela possui passagem pelas carteiras de índices sustentáveis (ISE e DJSI), atuando no ramo de mineração de minério de ferro a qual lhe concede o 10º lugar de exportadores do Brasil (minério de ferro), atuando em Minas Gerais e Espírito Santo (SAMARCO, 2014a).

Atua em Minas Gerais na cidade de Ouro Preto e Mariana, sendo, está última cidade que ficou referenciada como cenário de um dos maiores desastres ambientais da história, ocorrido no ano de 2015: o rompimento da barragem de rejeitos em Bento Rodrigues (distrito de Mariana – MG) promoveu o despejo de mais de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos provenientes do minério de ferro, ficando com a primeira posição mundial de desastres envolvendo barragens de rejeitos. Ambientalistas relatam que tal fato terá efeitos negativos por mais de 100 anos, uma vez que os rejeitos alcançaram o mar, além da destruição completa das cidades que abrigavam a barragem (ISTOÉ, 2015).

Segundo Lopes (2016), uma das possíveis causas informada por peritos do setor que existe a possibilidade do rompimento estar relacionado ao processo de liquefação; abalos sísmicos que antecederam o desastre; a falhas na construção/manutenção das barragens; além de falta de fiscalização por órgãos competentes.

Quando se referênciamos a Samarco Mineradora, um fator importante para ser levado em consideração é o conceito reconhecido pela mesma para validar a sustentabilidade, a qual informa que:

Ciente das oportunidades que tem para aprimorar seu modelo de negócios, conectando efetivamente a sustentabilidade às estratégias e às tomadas de decisão, a Samarco possui, desde 2012, o Modelo de Sustentabilidade. Alicerçado em quatro pilares – liderança pelo exemplo, inovação e tecnologia, redes colaborativas e empreendedorismo responsável –, o modelo é centrado no conceito de construção de confiança e caminha junto do Mapa Estratégico e da Visão 2022 (SAMARCO, 2014b, p. 32).

A fala da organização apresenta desta maneira sua forma de ver a sustentabilidade e guiá-la pelo processo estratégico da empresa, a qual explica cada um dos itens dos quatro pilares, conforme abaixo:

- Liderança pelo exemplo – Diz respeito às ações que devemos empreender internamente para engajar nossa força de trabalho, tornando-a propulsora e guardiã do desenvolvimento sustentável, na Empresa e fora dela;
- Redes colaborativas – Abordam a construção de relações de desenvolvimento mútuo, em parceria com a sociedade civil, os governos, os clientes e demais públicos com que nos relacionamos, impactando positivamente a reputação da Samarco e do setor e gerando valor compartilhado;

- Inovação e tecnologia – Em sintonia com o Mapa Estratégico, propõe a busca pela excelência tecnológica e socioambiental das operações, em um modelo produtivo mais eficiente e enxuto, agregando valor ao negócio e, conseqüentemente, à sociedade;
- Empreendedorismo responsável – Reitera nosso compromisso com os três pilares da sustentabilidade, internamente e na cadeia de valor, tendo a ética como base de nossa conduta.

Lopes (2016) apresenta um cenário oposto ao que a empresa Samarco Mineradora apresenta em seu relatório de sustentabilidade, uma vez que existe a informação de que a empresa foi informada em 2013 das possibilidades de colapso na barragem de Fundão, respondido com total descaso ao relatório realizado pelo Instituto Pristino e seguiu com suas atividades (LOPES, 2016).

A existência da preocupação de algumas corporações buscarem criativamente gerir suas reputações com os *stakeholders*, *shareholders* ou governo de modo a esconder desvios (atribuições de culpa) obscurece a natureza do problema, visando assim garantir uma reputação e promoção à posição de segurança, isto é, *greenwashing* (LAUFER, 2003).

Volkswagem, reconhecida como líder mundial na produção de veículos automotivos no mundo, foi a grande protagonista de um dos maiores escândalos na história da indústria automotiva mundial, intitulado como “escândalo de falsificação de resultados de emissão poluentes” ou “*dieselgate*”, ocorrido no ano de 2015 nos E.U.A. e posteriormente ganhando dimensão global após a organização assumir a fraude em outros países, o que causou prejuízos em cifras bilionárias. Esses acontecimentos ocorreram apesar da empresa manter a emissão de relatórios de sustentabilidade, participação em índices sustentáveis e outras práticas que visam validar a imagem da organização.

Orsato e Wells (2007) ainda destacam que, depois de muito tempo prejudicando, este setor (automobilístico) agora tem sido centro das atenções quanto a seus impactos na sustentabilidade.

Para Kuhn (2008) relatórios de sustentabilidade corporativa, são formas de se comunicar que tendem a produzir a imagem oficial da empresa e são práticas comuns da RSC, embora complexa, e tem como finalidade validar a comunicação com a sociedade.

O grupo Volkswagen apresentava em seus relatórios de comunicação da sustentabilidade ambiental compromisso significativo que validava interesse em ser a líder do segmento em sustentabilidade obtido pela redução de emissão de CO₂, sendo seu discurso mais ambicioso que as demais concorrentes e constando em seus documentos comprobatórios a frase de “ser a montadora mais compatível com o meio ambiente do mundo, até 2018” (SIANO *et al.*, 2017, p. 31).

Para Siano *et al.* (2017) o escândalo proporcionado pelo grupo Volkswagen destaca pela sua grandeza de acontecimentos o impacto relevante que confirma a validade da CCO em sua perspectiva de expor as técnicas do “*greenwashing*”, que deixou claro não somente ações simbólicas, mas irresponsáveis e substanciais utilizadas para legitimar o cumprimento de requisitos que validavam a sustentabilidade da empresa em seus processos. Sua chancela de confiabilidade o termo “*made in Germany*” que se tornou questionável após o episódio.

É de extrema importância para as organizações manterem as aparências e o discurso sustentável, seja ele utilizado através da confecção de relatórios, sites institucionais, participação em índices sustentáveis. Contudo, a exposição evidenciada por meio de casos verídicos disseminados na mídia em tempo real os seus danos ao meio ambiente acabam tomando proporções “monstruosas perante a sociedade como um todo, gerando preocupação quanto ao real envolvimento e comprometimento das empresas com a sustentabilidade.

A mídia se mantém atenta para veicular notícias assim, conforme demonstrado pelos exemplos abaixo:

- “Vale integra pelo quarto ano consecutivo Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa” (VALE, 2013), notícia veiculada pelo site institucional da Vale S/A em 09/12/2013.
- “Vale sai do índice de sustentabilidade após tragédia em MG” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), notícia veiculada junto site UOL/Folha de São Paulo no dia 26/11/2015.
- “Líder no setor de automóveis - A empresa alemã fabricante de carros foi eleita, pela primeira vez, a líder no setor mundial de automóveis pelo índice Dow Jones de Sustentabilidade. Recebendo 89 dos 100 pontos possíveis, a empresa se destaca por conquistas como "os grandes esforços para melhorar o consumo de combustível dos veículos". Notas máximas foram atribuídas ao

Grupo Volkswagen em muitas áreas, tais como o sistema de gestão ambiental da empresa, gestão de riscos e engajamento positivo na comunidade” (EXAME, 2014), matéria veiculada pelo site da revista Exame em 09/01/2014.

- “Dow Jones, retira Volks de seu índice de sustentabilidade. Decisão está ligada à fraude nos testes de emissões de poluentes” (OGLOBO, 2015), notícia veicula no site O Globo, em 29/09/2015.

Tais ações ainda comprometem a confiabilidade dos próprios índices sustentáveis, uma vez que eles validavam as empresas como sustentáveis por meio da inclusão em suas carteiras. Então, por que as excluíram após a evidenciação de imperícia ou falta de ética?

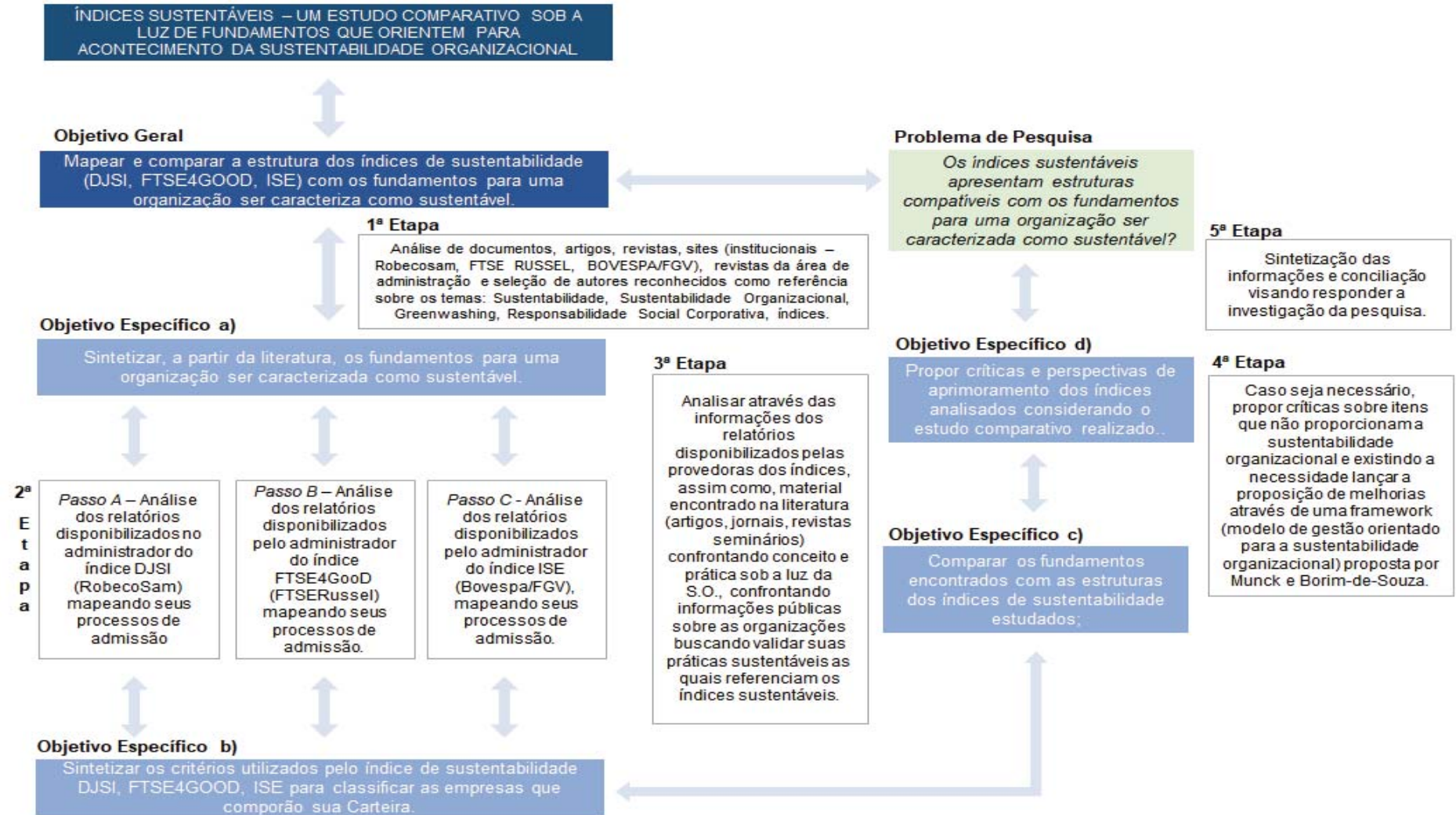
Esses elementos informacionais promovem a importância deste estudo, pois pode contribuir para que a entrada ou saída de determinados índices não envolva questões políticas ou com interesses que não seja ser sustentável em essência.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os aspectos metodológicos empregados no desenvolvimento da presente pesquisa. O capítulo está estruturado da seguinte forma: classificação geral da pesquisa; a coleta, análise de dados fornecidos, cronograma e as limitações da pesquisa.

A figura 10 apresenta mapa conceitual que tem por finalidade dar suporte e orientação para pesquisa.

Figura 10: Mapa conceitual



Fonte: Desenvolvida pelo autor

4.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Para Minayo e Sanches (1993), conhecimento científico flui através das ações que visam promover a relação entre teoria e realidade, cujo método é o fio condutor desse processo, primando por articular e fundamentar tais conhecimentos de maneira a que estes promovam clareza para a investigação.

Demo (2012) acrescenta que o conhecimento foge a noção linear da academia, pois ele vai além em um processo de construção e desconstrução, promovendo assim novos aprendizados e a necessidade de romper com o que não se era questionado. Deste modo, não se mantendo um pacote definitivo, replicável apenas e desta maneira se renovando constantemente.

O conhecimento aparece como imprescindível para a evolução do homem por promover inquietação e não somente a aceitação do que já está exposto, mas sim incitar o questionamento em prol de novas descobertas.

Visando a promoção da relação entre a teoria e a realidade, essa pesquisa busca contribuir por meio do objetivo de compreender a compatibilidade dos índices sustentáveis e suas estruturas com os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável.

Para compreender a integração dos conceitos da SO e os IS proporcionada por meio da análise do conteúdo dos materiais disponibilizados e promovidos pelas organizações que se intitulam sustentáveis, a pesquisa classifica-se aplicada quanto a sua natureza, com abordagem qualitativa e, quanto aos fins, intitula-se como Descritiva-Exploratória.

Zikmund (2006) afirma que esta classificação está voltada a uma tomada de decisão sobre aspecto específico da vida real, os quais buscam responder perguntas sobre problemas específicos. Deste modo, externalizar a atuação das empresas por meio da submissão as metodologias de avaliação, proposta pelos índices visando validá-las como sustentáveis, permitem que estas sejam analisadas com profundidade.

A pesquisa qualitativa torna possível cumprir o objetivo de mapear a estrutura dos índices sustentáveis, visando compará-los com os fundamentos para que uma organização possa ser caracterizada como sustentável e apresentar os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados da pesquisa (CHIZOTTI, 2006).

Denzin e Lincoln (2006) atestam que a pesquisa qualitativa é caracterizada pelo estudo aprofundado, o que propicia uma coleta de materiais empíricos desde a análise de situações pessoais, fatos históricos, textos que apresentam momentos e significados rotineiros. Assim, a compreensão das informações contidas em relatórios emitidos pelas organizações, sites institucionais entre outros materiais disponibilizados junto ao mercado financeiro, permitem elucidar a pergunta: em que medida há compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável?

Desta forma, valida-se a pesquisa como qualitativa pela justificativa de buscar promover aspectos investigativos que possibilitem as informações não serem apenas observáveis e mensuráveis, que em muitos casos se perdem no irrelevante, mas possibilite apresentar-se de forma essencial ao conhecimento científico como compreendido nas ciências sociais (DEMO, 1982).

Existe a necessidade de não poder resumir em aspectos meramente atrelados a operacionalização de variáveis, mas sim, proporcionar um aprofundamento junto aos processos, relações e fenômenos, mantendo assim, características qualitativas (MINAYO, 1994).

Segundo Barros e Lehfeld (2007), a partir da pesquisa descritiva se tem o estudo, a análise e registros e interpretação dos acontecimentos do mundo físico sem que o pesquisador interfira no mesmo. Para isso, foram utilizadas as estruturas que envolvem os índices sustentáveis (questionários para adesão aos índices, metodologias e critérios utilizados para validação da SO das organizações inclusas nos índices, procedimentos para exclusão das organizações participantes).

A metodologia exploratória permite um maior detalhamento aprofundado da unidade de análise. “A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes” (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 63). Nesta etapa exploratória, ocorreram pesquisas junto aos websites dos gestores do IS, assim como, nos sites institucionais pertencentes a empresas participantes dos IS, durante o período de agosto de 2018 a agosto de 2019.

As gestoras RobecomSam, B3 e FTSE Russel, são os responsáveis pelas informações e apresentação das metodologias e históricos relativos aos IS, deste modo, os sites institucionais apresentam todo o processo ao qual a empresa

participante das carteiras são submetidas e, conseqüente, aspectos que tratam da inclusão, permanência e exclusão, além das pontuações e critérios de validação, foram analisados.

Os dados obtidos nesta etapa exploratória foram comparados com os conceitos teóricos acerca da SO, adotados para esta pesquisa afim de compreender qual a compatibilidade deles.

4.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa utilizou procedimentos técnicos compreendidos como pesquisa documental e bibliográfica.

Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica proporciona por meio de referenciais teóricos a ampliação de horizontes e resultados a partir da análise e discussão de várias contribuições científicas. No entanto, esse método exige do pesquisador a realização de planejamento sistemático do processo de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica busca através das pesquisas junto a periódicos, dissertações e outros materiais já existentes ampliar o aprofundamento, e para isto foi feita consulta junto as seguintes bases de dados: Web of Science (o qual é composto pelos principais periódicos internacionais pertencentes à área de Ciências Sociais Aplicadas), Ebesco, ProQuest, Scopus e ainda por bases nacionais como Spell e BDTD.

Desta forma promoveu-se um quadro que apresenta os principais trabalhos realizados junto a (uma vez que foram evidenciados mais de 350 trabalhos/artigos acerca dos temas): Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade Organizacional, Competências Organizacionais para Sustentabilidade, Índices Sustentáveis, sendo está a base utilizada para a concepção do mapa conceitual (quadro 9).

Segundo Koche (2006), este modelo pode ser utilizado para vários fins, sendo eles: ampliação do conhecimento, propiciar uma melhor construção e fundamentação das hipóteses, trazer o “estado da arte” do problema com mais segurança.

Quadro 9: Síntese da pesquisa

Problema de Pesquisa		
Em que medida há compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para organização ser caracterizada como sustentável?		
Objetivo Geral		
Mapear e estudar a estrutura dos índices de sustentabilidade (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracteriza como sustentável?		
Temas abordados	Objetivos específicos	Principais autores
Sustentabilidade Organizacional	Sintetizar, a partir da literatura, os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável.	Munck (2013); Munck e Borim-de-Souza (2011); Munck <i>et al</i> (2012); Elkington (2012); Savitz;Weber (2007); Bansal, (2005); Van Marrewijk (2003); Azapagic (2003); Baumgartner e Ebner (2010).
Índices Sustentáveis	Sintetizar os critérios utilizados pelos índices de sustentabilidade DJSI, FTSE4GOOD e ISE para classificarem as empresas que comporão suas Carteiras.	Sartore (2008); Garcia e Orsato (2013); Fernandes, Fonseca e Cunha (2018); Ferreira; Rover e Vicente (2018), B3, FTSE Russel, RobecoSam.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa documental ocorreu por meio da coleta, seleção e aplicação de documentos primários disponibilizados pelos desenvolvedores dos índices sustentáveis e as próprias organizações participantes, como relatórios de domínio público, entrevistas junto as organizações participantes, relatórios, gráficos entre outros documentos disponibilizados junto à internet e nos próprios sites das bolsas de valores. Esses dados coletados não passaram por nenhuma análise e tratamento científico para assim formar a base de dados da pesquisa.

4.3 UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise está voltada aos índices sustentáveis, refletindo sobre sua consistência frente aos fundamentos da sustentabilidade organizacional. O

conceito utilizado para esta pesquisa extraído de autores renomados e referenciados pelas de suas obras (artigos, livros, trabalhos acadêmicos) contidas em *journals*, revistas e editoras conceituadas pela academia, tendo como princípio a leitura e síntese dos conceitos já validados pelos veículos mencionados.

Foram extraídos dos questionários, manuais, relatórios (sociais, ambientais), mídia, websites e demais mídias disponíveis e públicas fornecidas por sites corporativos das empresas responsáveis pela análise e acompanhamento dos respectivos índices, sendo o conteúdo contido junto aos mesmos comparado com o conceito abordado nesta pesquisa, visando assim, confrontar sua estrutura.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Diante da proposta da pesquisa, foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica utilizando material disponibilizado pelas bolsas de valores, sites institucionais e órgãos reguladores. Buscou-se assim compreender os critérios de entrada (índices) e os critérios de manutenção a partir do olhar da sustentabilidade organizacional.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a utilização de documentos para a pesquisa proporciona riqueza de informações, uma vez que elas possibilitam ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, propiciando entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural.

Deste modo, efetuando a complementação dos ferramentais bibliográficos e documentais que promoveram o entendimento mais aprofundado sobre as diferentes formas utilizadas pelas consultorias especializadas no desenvolvimento das carteiras de índices sustentáveis.

Para Fachin (2006, p.146) esse método “inclui também a informação oral ou visualizada independente do suporte, podendo ser sob a forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira/pedra, gravações, pinturas”. Dessa maneira, é possível incluir grande gama de recursos, uma vez que muitas empresas disponibilizam em seus sites vídeos institucionais que retratam suas práticas, neste caso em específico práticas sustentáveis.

O quadro 10 apresenta os instrumentos e como foi construído o roteiro da pesquisa, sendo esta apresentada por etapas:

Quadro 10: Instrumentos e roteiro de pesquisa

Etapas do processo de coleta de dados	Roteiro operacional da coleta de dados
1º Etapa - Formação base teórica	Consulta material disponibilizado em plataformas de pesquisa acadêmica, journals, internet para compor base de referencial teórico. Será efetuado filtro de palavras chave – Sustentabilidade Organizacional, Índices Sustentáveis, DJSI, FTSE4Good, ISE. Material lido e sintetizado, possibilitando assim, a unificação do conceito operacional.
2º Etapa - Análise formação dos IS	Consulta de sites institucionais responsáveis pelo desenvolvimento dos IS (RobecoSam, FTSE Russel, CISE), identificando dados técnicos (metodologia, relatórios, descrições conceituais, valores entre outros aspectos úteis para pesquisa), os quais foram comparados entre si, visando assim, compreensão de seu alinhamento junto ao conceito da SO.
3º Etapa - Análise de Indicadores	Consulta de material disponível na internet, assim como, consulta junto aos sites institucionais responsáveis pela criação de índices específicos (GRI, ISO, Ethos). Esta etapa teve o propósito de filtrar (através da análise dos conceitos fornecidos pelos mesmos e confrontado com a síntese proposta por esta pesquisa) material referente aos indicadores de sustentabilidade, visando a compreensão sua influência junto as organizações.
4º Etapa - Análise de organizações pertencentes aos IS	Consulta a documentos públicos, acerca da participação de organizações que compõe as carteiras do IS, compreendendo informações que validam as empresas como sustentáveis e a existência de informações que desabonam as práticas sustentáveis. Esta etapa teve por propósito, identificar indícios de processos judiciais (informações públicas), matérias acerca de catástrofes (propiciadas por organizações que compõe os índices).
5º Etapa - Síntese das Informações	Confronto das informações apresentadas junto aos questionários preenchidos pelas organizações para participação junto aos IS versus as informações apresentadas na internet acerca de possíveis ações (públicas) que sejam incongruentes com as informações apresentadas junto aos questionários ou relatórios que reportam a sustentabilidade praticada pelas organizações.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.3 Definições operacionais dos conceitos

Com a intenção de aclarar as definições e conceitos teóricos os quais foram utilizados nesta pesquisa, a apresentação do quadro 11, consiste em explanar as definições dos conceitos operacionais, os quais foram utilizados para análise dos trabalhos.

Quadro 11: Definição dos conceitos operacionais

Conceito	Definição	Referências
Sustentabilidade Organizacional	Os processos e decisões tomados pelas empresas devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, fazendo com que elas incluam em suas práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os "trade-offs" entre os pilares.	Van Marrewijk e Werre (2003); Munck e Borim-de Souza (2011); Elkinton (1999); Bansal (2005); Dyllick e Hockerts (2002); Munck (2013); Baumgartner e Ebner (2010).
Índices Sustentáveis	Surgem como uma maneira de quantificar a sustentabilidade, sendo motivação para as organizações que visam alinhamento com o TBL e também para investidores que buscam retornos alinhados com aspectos além dos econômicos, mas também sociais e ambientais.	Sartore (2008); Garcia e Orsato (2013), Fernandes, Fonseca e Cunha (2018); Ferreira, Rover e Vicente (2018).

Fonte: Desenvolvida pelo autor.

Nota: Foi definido por estrutura dos índices sustentáveis, todos os seus elementos de constituição, sendo eles: definição de seus conceitos usados para definir sustentabilidade, questionários e formas de convite/admissão das empresas que compõe suas carteiras, critérios de aceitação, ferramentas utilizadas para gerar pontuação e fatores utilizados para exclusão de participantes.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Godoy (2006), análise de dados é o método que permite a comparação e contraste, sendo uma das principais ferramentas intelectuais que é utilizada para formar categorias, estabelecer fronteiras ou para encontrar evidências negativas.

Os dados extraídos junto aos documentos foram cruzados e assim, as informações resultantes buscaram elucidar a existência de similaridades, pontos positivos, pontos negativos e exposição de pontos que oferecem fragilidade quanto à metodologia utilizada. Sendo assim, foi realizada a análise de conteúdo, uma técnica que trabalha os dados coletados que objetiva a identificação do que está sendo dito acerca de determinado tema (VERGARA, 2005).

Segundo Richardson (2015), a análise de conteúdo permite a utilização de qualquer forma de comunicação, como documentos, escritos (livros, periódicos) ou outras formas de comunicação como programas de radiodifusão, música e pinturas. O objetivo da mesma é a compreensão crítica do sentido das comunicações, de forma latente, sendo suas significações explícitas ou veladas (CHIZZOTTI, 2006).

Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), a análise de conteúdo pode ser dividida em três técnicas de análise: discurso, conversa e narrativa. A análise do discurso é uma técnica que explora relações a partir da associação de discurso com realidade, buscando compreensão de como os textos são constituídos, carregando suas significações por meio de processos sociais que desencadeiam uma unidade discursiva como expressão material do próprio discurso.

Ainda sobre a análise de conteúdo, Richardson (2015) alega que a mesma busca descrever o texto acerca de sua forma e fundo, estudando os símbolos empregados fazendo a verificação de sua frequência, técnicas de publicidade e o nível de assimilação do público, com a intenção de classificar ou tabular informações específicas. Dessa maneira, ela pode ser compreendida como um conjunto de técnicas (MINAYO, 2001).

A partir da concepção de que análise de conteúdo é um conjunto de técnicas e pode contribuir para a coleta de dados, a pesquisa estruturou a análise por meio de três etapas técnicas, conforme Bardin (2006): a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados, interpretação e inferência.

Bardin (2006) contextualiza estas etapas visando a sistematização da análise, sendo a pré-análise a fase que o material que será analisado e organizado visando torná-lo operacional e possível de sistematizar as ideias com uma estrutura composta por: a) leitura flutuante, b) escolha dos documentos, c) formulação de hipóteses, d) menção de índices e desenvolvimento de indicadores. Já a exploração do material é a etapa na qual as categorias são definidas e assim, as definições de como as informações foram interpretadas, promovendo a descrição analítica, sendo a codificação, classificação, categorização passos básicos para esta etapa.

Por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação é a última etapa para Bardin (2006) e apresenta análise reflexiva, crítica, síntese das informações coletadas.

Desta maneira, foi possível apresentar as categorizações e análises como fatores que facilitam as inferências e interpretações. Sendo estas etapas, empregadas nos procedimentos que visam esclarecer os capítulos 2, 3 e 4 que foram etapas de análise da referida pesquisa. O quadro 12 expõe como etapas adotadas para esta pesquisa, quanto ao conteúdo utilizado.

Quadro 12: Etapas técnicas da análise de conteúdo

Conceito	Trata-se de conjunto de técnicas voltadas a análise das comunicações, a qual utiliza-se de procedimentos sistemáticos sendo estes, objetivos de descrição do conteúdo das mensagens possuindo a intenção de inferência de conhecimentos relativos às condições de produção.		
Objetivo		Propósito da pesquisa	Procedimento realizado na pesquisa
	Teórico	Organização do material, visando tornar o mesmo operacional	
	Empírico		Mapear a estrutura dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável.
Pré-análise	Teórico	Fase que visa organizar o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional.	
	Empírico		Serão validados conteúdos reconhecidos como "verdadeiros" tanto pela academia como pelo mercado de ações que rege os índices sustentáveis.
Pré-análise - etapa 1 (leitura flutuante)	Teórico	Estabelecimento do contato com os documentos de coleta de dados, momento em que se busca conhecer o texto	
	Empírico		Buscar junto as fontes de pesquisa (sites institucionais, <i>journals</i> , revistas etc.) temas que tratem da Sustentabilidade Organizacional, Índices Sustentáveis.
Pré-análise - etapa 2 (escolha dos documentos)	Teórico	Demarcação do que será analisado.	
	Empírico		Leitura de resumos em um primeiro momento que possibilitem a seleção avaliações preliminares de temas alinhados ao propósito pesquisa. Sendo descartado documentos que não possuíam relação clara com os temas propostos. Segundo momento não sendo possível a identificação através dos resumos estende-se a leitura para a introdução e metodologia do documento.
Pré-análise – etapa 3 – (Formulação de hipóteses e objetivos)	Teórico	Formulação das hipóteses e objetivos.	
	Empírico		Identificar relação entre a Sustentabilidade Organizacional e os índices sustentáveis, através dos documentos "filtrados". Analisar o que tornam os índices sustentáveis a partir do conceito adotado para determinar a SO. Compreender se as ferramentas/metodologias utilizadas pelos fundos, de fato, promovem a SO.

Pré- Análise – etapa 4 – (Referenciação dos índices e elaboração dos Indicadores	Teórico	Referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores.	
	Empírico		Textos, recortes de textos que apresentem definições e conteúdo acerca da sustentabilidade escritas pelos índices sustentáveis, assim como as organizações que compõe as carteiras deles, extraídos de sites institucionais, jornais e revistas que possuam boa reputação, assim, como sites de notícias referenciados.
Exploração do material	Teórico	Consiste na exploração do material com definição das categorias e a identificação das unidades de registro.	
	Empírico		Leitura dos documentos selecionados de forma integral, visando a extração de conteúdo de textos que incluíam evidências que possam ser analisadas e classificadas, através da análise de conteúdo (técnica: análise do discurso). Análise qualitativa visando classificaras evidências junto as categorias delimitando a partir do referencial teórico: "índices sustentáveis" DJSI", "FTSE4Good", "ISE".
Tratamento dos resultados	Teórico	Tratamento dos resultados.	
	Empírico		Condensação, sinopse e comparação dos resultados.

Fonte: Desenvolvida pelo autor com base em Bardin (2006) e Mozzato e Grzybovski (2011).

Considera-se também o aprofundamento dos diferenciais de cada índice, eles tiveram seus modelos confrontados entre si promovendo um quadro que seja possível identificar: indicadores, formas de elaboração, auditoria externa, para quem se destina (principais clientes).

4.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações da pesquisa estão relacionadas quanto ao período analisado junto aos índices de sustentabilidade, uma vez que existe uma carga de informação muito grande entre o período de concepção de cada índice e o início da pesquisa, sendo assim, tomado como base de referência o ano de 2017 para todos os documentais coletados.

Quanto a realização das comparações qualitativas, estas têm como base as informações que constam em domínio público e, desta forma, estão limitadas a impressões baseadas nas mesmas.

Fatores relacionados ao tamanho da composição de carteira de cada índice (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) uma vez que isto impede a análise aprofundada quanto a prática e exposição das empresas junto ao mercado.

5 RESULTADOS

Este capítulo teve por objetivo apresentar a comparação dos índices sustentáveis, e os resultados foram apresentados em três etapas. A primeira etapa contempla a comparação das principais características utilizadas pelos índices sustentáveis em suas metodologias, sendo: a) público alvo; b) propósito; c) aplicabilidade; d) estrutura proposta para análise; e) fontes de informação; f) racional; g) escopo; h) dimensões/pilares principais; j) transparência. A segunda etapa apresenta a comparação dos princípios sustentáveis aplicados pelos índices sustentáveis, utilizando a estrutura proposta por Baumgarte e Ebner (2010) como fonte de apoio, atuando assim, junto aos principais pilares propostos pelo *TBL*. E por fim a terceira etapa contempla a comparação do conceito operacional e posicionamento dos índices acerca da SO.

5.1 ÍNDICES SUSTENTÁVEIS: COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS PROPOSTAS

Os índices sustentáveis possuem em sua composição diferentes metodologias utilizadas para validar as organizações que compõe suas carteiras, como empresas “sustentáveis”. Foi utilizado para definição de SO o conceito sintetizado nesta pesquisa: os processos e decisões tomadas pelas empresas devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, fazendo com que elas incluam em suas práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os "*trade-offs*" entre os pilares (BANSAL, 2005; BAUMGARTNER; EBNER, 2010; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003) e as dimensões (Econômica, Ambiental e Social) considerando o conceito operacional proposto através das síntese das fundamentações teóricas propostas por Baumgartner e Ebner (2010) e Munck (2013) apresentadas no Capítulo 2 desta pesquisa.

O quadro 13 expõe um comparativo que busca apresentar principais características metodológicas dos índices sustentáveis DJSI Index, FTSE4GOOD e ISE assim, informar qual estrutura apresenta maior consistência em prol da promoção da SO junto as organizações supostamente sustentáveis.

Quadro 13: Comparativo das metodologias praticadas pelos IS

	Conceito	Índices Sustentáveis		
		DJSI	FTSE4Good	ISE
Público Alvo	Refere-se ao público ao qual o índice direciona suas ações para participação, os quais devem possuir supostamente práticas responsáveis.	Empresas que se destacam em seu setor, por meio do método <i>Best-in-class</i> , participantes da bolsa. Não possui limitação acerca da localização, atua de forma global. Investidores, fundos éticos (benchmark), mercado financeiro.	Foco em empresas listadas como <i>Best-in-class e screening negativo</i> . Não possui limitação acerca de localização, atua de forma global. Investidores, fundos éticos (benchmark), mercado financeiro.	Está voltado a empresas de atuação nacional (Brasil), direcionada as 200 empresas/papéis mais líquidos junto a Bovespa. Investidores, fundos éticos (benchmark), mercado financeiro.
Propósito	Visa validar o público ao qual o produto é direcionado. Em qual proporção suas práticas são coerentes com o desenvolvimento sustentável.	Ser indicador de desempenho proporcionando que organizações participantes, sejam referência em práticas sustentáveis. Ser benchmark de fundos éticos e carteiras voltadas a sustentabilidades, assim como, servir de orientação para investidores que se interessam sobre carteiras sustentáveis.	Ser referência para investidores que possuem apelo para sócio ambiental, possibilitando a visualização de companhias reconhecidas como sustentáveis junto a seu <i>benchmark</i> . Instigar/possibilitar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no mundo, por meio do interesse das organizações em compor sua carteira.	Identificar em que medida uma companhia tem a sustentabilidade incorporada de forma fundamentada e estruturada em seus modelos de negócios e perspectivas futuras. Ser referência no Brasil como benchmark em sustentabilidade, orientar investidores que possuem interesse pelo por carteiras que possuem referencial supostamente sustentável.
Aplicabilidade	Considera quais são as características voltadas para o mercado, demonstrando as suas particularidades e metodologia em prol da realização da sustentabilidade.	Metodologia acessível à todas organizações, que estão dentro dos pré-requisitos de aceitação.	Metodologia acessível à todas organizações, que estão dentro dos pré-requisitos de aceitação.	Metodologia acessível à todas organizações, que estão dentro dos pré-requisitos de aceitação.

Estrutura Proposta para análise	Refere-se a estrutura que contempla a metodologia utilizada, como forma avaliativa a partir de supostos princípios sustentáveis.	Utiliza-se da metodologia CSA (<i>Corporate Sustainability Assessment</i>), utiliza-se de 61 questionários diferentes (um para cada setor analisado) baseia-se em 3 dimensões, (não exclui nenhum setor da avaliação, compara 61 setores utilizando de 80-100 questões específicas do setor e entre setores, as empresas recebem notas classificatórias (TSS – Total Sustainability Score)	Possui como base a utilização do modelo ESG ratings, filtrando organizações globais e as classificando em escala de 0 a 5. Possui três pilares, 14 temas e mais de 300 indicadores, utilizando em média 125 indicadores por empresa.	Por meio da ferramenta questionário aborda sete dimensões, sendo direcionados por critérios e indicadores.
Fontes de Informação	Contempla as fontes de informação utilizadas para investigação, inserida junto as metodologias utilizadas em prol da validação de práticas sustentáveis.	Conta com questionário, análise de relatórios (relativos a sustentabilidade (GRI, SASB, CDP)), análise de relacionamento com stakeholders e análise da postura da empresas por meio de notas públicas (sites, mídia, etc).	Materiais de domínio público (os quais balizam o ESG) referente pertinente as empresas, análise de balanços, notícias em mídia, questionários específicos.	Questionário.
Racional	Está relacionado com a importância percebida do ferramental, quanto ao seu propósito de validade acerca de práticas sustentáveis.	Ser reconhecido <i>benchmark</i> global, junto ao mercado de ações para o cenário mundial, possuindo índices atrelados a sua estrutura em vários países.	Ser reconhecido como <i>benchmark</i> global, junto ao mercado de ações para o cenário mundial, possuindo índices atrelados a sua estrutura em vários países. Busca ser ferramental de aplicabilidade de práticas sustentáveis junto as organizações.	Ser referência, quanto a concepção de <i>benchmark</i> junto ao mercado financeiro brasileiro.
Escopo	Quais são as ferramentas utilizadas para validação do objetivo (validação das organizações das	Apresenta questionários específicos e soma de documentos públicos, os quais favorecem a ampliação do filtro e	Apresenta inúmeros ferramentais que visam filtrar as empresas que supostamente são sustentáveis, os próprios filtros já são excludentes. Devido a atuação com inúmeros	Como filtro apresenta a análise do questionário desenvolvido pelo CES-FGV, passando por revisões anuais, contando com o apoio da comunidade.

	organizações que se apresentam como sustentáveis).	detalhamento das informações. Passa por revisões, visando alinhamento junto ao mercado.	indicadores de análise, possui um processo mais aprofundado, já que as informações obtidas são de domínio público. Passa por revisões visando enquadramento junto ao mercado.	
Dimensões/ Pilares (Principais)	Refere-se as principais dimensões/pilares que são utilizados como referência para validação das práticas sustentáveis.	Econômica, Social e Ambiental	Meio Ambiente, Social e Governança	Econômico, Social e Ambiental
Transparência	Refere-se a disposição e disponibilidade dos dados e métodos utilizados para validação das organizações junto aos índices sustentáveis, visando demonstrar total clareza do processo eletivo.	A gestora SAM, mantém as informações sobre a metodologia disponíveis em seu site, porém, apenas um setor possui seus questionários expostos. As classificações estão de forma clara mencionadas em arquivos de acesso público, junto ao site institucional (Metodologia).	Todo a metodologia e pontuações são disponibilizadas de forma pública e didática, junto ao site da gestora do índice. Apresenta total clareza nas apresentações e especificações.	Informações sobre a metodologia, questionário e históricos, são divulgadas junto ao site da instituição e da Bovespa (porém, apresenta complexidade no entendimento da distribuição dos pesos frente as dimensões).

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

5.1.1 Comparação das principais características das estruturas de análise dos índices sustentáveis DJSI, FTSE4GOOD e ISE

5.1.1.1 Público alvo

Seu conceito está formulado em compreender a qual público o produto índice sustentável está direcionado, o que de fato os IS objetivam atingir.

Os índices comparados em sua essência têm o mesmo foco de público, porém, o que chama atenção e pode promover maior credibilidade a este processo está relacionado ao raio de atuação objetivado pelos IS DJSI e FTSE4GOOD, os quais atuam mundialmente, enquanto o ISE possui sua atuação limitada ao território nacional no qual está estabelecido.

Porém, destaca-se que os três índices têm como foco oferecer suas informações também aos investidores que possuem aderência acerca do tema sustentabilidade e por fim ser *benchmark* para outros fundos éticos e para o mercado como um todo.

5.1.1.2 Propósito

Tem em seu conceito a validação do público que adere as suas práticas, validar as ações supostamente sustentáveis das organizações que se submetem ao processo e por fim ser referência junto ao mercado financeiro. Percebe-se que os fundos comparados possuem aspectos similares, sendo o DJSI e o ISE, com uma linguagem e disposições baseadas no TBL bem evidentes e de conotação comercial, e o IS FTSE4GOOD com textos mais direcionados a governança corporativa. Suas características de explanação, fazem alusão ao TBL, porém, no material exposto junto a seu site/material institucional (FTSE RUSSELL, 2018), fica claro que possui aplicação holística, se diferenciando dos demais IS comparados.

5.1.1.3 Aplicabilidade

Quanto a aplicabilidade dos índices DJSI, FTSE4GOOD e ISE, uma vez que exista pré-disposição da organização participante em oferecer as informações solicitadas, não existem barreiras (apenas, os critérios de exclusão, sendo que cada índice apresenta uma particularidade).

Os IS DJSI e FTSE4GOOD possuem maior complexidade de documentos exigidos, porém, estas informações (balanços, balancetes, demonstrações de resultado, processos judiciais, mídias etc.) são práticas contábeis, matérias públicas (quando de informação direta as quais devem ser praxe para as organizações que estão atuando junto ao mercado), e andamento de processos judiciais de domínio público.

O ISE por sua vez, aplica somente o questionário (o qual é preenchido somente se a empresa tiver interesse) e possui a exigência dos itens de inclusão (como apresentado no quadro 6), demonstrando assim, facilidade e simplicidade quanto a sua aplicabilidade prática.

5.1.1.4 Estrutura proposta para análise

A estrutura proposta para análise, refere-se a estrutura metodológica empregada para análise das organizações participantes dos IS.

Os índices DJSI apresentam estrutura complexa e aprofundada para análise das empresas supostamente sustentáveis, utilizando-se da metodologia CSA (*Corporate Sustainability Assessment*), sendo fator decisivo a obtenção do TSS (*Total Sustainability Score*), fato interessante sobre o processo deste IS é que quando as organizações não respondem o questionário, mas, preenchem outros critérios através das informações obtidas de forma pública, os consultores responsáveis pela análise seguem com a continuidade no processo visando assim, incluir a empresa junto a sua carteira.

O IS FTSE4GOOD se utiliza do processo ESG, se valendo de mais de 300 indicadores de análise, sendo em média 125 utilizados por empresa, uma vez que em sua essência são utilizadas informações públicas, e seu processo seletivo, supostamente apresenta indícios de incluir empresas, que de fato possuem práticas voltadas a sustentabilidade.

O IS ISE, se utiliza apenas do questionário, sendo que até o ano de 2016, não incluía a necessidade de apresentação de documentos comprobatórios das práticas informadas. A partir do ano de 2017 algumas questões precisaram apresentar, além da resposta selecionada, documento que comprovassem e validassem a questão.

5.1.1.5 Fontes de Informação

Este item comparado, possui a intenção de demonstrar qual são as fontes que dão credibilidade para as informações obtidas prestadas pelas organizações.

Os IS DJSI e FTSE4GOOD possuem validação de suas fontes de informação baseadas em inúmeros mecanismos, os quais são reconhecidos pela sociedade como referenciais, a exemplo do GRI, SASB, CDP e informações contábeis como: balanços financeiros, balancetes e quando da dúvida de qualquer informação, em algumas situações é efetuado o conta com stakeholders.

O ISE se vale das informações obtidas por meio de questionários e de informações validadas, muitas vezes, por documentos emitidos pelas próprias organizações respondentes, em alguns casos, quando de informações negativas da mídia, opta-se por direcionar para análise de um comitê (CISE) para exclusão ou não da empresa (ISE, 2015).

5.1.1.6 Racional

O racional dos IS está relacionado à percepção do grau de importância fundamental, quanto ao seu propósito de validade acerca de práticas sustentáveis, e do fato de ser um referencial para outros índices que busquem atuar junto a sustentabilidade.

Os IS DJSI por ser o índice mais antigo apresentado nesta pesquisa, possui evidências de ser o índice mais reconhecido e de maior expressividade, segundo Kraemer (2003), Fowler e Hope (2007) e Zago, Jabbour e Bruhn (2008), por possuir como referencial a índice *Dow Jones Industrial Average*, que data o ano de concepção como 1896 e possui em sua carteira as maiores empresas do mundo, no mercado de ações.

O índice FTSE4GOOD, possui como seu “mentor” o FTSE (*Financial Time Stock Exchange*) que por sua vez, é internacionalizado e representa as carteiras de maior liquidez do UK (Reino Unido), favorecendo assim, sua referência junto aos países europeus, como um *benchmark* de sustentabilidade.

Por sua vez, o ISE possui atuação nacional e se limita a ser referência como índice sustentável no Brasil.

5.1.1.7 Escopo

O escopo tem como finalidade delinear os caminhos utilizados pelas metodologias para que os ferramentais propostos na metodologia tenham efetividade.

Os índices DJSI e FTSE4GOOD, conforme apresentado nas fontes de informação, se valem de informações que possuem peso reconhecido por órgãos reguladores (a exemplo de balanço contábil) que por si, já passam maior credibilidade ao processo. O fato de se utilizarem de um filtro mais específico e “denso”, o qual promove uma somatória de documentos e informações obtidas dos clientes e confirmadas por outras fontes, promove um processo de validação mais robusto.

O ISE, por sua vez, segue com o processo de validação por meio de respostas e documentos disponibilizados pelas organizações participantes.

5.1.1.8 Dimensões e pilares principais

Este tópico explana as principais dimensões utilizadas pelos índices sustentáveis as quais são o cerne de suas metodologias, visando assim, promover a identificação de características/práticas sustentáveis junto as organizações que farão parte das carteiras dos referenciados índices.

Os IS DJSI e ISE possuem como base o TBL, sendo estas as principais dimensões utilizadas para a promoção dos questionários ao quais as organizações são submetidas. Nesse caso, o índice brasileiro é desenvolvido em menor profundidade, quando comparado ao índice norte americano, porém, apresentam similaridades.

O IS FTSE4GOOD possui o mesmo embasamento dos demais índices. Contudo, ele inclui o pilar econômico sob o pilar intitulado como governança

corporativa, possibilitando assim, uma compreensão holística e robusta das organizações que compõe o índice.

5.1.1.9 Transparência

A transparência é um fator relevante de análise, uma vez, que visa demonstrar qual é o grau de clareza que os IS se propõem a informar a sociedade como um todo acerca dos critérios utilizados para inserção ou exclusão das empresas participantes de suas carteiras.

De forma geral os IS comparados apresentaram a disponibilização de suas metodologias em seus sites institucionais (ISE, 2015; SAM, 2018; FTSE RUSSELL, 2019).

5.2 COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS A PARTIR DA DISSEMINAÇÃO DAS DIMENSÕES: ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL

Segundo Munck (2013), novas práticas, metodologias visando aprimoramentos da utilização das dimensões (econômico, social, ambiental) que alicerçam a sustentabilidade são fomentadas por organizações que estão ativamente envolvidas no tema.

Desta maneira, não diferente, os IS têm chamado atenção da sociedade como sendo uma referência para indicar empresas que se preocupam com a sustentabilidade (SADOVSKA, 2016), e apresentam como seu cerne e sustentação metodológica o *TBL*.

Sendo assim, existe uma necessidade em comparar as práticas metodológicas dos próprios IS com as proposições das dimensões elencadas pelo TBL, sendo este último reconhecido como sustentação do fenômeno sustentabilidade (DYLLICK; HOCKERTS, 2002; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011; SAVITZ; WEBER, 2007; VAN MARREWIJK, 2003; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

Para esta etapa, foi utilizada como base a proposição de Baumgartner e Ebner (2010) que se trata de um modelo que visa auxiliar na identificação da prática da sustentabilidade pelas organizações através da utilização das dimensões

propostas pelo TBL, sendo este modelo adaptado pelo autor, visando identificar o nível de comprometimento dos índices.

A comparação dos índices foi apresentado sequencialmente nos quadros 14, 15 e 16 (respectivamente) e seguiu sua ordem cronológica a partir de sua concepção, ou seja, foi comparado com a proposição inicialmente o DJSI, na sequência o FTSE4GOOD e por fim o ISE, com a finalidade de comparar se as estruturas propostas pelos IS possuem compatibilidade com os conceitos teóricos apresentados (sendo a tabela inspirada junto aos trabalhos de Baumgartner e Ebner (2010), possibilitando assim a validação das organizações para a SO.

Para a comparação do IS DJSI, foi utilizado como base o questionário: Serviços ao consumidor diversificados (uma vez que o processo de avaliação, possui 61 questionários diferentes) estando disponível como amostra o supracitado.

Os quadros 14, 15 e 16, apresentam informações e comparativos, respectivamente dos índices sustentáveis DJSI, FTSE4GOOD e ISE

Quadro 14: Análise comparativa através das dimensões do DJSI

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
DJSI – Econômico	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentração em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.			X	
DJSI – Econômico	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P & D, instituições, universidades) trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.			X	
DJSI – Econômico	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.			X	
DJSI – Econômico	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas para que todos os funcionários saibam o que a organização espera dele ou dela sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.		X		
DJSI – Econômico	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.		X		
DJSI – Econômico	Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja em separado relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.			X	
DJSI – Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Uso de recursos renováveis e não renováveis e energia através da empresa incluindo recursos reciclados		X		

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
DJSI – Ambiental	Emissões no ar	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Emissões na água	Emissões na água devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Emissões no solo	Emissões no solo devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Biodiversidade	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Questões ambientais dos Produtos	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida			X	
DJSI – Social	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.		X		
DJSI – Social	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).		X		
DJSI – Social	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização. Não impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas para funcionários para evitar perigos e permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).		X		
DJSI – Social	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do		X		

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
		emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.				
DJSI – Social	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidas suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.		X		
DJSI – Social	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.				X
DJSI – Social	Nenhuma corrupção e cartel	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.		X		
DJSI – Social	Cidadania corporativa	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).		X		

Fonte: Desenvolvida pelo autor adaptada de Baumgartner e Ebner (2010)

Foi realizada a análise do conteúdo, a partir das informações disponíveis no site institucional que é responsável pela gestão do índice DJSI, e foi tomado como base a documentação que é utilizada para validação da inclusão de organizações (validação também de informações externas), supostamente sustentáveis, junto a sua carteira.

Quanto as dimensões, observou-se:

Dimensão Econômica:

a) Não atende – não foram identificados de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente – as proposições relativas a: I) Processos: embora seja identificado de forma implícita a necessidade das organizações participantes dos índices, não é disponibilizado nenhuma ferramenta ou informação que possibilite de forma contundente evidenciar a integração da sustentabilidade nas práticas diárias das organizações; II) Compras: embora o questionário apresente questões que sugerem a disseminação da sustentabilidade, por parte da organização participante do índice, junto a sua cadeia de suprimentos e também a própria organização, é perceptível que espera-se que a organização já tenha esta prática como cotidiana, porém, é o processo é implícito.

c) Atende - as proposições relativas a: I) inovação e tecnologia: apresentou acerca do conceito proposto pela pesquisa, indícios explícitos e implícitos acerca da existência informações/questionamentos que fomentam junto as organizações o interesse em investir em pesquisa e desenvolvimento de novos negócios que proporcionem menor impacto ambiental; II) Colaboração – o índice apresenta interesse em fomentar junto aos participantes maior interação junto a temática sustentabilidade organizacional, evidenciando inclusive, no próprio site institucional que apresenta informações e pesquisas para o acesso aos usuários, cases de participantes e troca de informações sobre a sustentabilidade, além de vasto material informativo; III) Gestão do

conhecimento: o próprio questionário utilizado como uma das formas de classificação das organizações participantes do IS, apresenta em sua estrutura questões explícitas acerca do tema; IV) Relatório de Sustentabilidade – apresentou de forma explícita junto a sua metodologia a necessidade de fomentar relatórios que tratem do tema sustentabilidade.

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Ambiental:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícitas fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

a) Atende - as proposições relativas a: I) Recursos materiais energia, incluindo reciclagem; II) Emissões de ar; III) Emissões de água; IV) Emissões no solo; V) Resíduos e resíduos perigosos; VI) Biodiversidade; VII) Questões ambientais do produto – apresentam caracteres regulatórios pertinentes as leis vigentes para atuação junto as organizações junto a sociedade, sendo sua preocupação explicitada por meio da posição que as organizações ocupam no mercado de ações.

c) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Social:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícitas fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

- b) Atende Parcialmente – as proposições relativas a: I) Comportamento ético e direitos: o questionário apresenta de forma limitada especificações acerca do tema, sendo assim, prejudicando sua avaliação; II) Motivação e incentivos; III) Saúde e segurança; IV) Desenvolvimento do capital humano; V) Comportamento ético e direitos; VI) Nenhuma corrupção e cartel; VII) Cidadania corporativa – o índice apresenta junto as questões formuladas e site institucional, abordagens implícitas acerca do tema.
- c) Atende-as proposições relativas a: I) Governança corporativa: regulamento acerca da participação da organização é clara quanto a necessidade da prática do tema como critério de inclusão.
- d) Supera – I) Nenhuma atividade controversa: O índice apresenta de forma rígida e clara acerca da proposição ser um item de exclusão.

Quadro 15: Análise comparativa através das dimensões do FTSE4GOOD

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
FTSE4Good – Econômico	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentrando em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.			X	
FTSE4Good – Econômico	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P&D Instituições, universidades, trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.			X	
FTSE4Good – Econômico	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos de planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.			X	
FTSE4Good – Econômico	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas de maneira que todos os funcionários saibam o que a organização espera dele ou dela sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.			X	
FTSE4Good – Econômico	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.			X	
FTSE4Good – Econômico	Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja separado do relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.			X	

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
FTSE4Good Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
Ambiental	Emissões no ar	Emissões na água devido a atividades corporativas			X	
FTSE4Good Ambiental	Emissões na água	Emissões no solo devido a atividades corporativas			X	
Ambiental	Emissões no solo	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
FTSE4Good Ambiental	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
FtSE4Good Ambiental	Biodiversidade	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida			X	
FtSE4Good Ambiental	Questões ambientais dos Produtos	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
FTSE4GooDSocial	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.			X	
FTSE4Good Social	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização com o apoio da gerência agindo de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária e não monetária).			X	
FTSE4Good Social	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização, que não haja impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas com o objetivo de funcionários para evitar perigos e			X	

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
		permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).				
FTSE4Good Social	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.			X	
FTSE4GoodSocial	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidas suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.			X	
FTSE4GoodSocial	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.			X	
FTSE4GoodSocial	Nenhuma corrupção e cartel	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.			X	

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
FTSE4GoodSocial	Cidadania corporativa	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização com o apoio da gerência agindo de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).			X	

Fonte: Desenvolvida pelo autor adaptada de Baumgartner e Ebner (2010)

Quanto a comparação do índice FTSE4GOOD, observa-se:

Dimensão Econômica:

- a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas.
- b) Atende Parcialmente – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas.
- c) Atende as proposições relativas a: I) Inovação e tecnologia; II) Colaboração; III) Gestão do conhecimento; IV) Processos; V) Compras; VI) Relatório de Sustentabilidade: o próprio questionário utilizado como uma das formas de classificação das organizações participantes do IS, apresenta em sua estrutura questões explícitas acerca do tema
- d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Ambiental:

- a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;
- b) Atende Parcialmente – as proposições relativas a: não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;
- c) Atende - as proposições relativas a: I) Recursos materiais energia, incluindo reciclagem; II) Emissões de ar; III) Emissões de água; IV) Emissões no solo; V) Resíduos e resíduos perigosos; VI) Biodiversidade; VII) Questões ambientais do produto – apresentam caracteres regulatórios pertinentes as leis vigentes para atuação junto as organizações junto a sociedade, sendo sua preocupação

explicitada por meio da posição que as organizações ocupam no mercado de ações.

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Social:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

c) Atende - as proposições relativas a: I) Governança corporativa; II) Motivação e incentivos; III) Saúde e segurança; IV) Desenvolvimento do capital humano; V) Comportamento ético e direitos; VI) Nenhuma atividade controversa; VII) Nenhuma corrupção e cartel; VIII) Cidadania corporativa – o índice apresenta junto as questões formuladas e site institucional, abordagens implícitas acerca do tema.

d) Supera – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

Quadro 16: Análise comparativa através das dimensões do ISE

Índice Sustentável /Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
ISE - Econômico	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentrado em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.		X		
ISE - Econômico	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P & D), instituições, universidades) trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.		X		
ISE - Econômico	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.		X		
ISE - Econômico	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas para que todos os funcionários saibam o que a organização espera dele ou dela (sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.		X		
ISE - Econômico	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de		X		

		suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.				
ISE - Econômico	Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja em separado relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.		X		
ISE - Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Emissões no ar	Emissões na água devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Emissões na água	Emissões no solo devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Emissões no solo	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Biodiversidade	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida			X	
ISE - Ambiental	Questões ambientais dos Produtos	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
ISE – Social	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.			X	
ISE – Social	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo,		X		

		dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).				
ISE – Social	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização. Garantir que não haja impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas para funcionários para evitar perigos e permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).			X	
ISE – Social	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.			X	
ISE – Social	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidas suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.			X	
ISE – Social	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente			X	

		como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.				
ISE – Social	Nenhuma corrupção e cartel	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.	X			
ISE – Social	Cidadania corporativa	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização com o apoio da gerência agindo de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).			X	

Fonte: Desenvolvida pelo autor adaptada de Baumgartner e Ebner (2010).

Quanto a comparação do índice ISE, observa-se:

Dimensão Econômica:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente as proposições relativas a: I) Processos: embora seja identificado de forma implícita a necessidade das organizações participantes dos índices, não é disponibilizado nenhuma ferramenta ou informação que possibilite de forma contundente evidenciar a integração da sustentabilidade nas práticas diárias das organizações; II) Compras: embora o questionário apresente questões que sugerem a disseminação da sustentabilidade, por parte da organização participante do índice, junto a sua cadeia de suprimentos e também a própria organização, é perceptível que espera-se que a organização já tenha esta prática como cotidiana, porém, o processo é implícito.

c) Atende as proposições relativas a: I) inovação e tecnologia; II) Colaboração; III) Gestão do conhecimento; IV) Processos; V) Compras; VI) Relatório de Sustentabilidade – apresentou de forma explícita e objetiva junto aos questionários apresentados como forma de validação;

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Ambiental:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente as proposições relativas a: não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao

índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

c) Atende - as proposições relativas a: I) Recursos materiais energia, incluindo reciclagem; II) Emissões de ar; III) Emissões de água; IV) Emissões no solo; V) Resíduos e resíduos perigosos; VI) Biodiversidade; VII) Questões ambientais do produto – apresentam caracteres regulatórios pertinentes as leis vigentes para atuação junto as organizações junto a sociedade, sendo sua preocupação explicitada através da posição que as organizações possuem junto ao mercado de ações.

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Social:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente as proposições relativas a: I) Comportamento ético e direitos: o questionário apresenta de forma limitada especificações acerca do tema, sendo assim, prejudicando sua avaliação; II) Motivação e incentivos; III) Saúde e segurança; IV) Desenvolvimento do capital humano; V) Comportamento ético e direitos; VI) Nenhuma corrupção e cartel; VII) Cidadania corporativa – o índice apresenta junto as questões formuladas e site institucional, abordagens implícitas acerca do tema.

c) Atende-as proposições relativas a: I) Governança corporativa: regulamento acerca da participação da organização é clara quanto a necessidade da prática do tema como critério de inclusão.

d) Supera – I) Nenhuma atividade controversa: O índice apresenta de forma rígida e clara acerca da proposição ser um item de exclusão.

Uma vez que o índice sustentável ISE possui como seu pré-requisito o preenchimento de forma espontânea por parte da organização que demonstra interesse em compor sua carteira, o questionário apresenta sua estrutura composta

por sete dimensões (Econômica, Social, Ambiental, Geral, Governança Corporativa, Natureza do Produto, Mudança de Clima). Portanto, percebe-se que existe uma abrangência acerca das perguntas que as empresas devem responder de forma objetiva. As perguntas, contudo, não promovem a ação e sim delimitam a confecção de um futuro indicador baseado na informação a qual a empresa acredita que melhor representa seu cotidiano.

Para esta etapa, a qual se utilizou de um modelo de maturidade proposto por Baumgartner e Ebner (2010), o índice apresenta dúvidas passíveis de questionamentos quanto a consistência de seu roteiro de perguntas, uma vez que possuem caráter explanatório, e alguns critérios não permitem afirmar se, de fato, as respostas sinalizadas são resultados de ações diárias e sim apenas demonstrar/indicar a resposta mais pertinente para a empresa.

O fato das validações dos documentos comprobatórios ocorrerem de forma amostral, ainda permitem dúvidas quanto a validade das respostas e dos trâmites apresentados como verdadeiros, fato este que dificulta o IS assegurar que as respostas não possuem apenas uma conotação estratégica quando assinaladas, voltada apenas para o credenciamento da empresa junto a carteira, ainda assim, ressalta-se que o processo passa pela análise da empresa de auditoria KPMG (ISE, 2015).

Um fator que deve ser levado em consideração é que o ISE é o IS que se utiliza de menos critérios para aprovação das organizações e que também apresenta a menor carteira. A sinalização deste fato é pertinente, uma vez que pelo fato da própria empresa preencher o questionário e não apresentar nada atrelado a sustentabilidade como pré-requisito de entrada (a exemplo dos demais índices investigados, que utilizam informações de balanço, mídia etc.), somente sinalizações econômicas, tais como: a) estar entre as 200 empresas que nos últimos 12 meses apresentaram maior volume de negociação junto a bolsa, b) estar presente em pelo menos 50% das negociações do mercado no mesmo período, fatores estes não aplicáveis a SO e assim, o processo fica fragilizado, podendo contar com a má fé das organizações participantes.

Outro aspecto quanto a confecção do relatório, é que junto ao Conselho Deliberativo do índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE) exista a participação de entidades que sinalizam conflito de interesses, a exemplo da participação do instituto ETHOS, uma vez que sua atuação "*core business*", se

relaciona em otimizar e implementar práticas sustentáveis junto as organizações. Isso pode deixar questionável a entrada de uma organização junto a carteira, que possui apoio e assessoria do Instituto, assim como, ANBIMA e APIMEC que possuem relações fortes com o setor bancário.

Quanto a dimensão econômica analisada, seu propósito (para o gestor do índice) está atrelado ao fato de descobrir em qual medida a organização avalia seus impactos direto e indireto a sociedade no quesito econômico financeiro, almejando evidenciar o desempenho financeiro da mesma e se existe a preocupação além dos resultados econômicos.

Percebe-se assim, que este tópico, quando comparado com a ferramenta utilizada nesta pesquisa, deixa dúvidas sobre a clareza das ações e este fato pode ser justificado pela própria estrutura do questionário, o qual ao ser concebido de forma explanatória permite um entendimento superficial das tratativas embora em muitos casos, a própria pergunta solicite a ação comprobatória da resposta por meio de documentos reconhecidos como oficiais da companhia e não de órgão reguladores.

Quanto a realização da comparação dos IS entre si, percebe-se similaridade quanto a forma de interpretar os dados informados pelas organizações por meio da proposição de questionário através do DJSI e ISE, sendo o primeiro possuidor de uma estrutura mais aprofundada e complexa permitindo (em sua maioria) a inclusão de informações relevantes, consideradas pelas organizações participantes afim que as mesmas expliquem acerca do tema proposto em cada questão, sendo o índice brasileiro possuidor de um perfil de perguntas objetivas.

Por sua vez, o IS FTSE4GOOD utiliza de indicadores específicos por setor, com o objetivo de obter informações que compõe sua estrutura para pleito da participação das organizações.

Um fator identificado junto a pesquisa que necessita ser explicado é quanto à forma de obtenção da informação, o que permite o índice FTSE4GOOD, ficar em posição de destaque, uma vez que para participação de seu índice se utiliza de informações que não possam ser manipuladas pela organização interessada. O DJSI, porém, é permissivo quanto as informações que tenham origem a empresa interessada (porém, o questionário apresenta maior rigor quanto as comprovações das informações prestadas) e, por fim, o ISE é representado apenas por informações prestadas pelas organizações e com validações comprobatórias questionáveis, uma vez que estas podem ser validadas por documentos reconhecidos pela empresa

participantes e não órgão externos os quais são legitimados com sumidade ou reguladores.

Tanto o FTSE4GOOD, quanto o DJSI, por serem índices de referência global, apresentam uma estrutura de maior complexidade metodológica o que não é percebido no ISE, pelo fato deste usar apenas uma ferramenta como cerne da obtenção das informações necessárias para validar uma organização como sustentável.

Outro fato a ser avaliado é quanto o posicionamento dos IS se aproximam do conceito de SO, promovendo junto as instituições ações voltadas de fato para a sustentabilidade.

O quadro 17, apresenta a comparação entre o conceito operacional proposto e o posicionamento prático utilizado pelos índices sustentáveis, em suas metodologias:

Quadro 17: Conceito operacional e posicionamento dos índices acerca da SO

Conceito Operacional e posicionamento dos índices acerca da SO			
Conceito Operacional	Posicionamento DJSI	Posicionamento FTSE4GOOD	Posicionamento ISE
Os processos e decisões tomadas pelas organizações devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, sendo a partir da compreensão das dimensões (econômica, social e ambiental) e implementação das mesmas incluíam o desenvolvimento sustentável, este de fato, possibilite a inclusão de práticas, objetivos, estratégias, valores, fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os "trade-offs" entre os pilares, para desta maneira, alcançar a sustentabilidade global.	Baseado em dois princípios orientadores: forte crença que a integração de critérios se refere a qualidade da gestão financeira; e o potencial de desempenho futuro das empresas.	Sua essência está baseada na medição do desempenho das empresas que demonstram práticas ambientais, sociais e de governança, focado em gestão transparente e total obediência aos critérios ESG (metodologia).	Baseado em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, promove a análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em SAM (2019); FTSE Russell (2019); e B3 (2019).

Quanto a comparação do conceito operacional frente as bases que norteiam os índices sustentáveis, eles são bem específicos e são voltados a atender uma demanda do mercado financeiro, quanto a investidores que atuam em um ambiente que transmite inspirações acerca de empresas que atuam voltadas ao desenvolvimento sustentável em prol da sustentabilidade.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo principal mapear e estudar a estrutura dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável, visando assim, compreender em que medida existe compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para uma organização ser considerada como sustentável.

Para Delai (2006) como premissa é necessário e fundamental a promoção da sustentabilidade corporativa de tal forma que exista a evidência quanto a um conceito ou visão da sustentabilidade organizacional, a qual será norteadora.

Desta forma a pesquisa, por meio das leituras efetuadas (BANSAL, 2005; BAUMGARTNER; EBNER, 2010; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003), buscou suscitar a definição de sustentabilidade organizacional, utilizada como conceito operacional desta, visto que percebeu-se total desarmonia e falta de consenso acerca da SO.

Todo material utilizado para análises desta pesquisa (livros, artigos, *journals*, periódicos) viabilizou eleger os fundamentos necessários para que uma organização seja considerada sustentável, possibilitando seguir com a comparação entre as fundamentações teóricas e a prática dos índices sustentáveis, quanto a SO.

Segundo Arribas *et al.* (2019) as agências de classificação social implementam filtros complexos para identificar as empresas com melhor desempenho sustentável e social e ajudam os investidores a selecionar as empresas para suas carteiras sustentáveis.

Após as comparações, percebe-se que de fato, existe uma complexidade quanto as formas com que os IS, a exemplo do DJSI e FTSE4GOOD que se utilizam de inúmeros ferramentais e relatórios fornecidos por outras organizações, classifiquem as organizações como sustentáveis.

Frases como: “o ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3” (B3, 2019), “boutique de investimentos focada exclusivamente em investimentos sustentáveis” (ROBECOSAM, 2019), “os índices FTSE4Good, podem ser usados de quatro maneiras principais: a) produtos

financeiros (como ferramenta de investimentos), b) pesquisa (para identificar empresas supostamente sustentáveis), c) referência (por utilizar a metodologia ESG), d) benchmarking (como índice de referência para acompanhar portfólios de investimentos sustentáveis) (FTSE RUSSELL, 2019), são a essência dos índices.

Fortalecem a característica de produtos, os quais buscam diferenciais entre si, para que possam ser usados/consumidos, estes posicionamentos dos IS, podem ser explicados pelas próprias frases disponíveis em seus sites institucionais que apresentam os índices como “*benchmarks*”, ou seja, referências para atender uma demanda proporcionada pelo mercado financeiro em sua voracidade por não dar oportunidade para que sua “clientela” seja alvo de qualquer outra forma de investimento que apresente uma oportunidade de trazer características sustentáveis.

Quando feita a comparação entre os índices, frente as suas metodologias, fica evidente a preocupação que estes têm em validar a SO como um diferencial, algo que possibilite as organizações participantes, serem reconhecidas como de fato, empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável, porém, fica mais evidente que todos sem exceção estão beneficiando empresas consideradas como referências de desempenho financeiro por estarem a frente de carteiras que não são consideradas como sustentáveis.

Este fato é indicado no critério inclusivo dos índices, onde tanto DJSI, FTSE4GOOD e ISE, buscam empresas que possuem melhor desempenho e liquidez junto a outras carteiras, líderes de setor, sendo estas já reconhecidas como “gigantes”, que buscam se diferenciar no mercado de ações (ou em seus setores de atuação) com todos os ferramentais possíveis, como um estratégia competitiva, conforme ofertado pela própria RobecoSam (gestora do DJSI) em seu site institucional: “Melhore sua reputação como líder de sustentabilidade, participando do CSA aos olhos das partes interessadas, sociedade como um todo, sua empresa será referência em sustentabilidade” (ROBECOSAM, 2019).

As metodologias como um todo, convergem para a utilização do TBL como princípio balizador da SO, sendo o DJSI, bem claro quanto a sua utilização junto as distribuição de seu questionário, se valendo das três dimensões (Econômico, Social e Ambiental), contudo por ser o índice sustentável pioneiro no mercado de ações, possui a estrutura metodológica extremamente conectada a seu objetivo e tem por fim a validação de suas proposições, não somente pelo questionário utilizado, mas

também, por outros instrumentais externos que quando confrontados com a resposta das organizações podem possibilitar a confirmação dos fatos.

O índice FTSE4GOOD, busca por meio da metodologia avaliativa, se diferenciar do DJSI, porém, é perceptível que por fim as influências proporcionadas pelo TBL a direcionam quanto a conceito de SO, mas, o fato da informações que possibilitam a inclusão das organizações junto a sua carteira, ser propiciado exclusivamente por informações externas e de acesso público, transferem grande credibilidade ao processo de validação.

Por fim, o índice ISE apresenta o que supostamente se propõe, contudo apresenta fragilidade em seu processo metodológico, uma vez que se vale de um único questionário para validação das organizações e este é preenchido pelas empresas que tem interesse em participar de sua carteira, o que fragiliza o processo de inclusão.

Deste modo, a avaliação das metodologias, sinalizam para inclusão de empresas que já se intitulam sustentáveis e que possuem suas práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável como estratégia ou hábito, e não por influência ou interesse na participação das carteiras, que estas apenas confirmem informações já existentes e as organizem de forma a otimizar um “*ranking*”.

Quando da comparação entre os índices e a proposição de Baumgartner e Ebner (2010), adaptada para sinalizar o grau de aderência a SO, identificou-se:

O DJSI para todas as dimensões apresentadas, possui aderência em sua totalidade, sendo uma das motivações sua estrutura voltada ao atendimento das três dimensões propostas pelo TBL. Não apresenta, contudo, de forma expressiva caracteres superiores ao entendido como fator mínimo para balizamento da SO.

Analisado o índice FTSE4GOOD este apresenta também, processos que garantem a aplicação dos critérios mínimos de aderência a SO, promovidos pela proposição da pesquisa, possivelmente, pelo simples fato das informações serem retiradas do mercado por meio de balanços, informações acerca de processos judiciais, mídia, relatórios entre outros indicadores.

Quanto ao ISE foi o que apresentou inconstância junto a sua metodologia e a proposição utilizada nesta pesquisa como modelo. Isto pode ser considerado resultado da utilização de uma única forma de validar a inclusão da empresa e por esta possuir perguntas com foco objetivo (diferentemente do DJSI que

tem caráter explanatório) o que possibilita a dúvida quanto a sua forma de validar a SO.

Para todos os índices submetidos a comparação é evidenciado a aderência a questões que supostamente indicam aspectos sustentáveis e não de fato os promovem.

Por fim quanto a comparação do que se foi definido por conceito operacional, frente ao posicionamento dos índices, fica manifestado a divergência entre a teoria e o posicionamento dos IS. Estes, sem exceção, possuem grandes indícios, seja através da metodologia utilizada, da estrutura proposta ou simplesmente pela leitura de seus sites institucionais que todos estão voltados a atender uma parcela de investidores, e ainda promover as organizações para um status “empresa sustentável”.

Deste modo a pesquisa identificou que os índices sustentáveis através de suas metodologias e estruturas, se comparados com a proposição da SO obtida através da síntese dos fundamentos teóricos aqui apresentados, não fornecem todos os requisitos para que uma organização seja considerada como sustentável, mas, se apresentam como ferramentas que possibilitam medir (perante seus processos) apenas o grau de disposição que a organização está para o desenvolvimento sustentável.

Quanto proposições futuras acerca dos processos que supostamente atestam sobre as organizações participantes das carteiras dos IS serem sustentáveis, abre precedentes para novas pesquisas, uma vez que a real proposta dos índices é atuar como um ferramental que indique o grau de sustentabilidade a qual a empresa se dispõe e quer demonstrar para sociedade.

Esta pesquisa faz a proposição inicial para os índices sustentáveis, que reavaliem seus discursos e principalmente seus ferramentais de acompanhamento acerca das empresas que compõe suas carteiras, pois, todas as carteiras apresentaram cases negativos acerca de seus participantes, como exemplo a empresa Vale a qual figurou como a principal empresa do ISE e apresentou nos últimos 5 anos casos graves de gestão, opostos a práticas sustentáveis.

Percebeu-se por meio dos documentos analisados e das propostas expostas pelas gestoras dos índices que o que é percebido pela sociedade como sustentabilidade, não converge com as fundamentações teóricas acerca do desenvolvimento sustentável e das definições da SO aqui propostas, sendo assim,

necessário o realinhamento do discurso das gestoras em evidenciar fundos que possuem indícios de sustentabilidade, mas, que não são ferramentas que validam, de fato, as empresas participantes como sendo sustentáveis.

Para pesquisas futuras ficou perceptivo a falta de material exploratório para confrontar estas ferramentas, sendo de grande valia para a sociedade, identificar o real interesse promovido pelas organizações quando estas participam destas carteiras, buscando elucidar se de fato a participação junto aos processos de inclusão são um primeiro passo para se interessar e buscar práticas sustentáveis ou se é simplesmente auto promoção, convertida em “*greenwashing*” em favor de maior rentabilização aos acionistas.

Este trabalho visa contribuir para trabalhos que visam contribuir para estudos acerca da Sustentabilidade Organizacional, promovendo também a reflexão acerca da utilização do Índices Sustentáveis, por parte de pesquisadores, quanto se estes são adequados para validar a sustentabilidade praticada pelas organizações, referenciando os mesmos em trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- ANDRADE, L. P. *et al.* Determinantes de adesão ao índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa e sua relação com o valor da empresa. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 11, n. 2, p. 181-213, 2013.
- ANDREOLI, T. P.; CRESPO, A.; MINCIOTTI, S. What Has Been (Short) Written About Greenwashing: A Bibliometric Research and a Critical Analysis of the Articles Found Regarding this Theme. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 1-19, 2017.
- ANTOLIN-LOPEZ, R., DELGADO-CEBALLOS, J., MONTIEL, I. Deconstructing corporate sustainability: A comparison of different stakeholder metrics. **Journal of Cleaner Production**, v. 136, n. 1, p. 5-17, 2016.
- ARANTES, E. **Investimento em Responsabilidade Social e sua Relação com o Desempenho Econômico das Empresas**. São José dos Pinhais: Conhecimento Interativo, 2006.
- ARJALIÈS, D-L. **Qu'est-ce que l'Investissement Socialement Responsable. cahier de recherche**. 2010. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00482436/document>>. Acesso em: mai. 2018.
- ARRIBAS, I. *et al.* The Inclusion of Socially Irresponsible Companies in Sustainable Stock Indices. **Sustainability**, v. 11, n. 7, 2019.
- AZAPAGIC, A. Systems approach to corporate sustainability: a general management framework. **Process Safety and Environmental Protection**, v.81, n. 5, p. 303-316, 2003.
- AZAPAGIC, A. Developing a framework for sustainable development indicators for the mining and minerals industry. **Journal of cleaner production**, v. 12, n. 6, p.639-662, 2004.
- B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2019. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BALMER, J. M. T.; GREYSER, S. A. Corporate marketing: Integrating corporate identity, corporate branding, corporate communications, corporate image and corporate reputation. **European Journal of Marketing**, v. 40, n. 7-8, p. 730-741, 2007.

BALMER, J. M. T.; STUART, H.; GREYSER, S. A. Aligning identity and strategy: Corporate branding in British Airways in the late 20th century. **California Management Review**, v. 51, n. 3, p. 6-23, 2009.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; MARCON, R. Heterogeneidade do Desempenho de Empresas em Ambientes Turbulentos. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 2, p.34-43, 2006

BANSAL P. Evolving sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic Management Journal**, v. 26, n. 3, p. 197-218, 2005.

BANSAL, P., ROTH, K. Why companies go green. A model ecological responsiveness. **The Academy of Management Journal**, v. 43, n. 4, p. 717-737, 2000.

BARAKAT, S. R. *et al.* Associação entre desempenho econômico e índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo. **Gestão & Regionalidade (Online)**, v. 32, n. 95, p. 127-142, 2016.

BARAKAT, S. R.; POLO, E. F. Implicações Estratégicas da Responsabilidade Social Corporativa. **Revista Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 37-52, 2016.

BARBIER, E. B. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 2, p. 101-110, 1987.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability. **International Journal of Social Sciences**, v. 3, n. 2, 2014.

BARBOSA, P. R. A. **Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições70, 2006.

BARKEMEYER, R. *et al.* What Happened to the “Development” in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decades after Brundtland. **Sustainable Development**, v. 22, n. 1, p. 15-32, 2014.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BAUMGARTNER R. J, EBNER D. Corporate sustainability strategies: Sustainability profiles and maturity levels. **Sustainable Development**, v. 18, n. 2, p. 76-89, 2010.

BEATO, R. S.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. S. Rentabilidade dos índices de sustentabilidade empresarial em bolsas de valores: um estudo do ISE/Bovespa. **RAI-revista de administração e inovação**, São Paulo, SP, v. 6, n. 3, p. 108-127, 2009.

BERNSTEIN, D. Rhetoric and reputation: Some thoughts on corporate dissonance. **Management Decision**, v. 47, n. 4, p. 603-615, 2009.

BERRY, T. C.; JUNKUS, J. C. Socially responsible investing: An investor perspective. **Journal of business ethics**, v. 112, n. 4, p. 707-720, 2013.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOIRAL, o. Global warming: should companies adopt a proactive strategy? **Long Range Planning**, v. 39, n. 3, p. 315-330, 2006.

BOTELHO, K. T. *et al.* Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: Um estudo Exploratório. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 104-116, jul./dez. 2015.

BORIM-DE-SOUZA, R. **O alinhamento entre sustentabilidade e competências em contexto organizacional**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Maringá (UEM) / Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2010.

BRUNDTLAND, G. H. Our common future – Call for action. Environmental Conservation. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 4, p. 291-294, 1987.

CARRIERI, A. P.; SILVA, A. R. L.; PIMENTEL, T. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 1-16, 2009.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, Nova York, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

CARROLL, A. B. The four faces of corporate citizenship. **Business and society review**, v. 100, n. 101, p. 1-7, 1998.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, p.195-225, jun. 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CERETTA, Paulo Sérgio et al. Desempenho financeiro e a questão dos investimentos sócio-ambientais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 3, p. 72-84, 2009.

CHATTERJI, A. *et al.* Do ratings of firms converge? Implications for managers, investors and strategy researchers. **Strategic Management Journal**, v. 37, n. 8, p. 1597-1614, ago. 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CORREA, C. M. *et al.* A Relação do Greenwashing com a Reputação da Marca e a Desconfiança do Consumidor. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 4, p. 590-602, 2018.

DAWKINS, C.; FRAAS, J. W. Ficando limpo: o impacto do desempenho ambiental e da visibilidade na divulgação das mudanças climáticas corporativas. **Revista de ética nos negócios**, v. 100, n. 2, p. 303-322, 2011.

DE DEUS RIBEIRO, A.; FUNCHAL, B. Fatores Determinantes na Incorporação das Organizações ao ISE. **BASE**, v. 15, n. 1, p. 31-41, 2018.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimizing effect of social an environmental disclosures - a theoretical foundation. **Accounting, Auditing an Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DELAI, I. **Uma proposta de modelo de referência para a mensuração da sustentabilidade corporativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, Brasil, 2006.

DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 1, p. 19-40, 2008

DELMAS, M. A.; TERLAAK, A. K. A framework for analyzing environmental voluntary agreements. **California management review**, v. 43, n. 3, p. 44-63, 2001.

DELMAS, M. A.; TOFFEL, M. W. Organizational responses to environmental demands: Opening the black box. **Strategic Management Journal**, v. 29, n. 10, p. 1027-1055, 2008.

DEMO, P. **Pesquisa participante: Mito e Realidade**. Brasília: UNB/INEP, 1982.

DEMO, P. **Praticar Ciência: Metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, B. G. **Sustentabilidade nas organizações**: uma proposta de gestão a partir das inter-relações entre estratégia, competências organizacionais e competências humanas. 2017. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAVIS, K. O argumento a favor e contra a assunção comercial de responsabilidades sociais. **Revista Academy of Management**, v. 16, n. 2, p. 312-322, 1973.

DOMENICO, D. D.; TORMEM, L; MAZZIONI, S. Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49, p. 84-100, 2017.

DONADONE, J. C. **Análise de contingências de orientações e auto-orientações em intervenções clínicas comportamentais**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

DOVERS, S. R. Sustainability: Demands on Policy. **Jornal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.

DUIT, A.; FEINDT, P. H.; MEADOWCROFT, J. Greening Leviathan: the rise of the environmental state? **Environmental Politics**, v. 25, n. 1, p. 1-23, 2016.

DUTRA, J. S. **Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna**. 1 ed. 4. reimpr. São Paulos: Atlas, 2007.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002.

EASTERLING, D.; KENWORTHY, A.; NEMZOFF, R. The greening of advertising: A twenty-five year look at environmental advertising. **Journal of Marketing Theory & Practice**, v. 4, n. 1, p. 20-33, 1996.

ECHEGARAY, F. Pra que servem os indicadores de sustentabilidade? **Ideia Sustentável**, São Paulo, p. 50-51, dez. 2012.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford: Capstone Publishing, 1997.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2012.

ELKINGTON, J. The link between accountability and sustainability – theory put into practice. In: Conference on the Practice of Social Reporting for Business, Londres. **Anais [...]**. Londres, 1999.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.2, p. 90-100, 1994.

EPSTEIN, M. J.; ROY, M-J. Strategic evaluation of environmental projects in SMEs. **Environmental Quality Management**, v. 9, n. 3, p. 37-47, 2000.

EUGÊNIO, T. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 102-118, jan./mar., 2010.

ETHOS. **Sobre o instituto**. 2019. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto>>. Acesso em: nov. 2018.

EXAME. **As 24 empresas que formam a eco elite do índice dow Jones**. Exame, 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/as-24-empresas-que-formam-a-eco-elite-do-indice-dow-jones/>>. Acesso em: out. 2018.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAVARO, L. C.; ROVER, S. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): a associação entre os indicadores econômico-financeiros e as empresas que compõem a carteira. **Contabilometria**, Monte Carmelo, v. 1, n. 1, p. 39-55, 2014.

FEIL, A. A. SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, v. 3, p. 667-681, 2017.

FERNANDES, A. R. J.; FONSECA, S. E.; CUNHA, C. L. Responsabilidade Social e Influências sobre Retornos de Cotações: Um Estudo Acerca do Desempenho de Índices de Sustentabilidade. **Revista Administração em Diálogo**, v. 20, n. 1, p. 25-39, 2018.

FERREIRA, J. S.; ROVER, S.; VICENTE, E. F. R. Índice de sustentabilidade empresarial: porque as empresas deixam de participar? **Contabilometria**, v. 5, n. 2, p. 89-107, 2018.

FLAMMER, C. Does Corporate Social Responsibility Lead to Superior Financial Performance? A Regression Discontinuity Approach. **Corporate Sustainability**, jan. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Vale sai do índice de sustentabilidade da bolsa após tragédia em MG**. Folha de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1711320-vale-sai-do-indice-de-sustentabilidade-da-bolsa-apos-tragedia-em-mg.shtml>>. Acesso em: out. 2018.

FOMBRUN, C.; SHANLEY, M. O que há em um nome? Construção de reputação e estratégia corporativa. **Academy of management Journal**, v. 33, n. 2, p. 233-258, 1990.

FORTANIER, F.; KOLK, A.; PINKSE, J. Harmonization in CSR Reporting MNEs and Global CSR Standards. **Management International Review**, v. 51, n. 5, p. 665-696, 2001.

FOWLER, S. J.; HOPE, C. J. A Critical Review of Sustainable Business Indices and their Impact. **Journal of Business Ethics**, v. 76, n. 3, p. 243-252, dez. 2007.

FREEMAN, R. E. *et al.* **Stakeholder Theory: The State of the Art**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. **New York Magazine**, Nova York, v. 33, p. 122-126, 1970.

FTSE Russell. **FTSE4Good Index Series**. 2019. Disponível em: <<https://www.ftserussell.com/products/indices/ftse4good>>. Acesso em: maio 2019.

FTSE Russell. **Index Overview FTSE4Good Index Series**. 2018. Disponível em: <<https://research.ftserussell.com/products/downloads/FTSE4Good-brochure.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

FURUKAWA, K.; BALMER, J. M. T.; GRAY, E. R. Mapping the interface between corporate identity, ethics and corporate responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 76, n. 1, p. 1-5, 2007.

FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C.; PEDREIRA, M. L. G. Avaliação de ações ecologicamente sustentáveis no processo de medicação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 1, p. 23-29, 2016.

GARCIA, A. S.; ORSATO, R. J. Índices de sustentabilidade empresarial: porque participar? In: ENANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIFEI, 2013.

GINSBERG, J. M.; BLOOM, P. N. Choosing the right green marketing strategy. **MIT Sloan Management Review**, v. 46, n.1, p. 79-85, 2004.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T-S. Mudando paradigmas para o desenvolvimento sustentável: implicações para a teoria e a pesquisa em gestão. **Academy of management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **About GRI**. 2019. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso em: nov. 2018.

GODOY, A. S. Estudo de Caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, 133 R.; SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 403-428.

GOEDE, M. **Virtue, fortune and faith: a genealogy of € finance**. Newcastle University, 2001.

GOMES JÚNIOR, S. F.; RAELI, A. As Vantagens da Sustentabilidade Empresarial. **Revista Ingepro: Inovação, Gestão e Produção**, v. 2, n. 8, p. 63-71, 2010.

GUERARD, J. B. Additional Evidence on the Cost of Being Socially Responsible In Investing. **The Journal of Investing**, v. 6, n. 4, p. 31-36, 1997.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando valor sustentável. **RAE Executivo**, v. 3, n. 2, p. 65-79, 2004.

HOFFMAN, A. J.; WOODY, J. G. **Alterações climáticas: qual é a sua estratégia de negócios?** Harvard Business Press, 2008.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

HYNDS, E. J. *et al.* A maturity model for sustainability in new product development. **Research-Technology Management**, v. 57, n. 1, p. 50-57, 2014.

HUBBARD, G. Measuring Organizational Performance: Beyond the Triple Bottom Line. **Business Strategy and the Environment**, v. 19, p. 177-191, 2009.

IISD. **Sustainable Development Timeline**. Disponível em: <https://www.iisd.org/pdf/2012/sd_timeline_2012.pdf>. Acesso em: out. 2018.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). **Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2015. Disponível em: <<http://www.b3.com.br/data/files/B2/F2/C9/24/98E615107623A41592D828A8/ISE-Metodologia-pt-br.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

ISTO É. **Conheça a Samarco mineradora por trás da tragédia de Mariana**. ISTOÉ Dinheiro, 2015. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20151106/conheca-samarco-mineradora-por-tras-tragedia-mariana/315358>>. Acesso em: out. 2018.

JACOBI, P. Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

JAIN, M.; SHARMA, G. D.; SRIVASTAVA, M. Can Sustainable Investment Yield Better Financial Returns: A Comparative Study of ESG Indices and MSCI Indices. **Risks**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2019.

JAMALI, D. Insights sobre a integração da linha de base tripla da perspectiva da organização de aprendizado. **Revista de Gerenciamento de Processos de Negócios**, v. 12, n. 6, p. 809-821, 2006.

JOSEPH, G.; CARIDADE, A.; IGARI, A. Índices de Sustentabilidade do Mercado Financeiro e o Desenvolvimento de Ativos Corporativos. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA, 18, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2016.

KATZ, D.; KAHN, R. L. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1978.

KING, A. A.; LENOX, M. J. Auto-regulação da indústria sem sanções: o programa de cuidados responsáveis da indústria química. **Revista Academy of Management**, v. 43, n. 4, p. 698-716, 2000.

KEMERICH, P. D. C.; RITTER, L. G.; BORBA, W. F. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: MÉTODOS E APLICAÇÕES. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 4, p. 3718-3722, nov. 2014.

KINDER, P., LYDENBERG, S.; DOMINI, A. **Investir para o bem: ganhar dinheiro sendo socialmente responsável**. Nova Iorque: Harper Collins, 1993.

KINDER, P.-LYNDERBERG, S.; DOMINI, A. **O Almanaque de Investimento Social: Um Guia Abrangente para a Responsabilidade Social**. 1992.

KNOWLEDGE ECONOMY INDICATORS (KEI). **Workpackage 8 An Overview of the KEI Achievements**. 2008. Disponível em: <http://cordis.europa.eu/docs/publications/1248/124857211-6_en.pdf>. Acesso em: out. 2018.

KOCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

KRAEMER, M. E. P. A Contabilidade Rumo à Pós-Modernidade: Um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente. In: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, 2003, Gramado (RS). **Anais [...]**. Gramado, 2003.

KRAJNC, D. GLAVIČ, P.; A model for integrated assessment of sustainable development. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 43, n. 2, p.189-208, 2005.

KUHN, T. A communicative theory of the firm: Developing an alternative perspective on intra-organizational power and stakeholder relationship. **Organization Studies**, v. 29, n. 8/9, p. 1227-1254, 2008.

LAU, C. L. L.; BERGMAN, Z.; BERGMAN, M. M. Environmental Protection and Corporate Responsibility: The Perspectives of Senior Managers and CxOs in China. **Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 1-17, jul. 2019.

LAUFER, W. Social Accountability and Corporate Greenwashing. **Journal of Business Ethics**, v. 43, n. 3, p. 253-261, 2003.

LAVILLE, É. **A empresa verde**. São Paulo: ÕTE, 2009.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: Edusc, 2005.

LÉLÉ, S. Rethinking sustainable development. **Current History**, v. 112, n. 757, p. 311-316, 2013.

LINDSEY, T. C. Sustainable principles: common values for achieving sustainability. **Journal Cleaner Production**, v. 19, n. 5, p. 561-65, 2011.

LOPES, L. M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2016.

LÓPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable development and corporate performance: a study based on the Dow Jones Sustainability Index. **Journal of Business Ethics**, v. 75, p. 285-300, 2007.

LÓPEZ-GAMERO, M. D.; MOLINA-AZORÍN, J. F.; CLAVER-CORTÉS, E.. Incerteza ambiental e percepção da gestão ambiental: um estudo de caso múltiplo. **Journal of Business Research**, v. 64, n. 4, p. 427-435, 2011.

LUCAS, N. G. T. C; GUEIROS, S. T. **A Sustentabilidade Empresarial através de Atributos de Desempenho: Indicadores e Recomendações para os Investidores do Século XXI**. Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2013.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; CORRAR, L. J. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 2, p. 24-38, 2009.

MADRAKHIMOVA, F. S. Evolution of the concept and definition of corporate social responsibility. **Global Conference on Business and Finance Proceedings**, v. 8, n. 2, p. 113-117, 2013.

MARTINS, A. S. R. *et al.* O balanço social como instrumento para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 49-70, 2013.

MCGUIRE, J. B.; SUNDGREN, A.; SCHNEEWEIS, T. Corporate social responsibility and firm financial performance. **Academy of management Journal**, v. 31, n. 4, p. 854-872, 1988.

MEADOWS, D. L. *et al.* **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MELO, R A; MANHÃES, J V P; MACEDO, M A S. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo sob a ótica do Índice de Sharpe. **Revista Economia & Gestão, Belo Horizonte**, v. 12, n. 28, p. 75-104, ago. 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MITCHELL, B. (Editor). **Resource and Environmental Management in Canada: Addressing Conflict and Uncertainty**. 3. ed. Toronto, Canada: Oxford University Press, 2004.

MOON, S.; DE LEON, P. Contexts and Corporate Voluntary Environmental behaviors. **Organization & Environment, Colorado** – EUA, v. 20, n. 4, p. 480-496, Dec. 2007.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v.15, p. 731-747, ago. 2011.

MSCI. **MSCI KLD 400 Social Index**. 2019. Disponível em: <<https://www.msci.com/msci-kld-400-social-index>>. Acesso em: out. 2018.

MUNCK, L. **Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências**. São Paulo: CENGAGE, 2013.

MUNCK, L. Gestão da sustentabilidade em contexto organizacional: Integrando sensemaking, narrativas e processo decisório estratégico. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 521-538, 2015.

MUNCK, L.; BANSI, A. C.; GALLELI, B. Sustentabilidade em Contexto Organizacional: uma análise comparativa de modelos que propõem trajetórias para sua gestão. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 91-110, abr. 2016.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **REBRAE-Revista Brasileira de Estratégia**, v. 2, n. 2, p. 185-202, 2009.

MUNCK, L.; MUNCK, M. G. M.; BORIM-DE-SOUZA, R. Sustentabilidade Organizacional: a proposição de uma *framework* representativa do agir competente para seu acontecimento. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 147-158, 2011.

MUNCK, L. *et al.* Em busca da sustentabilidade organizacional: a proposição de um framework. **Revista Alcance**, v. 20, n. 4, p. 460-477, 2013.

NAKAI, M.; YAMAGUCHI, K.; TAKEUCHI, K. Sustainability membership and stock price: Na empirical study using the morningstar SRI index. **Applied Financial Economics**, v. 23, n. 1, p. 71-77, 2013.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NOBRE, F. S.; RIBEIRO, R. E. M. Cognição e sustentabilidade: estudo de casos múltiplos no índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 4, p. 499-517, 2013.

NOGUEIRA, C. M. da S.; GOMES, A. C. C. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) sob a perspectiva do Retorno Ajustado ao Risco: sustentabilidade gera retorno. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 131, p. 89-96, 2012.

NUNES, J. G. *et al.* Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&F Bovespa de sustentabilidade empresarial. **Revista Base (Administração e Contabilidade) Da UNISINOS**, v. 7, n. 4, p. 328-340, 2010.

NYILASY, G.; GANGADHARBATLA, H.; PALADINO, A. Perceived Greenwashing: The Interactive Effects of Green Advertising and Corporate Environmental Performance on Consumer Reactions. **Journal of Business Ethics**, v. 125, n. 4, p. 693-707, 2014.

O GLOBO. **Dow Jones retira Volks de seu índice de sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/dow-jones-retira-volks-de-seu-indice-de-sustentabilidade-17636789>>. Acesso em: out. 2018.

OBERNDORFER, U.; WAGNER, M.; ZIEGLER, A. Does the stock market value the inclusion in a sustainability stock index? An event study analysis for German firms. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 66, n. 3, p. 497-509, 2011.

ORSATO, R. J. Quando vale ser verde? In: _____. **Estratégias de Sustentabilidade**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009. p. 3-22.

ORSATO, R. J., WELLS, P. The automobile industry & sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, n. 11, p. 989-993, 2007.

ORSATO, R. J. *et al.* **Sustentabilidade**: Por que as empresas aderem a índices de sustentabilidade. Anuário de Pesquisa GVPesquisa, 2013.

ORSATO, R. J. *et al.* Sustainability indexes: why join in? A study of the 'Corporate Sustainability Index (ISE)' in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, v. 96, p. 161-170, 2015.

PARGUEL, B.; BENÔIT-MOREAU, F.; LARCENEUX, F. How Sustainability Ratings Might Deter "Greenwashing": A Closer Look at Ethical Corporate Communication. **Journal of Business Ethics**, v. 102, v. 1, ago. 2011.

PARRIS, T. M.; KATES, R. W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 28, n. 1, p.559-586, 2003.

PIERRI, Naína. **El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable**. 2001.

PEREZ, O. The Green Economy Paradox: A Critical Inquiry into Sustainability Indexes. **Minnesota Journal of Law, Science & Technology**, v. 17, n. 1, p. 153-219, 2016.

POLONSKY, M. J. An Introduction to Green Marketing. **Electronic Green Journal**, v. 1, n. 2, 1994

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011.

PRUGH, T.; ASSADOURIAN, E. What is sustainability, anyway? **World Watch**, v. 16, n. 5, p. 10-21, 2003.

RAMCHANDER, S.; SCHWEBACH, R. G.; STAKING, K. I. M. The informational relevance of corporate social responsibility: Evidence from DS400 index reconstitutions. **Strategic Management Journal**, v. 33, n. 3, p. 303-314, 2012.

REDCLIFT, M. Desenvolvimento sustentável (1987-2005): um oxímoro atinge a maioria. **Desenvolvimento sustentável**, v. 13, n. 4, p. 212-227, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROBECOSAM. **RobecoSAM CSA: Benefits of Participation**. 2017. Disponível em: <https://www.robecosam.com/media/8/1/7/81726d02d3da96cadbb62d681fe06dc6_csa-benefits-of-participation_tcm1016-14469.pdf>. Acesso em: out. 2018.

ROBECOSAM. **Site Institucional**. 2019. Disponível em: <<https://www.robecosam.com/en/>>. Acesso em: out. 2018.

ROBERTS, P. W.; DOWLING, G. R. Corporate reputation and sustained superior financial performance. **Strategic management journal**, v. 23, n. 12, p. 1077-1093, 2002.

ROBINS, F. The Challenge of TBL: A Responsibility to Whom? **Business and Society Review**, v. 111, n. 1, p. 1-14. 2006.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**. n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SADOVSKA, V. **Corporate sustainability standards**. 2016.

SAM. **DSJI/CSA Annual Review**. 2018. Disponível em: <<https://www.robecosam.com/csa/csa-resources/djsi-csa-annual-review.html>>. Acesso em: out. 2018.

SAM. **DSJI index Family**. 2019. Disponível em: <<https://www.robecosam.com/csa/indices/djsi-index-family.html>>. Acesso em: abr. 2019.

SAMARCO. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. 2014a. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-da-Administra-o-e-Demonstra-es-Financeiras.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2014**. 2014b. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

SANTOS, J. R. ANUNCIÇÃO, P. F. SVIRINA, A. A tool to measure organizational sustainability strength. **Journal of Business Management**, n. 7, p. 105-117, 2013.

SANTOS, C. A. dos; TOMIO, M. Fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas de energia e papel e celulose brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 20, 2016, Fortaleza. **Anais [...]**, CBC, Fortaleza, 2016, p. 1-14.

SARTORE, M. S. A construção social do mercado de investimento socialmente responsável (ISR) no Brasil: o papel do índice de sustentabilidade. **Passages de Paris (APEB-Fr)**, v. Esp., p. 2, 2008.

SARTORE, M. S. A sociologia dos índices de sustentabilidade. **Tempo Social (USP. Impresso)**, v. 24, p. 169-187, 2012.

SARTORE, M. S. A difusão do Investimento Sustentável: reflexões a partir da Iniciativa para a Bolsa de Valores Sustentável. **Política & Sociedade (Online)**, v. 15, p. 193-217, 2016.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 01-22, 2014.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving**. San Francisco: John Wiley & Sons Inc., 2007.

SEN, S.; BHATTACHARYA; C.B. Does Doing Good Always Lead to Doing Better? Consumer Reactions to Corporate Social Responsibility. **Journal of Marketing Research**, v. 38, n. 2, p. 225-244, 2001.

SERRA, R. G.; FELSBURG, A. V.; FÁVERO, L. P. Dez Anos do ISE: Uma Análise do Risco-Retorno **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 29-47, 2017.

SEARCY, C.; ELKHAWAS, D. Corporate sustainability ratings: an investigation into how corporations use the Dow Jones Sustainability Index. **Journal of Cleaner Production**, v. 35, p.79-92, 2012.

SIANO, A. *et al.* "More than words": Expanding the taxonomy of greenwashing after the Volkswagen scandal. **Journal of Business Research**, v. 71, p. 27-37, 2017.

SILVA, E. *et al* Análise comparativa de rentabilidade: um estudo sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 22, n. 4, p. 743-754, dez. 2015.

SILVA, G. R. da; COSTA, F. M. da. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, Ceará, v. 23, n. 1, p. 103-127, 2017.

SILVEIRA, M. A. Strategic management of innovation towards sustainable development of brazilian electronic. **Journal Technology Management & innovation**, v. 8, special issue, p. 174-186, 2013.

SHIU, Y.; YANG, S. Does engagement in corporate social responsibility provide strategic insurance-like effects? **Strategic Management Journal**, v. 38, n. 2, p. 455-470, 2017.

SLAGER, R. **The FTSE4GOOD index: engagement and impact**. International Centre for Corporate Social Responsibility. University of Nottingham. 2012.

SMITH, N. Corporate Social Responsibility: Not Whether, But How. **California Management Review**, v. 45, p. 52-76, 2003.

SMITH, P. A. C. SHARICZ, C. The shift needed for sustainability. **The Leaning Organization**, v. 18, n. 1, p. 73-86, 2011.

SOLOW, R. M. Intergenerational Equity and Exhaustible Resources. **The Review of Economic Studies**, n. 41, p. 29-45, 1974.

SRIDHAR, K.; JONES, G. The three fundamental criticisms of the Triple Bottom Line approach: an empirical study to link sustainability reports in companies based in the Asia-Pacific region and TBL shortcomings. **Asian Journal of Business Ethics**, v. 2, n. 1, p. 91-111, jan. 2013.

STEURER, R. *et al*. Corporations, stakeholders and sustainable development: A theoretical exploration of business-society relations. **Journal of Business Ethics**, v. 61, n. 3, p. 263-281, 2005.

STROBEL, J. S. **Modelo para mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC, Brasil, 2005.

TAMAYO, A. Valores organizacionais. In: A. TAMAYO, J. E.; *et al*. (Orgs.). **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1996, p. 175-193.

VALE. **Vale integra pelo quarto ano consecutivo Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa**. VALE, 2013. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-integra-pelo-quarto-ano-consecutivo-indice-de-sustentabilidade-empresarial-da-bovespa.aspx>>. Acesso em: out. 2018.

VALENTE, M. Theorizing firm adaption of sustaincentrism. **Organization Studies**, v. 33, n. 4, p. 563-591, 2012.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and Corporate Sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, n. 2-3, p. 95-105, 2003.

VAN MARREWIJK, M.; WERRE, M. Multiple levels of Corporate Sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 44, n. 2-3, p. 107-119, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6º. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VILANOVA, M.; LOZANO, J.; ARENAS, D. Exploring the Nature of the Relationship Between CSR and Competitiveness. **Journal of Business Ethics**, v. 87, sup. 1, p. 57-69, 2009.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 470-491, set. 2012.

VITAL, J. T. *et al.* A Influência da Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Desempenho Financeiro das Empresas. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 24, p. 11-40, 2009.

VOS, R. O. Defining sustainability: a conceptual Orientation. **Journal of Chemical Technology and Biotechnology**, v. 82, n. 4, p. 334-339, abr. 2007.

WADDOCK, S. A.; GRAVES, S. B. The Corporate Social Performance-Financial Performance Link. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 4, p. 303-319, 1997.

WANG, L.; LIN, L. A methodological framework for the triple bottom line accounting and management of industry enterprises. **International Journal of Production Research**, v. 45, n. 5, p. 1063-1088, 2007.

WCED. WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future** (the Brundtland report). Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZAGO, A. P. P.; JABBOUR, C. J. C.; BRUHN, N. C. P. Sustentabilidade corporativa e criação de valor: o caso do "Dow Jones Sustainability Index". **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 531-544, set. 2018.

ZAJDENWEBER, D. Valeurs extrêmes des sinistres climatiques. **ASSURANCES-MONTREAL**, v. 69, n. 1, p. 33-60, 2001.

ZIEGLER, A.; SCHRODER, M. What determines the inclusion in a sustainability stock index? A panel data analysis for European firms. **Ecological Economics**, Amsterda, The Netherlands, v. 69, n. 4, p. 848-856, 2010.

ZIKMUND, W.G. **Princípios da pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2006.

1 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro, com a motivação de desempenhar seu papel em atender a demanda da sociedade por produtos que apresentem práticas sustentáveis e éticas, desenvolveu os Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI/ISR) que evoluíram para os atualmente conhecidos Índices Sustentáveis comercializados em bolsas e reconhecidos por servirem de *benchmark* (ARJALIÈS, 2010), como DJSI World (E.U.A), FTSE4GOOD (Inglaterra) e o ISE (Brasil).

Segundo Sadovska (2016), houve um interesse por parte da sociedade por organizações que atuem voltadas a desenvolver práticas sustentáveis, as quais expressem processos direcionados à redução de utilização de matéria prima, reutilização de resíduos, inclusão social e com isto gerem mais resultados. Tais práticas sustentáveis não buscam apenas resultados sociais ou ambientais, mas também econômicos, a fim de despertar o interesse do mercado acionário e de muitas organizações para preencher uma lacuna que, até então, apresentava preocupações éticas e financeiras, e tornasse possível incluir o tripé da sustentabilidade (ambiental, econômico e social) de forma mais dinâmica.

Dessa maneira, promoveu-se a relevância em se compreender as metodologias dos índices sustentáveis, os reconhecidos “*benchmark*” do mercado acionário, para direcionar acionistas que comungam de empresas que são consideradas “como práticas voltadas para a sustentabilidade”, evitando assim prejuízos financeiros, em virtude de processos não integrados das três dimensões (econômica, social e ambiental) (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011).

O contexto dos últimos cinquenta anos apresentaram a maior evolução sobre as preocupações do homem para com o meio ambiente (NASCIMENTO, 2012), o qual se deu nas discussões iniciais sobre o tema desenvolvimento sustentável, a partir do final dos anos 1960 por meio do Clube de Roma. Sua evolução no tempo passou das preocupações ambientais e climáticas, para uma visão mais holística contemplando aspectos sociais e econômicos promovendo o termo sustentabilidade, o qual passa ganhar grande enfoque junto às organizações (BARKEMEYER *et al.*, 2014; LÉLÉ, 2013; PRUGH; ASSADOURIAN, 2003; REDCLIFT, 2005; VOS, 2007).

Para Dyllick e Hockerts (2002), quando apenas a sustentabilidade econômica é evidenciada, os resultados relativos a sucesso podem ser evidenciados em curto prazo. Todavia, em longo prazo a sustentabilidade necessita que as três dimensões comunguem simultaneamente dos interesses voltados a atender de fato a sociedade.

Com o desenvolvimento das discussões acerca da temática sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, novas perspectivas passaram a serem investigadas, o que ampliou cada vez mais os questionamentos sobre as formas de promover soluções que possibilitassem alinhar interesses dos *stakeholders*, *shareholders* e do próprio planeta (AZAPAGIC, 2003; BARKEMEYER *et al.*, 2014).

A promoção da conscientização do desenvolvimento sustentável acerca das organizações desencadeia ações que não só influenciam os seus planejamentos estratégicos, como também fomentam o interesse dos *stakeholders* (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018). Com isso, o próprio mercado acionário se articula e promove carteiras baseadas em orientações do *Triple Bottom Line* (TBL), ou tripé da sustentabilidade proposto por Elkington (1994), de maneira que passariam a influenciar posteriormente o valor das empresas inseridas neste novo cenário (BEATO; SOUZA; PARISOTTO, 2009).

Conciliar investimentos, lucro auferido e manutenção do meio ambiente de uma forma equilibrada que não contemple somente questões econômicas, mas que inclua questões sociais e ambientais, para promover assim a possibilidade de gerar um planeta que possua processos sustentáveis, garantindo para as gerações futuras condições para sua sobrevivência e desenvolvimento são conceitos e ideais que foram difundidos nas organizações através do *TBL* (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 2012; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

Nesse contexto, passa a ser importante o entendimento quanto aos índices, uma vez que possuem em sua composição (carteira) inúmeras empresas que por fim, possuem seus valores financeiros mensurados, não somente através da perspectiva quantitativa por meio de pautas contábeis e financeiras, mas também uma composição subjetiva, com fatores qualitativos. Além disso, os Índices Sustentáveis possuem grande apelo voltado para o TBL, fornecendo às organizações vários motivos para participarem dos índices (GARCIA; ORSATO, 2013).

O Mercado de Ações tem índices financeiros desde 1884. Possuidores de uma média aritmética simples, esses índices possuem valor diário e acompanham de forma a regular a vida econômica do planeta. Seu criador foi Charles H. Dow, que pretendia medir diariamente o nível geral de preços cotados dos valores imobiliários listados na New York Stock Exchange, por meio do cálculo do preço médio de alguns considerados representativos. Este índice passou a se chamar Dow Jones (ZAJDENWEBER, 2001).

Contudo, o interesse dos *Stakeholders* e o Desenvolvimento Sustentável demandam novas necessidades voltadas a atender preocupações relacionadas a postura das organizações quanto a forma de condução de suas atividades. Essas novas necessidades desencadearam a mudança dos fundos e das próprias empresas, que passaram a ter sua noção de responsabilidade junto a seus negócios promovendo discussões voltadas a discutir as noções de *TBL* e Sustentabilidade Organizacional.

Assim, os índices sustentáveis sofreram influência do desenvolvimento dos fundos sustentáveis, uma vez que estes passaram a desenvolver preocupações não relacionadas somente a rentabilidade de suas composições de carteira, mas também a inclusão de restrições quanto a ramos de atividade e exploração do próprio ser humano.

Deste modo pode-se referenciar o século XVII, o qual data a preocupação dos judeus quanto à utilização de operações com lucros extraídos do sofrimento dos próprios humanos, o que não era aceito, aos olhos no novo testamento o que firmava inicialmente uma preocupação de cunho religioso. Arjaliès (2010) referênciava os anos 1920 pelo desenvolvimento do fundo pioneiro nestas práticas que excluía qualquer vínculo com estoques do “pecado” (álcool, jogos, tabaco, pornografia os quais eram comuns à época), sendo reforçado por Goede (2001).

Segundo Arjaliès (2010), os Estados Unidos e Europa estão na vanguarda do mercado financeiro e desenvolveram já a mais de 100 anos os chamados Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI/ISR), que foram iniciados a partir de demandas morais, religiosas e éticas frente às operações judaicas.

Arjaliès (2010) apresenta a evolução dos fundos éticos em três gerações: sendo a primeira tratada como reflexo da América puritana e próspera dos anos 1920; a segunda geração a expressão do ativismo político e societário; e a

terceira geração trata dos “fundos” socialmente responsáveis que buscam satisfazer as expectativas das diferentes partes interessadas na sociedade.

A partir da terceira geração, os índices financeiros passam a ganhar destaque pelo interesse no desenvolvimento sustentável, na sustentabilidade e na responsabilidade social corporativa, tornando-os diferenciais para organizações que buscam se distinguir por possuírem práticas “sustentáveis” as quais, em geral, contemplam o *TBL*.

Pode-se dizer que os índices socialmente responsáveis passaram por uma grande reconversão a partir da década de 80 (1980), motivados por preocupações ambientais e assim criam-se os fundos verdes.

Segundo Sartore (2008), os fundos que são lastreados por empresas que apresentam ações de preservação ao meio ambiente, emissão de relatórios com caráter social e ambiental, premiações acerca de seu posicionamento quanto à sustentabilidade e que atuam como impulsionadores que contribuem para as boas práticas socioambientais.

A década de 1990 foi o marco de lançamento dos índices de sustentabilidade. O primeiro lançamento foi intitulado de DOMINI 400 Index Social nos Estados Unidos da América, tinha intenção de direcionar os investidores socialmente responsáveis para um produto específico, conforme Kinder, Lynderberg e Domini (1992, 1993). Os EUA continuaram a frente e, no ano de 1999, promoveu a criação do índice *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), o primeiro índice de sustentabilidade criado para bolsa de valores. A partir desse, outras bolsas seguiram suas premissas americanas para surgir assim: FTSE4good, em 2001, através de Londres e *Ethical Investment Research Service* (EIRIS); JSE SRI¹ junto à bolsa de Johannesburgo; e a bolsa de valores de São Paulo apresentou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2005 (MELO; MANHÃES; MACEDO, 2012; SILVA *et al.*, 2015). Estes índices foram escolhidos para análise nessa a pesquisa, devido a sua relevância e sua representatividade na América do Norte (DJSI), Europa (FTSE4good) e América do Sul (ISE).

Os índices mencionados assumem um papel importante em tempos atuais, sendo esses os mais reconhecidos índices inseridos nas principais bolsas de valores do mundo. Porém, a validação das empresas quanto à aceitação das mesmas

¹ O índice JSE SRI, passou a ser administrado pela FTSERussel, sendo assim, sua forma de análise idêntica ao índice FTSE4good, motivo este de sua exclusão para esta pesquisa.

segue por processos diferenciados de análise quanto à sustentabilidade a qual as referenciam como “válidas” para participação dos índices (SARTORE, 2012).

As mudanças na sociedade refletem em necessidades de adaptação das organizações, seja motivada por novas tecnologias, estudos científicos, majoração dos lucros, competitividade de setor, relação com seus *stakeholders* e *shareholders*, normatizações e até mesmo mudança de cultura da própria empresa.

Com a criação dos índices de sustentabilidade, pode-se dizer que estes além de referenciar valores financeiros, buscam transmitir também ao mercado o posicionamento de que a empresa busca transmitir a sociedade além dos fatores econômicos, a partir de procedimentos que referenciem aspectos ambientais e sociais (NOBRE; RIBEIRO, 2013), indo além de sua atividade e atuação ou posicionamentos aos quais as organizações buscam quando se submetem as regras e condições para cada gestor/administrador dos índices (uma vez que o trabalho busca comparar o DJSI, FTSE4GOOD e ISE).

Deegan (2002, p. 292) diz que “considera-se que as políticas de divulgação corporativa representam um meio importante pelo qual a administração pode influenciar as percepções externas sobre sua organização”. Dessa forma, acredita-se que, por meio dessa conceituação, as organizações buscam legitimação perante a sociedade, com o posicionamento ligado a um perfil de organização sustentável o qual pode ser compreendido como um diferencial de mercado.

Esse posicionamento pode interferir quanto a real postura da empresa em atuar de forma consciente quanto à necessidade de promover em suas rotinas e práticas ações que compreendem a sinergia de aspectos econômicos, sociais e ambientais sem a interferência de zelo apenas por retorno financeiro.

Embora os índices sustentáveis possuam normatizações e procedimentos que devam ser cumpridos pelas organizações com a expectativa de que as empresas participantes de fato confirmem documentalmente as informações transcritas aos questionários, ou até mesmo através dos relatórios disponíveis (de domínio público, e que são utilizados pelas empresas responsáveis por tabular os dados para avaliação da entrada junto ao índice), sejam de fato verdadeiras, não se pode afirmar de fato se o interesse das organizações está atrelado à preocupação em de fato praticar a sustentabilidade organizacional ou apenas caracterizar para a sociedade uma imagem sustentável.

Mesmo com a atuação dos chamados fundos éticos no cenário econômico datarem mais de 100 anos, surge a necessidade ainda maior (por parte do perfil de uma nova geração de investidores) em promover diferenciais ligados ao *TBL*, se estendendo a organizações que passam a rever seu posicionamento quanto à missão, visão e valores (SARTORE, 2008).

Tal ação desencadeia o posicionamento de organizações que se voltam para obtenção não só de lucros financeiros, mas de outras formas de “ganhos” por meio de posicionamento de sua marca e produto ou pela consolidação no mercado mediante sua classificação de empresa promotora de bem social que contribui com o desenvolvimento da sociedade e também com a restauração e perpetuação das reservas ambientais do planeta. Com isso, a própria sociedade configura sua mudança de hábitos, não somente por uma busca de “produtos”, mas também com o interesse por empresas que transmitam um posicionamento de socialmente responsável (ANDREOLI; CRESPO; MINCIOTTI, 2017).

É interessante ressaltar que a sustentabilidade, relacionada ao mercado de ações através dos índices sustentáveis, assumiu um papel importante para atender uma demanda do próprio “mercado”, promovida por investidores que ao longo dos anos assumiu uma postura de consumo de produtos sustentáveis ou que transmitam esta ideia (BANSAL; ROTH, 2000; POLONSKY, 1994), o que pode caracterizar o *greenwashing*.

Esta demanda surge acerca de uma postura mais sustentável por parte das empresas. Em alguns casos, fica a margem de erros e acabam por promover o *greenwashing*, termo este que deriva do termo em “*environmental whitewash*” que refere-se a algo negativo que se relaciona com um engano corporativo, que por sua vez não possui uma tradução literal para a língua portuguesa, mas está associada a um conceito de “falso ecológico” (CORREA *et al.*, 2018).

Para contornar isso, surgiram questionamentos sobre as organizações, se estas apenas se beneficiarem da imagem “sustentável”, expondo, de certa forma, casos de *greenwashing*, por não conseguirem provar de fato que são sustentáveis (NYILASY; GANGADHARBATLA; PALADINO, 2013), ou casos que têm a intenção de mascarar sua imagem organizacional (PARGUEL; BENÔIT-MOREAU; LARCENEUX, 2011), já que nos últimos anos tem aumentado consideravelmente o volume de publicidades “verdes” (EASTERLING; KENWORTHY; NEMZOFF, 1996).

Mas como parametrizar qual empresa tem o melhor posicionamento sustentável? Como satisfazer os interesses de investidores que buscam investir em empresas que possuem valores aos quais se identificam? Esses questionamentos promoveram a criação dos índices sustentáveis que, segundo Sartore (2012), a empresa de consultoria *Sustainability* disseminou o conceito *TBL*, o qual, por sua vez, norteou os índices financeiros tanto de países do Norte quanto Sul. Segundo Garcia e Orsato (2013) as empresas têm buscado cada vez mais demonstrar para a sociedade seus esforços em promover boas práticas sociais e ambientais, seja emitindo relatórios de sustentabilidade ou investimentos alinhados com o impacto social.

Os investidores necessitam de informações em profundidade para se posicionarem quanto a seus investimentos, e assim, passaram a ser mais exigentes e além de dados financeiros incluíram em suas necessidades informações sobre temas como responsabilidade social e ambiental (EUGÊNIO, 2010).

Desta maneira, os critérios de validação junto aos índices de sustentabilidade, frente às exigências de cada índice para aceitação das organizações, merecem ser comparados, com a proposição de melhor compreender a metodologia de aceitação e, na sequência, poder refletir se, de fato, estas se aproximam ou se preocupam em atender aos fundamentos teóricos básicos para uma organização confirmar ou legitimar sua imagem como “sustentável” perante a sociedade.

Pode-se considerar como exemplo o próprio site institucional da empresa responsável pelo desenvolvimento do índice sustentável DJSI. Segundo ela, as empresas buscam participar dos índices visando se utilizar das pontuações obtidas através dos questionários e processos como um ferramental para alavancarem resultados para melhorarem suas próprias operações e também para análise de seus concorrentes (ROBECOSAM, 2017).

Segundo Fowler e Hope (2007), a gestora de SAM (*Sustainable Asset Management*) não vê a necessidade em manter equilíbrio através do *TBL*, sendo que seu foco está voltado a fatores econômicos e, portanto, acaba deixando aspectos sociais e ambientais em segundo plano, tendo em vista satisfazer o interesse de acionistas.

Deste modo, os índices são compostos de empresas que possuem grande exposição global e, por sua vez, necessitam cada vez mais de novos recursos

para que estas continuem em evidência e, acima de tudo, despertem o interesse constante de novos investidores, mesmo que a própria literatura não apresente um consenso sobre se de fato a participação nas carteiras dos índices de sustentabilidade a possibilidade de ter retorno a partir de outros aspectos, incentiva as organizações (ZAGO; JABBOUR; BRUHN, 2018).

Segundo Laville (2009. p. 69)

[...] principalmente as empresas do setor financeiro, assumiram um perfil de ex-hippies levando as empresas a uma maior preocupação socioambiental o que através de inúmeras mudanças de posicionamento (ambiental, social e política) forçam a tomada de consciência das empresas e levam estas a práticas mais responsáveis.

A preocupação despertada pelas empresas quanto aspectos sociais, econômicos e ambientais integra a sustentabilidade organizacional que possibilita as organizações atingirem a sustentabilidade, assim, passa ser necessário compreender, de fato, as conceituações sobre o tema.

Baumgartner e Ebner (2010) afirmam que quando o desenvolvimento sustentável é incorporado pela organização, a sustentabilidade organizacional (SO) está contida no mesmo através das três dimensões (econômica, social e ambiental), as quais interagem.

Munck (2013), define SO como a representação do equilíbrio sistêmico e balanceado dos agires organizacionais voltados às três dimensões, as quais devem estar alinhadas aos objetivos organizacionais, bem como considerar os *trade-offs* entre as dimensões.

A sustentabilidade organizacional, pode ser compreendida também através do equilíbrio das três dimensões que promovem resultados pautados na sustentabilidade (BANSAL, 2005; VAN MARREWIJK, 2003). Desta forma, pensar sustentabilidade organizacional é também pensar a harmonização das três dimensões os quais passam a gerar resultados positivos para as organizações (SAVITZ; WEBER, 2007).

Berry e Junkus (2013) reforçam que as organizações passam a aderir os princípios de sustentabilidade organizacional esperando que venham benefícios econômicos ou de imagem seguindo o raciocínio: consumidores compram produtos e serviços de empresas que possuem práticas sustentáveis, com isto a atração dos funcionários para atuarem em empresas com este “perfil” aumentam, com isto as partes interessadas atuam com cobranças sobre estas mesmas empresas, buscando

maiores inovações, para que isso seja compreendido como uma vantagem competitiva.

Deste modo, creditar em tempos atuais somente a harmonização do TBL a descrever uma empresa como “sustentável”, sinaliza uma avaliação superficial e limitada, uma vez que existe a possibilidade de existir falhas quanto à validação das informações do relatório e a prática e alinhamento das dimensões (SRIDHAR; JONES, 2013).

A relevância da pesquisa se dá em compreender se existem diferenças entre as estruturas dos índices que possam demandar proposições acerca de suas limitações e perspectivas de aprimoramento, ainda, foi percebido após a consulta junto a diversos periódicos (Spell, Google Acadêmico, Elsevier, Web of Science, Scopus, Ebesco, Proquest, BDTD, entre outros) onde encontrou-se uma lacuna de pesquisas acadêmicas voltadas à temática proposta, uma vez que os trabalhos existentes ou que se aproximam do contexto apresentaram caráter quantitativo e possuem a preocupação de seus objetivos pautados em obter o entendimento quanto à rentabilidade que as empresas que compõe os índices possuem e não a forma pelas quais elas são submetidas para compor tais índices e tão pouco a eficácia deles.

Sendo assim, embora a sociedade venha apresentando demanda por mudanças atinentes às necessidades de um maior envolvimento das empresas em causas ligadas a sustentabilidade, não se registra o mesmo volume de propostas consistentes e coerentes para tal.

Identificadas as contradições entre a estrutura proposta para os índices e considerados os fundamentos para o acontecimento da sustentabilidade organizacional, espera-se contribuir com possível referencial para dar suporte ao direcionamento das organizações rumo à sustentabilidade organizacional. Em suma, a promoção deste aprofundamento visa contribuir para as ciências sociais aplicadas, em específico os estudos de Sustentabilidade Organizacional quanto sua aplicação nos índices de sustentabilidade.

Este trabalho utilizou como critério de validação da SO as três dimensões propostas através do TBL, sendo estas percebidas por práticas, objetivos, valores, fatores sociais, ambientais e econômicos obtidos através do DS e que tenham como finalidade a Sustentabilidade Global (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN

MARREWIJK; WERRE, 2003). Para avaliar, foi utilizada uma síntese da definição dos autores para SO: os processos e decisões tomados pelas empresas devem estar alinhados com as preocupações da sustentabilidade, fazendo com que elas incluam em suas práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os *trade-offs* entre os pilares. Assim foi promovida a comparação entre os índices sustentáveis (DJSI World, FTSE4good, ISE) através das categorias de análise (Valores, Influência e Indicadores) fazendo referência a definição de SO (proposta nesta pesquisa) sendo sua classificação atribuída quanto a definição de: Não atende, Atende parcialmente, Atende, Supera, o que permite mapear as estruturas contidas nos índices sustentáveis.

Contudo assumir uma única definição que possa guiar os estudos para a comparação dos índices sustentáveis, foi um grande desafio, já que a inexistência de consenso sobre o que de fato é SO, possibilita aos índices atuarem a partir de “visões” assumidas pelos desenvolvedores como alinhadas com a Sustentabilidade.

Frente ao exposto, questiona-se: Em que medida há compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável?

1.1 OBJETIVO GERAL

Mapear e estudar a estrutura dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável.

1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Sintetizar, a partir da literatura, os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável;
- b) Mapear os critérios utilizados pelos índices de sustentabilidade DJSI, FTSE4GOOD e ISE, suas estruturas, para classificarem as empresas que compõem suas Carteiras;
- c) Comparar os fundamentos encontrados com as estruturas dos índices sustentáveis estudados;

d) Propor perspectivas de aprimoramento dos índices analisados considerando o estudo comparativo realizado.

2 SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL: PRECEITOS E FUNDAMENTOS

Neste capítulo, apresentou-se a contextualização da discussão sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Buscou-se analisar conceitos e práticas da sustentabilidade organizacional, a qual pode ser caracterizada como um diferencial utilizado pelas organizações que compõe os índices de sustentabilidade junto as principais bolsas de valores do mundo. A partir deste entendimento a possibilidade de se criar uma reputação atrativa ao mercado, uma vez que suas contextualizações são tratadas como sinônimos de forma errônea por diversas vezes. Inicialmente foi apresentado um histórico da versão do desenvolvimento sustentável a partir de Brundtland e, sequencialmente, as críticas e visões de autores acerca do tema.

Na terceira seção foi tratado sobre a sustentabilidade organizacional, suas estruturas e fundamentos que possibilitam sua conceitualização e qual a definição das dimensões que compõe a sustentabilidade organizacional e sua importância para que as empresas possam chegar à sustentabilidade.

2.1 EVOLUÇÃO DAS DISCUSSÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

Segundo Nascimento (2012), o conceito de sustentabilidade ganhou maior ênfase em meados da década de 1950, uma vez que a comunidade científica começa a apontar os testes nucleares como responsáveis por chuvas radioativas ao redor do mundo e com isto sinalizando que independente da distância a interferência junto à natureza ocorria de forma significativa.

Sendo a interferência dos referidos testes em escala global, ressaltase a necessidade de conscientização dos riscos ambientais de forma globalizada e, com isto, a promoção do tema desenvolvimento sustentável passa a ser pauta não somente da comunidade científica, mas também dos meios de comunicação como um todo.

Tendo em vista o incômodo gerado pelo tema, a temática despertou em várias nações a promoção de debates e conferências que, por meio de seus

líderes, começam a discutir formas de promover o desenvolvimento econômico em conciliação com o meio ambiente e começa-se a dar forma ao desenvolvimento sustentável, o qual permite que países desenvolvidos e não desenvolvidos se juntem em benefício do planeta.

No final da década de 1960, ocorreu o evento denominado Clube de Roma, que contou com o envolvimento de 30 pesquisadores (economistas, educadores, cientistas) oriundos de dez países diferentes na busca por uma maior compreensão sobre os impactos que o homem causou perante a natureza e como isto seria revertido. Ocorreu deste modo à promoção de discussões sobre diversos temas que incluíam o meio ambiente, desenvolvimento sustentável, economia, política e com isto a atenção de governos, indústrias de extração mineral e outros setores, que ganhou maior notoriedade em 1972 com a publicação do relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia de Massachutesses (MIT), sob o comando da cientista ambiental Donella Meadows.

Entre diversos intelectuais que fizeram apontamentos negativos ao evento, Solow (1974) argumentou sobre a tese de que as sociedades desenvolvidas ocidentais, após terem usufruído do sistema (meio ambiente) e sanado suas necessidades, tinham o interesse de inibir o desenvolvimento de outras nações consideradas menos desenvolvidas. O relatório se manteve “firme” em seus apontamentos e preocupações.

Tal preocupação era quanto ao desenvolvimento da própria humanidade e suas relações de consumo no planeta que originou o relatório “Os Limites do Crescimento” (ou também conhecido como Relatório Meadows) no ano de 1972. O relatório gerou incômodos para a sociedade da época, já que o mesmo abordava informações sobre poluição, esgotamento de recursos naturais e energéticos decorrentes do uso exagerado dos recursos ofertados pelo planeta e apontava para o fim dos mesmos, caso os padrões de produção e consumo se mantivessem da mesma forma (MEADOWS *et al.*, 1972).

O ano de 1972 teve grande importância pois, além do relatório polêmico promovido através do Clube de Roma, ocorreu em Estocolmo, Suécia, a realização da primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O ano de 1987 foi marcado pela formalização do conceito do desenvolvimento sustentável através do lançamento do documento “*Our Common Future*”, através da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável (1988). Surgiu assim, o termo sustentabilidade. O documento apresentado conceitua o desenvolvimento sustentável como o que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 292), o qual introduziu uma nova linguagem de desenvolvimento (VOS, 2007). Deste modo, o Relatório Brundtland dispôs o termo “desenvolvimento sustentável” como núcleo das discussões de desenvolvimento (LÉLÉ, 2013).

Outros eventos começam a ser desencadeados em busca de planos e propostas que promovessem o desenvolvimento sustentável e, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento (a qual também ficou conhecida como: Rio-92, Eco-92, Cúpula da Terra) solidificou o construto por meio de ações concretas e abordou uma forma de lidar com o aquecimento global, o que desencadeou a Agenda 21 e o protocolo de Kyoto, em 1992.

Decorrente desses acontecimentos, a década de 1990 promoveu impactos reflexivos e de conscientização junto à economia global de tal maneira passaria a demonstrar maiores preocupações junto às organizações as quais deveriam tomar uma nova postura perante o cumprimento de acordos e metas ambientais propostos nos eventos e, assim, promover a sustentabilidade empresarial. De fato, esta década apresentou grandes preocupações com a sustentabilidade empresarial desencadeado por acontecimentos históricos relevantes como: (1) agenda 21 da China (exemplos internacionais e estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável); (2) 1995 a OMC é estabelecida com vínculos de desenvolvimento; (3) 1996 a ISO 14001 passa a ser formalmente adotada para empresas voluntárias para gestão ambiental; (4) 1999 é lançado o índice Dow Jones de Sustentabilidade, visando atender ao público que buscava investimento lastreadas por empresas que seguem princípios sustentáveis.

Com a virada do milênio, a preocupação com o meio ambiente, educação, desigualdade social e fome geraram preocupação em todo o globo terrestre. Com isto os, dez primeiros anos promoveram no mundo um palco das mais diversas discussões sobre os temas, desde a entrada da China na OMC (2001), governos implementando ações de economia verde (2008) e a crise mundial do mesmo ano, desastres de grande porte a exemplo da explosão da plataforma

petrolífera de *Deepwater Horizon* da BP no golfo do México (2010) e chegando a Rio +20 (2012).

Para Viola e Franchini (2012), a Rio +20 surtiu efeito negativo, uma vez que não apresentou uma agenda ambiciosa por não possuir consistência quanto a propostas que envolviam desenvolvimento sustentável, economia verde, dentre outros itens discutidos.

A partir da evolução sobre o tema desenvolvimento sustentável, as discussões emergem para um nível maior e o termo “sustentabilidade” passa também a ser usado com mais frequentemente. Embora os termos apresentem similaridades, eles possuem significados distintos. No entanto, na própria literatura científica, nas políticas públicas e nas organizações a inexistência de um consenso prevalece (LINDSEY, 2011).

Conforme Barbosa, Drach e Corbella (2014), a inexistência de consenso a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade promovem em grande escala, discussões acerca de suas conceituações. Contudo, segue a senso comum uma relação de busca do equilíbrio dentre as necessidades do meio ambiente e a humanidade e em compreender complexas dinâmicas de interação, visando aprofundar e ampliar seu significado gerando bem-estar para sociedade.

Existe uma tendência de generalização de modo a gerar uma relação ambígua entre as palavras desenvolvimento e sustentabilidade. Somente estes conceitos não explanam especificações a respeito de um desenvolvimento sustentável. Todas as discussões sobre a temática, embora transmitam um tom de excessividade, são importantes para o esclarecimento e compreensão da existência de frases e palavras que não são comungadas tanto em significado, quanto por percepção de culturas diferentes, as quais possuem prerrogativas de valores e formas de percepção a partir de outras lentes para observação da realidade.

O desinteresse de muitos pesquisadores em compartilhar deste pensamento gerou incoerência e, conseqüentemente, propiciou uma contextualização distorcida a qual promove um conjunto de doutrinas e ideologias tidas como verdades absolutas. Deste modo, as expressões desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são inseridas em um contexto análogo inconscientemente, sendo está a razão de não existir definições óbvias ou simplistas sobre os temas, sem considerar seu aprofundamento e maior detalhamento (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA,

2009). Desta forma é essencial que os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade sejam desmembrados e explanados visando melhor entendimento.

Segundo Sartori, Latrônico e Campos (2014), o que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável apresenta seu conceito integrador em evolução, tomando forma de guarda-chuva para amparar um conjunto de questões inter-relacionadas que podem ser organizadas de forma única, tendo como objetivo final a sustentabilidade em si.

Para Prugh e Assadourian (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável definido pelo relatório de Brundtland, perdura devido a sua flexibilidade e abertura para interpretações.

Já a sustentabilidade passa a ter outra conceituação, tal como apresentada por Feil e Schreiber (2017) que trazem o conceito como um termo que expressa a preocupação com a integração indissociável entre questões ambientais e humanas, assim como sua qualidade. Ela avalia suas características e propriedades que abarcam aspectos sociais, ambientais e econômicos, caracterizando mais amplitude em sua conceitualização.

Deste modo pode-se entender que desenvolvimento sustentável e sustentabilidade indicam situações diferentes (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009). O desenvolvimento sustentável promove o acesso processual para a realização da sustentabilidade, com ideia central de promover e integrar determinados sistemas que desencadeiam um processo contínuo de desenvolvimento (BORIM-DE-SOUZA, 2010).

A priori, as organizações buscam um alinhamento quanto ao tripé da sustentabilidade (o qual trata de aspectos econômicos, sociais e ambientais e como estes se relacionam). Deste modo, a sustentabilidade organizacional é vista como o *mainstream* por basear-se no *Triple Bottom Line*, um conjunto de práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas (BANSAL, 2005; ELKINGTON, 2001).

Já o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou muito espaço com o aumento da preocupação das empresas em relação à sustentabilidade. Considerando que há uma diferença, pois, “enquanto a sustentabilidade refere-se à capacidade de manter algo em um estado contínuo, o desenvolvimento sustentável envolve processos integrativos que buscam manter o balanço dinâmico de um sistema complexo em longo prazo” (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009, p. 262-263),

questiona-se se os índices sustentáveis englobam o desenvolvimento sustentável ou a Sustentabilidade Organizacional?

Mesmo com essa disseminação do termo desenvolvimento sustentável, ainda se faz necessário um modelo para que as empresas consigam chegar à sustentabilidade organizacional. A partir dessa lacuna, Munck e Borim-de-Souza (2011) elaboraram um framework que relaciona competências essenciais para alcançar a Sustentabilidade Organizacional (SO).

O modelo de Munck e Borim-de-Souza (2011) converte os pilares do *Triple Bottom Line* em Competências Centrais: Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Social e Sustentabilidade Econômica. Para alcançá-las se deve de forma combinada outras três competências de suporte (eco eficiência, justiça socioambiental e inserção socioeconômica).

Van Marrewijk e Werre (2003) descrevem os níveis de SO em sua perspectiva existentes, sendo eles: pré-sustentabilidade empresarial, sustentabilidade empresarial em conformidade com a legislação, sustentabilidade empresarial orientada pelo lucro, sustentabilidade empresarial consciente, sustentabilidade empresarial sinérgica e sustentabilidade empresarial holística. Para Munck (2013), cada um desses estágios pode ser visto como níveis de complexidade com entregas específicas, que poderiam ser avaliadas conforme a proposta de Dutra (2007), voltada para competências individuais.

Robins (2006) ressalta que nos últimos anos o número e variedade de organizações que passou a utilizar os princípios do TBL (ou próximos a ele) cresceram exponencialmente, seja pela motivação de atrair novos investidores, pela conscientização ou pela pressão da sociedade e governo.

A partir dessa preocupação com a sustentabilidade, é observada a necessidade das empresas assumirem um papel mais influente, onde elas direcionam a atenção para o *TBL* definido por Elkington (1997). Essa necessidade surge das preocupações emanadas da própria sociedade, uma vez que se busca solução para uma maior compreensão sobre o rumo da humanidade frente os processos produtivos das organizações, consumo e a própria sobrevivência do ser humano, as organizações passam a ser envolvidas e com isto a sustentabilidade passa também a ter uma ramificação organizacional.

Seguindo esse pensamento, as decisões tomadas pelas empresas na sustentabilidade organizacional devem estar alinhadas com as preocupações da

sustentabilidade, fazendo com que elas incluam os fatores sociais e ambientais, além do econômico em suas práticas, objetivos, estratégias e valores (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

Ainda nesse pensamento, Hart e Milstein (2004, p. 66) afirmam que “uma empresa sustentável é aquela que contribui com o desenvolvimento sustentável, gerando, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais conhecidos como os três pilares da sustentabilidade”.

Contudo, é importante o entendimento que o atendimento apenas de uma das “forças” do tripé, não é suficiente para de fato promover a sustentabilidade organizacional, levando em consideração que por diversas vezes apenas o aspecto econômico fica evidenciado.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE, DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ESCLARECIMENTOS SOBRE DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

A preocupação da sociedade com sua própria evolução data mais de cinquenta anos (MADRAKHIMOVA, 2013). Notoriamente, as formas de administrar recursos naturais e a relação com a comunidade científica começam a gerar questionamentos sobre inúmeros processos promovidos pelo homem e que passam a desencadear catástrofes radioativas e anomalias no próprio meio ambiente.

Lenzi (2005) justifica que embora não exista um consenso acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, este fato não desmerece a necessidade de aprofundamento sobre o tema.

Inúmeros problemas cercam a sociedade. As adequações ecológicas não são as únicas que envolvem o desenvolvimento sustentável e que ganharam abrangência quanto as relações do humano/natureza ao promoverem mudanças vultosas do processo civilizatório. Segundo Jacobi (2005), ocorreu um crescente interesse pelo Desenvolvimento Sustentável (DS) e novas abordagens começam a ser discutidas quanto a processos mais limpos de produção, controle de poluição, novas forma de consumo as quais impactem menos junto ao ambiente.

Delai (2006, p. 19) afirma que “O desenvolvimento sustentável, que é um novo paradigma de desenvolvimento construído ao longo do tempo, aglutina num binômio indissolúvel o desenvolvimento econômico, social e o meio ambiente”.

Tratando o DS, Pierri (2001) acredita que maior reflexão sobre o desenvolvimento sustentável é uma necessidade eminente e demonstra a complexidade do fato de se conceitualizar o mesmo. Os inúmeros movimentos que surgiram trouxeram maneiras diferentes, conforme sua ideologia e política, cada um acreditando ser a solução para a destruição do planeta e propiciar um entendimento absoluto quanto a urgência da necessidade de compreender questões voltadas ao meio ambiente.

Contudo, a percepção de que o tema, ao longo do tempo, foi sendo influenciado pelo meio capitalista – o qual promove um abrandamento frente a real necessidade de discussão das interferências do próprio homem junto aos meios naturais – prova que o interesse das organizações capitalistas em se fazer sucumbir à necessidade de rever os processos atuais de extração e exploração do meio ambiente, ou seja, mantendo-se apenas dentro de uma visão mais conservadora e até otimista dos fatos.

Desta maneira, é possível identificar a exposição do conservadorismo/conservacionismo ambiental, o qual possibilita a perda da essência das motivações ecológicas e abrem margem para a submissão aos interesses do capitalismo promovido pelo mercado.

O DS requer das organizações simultaneamente uma abordagem a demandas ecológicas, econômicas e sociais para necessidades no presente e no futuro (BARBIER, 1987; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Tal raciocínio justifica-se pelo fato da proliferação da espécie humana e as demais que habitam o planeta, onde a cada minuto está exercendo o consumo sob todas as formas de produção, o que gera a demanda quanto uma reflexão acerca de aspectos ecológicos.

Castro (2004) apresenta a teoria dominante acerca do desenvolvimento sustentável e suas conceituações sobre análises críticas dos pós-estruturalistas culturais e marxistas ecológicos. Com isto fica instaurada uma discussão de ordem filosófica sobre os privilégios atribuídos a sociedade na forma dos indivíduos aos quais usufruem o meio ambiente.

Ao relembrar os principais movimentos e relatórios que envolvem o tema sobre Desenvolvimento Sustentável, Castro (2004) faz explicações acerca do papel do Banco Mundial perante a economia global e ressalta a percepção de alguns economistas ambientais quanto a conceituações acerca da sustentabilidade entendida como sendo forte e fraca.

As críticas ao capitalismo como uma possibilidade de propiciar o Desenvolvimento Sustentável não é vista como uma alternativa viável, uma vez que necessitaria de uma transformação “onerosa” do mesmo para propiciar sua viabilidade. Com isto, o marxismo ganha a conotação da esperança e melhor teoria para estruturar o Desenvolvimento Sustentável.

Desenvolvimento Sustentável proporciona a necessidade em compreender a essência de sua aplicabilidade e que, com isto, prosseguir de forma sustentável frente às necessidades da sociedade como um todo. Dessa maneira, promove ainda em tempos atuais a necessidade constante de debates e explicações.

Sachs (2008) diz que a ideia de DS já a tempos tinha seu conceito confundido com o crescimento, baseado nos fundamentos econômicos. Contudo, o crescimento econômico surgiu *a priori* com o entendimento de que quanto mais robusto o progresso material, maior se dará as melhorias atribuídas aos padrões sociais de uma população “X”, onde a elevação dos benefícios sociais deriva de uma consequência natural do crescimento econômico, não sendo relacionada ao DS.

Assim a literatura traz indicações a tratados, relatórios e outras oportunidades que firmaram até então a busca por uma maior compreensão, e acima de tudo, engajar a sociedade frente às preocupações com o planeta e os seus próprios habitantes (quadro 1), o qual reporta datas importantes para o esclarecimento do tema desenvolvimento sustentável/sustentabilidade e principais motivações para a discussão global sobre a temática.

Quadro 1: Sustentabilidade e a evolução da discussão na sociedade

Década	Evolução dos eventos sobre Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade
1960	<p>1960 Constituída a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) - sede em São Paulo. / Autores europeus discutem problemas sociais e empresas americanas se preocupam com questões ambientais e divulgam atividades no campo social</p> <p>1962 Silent Spring pesquisa desenvolvida para mostrar os malefícios dos pesticidas</p> <p>1967 Criação Fundo de Defesa Ambiental (EDF)</p> <p>1968 Criação do Clube de Roma, composto por cientistas, industriais e políticos, tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais/ Conferência intergovernamental para uso racional e conservação da Biosfera</p> <p>1969 Amigos da Terra (prevenção da degradação ambiental, preservação da diversidade) / Lei Nacional de Política Ambiental (aprovada nos EUA)</p>
1970	<p>1970 Primeiro dia da Terra (EUA)</p> <p>1971 Início Greenpeace no Canadá/ Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Reino Unido) / Princípio do poluidor-pagador (validado OCDE)</p> <p>1972 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano PNUMA) / Clube de Roma pública “Limits to Growth”</p>

	<p>1973 EUA promulga a Lei de Espécies Ameaçadas/ Nasce na Índia o movimento Chipko (em resposta ao desmatamento e à degradação ambiental)</p> <p>1979 Acidente nuclear de Three Mile Island</p>
1980	<p>1980 Relatório Global 2000 (lançado e reconhecendo a biodiversidade pela primeira vez como crítica para o funcionamento do ecossistema planetário) /ONU Cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável com o relatório Our Common Future/Carta Mundial da ONU para a Natureza (princípio da vida única/dependência de recursos naturais)</p> <p>1985 Descoberto buraco de ozônio na Antártida</p> <p>1986 Acidente na estação nuclear de Chernobyl/1987 CMMAD elabora o Relatório Brundtland, que citou a definição para desenvolvimento sustentável mais aceita mundialmente até hoje: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades.”</p> <p>1988 Assassinato de Chico Mendes (ativista brasileiro na defesa do Amazonas)</p>
1990	<p>1990 Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD é estabelecido no Canadá) /Movimento de valorização da responsabilidade social empresarial ganha forte impulso no Brasil, com a ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão.</p> <p>1992 ECO 92, no RJ - Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Elaborou a Carta de Terra e a Agenda 21. Foi um dos mais importantes encontros globais para discutir a questão ambiental. Esta reunião resultou na criação da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas, que é debatida ano a ano pelos países signatários nas Conferências das Partes (COPs).</p> <p>1993 Primeira reunião da Comissão das nações unidas para o Desenvolvimento Sustentável Herbert de Souza, o Betinho, e o IBASE lançam, no Brasil, a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com o apoio do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que constitui o marco da aproximação dos empresários com as ações sociais.</p> <p>1997 COP3 realizada em Quioto, Japão. Marcada pela adoção do Protocolo de Kyoto - compromisso dos países em reduzir a emissão de gases do efeito estufa. / No Brasil, Betinho lança uma campanha nacional a favor da divulgação do balanço social com o apoio de lideranças empresariais, da CVM, jornal Gazeta Mercantil, de empresas (Banco do Brasil, Usiminas, entre outras) e de suas instituições representativas (Firjan, Abrasca, Abamec, Febraban, etc.) e, em parceria com a Gazeta Mercantil e o IBASE, lança o Selo do Balanço Social a fim de estimular a participação das companhias.</p> <p>1998 Criado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social pelo empresário Oded Grajew. / COP4 realizada em Quioto, Japão, centrou esforços para implementar o Protocolo de Quioto.</p> <p>1999 Triple Bottom Line (TBL), de John Elkington, designa o equilíbrio entre os 3 pilares (ambiental, econômico e social). / Criação do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), primeiro índice composto por ativos de empresas líderes em termos de sustentabilidade no mundo. / Pacto Global de Kofi Annan anunciado no fórum de Davos. / COP5 realizada em Bonn, Alemanha.</p>
2000	<p>2000 Lançamento oficial do Pacto Global no escritório da ONU em NY. / Lançamento das 8 Metas do Milênio. / O Instituto Ethos concebeu os Indicadores Ethos. 2002 Rio+10 ou Conferência Mundial de Joanesburgo, com a meta de implementar a Agenda 21, instituiu a iniciativa “Business Action For Sustainable Development”. / “Diálogo Empresarial sobre os Princípios do Pacto Global” em Belo Horizonte</p> <p>2002 Realizada em Joanesburgo a cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável</p> <p>2005 BM&FBovespa lançou o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que acompanha o desempenho de empresas líderes em sustentabilidade com ações negociadas na BM&FBovespa. / COP 11 realizada em Montreal, Canadá, originou a primeira Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto (MOP1)</p> <p>2009 declaração de Copenhague.</p>
2010	<p>2010 as nações concordam com a repartição justa e equitativa dos benefícios da utilização de recursos genéticos, sob o protocolo de Nagoya à convenção sobre Diversidade Biológica</p>

	2012 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida por Rio+20. / COP18 a ser realizado em Doha, Qatar, até o dia 9 de dezembro de 2012/2015 Protocolo de Paris é assinado (Sucessor do protocolo de Kyoto) 2016 Protocolo de Paris entra em vigor.
--	---

Fonte: desenvolvido pelo autor a partir de IISD (2012)

Desta forma, a explanação sobre os conceitos e suas motivações são fatos que começaram a ganhar espaço junto às organizações. Com isto, novos termos e aplicabilidades passam a fazer parte das rotinas corporativas de várias organizações, sendo elas: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade corporativa, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa, performance social corporativa e *Triple Bottom Line*, o que reforça a necessidade de expor suas origens e concepção iniciadas em 1987 pela publicação da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED, 1987), o documento A/42/427, mais conhecido como Relatório Brundtland (NOSSO FUTURO COMUM), sendo o nome uma homenagem à sua organizadora Gro Harlem Brundtland.

O relatório foi produzido como resposta à Resolução A/38/161 da Assembleia Geral das Nações Unidas: “Processo de preparação da Perspectiva Ambiental para o ano 2000 e após”, instituída em 1982. Esta resolução abre caminho para a formação da comissão especial (também conhecida como Comissão Brundtland) que teria os objetivos de:

- Recomendar estratégias de longo prazo para atingir o desenvolvimento sustentável;
- Propor meios de transformar a preocupação com o meio ambiente em cooperação entre países de diferentes níveis de desenvolvimento econômico social, levando em conta as relações entre pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;
- Estudar maneiras pelas quais a Comunidade Internacional poderia lidar mais efetivamente com a preocupação sobre a conservação ambiental;
- Ajudar a definir percepções compartilhadas sobre as questões ambientais no longo prazo e os esforços necessários para tratar com sucesso da proteção e recuperação ambiental;
- Estabelecer uma agenda de atuação para as próximas décadas com os objetivos da comunidade mundial, que deve levar em conta

as resoluções relevantes de caráter especial do Conselho de Governo das Nações Unidas de 1982.

O Relatório Brundtland alerta para a urgência do progresso na direção de um desenvolvimento econômico sustentável, de modo a não reduzir o estoque de recursos naturais ou prejudicar o meio ambiente.

A publicação envolveu políticos internacionais, funcionários de governos e especialistas em meio ambiente e desenvolvimento e teve como um de seus resultados uma definição sobre desenvolvimento sustentável como o atendimento às necessidades das gerações atuais de maneira que não comprometa a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades.

O Relatório tem como preocupação primária estimular a igualdade global, por meio da redistribuição de recursos para os países mais pobres e incentivos ao seu crescimento econômico. Ele sugere também que igualdade, crescimento e preservação do meio ambiente são simultaneamente possíveis e que cada país é capaz de atingir potencial econômico pleno sem reduzir a base de recursos naturais. Essa evolução sustentável, porém, requer investimento em tecnologia e reforma social.

O relatório afirma que se deve permitir que as nações em desenvolvimento possam atender às necessidades básicas de emprego, alimentação, acesso à água e saneamento. Se estas necessidades devem ser atendidas de maneira sustentável, então é necessário que se defina qual é o nível de demanda sustentável de cada população. O crescimento econômico deve ser incentivado para que estas nações possam crescer de forma qualitativamente semelhante às nações desenvolvidas (BRUNDTLAND, 1987).

Um dos fatos que necessitam de atenção está relacionado com a promoção do desenvolvimento e expansão da cooperação internacional para que se possa criar mecanismos legalizados que possibilitem a associação, principalmente com organizações que compõe o setor privado e a busca por objetivos comuns.

Trazendo maior profundidade para o entendimento da sustentabilidade frente ao apoio de políticas públicas adequadas, Dovers (1997) traz as questões naturais em sua abordagem onde define a sustentabilidade como a conciliação de métodos, sociedade e natureza em qualquer tempo, qualquer espaço e qualquer economia. Seus apontamentos são amparados na análise temporal dos eventos ocorridos após a década de 70, junto à sociedade europeia.

Nesse período, surgem movimentos voltados a um maior interesse pela defesa dos recursos naturais. Porém, a confusão acerca da temática sustentabilidade se mantém e com ela a dificuldade em fazer políticas realmente eficazes, levando em consideração a necessidade de buscar entender a fundo as melhores soluções para o problema e desenvolver melhores práticas. A sustentabilidade exposta por Dovers (1997) deve ser elencada em níveis de prioridade, sendo eles: microproblemas, meso-problemas e macroproblemas.

Com isto, para cada nível de ordem de preocupação, sua solução deve ser a partir de políticas coerentes, não utópicas, contemplando necessidades da sociedade moderna (atual). Contudo, é salutar considerar necessidades econômicas, as quais promovem desenvolvimento econômico, sendo que estes não devem ser analisados em apartado, ressaltando também a necessidade de uma maior compreensão da sustentabilidade e do próprio desenvolvimento sustentável.

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) discutem diferentes abordagens do Desenvolvimento Sustentável e identificam três abordagens significativas para a explanação: o *Status Quo*, Reforma e Transformação. Tais apontamentos passam a tomar importância global, quanto a sua necessidade de gerenciamento e compreensão de forma mais objetiva da relação existente entre passado (no sentido da extração de bens naturais sem controle, e que não seria somente uma necessidade de preservação dos recursos naturais), presente (no sentido de equilibrar problemas de ordem: ambiental, social e econômico) e futuro (voltado a garantir uma harmonia entre gerações futuras e condições de sobrevivência no planeta).

Visando ampliar o entendimento acerca das possibilidades disponibilizadas por Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), existe uma importância em compreender os conceitos de *Status Quo*, Reforma e a Transformação já que estes podem direcionar o posicionamento das próprias organizações a luz da sustentabilidade, sendo assim temos:

- *Status Quo*: apresenta, em sua essência, a existência de uma preocupação com a necessidade de mudanças quanto aos fatos atuais. Porém, estes não são “urgentes” e são passíveis de boa administração, tomadas de decisão e relações de poder e que por meio do desenvolvimento de novas “regras” facilitadoras podem ser criadas, assim como novas tecnologias para reparação da degradação ambiental.

- Reforma: apresenta que mudanças e adaptações são necessárias na condução dos trabalhos da maioria das empresas. Neste caso, o governo possui um papel de grande valia na adoção de normatizações e mecanismos de regulação contra quem vai contra os princípios sustentáveis. Porém, esta mesma preocupação visa um equilíbrio dos meios proporcionando assim, forma de capitalismo sustentável e com maiores responsabilidades perante a sociedade. Algumas similaridades ao *Status Quo* são facilmente percebidas entre os reformistas.
- Transformação: exalta a necessidade urgente de uma mudança junto ao relacionamento da sociedade com o meio ambiente. Desta forma traz em sua essência duas vertentes: a primeira vertente trata da explanação acerca da transformação sem o Desenvolvimento Sustentável (o qual fica em seu conceito apartado do desenvolvimento sustentável, mantendo seu foco é a natureza e todo demais se ajusta); a segunda vertente apresenta a transformação com o Desenvolvimento Sustentável (que contemplam questões sociais e ambientais, buscando assim, uma maior interação entre as realidades pertinentes ao desenvolvimento da própria sociedade).

Os apontamentos expostos fazem à desmistificação do termo Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável e de como devem ser compreendidos para possibilitar a evolução da sociedade e não somente o debater de forma ideológica, com a intenção de levantar “bandeiras” as quais promovem ideologias e políticas.

Travar batalhas ideológicas na esfera acadêmica e científica deixam esvair as possibilidades de soma de forças e promovem o efeito contrário que acabam gerando descrédito a causa da real crise ambiental perante a sociedade. Nesse contexto, surge a pergunta: Qual posicionamento tomar em prol das soluções da crise ambiental?

Pierri (2004) traz diferentes correntes acerca do tema, como a corrente ecologista conservacionista, o ambientalismo moderado, a corrente humanística crítica, a subcorrente anarquista e a subcorrente marxista. Porém, essas correntes traçam paralelos próximos quanto a exposição ao capitalismo e suas formas de articulação com a sociedade. Esta última como promotora da própria economia que

garante recursos para os indivíduos e, em alguns momentos, tomam posturas antagônicas quanto ao entendimento da sustentabilidade.

Ainda segundo Pierri (2004), a necessidade em se orquestrar os movimentos voltados somente à preservação ambiental se mostra muito aquém de querer resolver outros problemas que já foram instaurados devido às formas de extração dos recursos. Esses movimentos defendem que o ser humano não tem a mesma importância que a própria natureza, onde ela deve ser atendida em suas necessidades em primeiro grau de urgência e os problemas de natureza sociais passem a serem tratados como problemas secundários, o que para outras frentes ideológicas não apresenta recursos e apoio necessário em suas teses para se sustentar, já que assumem um radicalismo excessivo.

A ideologia marxista apontada por Castro (2004) por sua vez, se faz presente em muitos movimentos ecológicos que ampliam as críticas a outras ideologias contrárias por possuírem influências capitalistas. Esses movimentos alegam que a possibilidade de mudanças passa a ser maior, no entanto, surge a preocupação quanto ao preço que tais posicionamentos ou metodologias poderiam realmente gerar ao serem colocadas em prática, a fim de evitar drásticos efeitos colaterais.

Sendo assim, a necessidade de buscar aprofundar-se na temática Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável promove uma reflexão necessária a quem busca uma maior compreensão acerca dos termos. Com isto, a possibilidade de uma melhor argumentação e escolha quanto a buscar novas opções de construção e sobrevivência por meio de utilização dos recursos de forma sustentável e, assim, propiciar um melhor equilíbrio da “balança” do mundo entre aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) apresentam de forma muito clara as abordagens que pode se adotar para um posicionamento em vista de um bem maior perante a sobrevivência e convivência do homem no planeta.

Dentre as abordagens, entende-se que o *Status Quo* apresenta um melhor posicionamento, em tempos atuais e perante aspectos de mudanças bruscas em toda sociedade ao longo da história, pois, ela sempre criou dispositivos que buscam a autopreservação. Obviamente que esses fatos não se podem deixar a cargo do tempo, porém, são passíveis de interferências do próprio homem de forma a

redesenhar a estrutura capitalista já que estamos avançando junto a uma tecnologia a qual cada vez mais vem propiciando benefícios à própria sociedade.

As movimentações da própria sociedade em prol da necessidade de mudança promovidas pelas tecnologias e outros canais podem facilitar e influenciar de forma contundente mais indivíduos.

Dessa forma a necessidade de acompanhar os movimentos da própria sociedade e alinhar os interesses em prol de um equilíbrio propiciado pelo próprio capitalismo poderia gerar melhorias econômicas sociais e ambientais. O que permitiria às organizações buscarem um maior alinhamento por meio da sustentabilidade em contexto organizacional. Tal discussão é melhor abordada no próximo tópico.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são terminologias que, apesar de estarem próximas, têm conotações diferentes do ponto de vista de vários autores. Quanto a Sustentabilidade existe a falta de consenso quanto ao entendimento do próprio termo, um desalinhamento que promove inúmeros significados ao conceituar a sustentabilidade e minimizando a importância do conceito (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008)

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável promovem as mais diversas discussões, sendo em muitos casos a interpretação da sociedade quanto à responsabilidade por zelar pelo meio ambiente uma tarefa do Estado. Porém, embora este tenha suas responsabilidades quanto à regulamentação e busca da preservação dos mesmos fatores políticos econômicos, existe uma linha tênue em atender a demanda pela preservação da natureza ou a necessidade de manter a utilização de recursos produtivos e promover a economia (DUIT; FEINDT; MEADOWCROFT, 2016).

Feil e Schreiber (2017) buscam através de pesquisa bibliográfica robusta, apresentar fundamentações sobre a temática Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Os autores demonstram os aspectos de divergências quanto à prática dos termos e aspectos convergentes para um mesmo objetivo que compreendem observações claras e concisas sobre a evolução dos estudos acerca da sustentabilidade.

Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade começaram a fazer parte do vocabulário corporativo. Com isto, a necessidade em explorar em profundidade o tema passa a ser demandada por acadêmicos que apresentam outras

lentes sobre a temática, a fim de promover o surgimento de teorias que exprimem a necessidade em se compreender a relação homem natureza, a relação natureza capital e também a extinção completa da natureza em detrimento do próprio homem através de suas formas de convivência.

Diversos autores de diferentes áreas buscam aprofundar-se no termo em questão. Nas ciências sociais aplicadas a sustentabilidade passou a ser associada à realidade corporativa, sendo através de Jonh Elkington através do livro “Canibais com Garfo e Faca” em 1997 surge o tripé *profit, planet e people* (*Triple Bottom Line*), que está relacionado com os fatos das organizações buscarem resultados sustentáveis focando no campo financeiro, social e ambiental.

Segundo Elkington (2012), o que guiará as empresas em direção a sustentabilidade será as mudanças drásticas que elas desempenharão na linha dos três pilares, sendo os desafios interessantes ocorridos entre as áreas envolvidas com os três pilares (econômico, social e ambiental).

Desta forma, a disseminação da nomenclatura no meio corporativo passou a se expandir, assim como o interesse da área acadêmica, em conjunto a corporativa, majoração em investimentos em pesquisas sobre a temática, promovendo questionamentos quanto à postura organizacional, transcendendo as preocupações somente quanto ao retorno financeiro para incorporar outras preocupações quanto as suas responsabilidades para com a sociedade (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; MUNCK, 2013; SMITH; SHARICZ, 2011; SANTOS; ANUNCIAÇÃO; SVIRINA, 2013; VALENTE, 2012).

Sendo assim, a sustentabilidade organizacional, tratada em específico no próximo capítulo, visa potencializar e sustentar as formas das organizações se guiarem para a melhoria de seus processos a médio e longo prazo, buscando por obter a sustentabilidade de suas práticas voltadas a cultura e atuação no mercado, assim como atender a demanda dos *stakeholders* e *shareholders* de uma maneira mais saudável, e não o lucro pelo lucro.

Finaliza-se assim, com a conceituação de Borim-de-Souza (2010) o qual diz que a disseminação da similaridade entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não é confirmada pela disparidade de suas fundamentações conceituais. Sendo assim, o reconhecimento e os conceitos divergem. A sustentabilidade está para a capacidade de manter algo em um estado contínuo, enquanto o desenvolvimento

sustentável se relaciona com processos integrativos os quais buscam manter harmonização dinâmica de um sistema complexo em longo prazo.

Para esta pesquisa, será adotado a nomenclatura para definição de Sustentabilidade Organizacional, em substituição as outras nomenclaturas (sustentabilidade corporativa, sustentabilidade empresarial) visando assim, padronização do termo.

2.3 ESTRUTURAS E FUNDAMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Devido às variações do conceito de sustentabilidade organizacional pelos diferentes autores, essa seção busca alinhar o conceito a fim de torná-lo coerente com a pesquisa empreendida. Desta forma, a partir da obra de Elkinton (2001), o surgimento do termo *Triple Bottom Line* promoveu a base conceitual a qual este capítulo fará referência, além de demais autores que reforçam o TBL como uma abordagem dominante no meio corporativo (ROBINS, 2006; SAVITZ; WEBER 2007) Porém, o conceito ainda se mantém inquietante para muitas organizações, uma vez que a intenção da ferramenta é medir além da geração de lucro estendendo-se a questões de cunho ambiental e social (HUBBARD, 2009).

O cenário globalizado apresenta diferentes adversidades impostas pelo mercado. Como a própria necessidade de adaptação exige das corporações aprofundamento acerca da utilização dos pilares, a fim de promover uma melhor adaptação e validação do *TBL* perante as corporações e metodologias que se utilizam deste conceito, cada vez mais as empresas buscam se aproximar de práticas que contemplam a harmonização das três dimensões propostas (ROBINS, 2006).

Mesmo que a atuação dos chamados fundos éticos no cenário econômico datarem mais de 100 anos, existe uma necessidade ainda maior (por parte do perfil de uma nova geração de investidores) em promover diferenciais ligados ao *Triple Bottom Line*, o que se estendendo a organizações que passam a rever seu posicionamento quanto à missão, visão e valores (SARTORE, 2008).

Tal ação desencadeia o posicionamento de organizações que se voltam para obtenção não só de lucros financeiros, mas de outras formas de ganhos através de posicionamento de sua marca e produto ou da consolidação no mercado mediante sua classificação de empresa promotora de bem social que contribua com

o desenvolvimento da sociedade e com a restauração e perpetuação das reservas ambientais do planeta. Com isso, a própria sociedade configura sua mudança de hábitos, não somente por uma busca de produtos, mas também com interesse por empresas que transmitam um posicionamento de socialmente responsável (ANDREOLI; CRESPO; MINCIOTTI, 2017).

Elkington (1994) apontava para a necessidade das organizações se voltarem ao ganha-ganha-ganha e buscar um equilíbrio para desenvolver formas de atender os interesses da empresa, seus clientes e do meio ambiente.

Segundo Silveira (2013), o fato do *TBL* mensurar as relações entre as dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e proporciona um equilíbrio de interesses, este se diferencia dos demais índices existentes, o que possibilita melhor interação entre as dimensões eco ambiental, eco social e socioambiental.

O mundo globalizado proporcionou uma busca por sobrevivência de diversas organizações, o que despertou inúmeras formas de “jogar o jogo” das relações capitalistas na busca por legitimar suas atitudes perante a sociedade. Para Aktouf (1991), o atual modelo utilizado pelas indústrias é insustentável diante de suas características, pois reforça o risco para se ter lucro no curto prazo, mas tornando eminente uma destruição no longo prazo.

Outros autores apontam em suas argumentações que as empresas podem “fazer bem, fazendo o bem” uma vez que se atende às necessidades de outros além das partes interessadas e criam valor para o acionista, ofertando um tipo certo de lucro (FREEMAN *et al.*, 2010; PORTER; KRAMER, 2011).

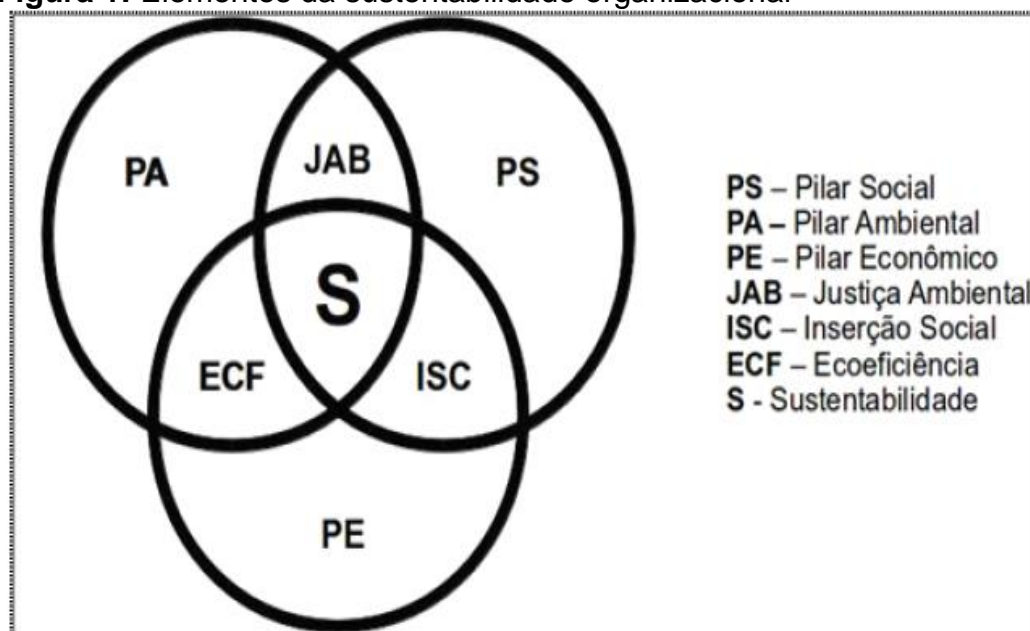
A sustentabilidade que já é pauta há tempos em muitas organizações, demonstra sempre sua complexidade de entendimento, uma vez que coloca em questionamento nas empresas como harmonizar ganhos financeiros (pilar econômico) com as questões ambientais (pilar ambiental) enquanto corresponde a todo efeito moral e ético de suas atuações perante a sociedade (pilar social), para então obter uma gestão integrada dos pilares (DIAS, 2017).

O pilar social, por sua vez, ao longo da história tem se deixado passar despercebido por parte das organizações. Porém, atualmente ele tem emergido com força clamada pela sociedade, pois, por meio da comprovação de sistemas deteriorados por práticas comerciais, se voltava para atender a demanda dos

shareholders para atender somente a demonstração de lucro (HUBBARD, 2009; BANSAL, 2005).

Uma vez que as organizações estão diretamente envolvidas com o consumo dos recursos naturais e sociais, elas buscam promover suas atividades mercantis e de subsistência ao se envolver em processos voltados pela busca por alternativas para gerar o equilíbrio ampliando a compreensão acerca das mudanças necessárias em suas formas de gestão em busca da sustentabilidade organizacional (MUNCK; BANSI; GALELLI, 2016). A figura 1 ilustra como ocorre a integração dos elementos da sustentabilidade organizacional e suas relações, as quais promovem a sustentabilidade.

Figura 1: Elementos da sustentabilidade organizacional



Fonte: Munck *et al.* (2013, p. 467).

Segundo Wang e Lin (2007), para que uma organização possa ser direcionada para um maior engajamento junto à sustentabilidade, a mesma deve buscar o melhor desempenho e progresso junto aos elementos do TBL, mantendo assim o equilíbrio das necessidades do negócio (econômico), as necessidades ecológicas (ambiental) e as morais (social), para gerar retorno aos *stakeholders* e mantendo toda a ecologia a qual está envolvida em harmonia.

Desse modo, a necessidade de mudança a qual as organizações são submetidas é muito rápida para que possa atender às expectativas geradas pelo

mercado e a forte cobrança da sociedade pela busca por ferramentas e conceitos que suportem o posicionamento nas organizações, o que acaba propiciando uma diversidade que se fragiliza em alguns casos tornando ineficiente as abordagens (HUBBARD, 2009).

Para Elkington (2012), o equilíbrio dos três pilares (TBL) promoverá o desenvolvimento sustentável e a necessidade das organizações buscarem de forma paulatina aperfeiçoar seus processos em prol desta harmonia trará de fato a sustentabilidade organizacional.

Segundo Laville (2009), a necessidade de uma organização utilizar o TBL não focado somente em um pilar para suas tomadas de decisão, mas contemplar os três pilares de forma a garantir que a estratégia organizacional seja consolidada em longo prazo.

A possibilidade das organizações se encaixarem nestes moldes demandará investimentos e um maior alinhamento de entidades envolvidas com interesses similares, uma vez que como, mencionado anteriormente, por não existir uma só definição para sustentabilidade promove interpretações que visam atender demandas específicas de quem quer que as interprete. O próprio TBL tem seu conceito difundido e ampliado, possibilitando assim, uma evolução através de estudos mais recentes (BANSAL, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; MUNCK, 2013; VALENTE, 2012; VAN MARREWIJK, 2003; VAN MARREWIJ; WERRE, 2003; SANTOS; ANUNCIAÇÃO; SVIRINA, 2013; SMITH; SHARICZ, 2011)

O entendimento de que a Sustentabilidade Organizacional (SO) pode ser obtida por meio do equilíbrio de fatores econômicos, sociais e ambientais realizados pelas organizações possibilita promover ações voltadas a atender as três demandas e promover ações com resultados pautados na sustentabilidade (BANSAL, 2005; JAMALI, 2006; VAN MARREWIJK, 2003). Porém, tais dimensões possuem diferentes concepções demandando abordagens diferentes (DYLLICK; HOCHERTS, 2002).

Entre as razões para a proposição dos pilares, Elkington (2012) apresenta motivações de extinção da sociedade promovidas pelo capitalismo desenfreado que tinha seu foco apenas no pilar econômico. Dessa maneira, o autor viu a necessidade de propor novos pilares, já que o meio empresarial necessitava de ser norteado por movimentos e estímulos que comungassem de preocupações atuais.

Esta caracterização remete também a concepção da responsabilidade social (RSC) que, assim como o desenvolvimento sustentável, não existe um consenso quanto a sua definição. Barakat e Polo (2016) apresentam um contraponto conceitual a partir de Milton Friedman (1970), o qual afirma que a única responsabilidade social que a empresa possui é a majoração de seu lucro, e no outro extremo, Davis (1973) aponta que a RSC vai além de aspectos financeiros, legais e técnicos.

Ferreira, Rover e Vicente (2018), Nunes *et al.* (2010) apresentam acerca da discussão sobre a RSC demonstrando o posicionamento de Friedman (1970), o qual esclarece que o papel social das empresas se dá através da maximização do lucro, sendo a mola propulsora de bem-estar para a sociedade, enquanto Carroll (1979) se posiciona voltado a questões sociais e na forma de resposta para a sociedade por parte das organizações

Segundo Carroll (1998), a partir de um posicionamento mais elaborado frente suas definições de 1979, a RSC trata-se do processo que tem o envolvimento desde acionistas até funcionários e a sociedade, incorporando assim quatro dimensões em constante atrito: econômica, filantrópica, ética e legal.

Carrieri, Silva e Pimentel (2009) descrevem que as organizações têm interesse em se utilizar da RSC como uma forma de trabalhar o retorno de suas ações através da imagem e construir uma impressão positiva perante seu público-alvo, incorporando a temática ambiental.

Mas como parametrizar qual empresa tem o melhor posicionamento sustentável? Como satisfazer os interesses de investidores que buscam investir em empresas que possuem valores aos quais se identificam? Tais questionamentos promoveu a criação dos índices sustentáveis, onde Sartore (2012) afirma que a empresa de consultoria *Sustainability* disseminou o conceito *Triple Botton Line* que norteou os índices financeiros nos países de Norte a Sul. Segundo Garcia e Orsato (2013) as empresas têm buscado cada vez mais demonstrar para a sociedade seus esforços em promover boas práticas sociais e ambientais, por meio de relatórios de sustentabilidade ou por investimentos alinhados com o impacto social.

As próprias organizações empresariais que figuram no ranking dos índices de sustentabilidade possuem riquezas e potencial para interferirem junto a sociedade de forma mais eficaz, o que poderia responder a vários questionamentos dos *stakeholders* que manifestam preocupações além da rentabilidade financeira.

Compreender o porquê de algumas empresas investirem tanto em tempos atuais para serem incluídas nos índices é uma necessidade da própria sociedade, pois, não seria interessante que estas articulações tivessem por interesse principal apenas a legitimação de uma imagem sustentável para a organização.

Almeida (2002) afirma que para uma empresa ser sustentável e competitiva, ela deve priorizar ações e decisões a margem da ecoeficiência, assim como buscar uma produção que possibilite menos poluição e redução do uso de recursos naturais para ser socialmente responsável.

A constante necessidade das empresas apresentarem lucros a seus acionistas e perpetuarem suas atividades contribuem para que as mesmas busquem promover diversas estratégias de atuação junto ao mercado e incitam a necessidade de fortalecimento de uma imagem institucional a qual pode ser reconhecida entre outras validações como uma empresa sustentável.

Assim, construir uma imagem intitulada como empresa sustentável a médio e longo prazo podem apresentar vantagens financeiras a seus *shareholders* sendo a participação junto aos índices financeiros de sustentabilidade uma forma de propagar este posicionamento. O desenvolvimento de ações sustentáveis é motivado pela própria sociedade ou na busca para se diferenciar dos concorrentes, já que a sustentabilidade tem sido adotada também como diferencial (BANSAL; ROTH, 2000; GINSBERG; BLOOM, 2004; POLONSKY, 1994).

Muitas organizações passaram a demonstrar maior preocupação com o meio ambiente na década de 1990, não necessariamente voltadas de fato a buscar soluções ambientais, mas para mostrar para a sociedade que eram organizações verdes. Essa prática levou a criação do termo *greenwashing*, que evidenciou a apropriação de virtudes ambientalistas em prol de aceitação perante a sociedade, o que levou ao interesse da própria comunidade acadêmica na busca por expor esta situação conforme o trabalho de Andreoli, Crespo e Minciotti (2017).

Tais trabalhos buscam evidenciar empresas que não conseguem provar que são sustentáveis (NYILASY; GANGADHARBATLA; PALADINO, 2013) ou tem a intenção de mascarar sua imagem organizacional (PARGUEL; BENÔIT-MOREAU; LARCENEUX, 2011), já que nos últimos anos tem aumentado consideravelmente o volume de publicidades “verdes” (EASTERLING; KENWORTHY; NEMZOFF, 1996).

Embora Azapagic (2003) acredite que a própria legislação seja uma força motriz que promove o desenvolvimento sustentável por reforçar o exemplo da união Europeia a qual vem instituindo políticas e legislações que promovem a responsabilidade social corporativa, o autor também menciona que para as organizações o aumento do entendimento que ser mais sustentável faz sentido para os negócios, promove processos mais limpos e melhoria dos custos e materiais envolvidos.

Segundo Savitz e Weber (2007), o TBL proporciona o entendimento na essência do conceito sustentabilidade organizacional, através de suas transposições com a harmonização dos três pilares utilizados gerando resultados positivos para as organizações.

Savitz e Weber (2007) e Elkington (2012) comungam do alinhamento dos pilares e sua harmonização é a base da sustentabilidade organizacional. A sustentabilidade proporcionará para a organização a reflexão real quanto a necessidade de equilíbrio de sua atuação junto ao mercado, podendo ser convertido em indicadores e índices de sustentabilidade (FEIL; SCHREIBER, 2017).

Desta forma, existe uma necessidade de compreensão muito grande pelas partes envolvidas e quanto a prática dos responsáveis por implementar ações que tenham por objetivo a SO. Compreender que somente um aspecto não basta para a organização atuar de forma unilateral em busca de uma imagem sustentável, mas que ela deve buscar equilibrar o TBL sem sobreposição de interesses, principalmente quando falamos da dimensão econômica.

As dimensões que compõe a SO, o que Elkington (1994) apresentou como pilares da sustentabilidade, servem como uma forma didática das organizações perceberem a importância de não canalizarem suas estratégias em apenas um único propósito para obterem o desenvolvimento sustentável, mas sim buscar o equilíbrio em suas ações harmônicas junto as dimensões, e assim, ser uma empresa sustentável. Mesmo sendo o TBL a abordagem dominante das organizações (ROBINS, 2006; SAVITZ; WEBER, 2007), onde empresas se apropriaram desta abordagem a partir de modelos prontos em consonância com os critérios de seleção do DJSI, por exemplo, leva a questionamentos quanto ao real posicionamento das empresas (SRIDHAR; JONES; 2013). Ainda assim, tal posicionamento das organizações não deve ser avaliado com simplismo tendo em vista que mesmo que

não se comprove a sustentabilidade legitimada, a utilização do modelo pode ser entendida como contato inicial para um processo sustentável.

Desta forma o quadro 2, apresenta os conceitos para as dimensões econômica, ambiental e social, a partir da síntese dos trabalhos propostos por Dyllick e Hockerts (2002), Sachs (2008), Azapagic (2003), Baumgartner e Ebner (2010), Munck (2013), que promoveu o conceito operacional adotado para esta pesquisa.

Quadro 2: Conceitos operacionais das dimensões econômica, ambiental e social

	Dyllick e Hockerts (2002)	Sachs (2008)	Azapagic (2003)	Baumgartner e Ebner (2010)	Munck (2013)	Conceito Operacional
Dimensão Econômica	Capacidade da organização prover fluxo de caixa positivo (a todo tempo), o que possibilita a ela produzir e manter retorno satisfatório aos seus investidores, porém, atuando de forma responsável quanto ao desempenho de suas rotinas.	Promove a desigualdade entre os países, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, necessário sua revisão de forma macroeconômica, com o objetivo de repensar o posicionamento das organizações frente a seus lucros.	O Desenvolvimento sustentável possui como propulsor a viabilidade econômica do negócio, pois, através da lucratividade que as organizações removem melhorias junto à comunidade.	Abrange aspectos gerais de uma organização que devem ser respeitados ao lado de aspectos ambientais e sociais - para permanecer no mercado por muito tempo. O uso de tais aspectos genéricos parece significativo, pois bons resultados nesses aspectos podem levar a bons resultados financeiros e de sustentabilidade da empresa. Assim, a gerência deve considerar tais aspectos a fim de obter sucesso econômico ao invés de se concentrar em aspectos que mostram apenas resultados financeiros. Portanto, os aspectos da dimensão econômica da sustentabilidade corporativa são "inovação e tecnologia", "colaboração", "conhecimento gestão, 'processos', 'compra' e 'relatórios de sustentabilidade.	Refere-se à viabilidade econômico/financeira. É um subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a ecoeficiência e a inserção socioeconômica. Abrange tópicos como competitividade, oferta de empregos, penetração em novos mercados e lucratividade voltada para o longo prazo.	Possui abrangência geral de uma organização e está associado a viabilidade econômica/financeira. Representado pela eficácia de dois agires organizacionais menores, a ecoeficiência e a inserção socioeconômica) mantendo equilíbrio com as demais dimensões, proporcionando assim, sucesso econômico a longo prazo ao invés de foco somente em resultado financeiro, considera-se aspectos: "inovação e tecnologia", "colaboração", "conhecimento gestão, 'processos', 'compra' e 'relatórios de sustentabilidade. (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)

Dimensão Ambiental	<p>Utilização de recursos naturais os quais quando consumidos não extrapolam sua reprodução natural, considerando também a utilização de produtos substitutos, visando assim, não afeta de forma degradativa ao meio ambiente.</p>	<p>Uso racional dos recursos naturais, através da política dos 3R (reduzir, reutilizar e reciclar), ampliando pesquisas voltadas a otimizar os processos de consumo das organizações, promovendo normas para a correta utilização do meio ambiente.</p>	<p>Demanda atenção quanto toda a cadeia produtiva das organizações, necessitando assim, uma maior atenção ao ciclo de vida dos produtos/processos, promovendo um melhor entendimento dos seus impactos</p>	<p>Atua junto aos impactos ambientais que são causados pelo uso de recursos, e as emissões para o ar, para a água ou para o solo, bem como resíduos e resíduos perigosos. Além disso, o impacto sobre a biodiversidade e as questões ambientais do produto ao longo do ciclo de vida são importantes</p>	<p>Refere-se à viabilidade ambiental. É um subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a justiça socioambiental e a ecoeficiência. Abrange a prevenção dos impactos gerados pela organização nos sistemas naturais compostos por seres vivos e não vivos. Vai além de registrar a conformidade com as regulamentações governamentais e de iniciativas como reciclagem ou utilização eficiente de recursos energéticos, uma vez que não dispensa uma abordagem compreensiva das operações organizacionais, a qual deve se pautar pela avaliação dos impactos gerados pelos produtos da empresa, pelos processos e serviços cotidianos realizados, pela eliminação de gastos desnecessários e de emissões elevadas, além da minimização de práticas que podem afetar o acesso das gerações vindouras aos recursos naturais críticos.</p>	<p>Está relacionada com a viabilidade ambiental e com a eficácia de dois agires organizacionais menores, a justiça socioambiental e ecoeficiência. Contempla impactos sobre a biodiversidade, estando além do acompanhamento acerca de regulamentações ambientais, estando voltada para a otimização de práticas de utilização de recursos naturais visando manter o ciclo de produção dos produtos menor que o ciclo de recomposição da matéria. (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)</p>
--------------------	--	---	--	--	---	---

Dimensão Social	<p>Relaciona-se com o fato das organizações investirem nas comunidades, nas quais estão instaladas, propiciando assim, melhorias que motivem todos os envolvidos (stakeholders).</p>	<p>Está relacionado ao processo de DS, a partir de uma sociedade que busca o desenvolvimento econômico alinhado com a melhora da qualidade de vida, seja está, através de saúde, educação, ganhos.</p>	<p>Está relacionado com as responsabilidades que as organizações devem ter junto a sociedade/comunidade, promovendo ações voltada ao humano (interesse tanto de seus colaboradores, quanto da própria comunidade)</p>	<p>Visa influenciar positivamente todas as relações presentes e futuras com as partes interessadas</p>	<p>Refere-se a viabilidade social. É um subsistema das SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a inserção socioeconômica e a justiça socioambiental. Abrange a gestão de impacto que a organização gera nos sistemas sociais relacionados à organização são genuinamente consideradas. Em síntese, incorpora questões relacionadas ao desenvolvimento humano (educação, treinamento, saúde ocupacional, segurança no ambiente de trabalho e desenvolvimento de competências), à equidade (salários e benefícios justos, oportunidades igualitárias e ausência de discriminação no ambiente de trabalho) e às considerações éticas (direitos humanos, valores culturais, justiça intergeracional e justiça integracional)</p>	<p>Está relacionada com a viabilidade Social, sendo, subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a inserção socioeconômica e a justiça socioambiental, considerando a otimização das relações das partes interessadas (visa promover melhora ao humano, através de educação, saúde, treinamento) (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)</p>
------------------------	--	--	---	--	---	---

Fonte: desenvolvida pelo autor a partir de Dyllick; Hockerts (2002), Sachs (2008), Azapagic (2003), Baumgartner e Ebner (2010) e Munck (2013).

Esta pesquisa utiliza como parâmetros para definir as três dimensões (econômico, social e ambiental) uma síntese da literatura proposta pelos autores Baumgartner e Ebner (2010) e Munck (2013), denominados conceitos operacionais que visaram unificar os fundamentos teóricos apresentados a fim de definir o acontecimento da SO, o qual é utilizado como cerne para a comparação dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD e ISE) através do mapeamento de suas estruturas.

Ocorreu assim a comparação das estruturas dos índices sustentáveis com a fundamentação teórica proposta, utilizada como apoio para dar suporte como ferramental para desenvolvimento da análise dos documentos apresentados, sendo utilizado para realização das comparações o modelo proposto por Baumgartner e Ebner (2010)², que tem por objetivo apresentar aspectos que visam comprovar a maturidade das organizações e se suas ações possuem consistência para implementação de estratégias que visam desempenhar ações sustentáveis.

Sendo assim, o modelo apresentou aderência para comparação dos índices sustentáveis. A sua validação junto a sociedade e organizações que supostamente são sustentáveis reforça o fato do ferramental estar focado nas três dimensões (Econômico, Social e Ambiental) as quais são encontradas como balizadores junto aos índices comparados, sendo adaptado com a inclusão de critérios que sinalizam o grau de comprometimento dos IS para com a SO.

Quanto ao fator maturidade, Hynds *et al.* (2014) afirmam que um modelo de maturidade de sustentabilidade sinaliza a aplicabilidade da ações sustentáveis, assim como a etapa de desenvolvimento na qual a empresa se encontra, podendo este ser utilizado em ações que possibilitem a integração da sustentabilidade junto a seus processos, reforçando assim, a utilização do modelo apresentado.

Assim, a pesquisa visou comparar qual o índice possibilita maior orientação para as organizações alcançarem a Sustentabilidade Organizacional, além do modelo proposto, e englobar outros aspectos na discussão, tais como: a) principais finalidades dos índices, b) metodologias utilizadas, c) fontes que originam as informações de cada índice e suas complexidades, d) critérios utilizados para

² Cabe ressaltar que o modelo proposto por Baumgartner; Ebner (2010), está voltado às ações que as organizações devem responder aos índices, como critério de inclusão, e não se refere diretamente aos índices em si. Deve-se levar em consideração que o ferramental contempla as dimensões/pilares que são similares aos índices comparados

eleger/incluir/excluir empresas junto as carteiras dos índices sustentáveis, foram analisados e comparados possibilitando efetuar a conclusão desta pesquisa.

O quadro 3, apresenta o modelo adaptado de Baumgartner e Ebner (2010), o qual propõe aspectos pertinentes as dimensões: econômica, social e ambiental.

Quadro 3: Aspectos da Dimensão Econômica, Social e Ambiental

Definição Sustentabilidade Econômica	Possui abrangência geral de uma organização e está associado a viabilidade econômica/financeira. Representado pela eficácia de dois agires organizacionais menores, a ecoeficiência e a inserção socioeconômica) mantendo equilíbrio com as demais dimensões, proporcionando assim, sucesso econômico a longo prazo ao invés de foco somente em resultado financeiro, considera-se aspectos: "inovação e tecnologia", "colaboração", "conhecimento gestão, 'processos', 'compra' e 'relatórios de sustentabilidade. (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)	
Dimensão Econômica	Aspecto	Conceito
	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentração em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.
	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P & D Instituições, universidades, trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.
	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.
	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas que todos os funcionários sabem o que a organização espera dele ou dela sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.
	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.
Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja em separado relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.	

Definição Sustentabilidade Social	Está relacionada com a viabilidade Social, sendo, subsistema da SO representante da eficácia de dois agires organizacionais menores, a inserção socioeconômica e a justiça socioambiental, considerando a otimização das relações das partes interessadas (visa promover melhora ao humano, através de educação, saúde, treinamento) (BAUMGARTNER; EBNER, 2010; MUNCK, 2013)	
	Aspecto	Conceito
Dimensão Social	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.
	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).
	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização. Não impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas para funcionários para evitar perigos e permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).
	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.
	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidos. Suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.
	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.

	Nenhuma corrupção e cartel	Comporte-se de maneira justa no mercado e evite manipular práticas comerciais. Este não inclui quebra de regras, fixação de preços ou adesão a um cartel e nenhuma corrupção ganhando vantagem.
	Cidadania corporativa	Ser um bom cidadão corporativo em nível nacional; conservação de subsidiárias no país e estabelecimento do poder econômico de um país, bem como um aumento no estilo de vida da sociedade. Apoio de partes interessadas (e outros) e seus problemas em nível regional; participação ou criação de atividades relacionadas à sustentabilidade para a comunidade local. Orientação sobre as gerações futuras sem explorar o presente (ou natureza).
Definição Sustentabilidade Ambiental	Atua junto aos impactos ambientais que são causados pelo uso de recursos, e as emissões para o ar, para a água ou para o solo, bem como resíduos e resíduos perigosos. Além disso, o impacto sobre a biodiversidade e as questões ambientais do produto ao longo do ciclo de vida são importantes (BAUMGARTNER; EBNER, 2010).	
	Aspecto	Conceito
Dimensão Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Uso de recursos renováveis e não renováveis e energia através de a empresa incluindo recursos reciclados.
	Emissões no ar	Emissões no ar devido a atividades corporativas.
	Emissões na água	Emissões na água devido a atividades corporativas.
	Emissões no solo	Emissões no solo devido a atividades corporativas.
	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas.
	Biodiversidade	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas.
	Questões ambientais dos Produtos	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Baumgartner e Ebner (2010, p. 80)

3 O MERCADO DE AÇÕES E OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS

Neste capítulo foi analisada a história de construção dos índices sustentáveis e na sequência suas respectivas estruturas, representadas pelos requisitos questionários e formas de convite/admissão das empresas que compõe os índices financeiros de sustentabilidade (*Dow Jones Sustainability Index*, ISE e FTSE4GOOD Index, que são foco desta pesquisa por serem os índices referência na América do Norte, Europa e América do Sul respectivamente), aprofundando-se em seus conceitos e práticas acerca das organizações que os promovem, apresentado revisão empírica sobre seu reflexo frente às ações que visam precificação. O capítulo buscou apresentar os índices sustentáveis suas características e interação com a sociedade, além das práticas utilizadas pelas organizações quanta a sustentabilidade ou se estas simplesmente tem a intenção de legitimar suas imagens por participarem das carteiras de índices de sustentabilidade ou outra finalidade relaciona a outros fins. Foram apresentados também, os indicadores de sustentabilidade, que são ferramentais que auxiliam o desenvolvimento dos índices sustentáveis, uma vez que fornecem modelos informações para direcionamento.

3.1 OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS

Segundo Arjaliès (2010) e Goede (2001), a preocupação do início do século com fundos que não possuíssem qualquer contato com estoques de pecado (álcool, jogos, tabaco ou pornografia) e a preocupação religiosa dos judeus em não investir em nada que tivesse relação com a exploração humana, deram origem aos primeiros fundos de investimento sustentáveis, que por sua vez influenciaram a criação dos índices sustentáveis.

Arjaliès (2010) faz referência à evolução dos fundos éticos e os separa em três gerações: a primeira considera os reflexos da América puritana; a segunda a expressão do ativismo político e societário; e a terceira dos fundos socialmente responsáveis. Esta última conquista maior exposição por apresentar o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade.

Donadone (2009) aponta para a influência do mercado norte americano impulsionou o seguimento de empresas voltadas a área de consultoria, uma vez que os anos 1990 demandaram grandes mudanças organizacionais e postura por parte das empresas, sendo a responsabilidade social empresarial e finanças sustentáveis focos de atuação de grandes corporações do meio consultivo, resgata-se ainda que uma das grandes influências dos índices de sustentabilidade atuais provém do trabalho de um consultor, John Elkington (1997) através da obra *Canibais com Garfo e Faca* a qual conceitua o *Triple Bottom Line* que se tornaria o alicerce para conceituações de índices de “benchmark”.

Quanto à influência do TBL junto aos índices, a esfera econômica tem dividido preocupações com as esferas social e ambiental nas últimas cinco décadas. Contudo, o véu que reveste esta discussão é a sustentabilidade (conforme apresentado no capítulo 2), e em reforço Dyllick e Hockerts (2002) e Laville (2009) atestam a necessidade de se manter o equilíbrio destas esferas para se ter sucesso a longo prazo. Desta forma os índices sustentáveis se apresentam como uma possível alternativa junto ao mercado financeiro para reforçar este conceito e promover junto as organizações a sustentabilidade organizacional, já que o TBL é a base da mesma (ELKINTON, 1997; SAVITZ; WEBER, 2007).

Sartore (2008) afirma que uma das maneiras de se quantificar a sustentabilidade é criar índices de sustentabilidade. Dessa forma, o mercado financeiro buscou se reinventar e gerar atratividade a seus usuários, uma vez que nos últimos anos aumentou a procura por investimentos compostos por princípios sustentáveis que possibilitem ao detentor de capital excedente a possibilidade de explorar novas opções, fomentando assim, as organizações demonstrarem grande esforço para apresentar para sociedade suas práticas direcionadas a questões sociais e ambientais (GARCIA; ORSATO, 2013).

Deste modo a década de 90 forneceu artifícios para que novas possibilidades fossem exploradas, com o advento dos eventos que envolveram o período em questão com as preocupações ambientais e, conseqüentemente, outras preocupações voltadas a questões sociais, econômicas e de governança corporativa.

Promoveu-se assim, a criação dos índices sustentáveis. Segundo Sartore (2016), essa criação pode ser explicada como um fenômeno social que busca trazer um novo sentido para a concepção de investir, indo além da concepção de

adquirir lucro para promover uma sociedade com mais equidade e o equilíbrio com o meio ambiente.

Segundo Fernandes, Fonseca e Cunha (2018) os debates sobre responsabilidade social e sustentabilidade permeiam as reuniões estratégicas de diversas organizações dentro da esfera privada, Estado e vai além do meio acadêmico.

Vertentes teóricas promovem a discussão acerca desta característica de gestão como aspecto possuidor de um viés administrativo estratégico por partes das organizações, sendo este influenciador de interesses para os agentes que buscam no mercado por ativo ou negócio. Contudo, a abordagem quanto à concentração de investidores ocorreu de maneira primordial com perspectivas sobre os retornos independente dos aspectos de gestão envolvidos e adoção de práticas sustentáveis como prática influenciadora sobre escolhas dos agentes de mercado impactando junto ao custo de capital empresarial (FERNANDES; FONSECA; CUNHA, 2018).

Segundo López, Garcia e Rodriguez (2007), a partir de interesses nas práticas de sustentabilidade, despertou-se nos Investidores adeptos a esta configuração a adoção do critério de compor suas carteiras investimento com configurações compostas por requisitos voltados a requisitos sustentáveis, fomentando assim o surgimento de índices vinculados a mercados.

Contudo, se faz necessário pensar a partir da visão de Perez (2016), que defende que a capacidade dos índices sustentáveis voltadas para facilitação das mudanças pró-sustentabilidade são limitados e isto ocorre devido a barreiras estruturais que estão enraizadas e refletem o pacto do capitalismo moderno. Dessa maneira, os índices influenciarem positivamente as empresas através da sustentabilidade trata-se de um compromisso democrático.

O primeiro índice socialmente responsável foi o *Domini 400 Index Social*, lançado em 1990. Ele possuía a proposta de auxiliar investidores com interesses em práticas sociais e ambientais (KINDER, LYNDERBERG; DOMINI, 1992, 1993), porém, não foi desenvolvido para bolsa de valores (GARCIA; ORSATO, 2013). Posteriormente no ano de 2010 foi rebatizado de MSCI KLD 400 Social Index, sendo gerenciada pela empresa americana MCSI (Morgan Stanley Capital International) (MSCI, 2019).

O quadro 4 apresenta os principais índices sustentáveis, suas definições, responsáveis pelo desenvolvimento e ano de criação.

Quadro 4: Principais índices sustentáveis

Índice	Definições	Desenvolvedor	Ano
Domini 400 Social Index	Composto por uma seleção de 400 empresas norte americanas, sendo 250 incluídas no índice S&P500, 100 companhia que não estão incluídas no S&P500, mas representativas em seu setor, e 50 companhias que representam fortes características de apelo social.	Kinder, Lydenberg, Domini & Co.	1990
Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI)	Calculados e analisados de maneira semelhante ao <i>Dow Jones Global Indexes</i> e são subcategorizados em dois índices: o <i>DJSI World</i> e <i>DJSISTOXX</i> , esse último que é um índice composto de empresas europeias.	<i>Dow Jones Indexes, STOXX Limited</i> e <i>SAM-The Sustainable Asset Management Group</i> .	1999
Ethibel Sustainability Indices (ESI)	Composto por quatro índices regionais, que são: ESI Global, ESI Américas, ESI Europa e ESI Ásia-Pacífico.	Fórum Ethibel	2002
Calvert Social Index	Composto por 680 empresas selecionadas entre cerca de 1.000 das maiores empresas de capital aberto dos Estados Unidos.	Calvert Corporation.	2004
FTSE4Good	É derivado do índice global FTSE, especificamente do <i>FTSE-All Share Index (UK)</i> e do <i>FTSE All World Developed Index (Global)</i> .	Grupo empresarial britânico	2001
Socially Responsible Index	Considerado o primeiro índice de sustentabilidade surgido em um país emergente.	Bolsa de valores de Johannesburgo, na África do Sul	2004
Índice Sustentabilidade Empresarial (ISE)	O primeiro índice sustentável da América Latina, com forte influência do modelo americano.	Bolsa de Valores de São Paulo	2005

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na vanguarda dos índices sustentáveis desenvolvidos para bolsa de valores, o Dow Jones, nos EUA, com a criação do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), apresentado em 1999, é o índice que revela o desempenho financeiro das organizações líderes em sustentabilidade. Esse indicador utiliza questionários específicos subjetivos aplicados para avaliações e seleções dessas organizações. A Europa, por meio da Bolsa de Londres, conjuntamente com o Financial Times, apresentou o índice o FTSE4Good em 2001. O primeiro índice de sustentabilidade empresarial sustentável foi criado em 2003, junto aos países emergentes, na África do Sul, pela Johannesburg Stock Exchange (JSE), o qual se inspirou nos modelos adotados no exterior. O Brasil se tornou o primeiro país da América Latina e o segundo entre os emergentes a incorporar a sustentabilidade ao mercado de ações, com a

criação, em 2005, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela Bolsa de Valores de São Paulo.

Em especial o ISE apresenta a finalidade de evidenciar um grupo de empresas que tenham as melhores práticas de comprometimento com a sustentabilidade ao distinguir as empresas pelo nível de comprometimento com desenvolvimento sustentável e por abordar outros itens previsto em sua metodologia, tais como equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, assim como o desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. O índice tem por meta destacar as empresas que tem os melhores desempenhos no ambiente de investimentos e buscam responsabilidade e ética de suas organizações (BARAKAT *et al.*, 2016; BARBOSA, 2007; DE DEUS RIBEIRO; FUNCHAL, 2018; FERNANDES; FONSECA; CUNHA, 2018; FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018; GARCIA; ORSATO, 2013; GOMES JÚNIOR; RAELI, 2010).

Foram explanados os três principais índices sustentáveis utilizados nesta dissertação por meio da definição deles por seus desenvolvedores.

3.1.1 Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

Sua concepção data 1999, sendo uma família de índices avaliadores da sustentabilidade que visa analisar o desempenho das organizações que negociam publicamente. Este índice é conhecido também por “benchmarks de sustentabilidade”, um dos mais antigos e referência em investimentos.

O DJSI busca excluir empresas que não operam a partir de princípios éticos e sustentáveis e sua análise volta para evidenciar o desempenho econômico, ambiental e social da empresa, por meio de avaliações de questões como governança corporativa, gerenciamento de riscos, *branding*, mitigação das mudanças climáticas, padrões da cadeia de suprimentos, práticas trabalhistas, passando por evoluções anualmente, o que torna possível a inclusão de outros tópicos que possam assegurar mais confiança para os investidores (SAM, 2018).

3.1.2 Índice FTSE4GOOD

Trata-se de uma série de índice de investimento voltado a ações éticas, lançado em 2001 pelo FTSE Group. É baseado em uma diversos critérios baseados em responsabilidade social, o que não permite em sua base empresas que estejam envolvidas com a produção de tabaco, armas (inclusive nucleares), indústria de carvão, se estendo para critérios da sustentabilidade quanto a processos que contemplem a inclusão de relacionamento com as partes interessadas, direitos humanos e *compliance* (FTSE RUSSELL, 2018).

O período de lançamento do índice veio logo após das mudanças da lei da pensão do Reino Unido (ocorrido em 2000), a qual constava a cláusula exigindo que os investidores institucionais divulgassem como estavam sendo geridas as considerações ambientais, sociais e de governança corporativa, ampliando assim, o interesse de investidores institucionais e intermediários por este tipo de investimento (SLAGER, 2012).

3.1.3 Índice ISE

Sua criação ocorreu em 2005, foi o pioneiro na América Latina, financiado inicialmente pelo IFC (*International Finance Corporation*), braço do Banco Mundial. Voltado a criar um ambiente de investimentos alinhados com demandas do desenvolvimento sustentável e responsabilidade ética das corporações, buscou criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

Está voltado a análise comparativa de performance das empresas que constam na lista B3, com referência da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (ISE, 2015).

Mesmo que exista grande dificuldade em se comprovar o efeito de causalidade entre a sustentabilidade organizacional e o desempenho econômico (ZIEGLER; SCHRODER, 2010), muitas são as possíveis causas que impulsionam as organizações a buscarem sua inclusão nas carteiras dos referidos índices, podendo ser por meio de ganho de reputação (MOON; DE LEON, 2007) ou busca por vantagem

competitiva (MCGUIREM SUNDGREN; SCHEEWEIS, 1988). Desta maneira, o mercado de capitais tem possibilitado cada vez mais a exposição deste tipo de produto.

3.2 PADRÕES E CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DAS EMPRESAS JUNTO AOS ÍNDICES FINANCEIROS DE SUSTENTABILIDADE

Os índices exercem uma corrida de credibilidade entre si, pois, se existe uma pressão das partes interessadas de um lado por melhores resultados de suas organizações por meio da combinação do lucro com o gerenciamento de impactos ambientais (ALMEIDA, 2009), por outro lado, existe uma metamorfose das próprias organizações quanto ao posicionamento que permite fazer parte das carteiras ou não, ou seja, estar apta para participar no ano X, mas não no ano Y fomenta grandes mudanças (ZIEGLER; SCHRODER, 2010).

Os critérios de aceitação e análise dos índices passam por mudanças constantes, a fim de se manterem atuais as exigências do mercado de capitais, assim como, atenderem aos interesses de seus *stakeholders*, desta forma, segundo Sartore (2008) quanto as considerações ao ISE, que se estendem também aos demais índices, as etapas das formações dos índices são necessárias para que a sustentabilidade se torne algo mensurável e assim, para a formação de um mercado que opera materialmente com os valores associados ao meio ambiente e à sociedade.

A seguir foram apresentados os padrões e critérios para aceitação das empresas junto aos índices Dow Jones de Sustentabilidade Index (DJSI), FTSE4GOOD e ISE respectivamente.

3.2.1 Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

Este índice apresenta grande complexidade em seus formulários de avaliação, sendo os mesmos reformulados constantemente visando maior aderência e atender às pressões da sociedade, seja ela através de normativas e regulações, ou por tendências promovidas por investidores.

O DJSI utiliza-se do método *Best-in-Class* (melhores companhias do setor), o qual, segundo a própria consultoria, estimula a competitividade em as

organizações participantes que visam posições junto ao índice, proporcionando uma melhora constante das práticas socioambientais (JOSEPH; CARIDADE; IGARI, 2016).

O DJSI busca avaliar de forma integrada critérios econômicos, ambientais e sociais mantendo o foco no valor do acionista em longo prazo. Sua revisão ocorre anualmente voltados a empresas regionais, nacionais e globais, utilizando o CSA (Avaliação de Sustentabilidade Corporativa, a qual pode ser utilizada como roteiro para sustentabilidade, segundo a RobecoSam), o processo garantido pela Deloitte (SAM, 2018).

Quanto a inserção da organização junto ao Índice, ela passa a ser monitorada em tempo real efetuando a busca de quaisquer problemas críticos que possam levar à exclusão da empresa, se considerada crítica o suficiente. Exemplos de eventos que levariam à exclusão incluem: práticas comerciais, abusos dos direitos humanos, demissões ou disputas trabalhistas, ou desastres catastróficos, este monitoramento é apoiado pela RepRisk (provedor de riscos especializado em ESG).

O desenvolvimento do DJSI apresentou sua base a partir de dois outros índices; o DJSI World (mundo) e DJSI Stoxx (europeu), sendo estes usuários de regras semelhantes e por esse motivo são conhecidos como Dow Jones Sustainability Index Family (LUCAS; GUEIROS, 2013).

A RobecoSam (especialista em investimentos sustentáveis) é a responsável pelas avaliações através de um questionário de sustentabilidade corporativa convidando 2.500 empresas ao redor do mundo (selecionando 10% do universo avaliado). Caso a empresa não preencha o questionário, a própria consultoria se encarrega utilizando-se de informações de domínio público (relatórios de sustentabilidade GRI, SASB e CDP) levando em consideração também o relacionamento com *stakeholders* quanto a postura da empresa avaliada (SAM, 2018).

A Avaliação de Sustentabilidade Corporativa (CSA) utiliza um questionário com aproximadamente 80-120 perguntas que passam por análise detalhadas e abordam fatores econômicos, ambientais e sociais relevantes que são ignoradas na análise financeira convencional. São 60 segmentos indústrias, os quais existe um questionário específico para cada um que seguem a classificação do GICS.

A base dos questionários é lastreada nos principais desafios globais de sustentabilidade além dos critérios gerais relacionados às práticas de gerenciamento padrão e medidas de desempenho, sendo elas: a) Governança Corporativa; b) Desenvolvimento do Capital Humano; c) Gerenciamento de Riscos e

Crises, os quais são definidos e aplicados nos segmentos, ressaltando que critérios gerais respondem por aproximadamente 40 a 50% da avaliação, dependendo do segmento (SAM, 2018).

Desta forma conforme o quadro 5 cada dimensão (Ambiental, Econômica e Social) possuem diversos critérios respondidos pelos participantes a fim de demonstrar o grau de comprometimento e efetividade das ações voltadas a sustentabilidade.

Quadro 5: Dimensões abordadas no questionário CSA

Dimensão Ambiental	Dimensão Econômica	Dimensão social
<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura de Relatórios Ambientais e Sociais • Garantia • Dados quantitativos • Ecoeficiência Operacional • EP - Emissões Diretas de Gases de Efeito Estufa (Escopo 1) • EP - Emissões Indiretas de Gases de Efeito Estufa (Escopo 2) • EP - Consumo de Energia • EP – Energia • EP – Resíduos • EP - Consumo de Água • EP – Água • Estratégia climática • Estratégia de Mudança Climática • Incentivos de Gestão • Emissões de GEE do Escopo 3 • Metas relacionadas ao clima. • Preços Internos de Carbono • Análise de cenário 	<ul style="list-style-type: none"> • Governança corporativa • Estrutura da Diretoria • Presidente não executivo / diretor sênior • Diversidade • Política • Diversidade de gênero • Divulgação de Mediana ou Média de Compensação de Todos os Empregados e Compensação do CEO • Experiência na indústria de placas • Duração Média • Requisitos de propriedade de gerenciamento • Compensação Executiva - Alinhamento com Desempenho de Longo Prazo • Compensação executiva - Métricas de sucesso • Propriedade gerencial • Propriedade do governo • Propriedade familiar • Classe Dupla • Ações • Gestão de riscos e crises 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de Práticas Trabalhistas • Diversidade • Remuneração Igual • Liberdade de associação • Direitos humanos • Direitos Humanos - Compromisso • Direitos Humanos - Processo de Due Diligence • Direitos Humanos - Avaliação • Direitos Humanos - Divulgação • Desenvolvimento do Capital Humano • Entradas de Treinamento e Desenvolvimento • Programas de desenvolvimento de funcionários • Retorno do Capital Humano sobre Investimento • Retorno sobre o investimento de desenvolvimento de funcionários • Atração e retenção de talentos • Tipo de Avaliação de Desempenho Individual • Incentivos de Longo Prazo • Taxa de renovação de empregados

<ul style="list-style-type: none"> • Produtos de baixo carbono • Gestão de produtos • Critérios de Design de Produto • Avaliação do Ciclo de Vida • Benefícios do produto • Compromisso de Substâncias Perigosas • Responsabilidade no final do ciclo de vida • Rótulos Ambientais e Declarações 	<ul style="list-style-type: none"> • Governança de Risco • Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse • Riscos Emergentes • Cultura de risco • Códigos de Conduta Empresarial • Códigos de conduta • Cobertura • Corrupção e suborno • Casos de Corrupção e Suborno • Sistemas / Procedimentos • Relatórios sobre violações • Práticas Anti-Competitivas • Materialidade • Questões Relevantes • Divulgação de Materialidade • Gestão da cadeia de abastecimento • Consciência. • Exposição ao risco • Medidas de Gerenciamento de Risco • Código de conduta do fornecedor • Integração ESG na estratégia de gerenciamento da cadeia de suprimentos • Transparência e Relatórios • Estratégia Tributária • Relatório Fiscal • Taxa efetiva de imposto 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência do Engajamento dos Funcionários • Cidadania Corporativa e Filantropia • Estratégia para todo o grupo • Tipo de atividades filantrópicas • Entrada
--	--	---

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de SAM (2018).

3.2.2 Índice FTSE4GOOD

O índice FTSE4GOOD Index opera com a metodologia ESG (sigla inglesa para Ambiental, Social e de Governança), utilizado para medir a sustentabilidade de investimento, através de agências geradoras de *rating*, os quais contam com o apoio dos serviços de pesquisa de investimentos (EIRIS).

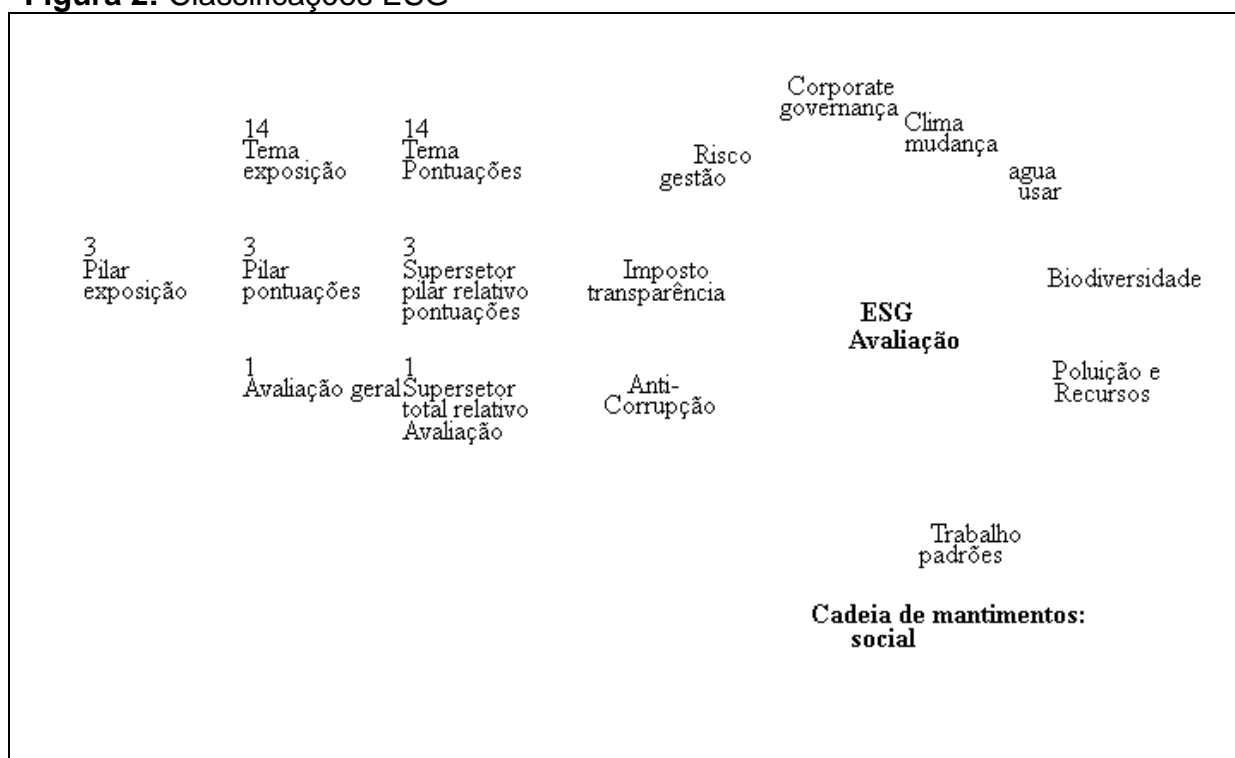
Diferentemente do DJSI que utiliza a metodologia *best-in-class*, o FTSE4good para critério de inclusão apresenta sua metodologia que deriva do programa *Global Compact* da ONU e da declaração Universal dos Direitos Humanos,

sendo os critérios utilizados para seleção de acesso ao índice: a) critério Social e *Stakeholder* e o critério de Direitos humanos, b) critério ambiental diferencia as empresas em três níveis de impacto, o alto, o médio e o baixo, que se dividem, para melhor análise, em três pontos, c) gerenciamento, política ambiental e informação (LUCAS; GUEIROS, 2013).

A finalidade das classificações ESG como práticas da metodologia da FTSE4GODD Index visa gerar dados para o gerenciamento da exposição ESG, atender aos requisitos de administração obrigatória e fazer integração dos dados ESG, para promover um processo transparente e objetivo de seleção (FTSE RUSSELL, 2018).

Conforme a figura 2 de fatores ESG, eles buscam apresentar para o mercado de investidores as empresas que estão entre as melhores de sua classe, voltadas as práticas de sustentabilidade. Os critérios utilizados pela metodologia possibilitam para as gestoras de fundos uma visão mais aprofundada sobre as três dimensões abordadas (Ambiental, Social e Governança Corporativa), a fim de gerar informações mais abrangentes, que possibilitam os índices se tornarem *benchmarks*.

Figura 2: Classificações ESG



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do FTSE Russell (2019)

O ESG Rating atua como o ferramental de informações da FTSE Russel, o que possibilita um maior entendimento e análise das dimensões avaliadas. A classificação geral é dividida através do Pilar subjacentes e os demais pilares e temas são elaborados a partir de mais de 300 avaliações de indicadores individuais aplicados a circunstâncias “ímpares” de cada organização (FTSE RUSSELL, 2018).

A figura 3 visa apresentar a estrutura ESG Ratings, quanto a concepção da metodologia que é utilizada para avaliar as empresas.

Figura 3: Classificações ESG – Estrutura de Dados



Fonte: adaptado pelo autor a partir do modelo FTSE Russell (2018).

É importante apresentar o modelo ESG Ratings, uma vez que ele é utilizado como base central para determinar os constituintes do índice FTSE4GOOD Index, sendo os critérios de aceitação e exclusão:

Critério de Aceitação: a FTSE Russel classifica as empresas, por meio do ESG com notas de 0 a 5 (sendo 5 a nota maior), elabora uma classificação por países, separando os mesmos por países desenvolvidos, emergentes avançados, emergentes secundários e mercados de fronteira, deste modo cada organização recebe uma atribuição de nota de acordo com seu país referência. Contudo, caso algum membro constituinte fique abaixo da média por um período superior a 12 meses, o comitê pode aprovar por um período mais longo. A avaliação do processo ocorre a cada seis meses (FTSE RUSSELL, 2018).

Critérios de exclusão: empresas que atuarem nos setores de fabricação/produção de: tabaco, armas (itens ligados ao setor incluindo químicas e nucleares), carvão entre outras áreas de exposição negativa (FTSE RUSSELL, 2018).

Segundo Slager (2012), o FTSE4GOOD Index agrega em sua carteira as organizações que se destacam com práticas socioambientais a nível global, sendo que se as que preenchem os requisitos de aceitação passam a ser automaticamente incluídas, onde as informações coletadas através de domínio público ou fornecidas pela própria empresa. Porém, um processo diferenciado está relacionado as empresas que passam a não cumprir os requisitos e não são automaticamente excluídas sendo motivada pela FTSE a melhorar suas práticas.

3.2.3 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O ISE trata do resultado de uma carteira teórica de ativos, a qual em sua essência foi desenvolvida a partir dos critérios estabelecidos nos procedimentos e regras constantes do Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA. Seu objetivo é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas comprometida com a sustentabilidade empresarial. Seu modelo atual permite ser composta por no máximo 40 organizações, as quais são selecionadas pelo Conselho deliberativo do ISE (ISE, 2015).

Instituições que compõe o Conselho Deliberativo do ISE (CISE):

- Abrapp: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

- Anbima: Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais;
- Apimec: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- Gife: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas;
- IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- IFC: International Finance Corporation;
- Ibracon: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Pnuma: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Critérios de inclusão: Compõe a carteira as organizações que tiverem seus ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), estando entre as 200 primeiras posições, estar presente nos pregões com percentual de 50% (cinquenta por cento) no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, não estar classificado como “Penny Stock” (ações com valor a U\$ 5,00 (cinco dólares), acatar aos critérios de sustentabilidade e ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE (ISE, 2015).

Critérios de exclusão: Ativos que passem a constar em situação especial (recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou qualquer outra hipótese definida pela Bolsa) sendo excluídos ao final de seu primeiro dia de negociação após estar em condição especial caso apresente discrepâncias quanto a seu desempenho de sustentabilidade (após análise CISE) podendo inclusive a exclusão ocorrer imediatamente (ISE, 2015).

Critérios de seleção: O CISE conta com o apoio técnico do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces/FGV-EAESP), o qual desenvolveu metodologia que se utiliza de um questionário (avalia sete dimensões: elementos ambientais, sociais, econômicos (conhecidos como TBL), entre outros, já na dimensão geral avalia-se o comprometimento da empresa com DS (perante os acordos globais) e transparência, que são expostas nas respostas do questionário. São incluídas ainda a dimensão natureza do produto, governança corporativa, mudanças climáticas (ISE, 2015).

O quadro 6 apresenta as dimensões e critérios utilizados pelo ISE para avaliar as empresas que almejam participar do índice.

Quadro 6: Dimensões e critérios ISE 2017

Geral Compromissos Alinhamento Transparência Combate à corrupção	Mudanças climáticas Política Gestão Desempenho Reporte
Governança corporativa Propriedade Conselho de administração Gestão Auditoria e fiscalização Conduta Conflito de interesse	Natureza do Produto Impactos pessoais do uso do produto Impactos difusos do uso do produto Cumprimento legal
Ambiental Política Gestão Desempenho Cumprimento legal	Econômico-financeira Política Gestão Desempenho Cumprimento legal

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de ISE (2015)

Todas as dimensões encontram-se subdividas em conjuntos de critérios e indicadores, porém, a dimensão ambiental, social, econômico-financeira e mudanças climáticas possuem um mesmo padrão, sendo: (1) Política (indicadores e comprometimento); (2) Gestão (indicadores de programas, metas e monitoramento); (3) Desempenho; (4) Cumprimento Legal.

A dimensão ambiental leva-se em consideração a atividade da empresa (impactos diferenciados no meio ambiente), sendo assim, o questionário apresenta diferenciações para este item (ISE, 2015).

Quanto ao preenchimento do formulário (questões objetivas): o mesmo é voluntário e após seu preenchimento as documentações comprobatórias, de forma amostral devem ser enviadas para o CISE, desta forma os questionários geram informações quantitativas e os documentais geram informações qualitativas e a soma das duas compõe a matriz que serve como base das decisões do conselho (ISE, 2015).

A figura 4 apresenta o modelo de pergunta utilizado pelo ISE e que está em seu questionário de admissão enviado para as empresas, visando assim,

maior conscientização e esclarecimentos das atividades/práticas da empresa quanto os temas propostos.

Figura 4: Modelo de pergunta questionário ISE

AMB-A 10. Indique o percentual dos processos e atividades da companhia (PPA), considerados potencial ou efetivamente geradores de **impactos ambientais** e/ou **riscos ocupacionais significativos**, que é orientado por procedimentos operacionais específicos:

(P) É pré-requisito para uma resposta afirmativa, que a organização tenha mapeado e avaliado seus aspectos e impactos ambientais e seus **perigos** e riscos ocupacionais para definir quais são os significativos. A inexistência desta avaliação implica, necessariamente, na resposta "Não avalia". Por outro lado a avaliação feita parcialmente dá base para que se assinale uma alternativa compatível com o % de PPA avaliados (desde que haja, efetivamente) procedimentos de controle operacional para aqueles considerados significativos.

	≤ 50%	> 50% e ≤ 75%	> 75% e ≤ 85%	> 85% e < 100%	100%	Não avalia
a) Impactos ambientais significativos						
b) Riscos ocupacionais significativos						

(D) Relação dos processos e/ou atividades geradores de impactos significativos; descrição dos critérios de avaliação de significância e relação dos procedimentos de controle operacional associados a cada impacto potencial significativo (planilha, formulário, manual do SGA etc.). Tendo em vista a diversidade e extensão das informações relacionadas a esta questão, pode ser apresentada documentação que consolide os impactos e os procedimentos de controle operacional por categoria. A avaliação do percentual deve, no entanto, considerar o conjunto das operações da companhia.

Fonte: Questionário ISE (2015)

Para cada uma das sete dimensões do questionário é atribuído o peso (100 – igualmente), sendo as dimensões subdivididas em critérios e de acordo com a relevância do tema no contexto atual da gestão empresarial e das demandas da sociedade. O processo conta ainda com a análise dos documentos apresentados pelas empresas visando assim fundamentar as informações. Todo o processo é conduzido pelo FGVces e conta com a asseguração da KPMG (ISE, 2015).

A figura 5 replica os pesos utilizados para os critérios utilizados para avaliação das empresas que visam compor o ISE a partir da dimensão econômico-financeira.

Figura 5: Pesos e atribuições dimensão econômico-financeira praticadas pelo questionário ISE

Dimensão Econômico-Financeira



CRITÉRIOS	100
I – POLÍTICA	20
II – GESTÃO	40
III – DESEMPENHO	30
IV – CUMPRIMENTO LEGAL	10

Fonte: ISE (2015)

3.3 MOTIVAÇÃO PARA AS EMPRESAS SEREM INCLUÍDAS E EXCLUÍDAS DOS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS

Compreender a motivação das empresas por fazerem parte das composições de carteiras de índices sustentáveis pertencentes ao mercado financeiro tem sido investigado não somente pelo próprio mercado, visando auxiliar os *stakeholders* na tomada de decisões acerca de melhores investimentos sustentáveis (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018), mas também pela própria academia, a qual vem apresentando pesquisas que apresentam interesse em compreender a existência de correlação entre sustentabilidade organizacional e retorno financeiro (ORSATO *et al.*, 2013).

Como sugerido por Almeida (2009), as preocupações dos seres humanos se relacionam com ampliação de suas riquezas que extrapolam suas necessidades básicas de sobrevivência, conduzindo a sociedade ao consumo desenfreado. Isso passou a ser criticado em tempos atuais, e muitas empresas passaram a mudar seu posicionamento quanto às preocupações sobre a extinção de recursos para as gerações futuras.

Conforme Fowler e Hope (2007), as empresas desejam informar um posicionamento social e comportamento ambiental, a qual promove a reputação e contribui para o desenvolvimento de uma nova fatia empresarial encarregada de

relatar/revisar as atividades de sustentabilidade das organizações. O mercado financeiro percebeu esta lacuna e providenciou um produto para satisfazer um novo perfil de investidor que se interessa por empresas que adotam práticas alinhadas com sustentabilidade, rentabilidade e socialmente responsável (BARAKAT *et al.* 2016). A criação dos índices sustentáveis atrai diversas empresas para comporem suas carteiras, buscando apresentarem maior atratividade perante os investidores (MACHADO; MACHADO; CORRAR, 2009).

Afirmar que a sociedade vem apresentando ao longo dos anos maior interesse pelo tema sustentabilidade, principalmente se tratando e posicionamento das organizações, facilmente pode ser comprovado, tanto através da mídia, como pela academia a citar inúmeros autores que falam deste tema (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018). Desta forma, o mercado não tardou para atender está demanda.

Para Jain, Sharma e Srivastava (2019), em tempos atuais, a SO está relacionada com a estratégia de negócios de uma organização buscando se beneficiarem de práticas responsáveis envolvendo também os investidores que estão focados também em maiores oportunidades, supondo que essas práticas possam trazer maiores retornos ajustados aos riscos.

Através das literaturas acerca do tema índices sustentáveis, é perceptível a motivação das empresas em se adaptarem a um rol de especificações quantitativas e qualitativas para estarem aptas a participar das carteiras que compõe os índices sustentáveis. Porém, não é possível encontrar material que traga informações sobre a motivação da saída das mesmas organizações no mesmo volume, o que, em muitos casos, fazem grandes investimentos para adaptações e saem ou são excluídos dos índices (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018).

Os estudos quanto à rentabilidade dos mesmos índices sustentáveis, se comparados com outros índices de mercado, apresentam diversos resultados. Porém, nenhum apresenta retornos significantes após adotarem práticas apresentadas como sustentáveis (CERETTA *et al.*, 2009; FLAMMER, 2013; FOWLER; HOPE, 2007; GUERARD, 1997; NOGUEIRA; GOMES, 2012; RAMCHANDER; SCHWEBACH; STAKING, 2012; SHIU; YANG, 2017; SILVA *et al.*, 2015).

O quadro 7 apresenta parte dos estudos realizados acerca do índice ISE, buscando apresentar correlações entre práticas sustentáveis e retorno financeiro.

Quadro 7: Estudos relacionados ao retorno de participação no ISE

Autores	Objetivo	Metodologia	Período	Relação Investigada	Variáveis de Controle Significantes
Cavalcante, Bruni e Costa (2009)	Confrontar o desempenho de uma carteira teórica formada pelas ações que compõem o ISE com o desempenho das carteiras teóricas que formam o Ibovespa e o IBrX	Comparação dos retornos acumulados, retornos médios e desvios padrão do ISE; e testes de estacionariedade das séries que relacionam o ISE os outros dois índices	2005-2006	ISE e desempenho do Ibovespa e IBrX	Não há evidências de desempenho superior do ISE, porém há indicações de que as carteiras retroagidas do ISE apresentam melhor desempenho antes da criação do índice.
Luz (2009)	(1) Verificar se após o anúncio da entrada ou da saída de uma empresa na carteira do ISE houve retorno anormal positivo ou negativo; (2) Comparar o desempenho financeiro das empresas que entraram para o ISE com as demais empresas convidadas a participar, mas não selecionadas	(1) Estudo de evento; (2) Regressão Multivariada com dados em painel	2005 a 2008	(1) ISE e valorização das ações; (2) ISE e retorno	(1) Não há evidências de valorização das ações das empresas sustentáveis no mercado de capitais brasileiro; (2) Empresas que entraram tiveram retorno positivo e as que saíram apresentaram um retorno negativo.
Caparelli (2010)	Investigar se a entrada de uma empresa na carteira do ISE agrega valor ao acionista	Estudo de evento	2005-2006	ISE e valor ao acionista	Há retornos anormais positivos em datas próximas ao anúncio da inclusão da empresa na carteira do ISE.
Nunes <i>et al.</i> (2010)	Analisar as variáveis que influenciam a adesão das empresas ao ISE	Modelo Logit de regressão linear múltipla	2007-2008	ISE e as Variáveis: Tamanho, Setor de atividade, Concentração Acionária, Localização do Controle Acionário, Emissão de ADR, Propriedade Estatal	Há correlação para as variáveis Tamanho da empresa e Setor de atividade.
Sousa <i>et al.</i> (2011)	Verificar se existe correlação entre o ISE e os resultados dessas empresas	Regressão simples e Correlação	2005 a 2009	ISE e Receita Líquida	Há correlação positiva entre as variáveis estudadas.
Teixeira, Nossa e Funchal (2011)	Investigar se a forma de financiamento das empresas é afetada pela participação das firmas no ISE	Modelos de regressão com dados em painel	2003 a 2008	ISE e Risco	Empresas participantes do ISE mostram uma relação negativa com financiamento via dívida.
Machado <i>et al.</i> (2012)	Verificar a relação entre investimentos socioambientais e a inclusão das empresas no ISE	Regressão Logística	2009-2010	ISE e Investimentos socioambientais	Há relação entre os investimentos socioambientais e o ingresso no ISE.

Fonte: Favaro e Rover (2014, p. 45)

Serra, Felsberg e Fávero (2017) analisaram o período de 2010 a 2015 sobre os retornos do ISE e os resultados apresentados em sua pesquisa se mostraram positivos frente a risco e retorno que pode refletir no interesse das empresas, conforme também os trabalhos de Nunes *et al.* (2009) e McGuire *et al.* (1988).

Compreender as necessidades de participação junto aos índices sustentáveis traz a reflexão: para quem deve ser delegado o maior interesse da participação junto às carteiras?

Em resposta, é possível pensar que para as empresas atuantes junto ao desenvolvimento dos índices se tem. Isso se dá devido ao interesse delas já que estão por de trás do desenvolvimento de metodologias, processos e outros inúmeros ferramentais para serem comercializados junto ao mercado visando assim promover a sustentabilidade corporativa. Mas também aceitar que as próprias organizações estão em busca de assumir uma nova postura quanto a sua posição de mercado e a preocupação, de fato, com sua perpetuação através de práticas sustentáveis.

Epstein e Roy (2000) atestam que existe uma dificuldade muito grande em estimar custos e benefícios de ações ambientais, uma vez que estes apresentam grande incerteza e longa duração.

Contudo, outros autores trazem argumentações, que podem justificar a busca das empresas em participar junto aos índices, a partir de suas estratégias de mercado.

De acordo com Nunes *et al.* (2009) e McGuire *et al.* (1988), a motivação para participação das empresas se relaciona a diminuição de riscos e quanto ao custo de capital, uma vez que as empresas que possuem práticas sustentáveis, passam a ter exposição negativa junto a riscos e dívidas financeiras se confrontada com empresas que não possuem práticas sustentáveis.

Ainda segundo Nunes *et al.* (2009), existe a possibilidade de captação de recurso mais vantajosa, já que o mercado financeiro também oferece linhas diferenciadas para empresas que apresentam engajamento junto ao TBL, conforme demonstrando por Cheng *et al.* (2014).

King e Lenox (2000), Bansal e Roth (2000), López-Gamero, Molina-Azorín e Claver-Cortés (2011) apresentam que a possibilidade de troca de conhecimento é fator agravante que desencadeia a motivação das organizações em participarem junto aos índices, como forma de acessar/agregar conhecimentos.

Moon e De Leon (2007), Hoffman e Woody (2008), Orsato (2009), Dawkins e Fraas (2011), Delmas e Toffel (2008), Sen e Bhattacharya (2001), Smith (2003) e Vilanova, Lozano e Arenas (2009) em seus trabalhos atestam que a participação está associada ao interesse de ganho reputacional destacando a imagem verde, que por sua vez é particularmente crucial para empresas com contato próximo com consumidores finais já que são mais visíveis, auxiliando na reputação que pode gerar uma vantagem diferencial comparativa.

Os trabalhos de Fombrun e Shanley (1990) e de Roberts e Dowling (2002) vem corroborar com a ideia de que as empresas que transmitem a imagem que reputações favoráveis podem vir a proporcionar maiores retornos, uma vez que é possível cobrar preços diferenciados, formar melhores equipes e gerar atração em seus investidores além de gerar benefícios junto as negociações entre as partes interessadas.

O estudo elaborado por Andrade *et al.* (2013) buscou a identificação de variáveis voltadas a fatores determinados a adesão do ISE por parte das empresas

nacionais e se no momento da adesão ela apresentava relação com o valor de mercado das empresas. Seu trabalho concluiu que as empresas as quais possuem maior tamanho, maior rentabilidade e são de setores considerados de alto impacto ambiental, possuem maior probabilidade de adesão ao índice.

Os trabalhos de Boiral (2006), Delmas e Terlaak (2001), Hoffman e Woody (2008) e Delmas e Toffel (2008) apresentam perspectiva de que as empresas que buscam participação junto aos índices buscam a influência junto ao ambiente regulatório uma vez que tais atitudes podem ser convertidas em vantagem competitiva e promoverem a imagem da organização perante o próprio Estado. Desta forma, afirmar que as empresas buscam participar dos índices sustentáveis por este motivo ou aquele é uma tarefa que desencadeia dúvidas, uma vez que as próprias pesquisas acadêmicas existentes não apresentam um consenso acerca do tema. Porém, existem indicativos da relação com a estratégia que a organização adota para seu posicionamento de mercado.

Quanto a motivação de saída das organizações que compõe as carteiras dos índices sustentáveis, a mesma complexidade de afirmação é encontrada, já que os trabalhos existentes acerca do tema não apresentam conclusões generalizadas e sim pontuais.

O trabalho de Ferreira; Rover e Vicente (2018) buscou aprofundar quanto o que possivelmente influenciou a saída das empresas que compõe o ISE, por meio da metodologia de regressão logística (dados em painel) utilizando o teste Hausman (teste estatístico utilizado em econometria) a qual se utilizou de amostra de 51 empresas que faziam parte da carteira de 2006 a 2015). Fazendo um contraponto quanto aos trabalhos realizados por Nunes *et al.* (2010), Silva e Costa (2017), Santos e Tomio (2016) e Favaro e Rover (2014) os quais apontam que as grandes companhias permanecem na carteira ISE, Ferreira; Rover e Vicente (2018) apontam que quanto a menor a companhias, maiores são as chances desta sair do índice, uma vez que os investimentos para se manter alinhado ao TBL demandam maior disponibilidade de capital.

A percepção quanto ao tamanho das organizações e sua disponibilidade de recursos financeiros para se manter ativo junto aos índices, o que inversamente também é verdadeiro, ou seja, quanto menor a empresa, mais escasso é seu orçamento para investimentos sustentáveis, e isto é uma fator que promove a saída dos índices internacionais (WADDOCK; GRAVES, 1997; ZIEGLER;

SCHORODER, 2010). Contudo outras hipóteses influenciam a saída das organizações junto a participação dos índices, dentre as quais estão relacionados ao segmento de atuação, pois, as empresas que não estão associadas a setores de “alto impacto” (ou seja, empresas “poluidoras”), possuem grande probabilidade de saída, já que suas atividades apresentam aos investidores sinais de alto investimento junto as suas práticas para que seja possível, se adaptar a formas menos poluidoras, segundo Ferreira; Rover e Vicente (2018).

Outro fator apresentado por Ferreira; Rover e Vicente (2018) está relacionado com a não emissão de relatórios de sustentabilidade por parte das organizações participantes do índice, uma vez que tal procedimento está relacionado a critérios de permanência junto as carteiras e este item está contido em um dos critérios de avaliação da metodologia da carteira.

Ainda é possível ressaltar como hipótese de saída das organizações junto ao índice, as empresas brasileiras que não emitem ADR (Recibos depositários Americanos) que são títulos exigidos como garantia para que empresas estrangeiras possam participar das bolsas américas. A possibilidade de saída da carteira se dá pelo fato de que as empresas que emitem os documentos terem que passar por análise de rígidos critérios de aceitação e as que não emitem, nem sempre possuem suas práticas transparentes.

Outro fator que pode influenciar a saída das organizações junto a composição dos índices sustentáveis, se relaciona com empresas não estatais, uma vez que o perfil do investidor busca sempre otimizar seus resultados e em inúmeras situações não está focado nas motivações do interesse público (FERREIRA; ROVER; VICENTE, 2018).

Um fator que é determinante para saída e está intrínseco a qualquer índice sustentável é quanto ao não cumprimento de suas regulamentações e normas, assim como a identificação pelos gestores das carteiras que existe a incongruência entre os fatores que permitiram a inclusão das organizações para sua permanência quando uma nova avaliação as empresas que não apresentam todos os documentais e solicitações passam a ser desvinculadas do portfólio.

Empresas que pertencem a setores estipulados como de risco (tabaco, sistemas de armas, componentes de armas) são excluídas dos índices (FTSE RUSSELL, 2019).

Pode-se dizer que estes fatores possivelmente excludentes seriam mediante a confirmação de um posicionamento contrário ao que se entende por postura correta das organizações para validá-las, sendo assim, a postura irresponsável pode ser uma motivação. O posicionamento ou postura aceita aquela sem qualquer mácula, empresas que não tenham feito parte ou envolvimento em escândalos que revele postura irresponsável ou antiética, principalmente aqueles processos que vão de encontro com o não cumprimento de leis e que gerem multas ou boicotes a consumidores (ARRIBAS *et al.*, 2019).

Por meio de especulação por informações obtidas através das mídias é possível afirmar que o envolvimento em escândalos os quais promovem catástrofes ambientais ou fraudes, impactam na saída das organizações das carteiras em um curto espaço de tempo, devido a pressão ou simplesmente a exclusão por parte das gestoras dos índices sustentáveis.

Desta maneira, perceber que a existência de trabalhos voltados aos interesses por compreender quanto a entrada das organizações junto aos índices sustentáveis e quanto isto impacta financeiramente junto as organizações, possui muito mais interesse, do que compreender o que leva uma organização a ser excluída do índice ou simplesmente deixar de participar, já que é escasso os trabalhos voltados para este último apontamento (FOWLER; HOPE, 2007).

3.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS PARA VALIDAÇÃO DA SO

A busca pela Sustentabilidade por parte de muitas organizações nas últimas décadas, passou a ser uma preocupação não mais latente, mas sim uma necessidade já que o cenário de investidores em empresas socialmente responsáveis tem aumentado, o que tornou o tema um fator fundamental para investidores (ARRIBAS *et al.* 2019).

Segundo Fortanier, Kolk e Pinkse (2001), a pressão das partes interessadas se voltou para que as empresas buscassem não somente ampliar lucros, promovendo assim, outras formas de se comunicar com o mercado, como o desenvolvimento de relatórios não financeiros incluindo responsabilidade corporativa e sustentabilidade, onde as empresas apresentam informações sobre desempenho e outros indicadores diferenciados.

No entanto, inexistente um alinhamento quanto ao conceito de SO, conforme apontado por Antolín-López, Delgado-Ceballos e Montiel (2016), que, mesmo concordando que o TBL é a base mais utilizada, as formas de entendimento das três dimensões promovem dificuldades junto as organizações e também com todas as partes interessadas quanto a melhoria dos resultados voltados para a sustentabilidade.

É de grande importância a verificação, pois, os próprios índices sustentáveis são utilizados pelo mercado financeiro como indicador de sustentabilidade, porém com de pontos de vista e aprofundamento diferentes, o que gera demasiada confusão, disparidades quanto aos resultados finais e promove a falta de padronização dos instrumentos, o que pode ser percebido nos trabalhos realizado por Chatterji *et al.* (2016) que apresentou divergência para resultados de seis ferramentais que visavam analisar a mesma empresa.

Segundo Antolín-López, Delgado-Ceballos e Montiel (2016), a existência de instrumentos que visam medir a sustentabilidade, dependendo da parte interessada que o desenvolve, busca incluir critérios de análise com menos peso para uma dimensão e mais para outra, o que caracteriza a falta de padrão e a possibilidade de possibilitar resultados diferentes para a mesma amostra de análise.

Então é questionável a utilização de ferramentas e metodologias propostas para sugerir que uma empresa busca estar inserida dentro do conceito da SO, já que não existe unanimidade quanto apresentar o instrumento que proporciona tal afirmação, reforçando ainda, que as organizações emitem até declarações informando sua sustentabilidade, mas não são todas que de fato aplicam as ações (MUNCK, 2015).

Contudo cabe uma análise comparativa, tendo em vista compreender, se de fato, os ferramentais e metodologias utilizadas pelos índices sustentáveis podem promover o acontecimento da SO junto as organizações participantes das carteiras.

O mercado sinaliza que as empresas incluídas nos índices sustentáveis possuem maior engajamento junto a causas ambientais e sociais (OBERNDORFER; WAGNER; ZIEGLER, 2011) e ainda, segundo Orsato *et al.* (2015), as próprias metodologias utilizadas pelos índices sustentáveis são promotoras de direcionamento aos investidores.

É percebida a existência de processos que inibem uma comparação direta dos índices sustentáveis entre si, uma vez que os mesmos por serem considerados “*benchmarks*” de sua concepção por empresas voltadas ao desenvolvimento de índices utilizam-se de critérios (que no caso dos índices que estão vinculados a sustentabilidade) que seguem por caminhos distintos, mesmo possuindo o mesmo objetivo quanto a validação de empresas que “zelam” por práticas sustentáveis (PEREZ, 2016).

Desta maneira, visando compreender a integração dos IS junto a SO, as seguintes categorias de análise serão utilizadas para que seja possível uma análise comparativa:

- a) Valores – os quais permeiam os IS;
- b) Influência – quanto a influência junto as partes interessadas;
- c) Indicadores – avaliam o desempenho das organizações para SO.

Através das categorias analisadas busca-se compreender o quanto alinhado encontra-se o índice sustentável com a definição de Sustentabilidade Organizacional sendo está definida como: os processos e decisões tomadas pelas organizações devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, a partir da compreensão e implementação das dimensões (econômica, social e ambiental) possibilite o desenvolvimento sustentável, possibilite a inclusão de práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, o que permite assim os “*trade-offs*” entre os pilares e alcançar a sustentabilidade global. (BANSAL, 2005; BAUMGARTNER; EBNER, 2010; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013, MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

3.4.1 Valores que permeiam os índices sustentáveis

Segundo Tamayo (1996), os valores organizacionais são definidos como crenças ou princípios que são organizados hierarquicamente, referenciam estados de existência e formas e modelos de comportamento almejados, os quais orientam a vida da organização estando a serviço de interesses individuais, coletivos ou ambos.

Katz e Kahn (1978) considera os valores como um projeto para a organização, um esforço que visa o atingimento de metas estipuladas por ela. Os

valores possuem normas enraizadas que podem ser consideradas como uma forma de operacionalização deles. As normas são a definição explícita das formas de comportamento que se espera dos envolvidos com a organização, sendo os valores uma justificativa aprofundada tanto para comportamentos esperados como também para atividades e funções.

Desta forma, quanto aos índices sustentáveis, é possível avaliar a existência de preocupação e alinhamento com a sustentabilidade organizacional a partir dos valores que são expostos e comunicados pelos índices através do mercado, sites institucionais, desenvolvedores ou por qualquer outra forma de comunicação utilizada para impactar junto as partes interessadas.

Quanto ao índice sustentável DJSI (ROBECOSAM, 2019), podemos citar como seus valores os quais sinalizam para SO:

- a) Promover valor para o acionista de longo prazo;
- b) Foco junto a indicadores financeiros que apresentam relevância para promoção da sustentabilidade;
- c) Atenção em questões de sustentabilidade diretamente ligadas às empresas visando o sucesso junto a seus negócios;

Quanto ao índice FTSE4Good (FTSE RUSSELL, 2019):

- a) Integração de considerações ESG na análise de investimentos, decisões assim como, inserir junto a práticas administrativas;
- b) Identificação de empresas que possuam entendimento global acerca das abordagens ESG;
- c) Alinhamento das expectativas do mercado com o desenvolvimento na prática, por meio da ESG;

Quanto ao índice ISE (ISE, 2015):

- a) Transparência quanto as práticas utilizadas junto aos processos;
- b) Comunicação como fator decisivo na legitimidade do processo, quanto ao envolvimento com as partes interessadas;
- c) Geração de conhecimento através do compartilhamento de boas práticas.

A partir dos valores extraídos dos sites institucionais dos gestores dos índices sustentáveis, é perceptível que aspectos relacionados com o desenvolvimento sustentável, com os próprios preceitos da SO e por fim da Sustentabilidade Global, não estão expostos de forma clara.

Para que a organização possa ser encaminhada para seu engajamento junto a sustentabilidade, a mesma deve buscar a melhor performance e comprometimento junto ao TBL de forma harmonizada (WANG; LIN, 2007). Porém, não é percebido junto aos valores dos índices sustentáveis o equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade, mas um viés voltado a aspectos econômicos justificado a partir das afirmações de Friedman (1970) fica evidente devido a abordagem que visa criar valor para o acionista de longo prazo, ou seja, a maximização do lucro, contrapondo assim, a percepção de sustentabilidade que visa ir além dos fatores econômicos.

Os valores apresentados pelos três índices sustentáveis possuem o anseio para com as partes interessadas (a citar os *shareholders*), a exemplo do DJSI que busca evidenciar o retorno ao acionista, além de conter em sua metodologia um critério de aceitação que utilizada apenas com as maiores empresas de cada segmento, além de ser externado pela própria RobecoSam, que a sustentabilidade deve causar impacto positivo no desempenho da empresa, sem se importar com o equilíbrio proposto pelo TBL (FOWLER; HOPE, 2007).

3.4.2 A influência que os índices sustentáveis promovem junto as partes interessadas

Segundo Lau, Bergman e Bergman (2019), as operações com características sustentáveis que ocorrem nas bolsas de valores passaram a ganhar uma maior dimensão, uma vez que diversas organizações perceberam que as iniciativas sustentáveis promovem valor as partes interessadas e, com isto, mais empresas passam a adotar práticas voltadas a SO e este será o maior foco.

Segundo Sadovska (2016), à medida que os investimentos socialmente responsáveis tomam maiores proporções a comunidade investidora, mais os gestores de fundo se preocupam em otimizar suas carteiras, visando atingir os investidores orientados para sustentabilidade.

Os índices DJSI, FTSE4good e ISE, seguem promovidos por seus gestores com o mesmo foco quanto a público alvo, ou seja, suas estruturas são voltadas a destacar a sustentabilidade como diferencial, buscando assim, sobressair sobre seus concorrentes.

Em sua missão o ISE apresenta: “Apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial” (ISE, 2015), o que

deixa explícito a importância de adesão a carteira, a qual busca apresentar para o mercado um produto diferenciado dos demais portfólios de investimento disponíveis para investimento.

Para Vital *et al.* (2009), o ISE é visto como um agente de boas práticas no meio empresarial brasileiro, validando as empresas participantes de sua carteira como comprometidas com RSC e também com a SO.

Chatterji *et al.* (2016) atesta que a intenção da empresa RobecoSam através do DJSI é influenciar as organizações a possuírem práticas e mudanças quanto as suas práticas voltadas para a sustentabilidade.

Segundo Nakai, Yamaguchi e Takeuchi (2013), os investidores não buscam índices de sustentabilidade que não são reconhecidos, mas respondem positivamente aos índices que possuem maior influência e popularidade, como é o caso do DJSI.

3.4.3 A utilização de indicadores como ferramenta para promoção da SO

Kemerich, Ritter e Borba (2014) os índices de sustentabilidade são gerados a partir da utilização dos indicadores de sustentabilidade, que sintetizam matematicamente inúmeras informações de cunho quantitativo e semi-quantitativas associadas à sustentabilidade do desenvolvimento.

Segundo o Knowledge Economy Indicators (KEI, 2008), o reconhecimento dos indicadores de sustentabilidade se faz por sua eficácia como ferramenta de comunicação aberta sobre questões que envolvem o TBL

É percebido o interesse e a pressão exercida por diferentes partes interessadas tem promovido o aumento nos últimos anos relativo o tema gestão socioambiental. A demanda e utilização de indicadores de sustentabilidade pelas organizações ganhou importância e passou a ser utilizado de forma estratégica pelo fato de auxiliarem a mensurar o nível de comprometimento das demandas econômicas, sociais e ambientais (BOTELHO *et al.*, 2015).

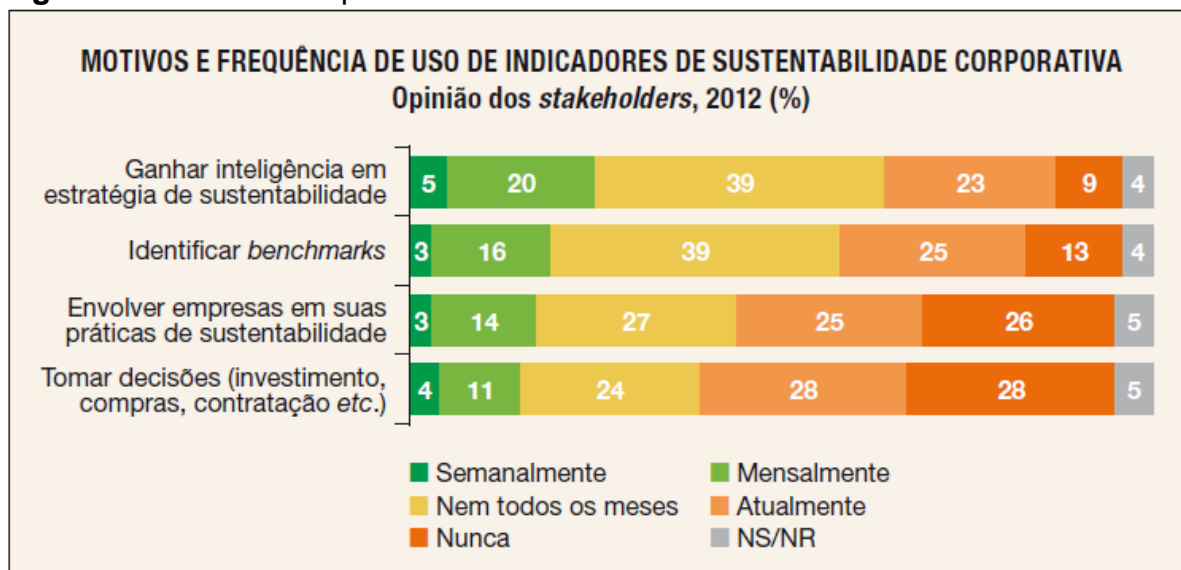
Sadovska (2016) menciona os trabalhos realizados por Azapagic (2004) e Krajnc e Glavič (2005) que atuaram com desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade, os quais possuem a finalidade e que são organizados em torno das dimensões propostas pelo TBL. Contudo, muitas organizações passaram a inserir indicadores de sustentabilidade visando seguir modelos que possam facilitar o acesso

aos índices sustentáveis, ou até mesmo manter apenas um discurso “verde”, visando majorar seus lucros através da comercialização para investidores/consumidores de produtos que sejam fabricados/comercializados por empresas sustentáveis.

É necessário ir além da sistematização e mensuração das políticas sustentáveis. O acompanhamento (maior ou menor) das políticas sustentáveis da organização deve ser alinhado com as expectativas das partes interessadas, seus *stakeholders* (ECHEGARAY, 2012).

A figura 3 apresenta os motivos e com qual frequência as empresas utilizam dos indicadores de Sustentabilidade Organizacional, visando assim um maior alinhamento com suas estratégias empresárias. Porém, a figura foi representada a visão dos *stakeholders*, sendo em média apenas 19% das empresas se utilizam mensalmente dos indicadores.

Figura 6: Motivos e frequência de uso de indicadores de SO



Fonte: Echegaray (2012, s.p.).

Mitchell (2004), define indicador como sendo uma ferramenta que possibilita extrair informações sobre dado momento ou circunstância, com seu cerne no poder de sintetização de informações, retendo o seu significado na essência a partir do que se foi analisado. Sendo assim, os indicadores podem ser usados com ferramental de apoio aos IS.

Delai e Takahashi (2008) afirmam que existe uma importância muito grande em se mensurar a sustentabilidade, sendo imprescindível para que ocorra sua inserção junto ao processo de tomada de decisão de todos os níveis organizacionais.

O conceito do *Triple Bottom Line* e os índices sustentáveis são compreendidos como formas de mensuração da sustentabilidade, podendo ser incluído ainda: *Dashbord* de Sustentabilidade, Barômetro de Sustentabilidade, *Global Reporting Initiative* (GRI), Métricas de Sustentabilidade da instituição dos Engenheiros Químicos da Inglaterra (IchemE), Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Comissão para Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, os quais visam orientar as organizações em suas buscas por práticas socioambientais (DELAJ; TAKAHASHI, 2008), além de Ecological Footprint, Ethos, CDP, SASB e Ibase que contêm iniciativas nacionais e internacionais, todas voltadas para medir e prestar contas acerca de práticas sustentáveis (BARBOSA, 2007).

Consultorias que desenvolvem e administram os índices sustentáveis possuem informações de base extraídas de indicadores, podendo citar a RobecoSam a qual se utiliza para análise do DJSI relatórios gerados pela GRI (SAM, 2018).

Em contrapartida, muitas empresas utilizam- dos indicadores, com a intenção de fazer parte das carteiras dos índices sustentáveis, a exemplo de empresas que figuram no ISE, índice operado junto a Bovespa, que utiliza o IGC, que é referência de boas práticas de governança corporativa além de agregar o selo Ibase, que atesta empresas que publicam o balanço social a partir dos moldes da instituição (BARBOSA, 2007).

O instituto está também ligado aos índices de sustentabilidade, uma vez que ele está presente no conselho deliberativo do ISE (CISE) e tem representatividade em outras organizações que são influenciadoras junto às organizações (ISE, 2015).

Segundo Echegaray (2012), indicadores que medem governança socioambiental, dentre outros aspectos ligados a práticas sustentáveis pelas organizações, têm crescido muito nos últimos anos. Porém, existe a dúvida se as próprias empresas conseguem se apropriar de forma correta das informações geradas otimizam assim, tornam-se uma empresa reconhecida como sustentável.

Segundo Martins *et al.* (2013), a sustentabilidade promoveu movimentos e destaque para a responsabilidade socioambiental nos últimos anos, o que desencadeou uma maior preocupação por várias áreas do conhecimento por meio da observação dos movimentos da sociedade passaram a desenvolver trabalhos com impactos menores ao meio ambiente.

Pode-se citar como referencial os indicadores GRI e Ethos junto à orientação das organizações que buscam participar de índices sustentáveis, uma vez que se acredita que através deles exista grande influência junto às bases de inclusão do índice DJSI, quanto ao ISE, levando em consideração que o FTSE4GOOD possui atuação global e possivelmente acaba por incluir empresas que se utilizam dos indicadores mencionados, os quais terão suas metodologias descritas a seguir.

3.4.4 Global Reporting Initiative (GRI)

O *Global Reporting Initiative* (GRI) surgiu no ano de 1997 com a proposta de padronizar as informações socioambientais e convertê-los em balanços socioambientais, já que era percebido o dispêndio de tempo e desorganização que a empresas tinham em confeccionar relatórios sobre o tema para seus stakeholders (BARBOSA, 2007). O quadro 8 apresenta a evolução histórica do relatório GRI.

Quadro 8: Histórico GRI

1997	GRI foi fundada em Boston, EUA. Suas raízes estão nas organizações sem fins lucrativos dos EUA, a Coalition for Environmentalally Responsible Economies (CERES) e o Instituto Tellus. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) também esteve envolvido no estabelecimento da GRI.
1998	GRI estabeleceu um Comitê Diretor de múltiplas partes interessadas para desenvolver a orientação da organização, o escopo da estrutura foi ampliado para incluir questões sociais, econômicas e de governança.
2000	GRI lançou a primeira versão das Diretrizes, o que representa o primeiro quadro global para relatórios abrangentes sustentabilidade.
2002	A segunda geração das Diretrizes, G2, foi revelada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo. A GRI foi referenciada no Plano de Implementação da Cúpula Mundial.
2003	GRI lançou seu Programa de Stakeholders Organizacionais, permitindo que organizações seletas - principais apoiadores da GRI - colocassem seu nome na missão da GRI, contribuíssem com seus conhecimentos, desempenhassem um importante papel de governança e investissem na GRI por meio de contribuições financeiras anuais
2006	A demanda pela orientação de relatórios de sustentabilidade da GRI cresceu de forma constante, e isso foi impulsionado ainda mais pelo lançamento da terceira geração de Diretrizes, o G3. Após o lançamento do G3 na Conferência Global, a GRI começou a expandir sua estratégia e Reporting Framework, construindo poderosas alianças. Parcerias formais foram firmadas com o Pacto Global das Nações Unidas, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre outras.
2007	Ansiosa por começar a estabelecer uma presença regional nos principais territórios, a GRI começou a criar escritórios regionais, conhecidos como Pontos Focais. O primeiro Ponto Focal foi lançado este ano no Brasil.
2008	A GRI também montou seu Programa de Parceiros de Treinamento Certificado e o primeiro Parceiro de Treinamento Certificado da GRI foi estabelecido no Brasil. Os Parceiros de Treinamento Certificados da GRI fornecem treinamento sobre a GRI e como usar as Diretrizes da GRI e conduzem o treinamento no idioma local usando estudos de caso e exemplos locais.

2011	O Banco de Dados de Divulgação de Sustentabilidade da GRI foi lançado em 2011, catalogando todos os relatórios de sustentabilidade baseados na GRI e não baseados na GRI, dos quais a GRI está ciente. O número de relatórios cresceu fenomenalmente nos últimos anos e hoje é de mais de 24.000.
2012	Durante a Rio + 20, um grupo de governos líderes se uniu em apoio ao parágrafo 47 do documento final da Rio + 20, "O futuro que queremos". Brasil, Dinamarca, França e África do Sul formaram o "Grupo de Amigos do Parágrafo 47" para promover os relatórios de sustentabilidade corporativa e convidaram a GRI e o PNUMA para apoiar o grupo como sua secretaria
2014	O serviço GRI Content Index foi lançado, fornecendo um serviço de verificação para a precisão e alinhamento do índice de conteúdo dos relatórios baseados em G4 e, posteriormente, a versão mais recente da taxonomia abrangendo as Diretrizes G4, G3.1 e G3 foi lançada.
2015	A GRI lançou o Exame G4 em 2015, um exame de múltipla escolha com 60 perguntas, que permite que os indivíduos obtenham credenciamento sobre sua capacidade de usar as Diretrizes G4 da GRI. O exame está disponível em mais de 70 países, e os participantes bem-sucedidos recebem um certificado e seu nome listados no site da GRI por três anos.
2016	Em outubro de 2016, a GRI lançou os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade. Desenvolvidos pelo Global Sustainability Standards Board (GSSB), os Padrões GRI permitem que todas as organizações relatem publicamente seus impactos econômicos, ambientais e sociais - e mostram como elas contribuem para o desenvolvimento sustentável. Os Padrões GRI também são uma referência confiável para os formuladores de políticas e reguladores, e possuem uma estrutura modular para que possam ser mantidos atualizados e relevantes.

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de GRI (2019).

Conforme seu site institucional sugere, a intenção da GRI é promover ajuda a empresas e governos de todo o mundo a entender e comunicar seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social. Desta forma é possível criar uma corrente de benefícios a partir do TBL (GRI, 2019).

O *Global Reporting Initiative* (GRI) é o relatório mais utilizado nos últimos tempos, uma vez que, por possuir de padrão internacional, contribui para a compreensão e comunicação dos impactos da empresa acerca de questões ambientais. A padronização das informações contidas nos relatórios GRI, refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais. Possuem grande contribuição para análise holística favorecendo assim, melhores decisões pelas partes interessadas em relação a análise das atividades da empresa e seu impacto sobre o desenvolvimento sustentável (GRI, 2019).

Domenico, Tormem e Mazzioni (2017), em seu estudo voltado a analisar o nível de *disclosure* (divulgação) nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o GRI, analisaram 93 das listadas na BM&FBovespa no ano de 2014 e com divulgação de relatório de sustentabilidade baseado no modelo GRI. Os autores constataram que à medida em que existe maior complexidade nas

informações que compreendem os grupos indicadores que constam em relatório de sustentabilidade em conformidade com o GRI, maior é a redução do nível de evidenciação pelas empresas, o que sugere a não divulgação da informação.

Os relatórios de sustentabilidade representam um papel muito importante a ser cumprido a partir das metodologias utilizadas pelo GRI. Porém, é necessário que as organizações utilizem as informações de forma clara, visando não gerar descrédito ao relatório ou não contribuindo para uma decisão errônea por parte dos investidores, já que existe a possibilidade de omissão de informação.

3.4.5 Indicador Ethos

O instituto Ethos foi criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada. Ele desenvolveu indicadores visando ser referência em organização do conhecimento e favorecer a troca de experiências para possibilitar o desenvolvimento por meio da análise de suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável (ETHOS, 2019)

Segundo Strobel (2005), o Instituto Ethos tem por objetivo a mobilização das empresas para a causa da responsabilidade social empresarial, por uma ferramenta de gestão holística e que possa contribuir com a melhora qualidade dos relatórios e balanços sociais. Desta forma, ao responder os Indicadores Ethos, a empresa está refletindo sobre informações relevantes para um Balanço Social consistente.

Os Indicadores Ethos são uma ferramenta de gestão a qual busca apoiar as organizações na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, possibilitando que esta venha a ser sustentável e responsável. É composto por questionário que permite elaborar o autodiagnóstico da gestão da empresa e um sistema de preenchimento *online* que possibilita gerar relatórios que auxiliam no planejamento e a gestão de metas para o avanço da gestão na temática da RSE/Sustentabilidade (ETHOS, 2019).

O questionário é agrupado em 4 dimensões e convergem com outras iniciativas, gerando integração com a Norma ABNT ISO 26000 e com as diretrizes do

GRI, princípios do pacto global da ONU e o conceito ESG (*Environmental, Social and Governance*) e complementado pela dimensão Visão e Estratégia. As dimensões são desdobradas em temas inspirados na Norma ISO 26000, que se desdobram em subtemas e, posteriormente, em indicadores (ETHOS, 2019)

Strobel (2005) afirma que a abordagem do Instituto Ethos, de cunho basicamente social, a qual não pode ser considerada como avaliação da sustentabilidade corporativa no geral, mas que servem de ferramenta para a análise comparativa das abordagens.

Quatro grandes dimensões compõem os indicadores Ethos, sendo elas: Visão e Estratégia; Governança e Gestão; Social; e Ambiental que são desdobrados em temas, subtemas e indicadores. Os indicadores se dividem em três tipos de questões, sendo as de profundidade e as binárias obrigatórias para a elaboração do relatório de diagnóstico, com questões qualitativas e quantitativas, conforme quadro figura 7.

Figura 7: Estrutura das questões

DIMENSÃO > TEMA > SUBTEMA > INDICADOR			
	Questões de profundidade	Questões binárias	Questões quantitativas
O que são	Representados por cinco quadros contíguos, apresentam a evolução de práticas em cada indicador.	Perguntas com respostas "sim" ou "não" que orientam com clareza a escolha do estágio.	Questões numéricas para apoiar a definição de objetivos e metas claras para o próximo ciclo de aplicação dos Indicadores Ethos.

Fonte: site institucional do Ethos (2019)

Quanto aos indicadores e suas metodologias é necessário mensurar que existe a contradição das linhas de pensamento quanto a utilização desta ferramenta para auxílio da validação da sustentabilidade, o que pode-se citar o trabalho realizado por Searcy e Elkhawas (2012) que apresenta os indicadores com

aspectos positivos, os quais podem ser pontuados por: a) ferramentas que possibilitam avaliação da sustentabilidade; b) buscam apoderar-se de detalhes quanto métricas da sustentabilidade; c) útil para comunicação da sustentabilidade.

Porém, os trabalhos de Parris e Kates (2003) apresentam hipóteses com viés negativo para os indicadores, sendo eles: a) ambiguidade para definição de DS; b) uma gama de propósitos para definição e medição da DS; c) diversas terminologias, dados, métricas de medição e conceituação utilizadas.

Contudo, esta pesquisa não tem a intenção de argumentar a favor ou contra o posicionamento dos autores.

3.5 SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL (NÃO) PRATICADA POR ORGANIZAÇÕES SUPOSTAMENTE SUSTENTÁVEIS, PARTICIPANTES DOS ISE

Bandeira-de-Melo e Marcon (2006) definem que mesmo que as organizações partam do princípio que devam maximizar riqueza para os acionistas à longo prazo, a complexidade de mensuração é muito grande. Deste modo, inúmeros indicadores financeiros podem ser usados, mas como mensurar um que inicialmente não se remeta a dados econômicos e contábeis?

A resposta a esta pergunta está relacionada à mudança de cultura da sociedade como um todo, em buscar investimentos que de fato se utilizem de índices de sustentabilidade que sejam “*benchmarks*” associados também a práticas ligadas a um melhor desempenho social e ambiental de caráter evolutivo e em curto prazo e não somente financeiro.

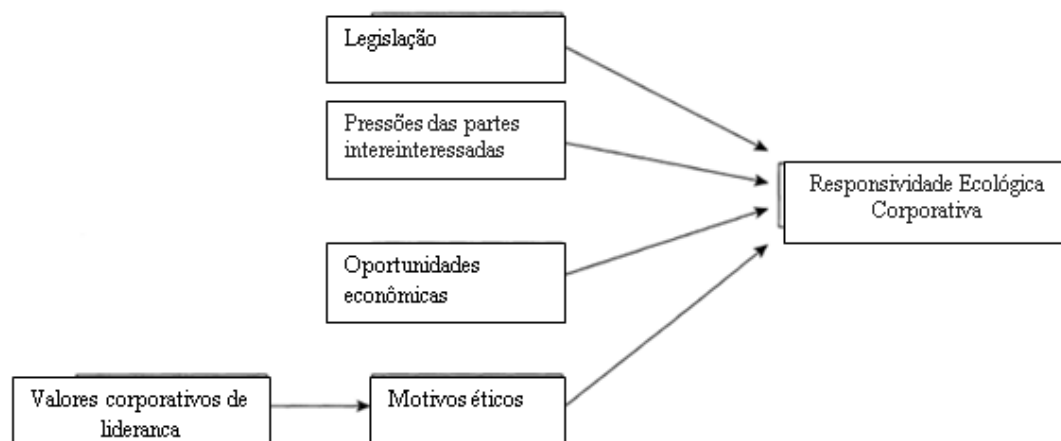
Para Arantes (2006), de maneira geral, a sociedade e o mercado apresentam maiores cobranças junto às organizações frente a postura socialmente responsável para que busque minimizar não somente as desigualdades sociais existentes, mas também o impacto negativo causado pelo desenvolvimento de atividades de alguns setores da economia, que reflete os princípios do *triple bottom line* desencadeando maiores investimentos em ações socialmente responsáveis e que caracterizam a sustentabilidade.

A necessidade das organizações também promove uma resposta ecológica as adversidades de consumo de recursos naturais e do meio ambiente. Essas podem ser promovidas por força de legislação, pressões de partes interessadas, motivações econômicas e até mesmo por ética (BANSAL; ROTH, 2000).

No entanto, Jamali (2006) vai além, afirmando que esta tratativa (responsabilidade sobre o meio natural) é mais abrangente que as determinações legais, onde ela está voltada a uma compreensão sobre as operações organizacionais.

A figura 8 proposta por Bansal e Roth (2000) sugere uma das formas de concepção e influência quanto ao posicionamento assumido pelas organizações, visando legitimar seu posicionamento. Desta maneira, a figura visa demonstrar como as organizações empenham-se para alcançar uma melhor imagem, visando assim, maior empatia por parte dos investidores.

Figura 8: Modelo Preliminar de Responsividade Ecológica Corporativa



Fonte: traduzido de Bansal e Roth (2000, p. 718)

Os investidores do mercado financeiro estão incluídos nesta mudança e nos últimos 40 anos o perfil deste público está cada vez mais exigente, uma vez que não esperam somente retorno financeiro das organizações que fazem parte de carteiras de investimento, como também prezam por empresas com que se identifiquem com seus valores e com a sustentabilidade. A demonstração de boas práticas está sendo executada pelas organizações, para se expuser junto à sociedade (GARCIA; ORSATO, 2013).

O marketing corporativo trata-se de um dos braços do marketing e da própria gestão estratégica que tem por objetivo promover teóricos da identidade corporativa, comunicação corporativa e identidade visual, imagem corporativa e

reputação, assim como outras estruturas a nível corporativo ou até mesmo manipuladas para promover ações enganosas (BALMER; STUART; GREYSER, 2009)

Uma das estruturas está relacionada a responsabilidade social corporativa que busca melhorar sua imagem corporativa por meio da comunicação, devido a essas informações os consumidores têm dificuldades de identificar as empresas que são responsáveis e assim, o *greenwashing*, torna a RSC menos eficaz (PARGUEL; BENÔIT-MOREAU; LARCENEUX, 2011).

Compreender como as organizações estão lidando com a comunicação das informações voltadas aos posicionamentos tomados quanto aos fatores econômicos, sociais e ambientais é o grande desafio, uma vez que é necessário conciliar as informações contidas em sites institucionais (os quais são de domínio público), fatores econômicos, práticas de trabalho e outras atividades que legitimam a empresa como sustentável, além de muitas empresas buscarem o enquadramento ou participação junto as carteiras de índices sustentáveis (como o DJSI, FTSE4GOOD e ISE) como uma forma de quantificar a sustentabilidade, conforme aponta Sartore (2008).

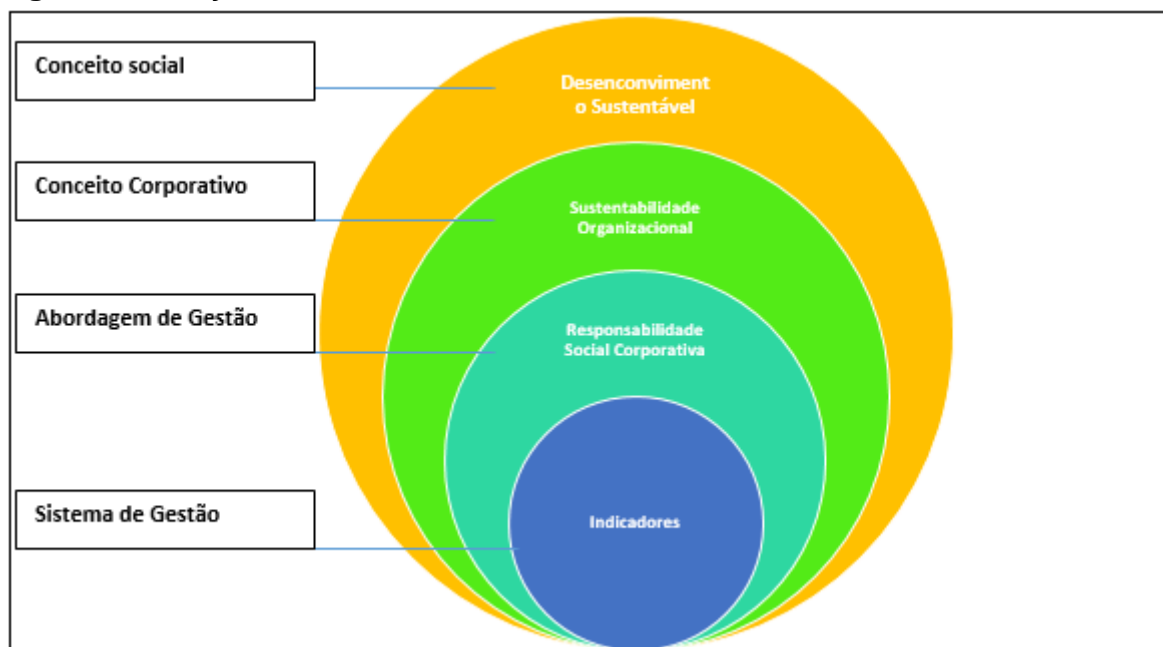
A comunicação corporativa de RSC busca evidenciar a identidade corporativa e, supostamente, desempenha um papel crucial na formação de percepções corporativas éticas (BALMER; GREYSER, 2007; FURUKAWA; CUNHA; PEDREIRA, 2007).

Toda esta preocupação motiva cada vez mais o mercado a buscar alternativas de viabilizar a exposição das empresas que possuem recursos e interesse em comunicar uma visão sustentável. O marketing social surge com uma estratégia conhecida como *greenwashing*, pouco explorado pela academia, mas reconhecida como uma forma das empresas promoverem sua sustentabilidade (ANDREOLI; CRESPO; MINCIOTTI, 2017). Há abundância de reivindicações da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), sendo essas fundadas ou infundadas, geram dificuldades para os consumidores que não conseguem distinguir se são empresas virtuosas ou se são apenas organizações que buscam tirar vantagens da sustentabilidade através de reputação e retórica (BERNSTEIN, 2009; FURUKAWA; BALMER; GRAY, 2007).

A figura 5 apresenta como a RSC e o DS atuam para a promoção de maior sinergia para Sustentabilidade Global a partir de Steurer *et al.* (2005), sendo de

fundamental importância não existir distorção junto aos propósitos e dimensões, pois, podem gerar percepções distorcidas pela sociedade.

Figura 9: Relação entre RSC, DS e sustentabilidade



Fonte: Steurer *et al.* (2005, p. 275).

Há exemplos de organizações que possuíam participação junto aos índices mencionados, com atuação global no mercado, onde elas apresentaram de alguma maneira incongruência em suas práticas e rotinas diárias frente à participação em carteiras de índices sustentáveis, os quais por sua vez solicitam preenchimento de relatórios que são voltados a legitimar ações e práticas sustentáveis e que não contemplam somente um aspecto único, mas vários que zelam por analisar dados financeiros, respeito à legislação, meio ambiente, atitudes sociais, entre outras.

Um fator que deve ser levado em consideração, além da própria estratégia de *greenwashing*, é quanto a metodologia utilizada para validação do entendimento de empresa sustentável, utilizada pelos índices sustentáveis como o *Dow Jones Sustainability Indices* (DJSI), uma vez que depende das próprias declarações das empresas, deixando margem para o questionamento quanto a sua veracidade.

Segundo Perez (2016), os índices sustentáveis podem ser questionados por apresentar limitações significativas quanto à capacidade de promoção de mudanças pró-sustentabilidade nas empresas, o que limita

significativamente a sua capacidade de desencadear mudanças pró-sustentabilidade nas empresas. O autor faz três apontamentos quanto aos índices sustentáveis:

- Apresentam paradoxo interno pois, mesmo que apresentem sua condução por uma lógica de sustentabilidade, eles são constituídos por critérios que primam pela sustentabilidade e passam a ser instrumentos financeiros, comercializados pelas bolsas.
- O desempenho financeiro é mais valorizado que o desempenho sustentável, o que favorece a prática de *greenwashing*.

Estes fatores devem ser analisados e questionados, uma vez que os índices de sustentáveis exprimem dualidade e que são percebidos como produtos comercializáveis (demanda mercado) ou podem ser percebidos como instrumentos de promoção da sustentabilidade organizacional.

Sobre o DJSI, quanto a seu posicionamento, evidencia-se que o mesmo mede a sustentabilidade em termos relativos, e não absolutos já que as organizações são avaliadas em comparação com os pares de seu próprio setor com um questionário direcionado para o mesmo, deste modo, ao analisar toda carteira existe a possibilidade que algumas posições não sejam de fato as que são indicadas, o que pode oscilar entre setores, ou seja, a que está no setor “X” como primeira, pode ser considerada como a quinta no setor “Y”.

A partir das preposições acima, alguns casos de domínio público podem ser trazidos a exemplo de como é importante legitimar o discurso da sustentabilidade em uma organização e passar para a sociedade a imagem de ser sustentável visando assim compor índices de sustentabilidade, emissão de relatórios voltados para sustentabilidade ou implementando ações de mídia com a intenção de validar o discurso verde. No entanto, apresentando prática e vivência com total incongruência as estratégias mencionadas na mesma proporção.

A empresa Samarco Mineração S/A, pertencente a uma *joint-venture* fruto da aliança entre a empresa Vale S.A (brasileira), a qual detém 50% do capital e a BHP Billiton, anglo-australiana, estando entre as três maiores mineradoras do mundo. Ela possui passagem pelas carteiras de índices sustentáveis (ISE e DJSI), atuando no ramo de mineração de minério de ferro a qual lhe concede o 10º lugar de exportadores do Brasil (minério de ferro), atuando em Minas Gerais e Espírito Santo (SAMARCO, 2014a).

Atua em Minas Gerais na cidade de Ouro Preto e Mariana, sendo, está última cidade que ficou referenciada como cenário de um dos maiores desastres ambientais da história, ocorrido no ano de 2015: o rompimento da barragem de rejeitos em Bento Rodrigues (distrito de Mariana – MG) promoveu o despejo de mais de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos provenientes do minério de ferro, ficando com a primeira posição mundial de desastres envolvendo barragens de rejeitos. Ambientalistas relatam que tal fato terá efeitos negativos por mais de 100 anos, uma vez que os rejeitos alcançaram o mar, além da destruição completa das cidades que abrigavam a barragem (ISTOÉ, 2015).

Segundo Lopes (2016), uma das possíveis causas informada por peritos do setor que existe a possibilidade do rompimento estar relacionado ao processo de liquefação; abalos sísmicos que antecederam o desastre; a falhas na construção/manutenção das barragens; além de falta de fiscalização por órgãos competentes.

Quando se referência a Samarco Mineradora, um fator importante para ser levado em consideração é o conceito reconhecido pela mesma para validar a sustentabilidade, a qual informa que:

Ciente das oportunidades que tem para aprimorar seu modelo de negócios, conectando efetivamente a sustentabilidade às estratégias e às tomadas de decisão, a Samarco possui, desde 2012, o Modelo de Sustentabilidade. Alicerçado em quatro pilares – liderança pelo exemplo, inovação e tecnologia, redes colaborativas e empreendedorismo responsável –, o modelo é centrado no conceito de construção de confiança e caminha junto do Mapa Estratégico e da Visão 2022 (SAMARCO, 2014b, p. 32).

A fala da organização apresenta desta maneira sua forma de ver a sustentabilidade e guiá-la pelo processo estratégico da empresa, a qual explica cada um dos itens dos quatro pilares, conforme abaixo:

- Liderança pelo exemplo – Diz respeito às ações que devemos empreender internamente para engajar nossa força de trabalho, tornando-a propulsora e guardiã do desenvolvimento sustentável, na Empresa e fora dela;
- Redes colaborativas – Abordam a construção de relações de desenvolvimento mútuo, em parceria com a sociedade civil, os governos, os clientes e demais públicos com que nos relacionamos, impactando positivamente a reputação da Samarco e do setor e gerando valor compartilhado;

- Inovação e tecnologia – Em sintonia com o Mapa Estratégico, propõe a busca pela excelência tecnológica e socioambiental das operações, em um modelo produtivo mais eficiente e enxuto, agregando valor ao negócio e, conseqüentemente, à sociedade;
- Empreendedorismo responsável – Reitera nosso compromisso com os três pilares da sustentabilidade, internamente e na cadeia de valor, tendo a ética como base de nossa conduta.

Lopes (2016) apresenta um cenário oposto ao que a empresa Samarco Mineradora apresenta em seu relatório de sustentabilidade, uma vez que existe a informação de que a empresa foi informada em 2013 das possibilidades de colapso na barragem de Fundão, respondido com total descaso ao relatório realizado pelo Instituto Pristino e seguiu com suas atividades (LOPES, 2016).

A existência da preocupação de algumas corporações buscarem criativamente gerir suas reputações com os *stakeholders*, *shareholders* ou governo de modo a esconder desvios (atribuições de culpa) obscurece a natureza do problema, visando assim garantir uma reputação e promoção à posição de segurança, isto é, *greenwashing* (LAUFER, 2003).

Volkswagem, reconhecida como líder mundial na produção de veículos automotivos no mundo, foi a grande protagonista de um dos maiores escândalos na história da indústria automotiva mundial, intitulado como “escândalo de falsificação de resultados de emissão poluentes” ou “*dieselgate*”, ocorrido no ano de 2015 nos E.U.A. e posteriormente ganhando dimensão global após a organização assumir a fraude em outros países, o que causou prejuízos em cifras bilionárias. Esses acontecimentos ocorreram apesar da empresa manter a emissão de relatórios de sustentabilidade, participação em índices sustentáveis e outras práticas que visam validar a imagem da organização.

Orsato e Wells (2007) ainda destacam que, depois de muito tempo prejudicando, este setor (automobilístico) agora tem sido centro das atenções quanto a seus impactos na sustentabilidade.

Para Kuhn (2008) relatórios de sustentabilidade corporativa, são formas de se comunicar que tendem a produzir a imagem oficial da empresa e são práticas comuns da RSC, embora complexa, e tem como finalidade validar a comunicação com a sociedade.

O grupo Volkswagen apresentava em seus relatórios de comunicação da sustentabilidade ambiental compromisso significativo que validava interesse em ser a líder do segmento em sustentabilidade obtido pela redução de emissão de CO₂, sendo seu discurso mais ambicioso que as demais concorrentes e constando em seus documentos comprobatórios a frase de “ser a montadora mais compatível com o meio ambiente do mundo, até 2018” (SIANO *et al.*, 2017, p. 31).

Para Siano *et al.* (2017) o escândalo proporcionado pelo grupo Volkswagen destaca pela sua grandeza de acontecimentos o impacto relevante que confirma a validade da CCO em sua perspectiva de expor as técnicas do “*greenwashing*”, que deixou claro não somente ações simbólicas, mas irresponsáveis e substanciais utilizadas para legitimar o cumprimento de requisitos que validavam a sustentabilidade da empresa em seus processos. Sua chancela de confiabilidade o termo “*made in Germany*” que se tornou questionável após o episódio.

É de extrema importância para as organizações manterem as aparências e o discurso sustentável, seja ele utilizado através da confecção de relatórios, sites institucionais, participação em índices sustentáveis. Contudo, a exposição evidenciada por meio de casos verídicos disseminados na mídia em tempo real os seus danos ao meio ambiente acabam tomando proporções “monstruosas perante a sociedade como um todo, gerando preocupação quanto ao real envolvimento e comprometimento das empresas com a sustentabilidade.

A mídia se mantém atenta para veicular notícias assim, conforme demonstrado pelos exemplos abaixo:

- “Vale integra pelo quarto ano consecutivo Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa” (VALE, 2013), notícia veiculada pelo site institucional da Vale S/A em 09/12/2013.
- “Vale sai do índice de sustentabilidade após tragédia em MG” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015), notícia veiculada junto site UOL/Folha de São Paulo no dia 26/11/2015.
- “Líder no setor de automóveis - A empresa alemã fabricante de carros foi eleita, pela primeira vez, a líder no setor mundial de automóveis pelo índice Dow Jones de Sustentabilidade. Recebendo 89 dos 100 pontos possíveis, a empresa se destaca por conquistas como "os grandes esforços para melhorar o consumo de combustível dos veículos". Notas máximas foram atribuídas ao

Grupo Volkswagen em muitas áreas, tais como o sistema de gestão ambiental da empresa, gestão de riscos e engajamento positivo na comunidade” (EXAME, 2014), matéria veiculada pelo site da revista Exame em 09/01/2014.

- “Dow Jones, retira Volks de seu índice de sustentabilidade. Decisão está ligada à fraude nos testes de emissões de poluentes” (OGLOBO, 2015), notícia veicula no site O Globo, em 29/09/2015.

Tais ações ainda comprometem a confiabilidade dos próprios índices sustentáveis, uma vez que eles validavam as empresas como sustentáveis por meio da inclusão em suas carteiras. Então, por que as excluíram após a evidenciação de imperícia ou falta de ética?

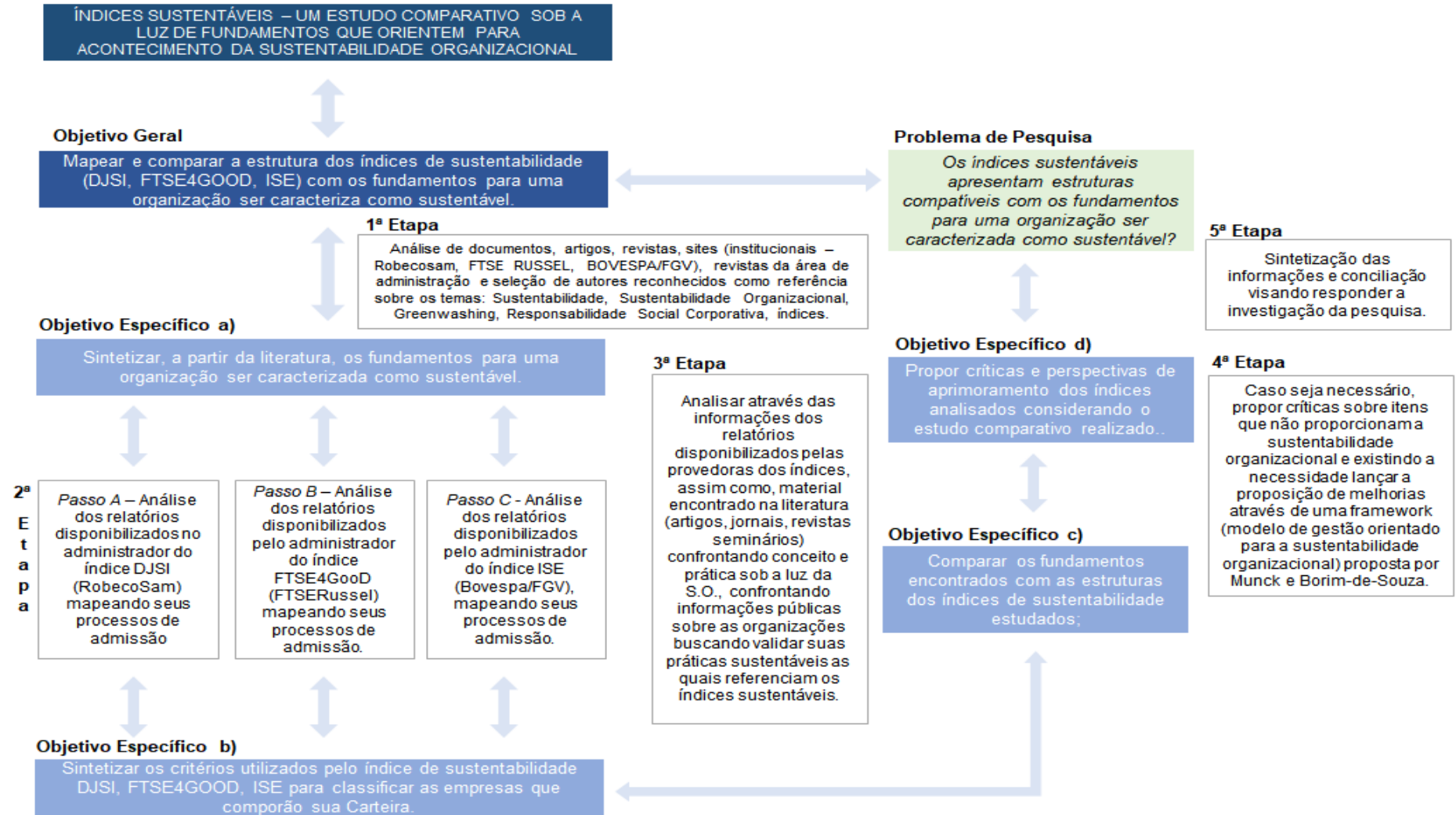
Esses elementos informacionais promovem a importância deste estudo, pois pode contribuir para que a entrada ou saída de determinados índices não envolva questões políticas ou com interesses que não seja ser sustentável em essência.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os aspectos metodológicos empregados no desenvolvimento da presente pesquisa. O capítulo está estruturado da seguinte forma: classificação geral da pesquisa; a coleta, análise de dados fornecidos, cronograma e as limitações da pesquisa.

A figura 10 apresenta mapa conceitual que tem por finalidade dar suporte e orientação para pesquisa.

Figura 10: Mapa conceitual



Fonte: Desenvolvida pelo autor

4.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Para Minayo e Sanches (1993), conhecimento científico flui através das ações que visam promover a relação entre teoria e realidade, cujo método é o fio condutor desse processo, primando por articular e fundamentar tais conhecimentos de maneira a que estes promovam clareza para a investigação.

Demo (2012) acrescenta que o conhecimento foge a noção linear da academia, pois ele vai além em um processo de construção e desconstrução, promovendo assim novos aprendizados e a necessidade de romper com o que não se era questionado. Deste modo, não se mantendo um pacote definitivo, replicável apenas e desta maneira se renovando constantemente.

O conhecimento aparece como imprescindível para a evolução do homem por promover inquietação e não somente a aceitação do que já está exposto, mas sim incitar o questionamento em prol de novas descobertas.

Visando a promoção da relação entre a teoria e a realidade, essa pesquisa busca contribuir por meio do objetivo de compreender a compatibilidade dos índices sustentáveis e suas estruturas com os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável.

Para compreender a integração dos conceitos da SO e os IS proporcionada por meio da análise do conteúdo dos materiais disponibilizados e promovidos pelas organizações que se intitulam sustentáveis, a pesquisa classifica-se aplicada quanto a sua natureza, com abordagem qualitativa e, quanto aos fins, intitula-se como Descritiva-Exploratória.

Zikmund (2006) afirma que esta classificação está voltada a uma tomada de decisão sobre aspecto específico da vida real, os quais buscam responder perguntas sobre problemas específicos. Deste modo, externalizar a atuação das empresas por meio da submissão as metodologias de avaliação, proposta pelos índices visando validá-las como sustentáveis, permitem que estas sejam analisadas com profundidade.

A pesquisa qualitativa torna possível cumprir o objetivo de mapear a estrutura dos índices sustentáveis, visando compará-los com os fundamentos para que uma organização possa ser caracterizada como sustentável e apresentar os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados da pesquisa (CHIZOTTI, 2006).

Denzin e Lincoln (2006) atestam que a pesquisa qualitativa é caracterizada pelo estudo aprofundado, o que propicia uma coleta de materiais empíricos desde a análise de situações pessoais, fatos históricos, textos que apresentam momentos e significados rotineiros. Assim, a compreensão das informações contidas em relatórios emitidos pelas organizações, sites institucionais entre outros materiais disponibilizados junto ao mercado financeiro, permitem elucidar a pergunta: em que medida há compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável?

Desta forma, valida-se a pesquisa como qualitativa pela justificativa de buscar promover aspectos investigativos que possibilitem as informações não serem apenas observáveis e mensuráveis, que em muitos casos se perdem no irrelevante, mas possibilite apresentar-se de forma essencial ao conhecimento científico como compreendido nas ciências sociais (DEMO, 1982).

Existe a necessidade de não poder resumir em aspectos meramente atrelados a operacionalização de variáveis, mas sim, proporcionar um aprofundamento junto aos processos, relações e fenômenos, mantendo assim, características qualitativas (MINAYO, 1994).

Segundo Barros e Lehfeld (2007), a partir da pesquisa descritiva se tem o estudo, a análise e registros e interpretação dos acontecimentos do mundo físico sem que o pesquisador interfira no mesmo. Para isso, foram utilizadas as estruturas que envolvem os índices sustentáveis (questionários para adesão aos índices, metodologias e critérios utilizados para validação da SO das organizações inclusas nos índices, procedimentos para exclusão das organizações participantes).

A metodologia exploratória permite um maior detalhamento aprofundado da unidade de análise. “A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes” (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 63). Nesta etapa exploratória, ocorreram pesquisas junto aos websites dos gestores do IS, assim como, nos sites institucionais pertencentes a empresas participantes dos IS, durante o período de agosto de 2018 a agosto de 2019.

As gestoras RobecomSam, B3 e FTSE Russel, são os responsáveis pelas informações e apresentação das metodologias e históricos relativos aos IS, deste modo, os sites institucionais apresentam todo o processo ao qual a empresa

participante das carteiras são submetidas e, conseqüente, aspectos que tratam da inclusão, permanência e exclusão, além das pontuações e critérios de validação, foram analisados.

Os dados obtidos nesta etapa exploratória foram comparados com os conceitos teóricos acerca da SO, adotados para esta pesquisa afim de compreender qual a compatibilidade deles.

4.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa utilizou procedimentos técnicos compreendidos como pesquisa documental e bibliográfica.

Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica proporciona por meio de referenciais teóricos a ampliação de horizontes e resultados a partir da análise e discussão de várias contribuições científicas. No entanto, esse método exige do pesquisador a realização de planejamento sistemático do processo de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica busca através das pesquisas junto a periódicos, dissertações e outros materiais já existentes ampliar o aprofundamento, e para isto foi feita consulta junto as seguintes bases de dados: Web of Science (o qual é composto pelos principais periódicos internacionais pertencentes à área de Ciências Sociais Aplicadas), Ebesco, ProQuest, Scopus e ainda por bases nacionais como Spell e BDTD.

Desta forma promoveu-se um quadro que apresenta os principais trabalhos realizados junto a (uma vez que foram evidenciados mais de 350 trabalhos/artigos acerca dos temas): Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade Organizacional, Competências Organizacionais para Sustentabilidade, Índices Sustentáveis, sendo está a base utilizada para a concepção do mapa conceitual (quadro 9).

Segundo Koche (2006), este modelo pode ser utilizado para vários fins, sendo eles: ampliação do conhecimento, propiciar uma melhor construção e fundamentação das hipóteses, trazer o “estado da arte” do problema com mais segurança.

Quadro 9: Síntese da pesquisa

Problema de Pesquisa		
Em que medida há compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para organização ser caracterizada como sustentável?		
Objetivo Geral		
Mapear e estudar a estrutura dos índices de sustentabilidade (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracteriza como sustentável?		
Temas abordados	Objetivos específicos	Principais autores
Sustentabilidade Organizacional	Sintetizar, a partir da literatura, os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável.	Munck (2013); Munck e Borim-de-Souza (2011); Munck <i>et al</i> (2012); Elkington (2012); Savitz;Weber (2007); Bansal, (2005); Van Marrewijk (2003); Azapagic (2003); Baumgartner e Ebner (2010).
Índices Sustentáveis	Sintetizar os critérios utilizados pelos índices de sustentabilidade DJSI, FTSE4GOOD e ISE para classificarem as empresas que comporão suas Carteiras.	Sartore (2008); Garcia e Orsato (2013); Fernandes, Fonseca e Cunha (2018); Ferreira; Rover e Vicente (2018), B3, FTSE Russel, RobecoSam.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa documental ocorreu por meio da coleta, seleção e aplicação de documentos primários disponibilizados pelos desenvolvedores dos índices sustentáveis e as próprias organizações participantes, como relatórios de domínio público, entrevistas junto as organizações participantes, relatórios, gráficos entre outros documentos disponibilizados junto à internet e nos próprios sites das bolsas de valores. Esses dados coletados não passaram por nenhuma análise e tratamento científico para assim formar a base de dados da pesquisa.

4.3 UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise está voltada aos índices sustentáveis, refletindo sobre sua consistência frente aos fundamentos da sustentabilidade organizacional. O

conceito utilizado para esta pesquisa extraído de autores renomados e referenciados pelas de suas obras (artigos, livros, trabalhos acadêmicos) contidas em *journals*, revistas e editoras conceituadas pela academia, tendo como princípio a leitura e síntese dos conceitos já validados pelos veículos mencionados.

Foram extraídos dos questionários, manuais, relatórios (sociais, ambientais), mídia, websites e demais mídias disponíveis e públicas fornecidas por sites corporativos das empresas responsáveis pela análise e acompanhamento dos respectivos índices, sendo o conteúdo contido junto aos mesmos comparado com o conceito abordado nesta pesquisa, visando assim, confrontar sua estrutura.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Diante da proposta da pesquisa, foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica utilizando material disponibilizado pelas bolsas de valores, sites institucionais e órgãos reguladores. Buscou-se assim compreender os critérios de entrada (índices) e os critérios de manutenção a partir do olhar da sustentabilidade organizacional.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a utilização de documentos para a pesquisa proporciona riqueza de informações, uma vez que elas possibilitam ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, propiciando entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural.

Deste modo, efetuando a complementação dos ferramentais bibliográficos e documentais que promoveram o entendimento mais aprofundado sobre as diferentes formas utilizadas pelas consultorias especializadas no desenvolvimento das carteiras de índices sustentáveis.

Para Fachin (2006, p.146) esse método “inclui também a informação oral ou visualizada independente do suporte, podendo ser sob a forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira/pedra, gravações, pinturas”. Dessa maneira, é possível incluir grande gama de recursos, uma vez que muitas empresas disponibilizam em seus sites vídeos institucionais que retratam suas práticas, neste caso em específico práticas sustentáveis.

O quadro 10 apresenta os instrumentos e como foi construído o roteiro da pesquisa, sendo esta apresentada por etapas:

Quadro 10: Instrumentos e roteiro de pesquisa

Etapas do processo de coleta de dados	Roteiro operacional da coleta de dados
1º Etapa - Formação base teórica	Consulta material disponibilizado em plataformas de pesquisa acadêmica, journals, internet para compor base de referencial teórico. Será efetuado filtro de palavras chave – Sustentabilidade Organizacional, Índices Sustentáveis, DJSI, FTSE4Good, ISE. Material lido e sintetizado, possibilitando assim, a unificação do conceito operacional.
2º Etapa - Análise formação dos IS	Consulta de sites institucionais responsáveis pelo desenvolvimento dos IS (RobecoSam, FTSE Russel, CISE), identificando dados técnicos (metodologia, relatórios, descrições conceituais, valores entre outros aspectos úteis para pesquisa), os quais foram comparados entre si, visando assim, compreensão de seu alinhamento junto ao conceito da SO.
3º Etapa - Análise de Indicadores	Consulta de material disponível na internet, assim como, consulta junto aos sites institucionais responsáveis pela criação de índices específicos (GRI, ISO, Ethos). Esta etapa teve o propósito de filtrar (através da análise dos conceitos fornecidos pelos mesmos e confrontado com a síntese proposta por esta pesquisa) material referente aos indicadores de sustentabilidade, visando a compreensão sua influência junto as organizações.
4º Etapa - Análise de organizações pertencentes aos IS	Consulta a documentos públicos, acerca da participação de organizações que compõe as carteiras do IS, compreendendo informações que validam as empresas como sustentáveis e a existência de informações que desabonam as práticas sustentáveis. Esta etapa teve por propósito, identificar indícios de processos judiciais (informações públicas), matérias acerca de catástrofes (propiciadas por organizações que compõe os índices).
5º Etapa - Síntese das Informações	Confronto das informações apresentadas junto aos questionários preenchidos pelas organizações para participação junto aos IS versus as informações apresentadas na internet acerca de possíveis ações (públicas) que sejam incongruentes com as informações apresentadas junto aos questionários ou relatórios que reportam a sustentabilidade praticada pelas organizações.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.3 Definições operacionais dos conceitos

Com a intenção de aclarar as definições e conceitos teóricos os quais foram utilizados nesta pesquisa, a apresentação do quadro 11, consiste em explanar as definições dos conceitos operacionais, os quais foram utilizados para análise dos trabalhos.

Quadro 11: Definição dos conceitos operacionais

Conceito	Definição	Referências
Sustentabilidade Organizacional	Os processos e decisões tomados pelas empresas devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, fazendo com que elas incluam em suas práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os "trade-offs" entre os pilares.	Van Marrewijk e Werre (2003); Munck e Borim-de Souza (2011); Elkinton (1999); Bansal (2005); Dyllick e Hockerts (2002); Munck (2013); Baumgartner e Ebner (2010).
Índices Sustentáveis	Surgem como uma maneira de quantificar a sustentabilidade, sendo motivação para as organizações que visam alinhamento com o TBL e também para investidores que buscam retornos alinhados com aspectos além dos econômicos, mas também sociais e ambientais.	Sartore (2008); Garcia e Orsato (2013), Fernandes, Fonseca e Cunha (2018); Ferreira, Rover e Vicente (2018).

Fonte: Desenvolvida pelo autor.

Nota: Foi definido por estrutura dos índices sustentáveis, todos os seus elementos de constituição, sendo eles: definição de seus conceitos usados para definir sustentabilidade, questionários e formas de convite/admissão das empresas que compõe suas carteiras, critérios de aceitação, ferramentas utilizadas para gerar pontuação e fatores utilizados para exclusão de participantes.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Godoy (2006), análise de dados é o método que permite a comparação e contraste, sendo uma das principais ferramentas intelectuais que é utilizada para formar categorias, estabelecer fronteiras ou para encontrar evidências negativas.

Os dados extraídos junto aos documentos foram cruzados e assim, as informações resultantes buscaram elucidar a existência de similaridades, pontos positivos, pontos negativos e exposição de pontos que oferecem fragilidade quanto à metodologia utilizada. Sendo assim, foi realizada a análise de conteúdo, uma técnica que trabalha os dados coletados que objetiva a identificação do que está sendo dito acerca de determinado tema (VERGARA, 2005).

Segundo Richardson (2015), a análise de conteúdo permite a utilização de qualquer forma de comunicação, como documentos, escritos (livros, periódicos) ou outras formas de comunicação como programas de radiodifusão, música e pinturas. O objetivo da mesma é a compreensão crítica do sentido das comunicações, de forma latente, sendo suas significações explícitas ou veladas (CHIZZOTTI, 2006).

Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), a análise de conteúdo pode ser dividida em três técnicas de análise: discurso, conversa e narrativa. A análise do discurso é uma técnica que explora relações a partir da associação de discurso com realidade, buscando compreensão de como os textos são constituídos, carregando suas significações por meio de processos sociais que desencadeiam uma unidade discursiva como expressão material do próprio discurso.

Ainda sobre a análise de conteúdo, Richardson (2015) alega que a mesma busca descrever o texto acerca de sua forma e fundo, estudando os símbolos empregados fazendo a verificação de sua frequência, técnicas de publicidade e o nível de assimilação do público, com a intenção de classificar ou tabular informações específicas. Dessa maneira, ela pode ser compreendida como um conjunto de técnicas (MINAYO, 2001).

A partir da concepção de que análise de conteúdo é um conjunto de técnicas e pode contribuir para a coleta de dados, a pesquisa estruturou a análise por meio de três etapas técnicas, conforme Bardin (2006): a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados, interpretação e inferência.

Bardin (2006) contextualiza estas etapas visando a sistematização da análise, sendo a pré-análise a fase que o material que será analisado e organizado visando torná-lo operacional e possível de sistematizar as ideias com uma estrutura composta por: a) leitura flutuante, b) escolha dos documentos, c) formulação de hipóteses, d) menção de índices e desenvolvimento de indicadores. Já a exploração do material é a etapa na qual as categorias são definidas e assim, as definições de como as informações foram interpretadas, promovendo a descrição analítica, sendo a codificação, classificação, categorização passos básicos para esta etapa.

Por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação é a última etapa para Bardin (2006) e apresenta análise reflexiva, crítica, síntese das informações coletadas.

Desta maneira, foi possível apresentar as categorizações e análises como fatores que facilitam as inferências e interpretações. Sendo estas etapas, empregadas nos procedimentos que visam esclarecer os capítulos 2, 3 e 4 que foram etapas de análise da referida pesquisa. O quadro 12 expõe como etapas adotadas para esta pesquisa, quanto ao conteúdo utilizado.

Quadro 12: Etapas técnicas da análise de conteúdo

Conceito	Trata-se de conjunto de técnicas voltadas a análise das comunicações, a qual utiliza-se de procedimentos sistemáticos sendo estes, objetivos de descrição do conteúdo das mensagens possuindo a intenção de inferência de conhecimentos relativos às condições de produção.		
Objetivo		Propósito da pesquisa	Procedimento realizado na pesquisa
	Teórico	Organização do material, visando tornar o mesmo operacional	
	Empírico		Mapear a estrutura dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos para uma organização ser caracterizada como sustentável.
Pré-análise	Teórico	Fase que visa organizar o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional.	
	Empírico		Serão validados conteúdos reconhecidos como "verdadeiros" tanto pela academia como pelo mercado de ações que rege os índices sustentáveis.
Pré-análise - etapa 1 (leitura flutuante)	Teórico	Estabelecimento do contato com os documentos de coleta de dados, momento em que se busca conhecer o texto	
	Empírico		Buscar junto as fontes de pesquisa (sites institucionais, <i>journals</i> , revistas etc.) temas que tratem da Sustentabilidade Organizacional, Índices Sustentáveis.
Pré-análise - etapa 2 (escolha dos documentos)	Teórico	Demarcação do que será analisado.	
	Empírico		Leitura de resumos em um primeiro momento que possibilitem a seleção avaliações preliminares de temas alinhados ao propósito pesquisa. Sendo descartado documentos que não possuíam relação clara com os temas propostos. Segundo momento não sendo possível a identificação através dos resumos estende-se a leitura para a introdução e metodologia do documento.
Pré-análise – etapa 3 – (Formulação de hipóteses e objetivos)	Teórico	Formulação das hipóteses e objetivos.	
	Empírico		Identificar relação entre a Sustentabilidade Organizacional e os índices sustentáveis, através dos documentos "filtrados". Analisar o que tornam os índices sustentáveis a partir do conceito adotado para determinar a SO. Compreender se as ferramentas/metodologias utilizadas pelos fundos, de fato, promovem a SO.

Pré- Análise – etapa 4 – (Referenciação dos índices e elaboração dos Indicadores	Teórico	Referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores.	
	Empírico		Textos, recortes de textos que apresentem definições e conteúdo acerca da sustentabilidade escritas pelos índices sustentáveis, assim como as organizações que compõe as carteiras deles, extraídos de sites institucionais, jornais e revistas que possuam boa reputação, assim, como sites de notícias referenciados.
Exploração do material	Teórico	Consiste na exploração do material com definição das categorias e a identificação das unidades de registro.	
	Empírico		Leitura dos documentos selecionados de forma integral, visando a extração de conteúdo de textos que incluíam evidências que possam ser analisadas e classificadas, através da análise de conteúdo (técnica: análise do discurso). Análise qualitativa visando classificaras evidências junto as categorias delimitando a partir do referencial teórico: "índices sustentáveis" DJSI", "FTSE4Good", "ISE".
Tratamento dos resultados	Teórico	Tratamento dos resultados.	
	Empírico		Condensação, sinopse e comparação dos resultados.

Fonte: Desenvolvida pelo autor com base em Bardin (2006) e Mozzato e Grzybovski (2011).

Considera-se também o aprofundamento dos diferenciais de cada índice, eles tiveram seus modelos confrontados entre si promovendo um quadro que seja possível identificar: indicadores, formas de elaboração, auditoria externa, para quem se destina (principais clientes).

4.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações da pesquisa estão relacionadas quanto ao período analisado junto aos índices de sustentabilidade, uma vez que existe uma carga de informação muito grande entre o período de concepção de cada índice e o início da pesquisa, sendo assim, tomado como base de referência o ano de 2017 para todos os documentais coletados.

Quanto a realização das comparações qualitativas, estas têm como base as informações que constam em domínio público e, desta forma, estão limitadas a impressões baseadas nas mesmas.

Fatores relacionados ao tamanho da composição de carteira de cada índice (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) uma vez que isto impede a análise aprofundada quanto a prática e exposição das empresas junto ao mercado.

5 RESULTADOS

Este capítulo teve por objetivo apresentar a comparação dos índices sustentáveis, e os resultados foram apresentados em três etapas. A primeira etapa contempla a comparação das principais características utilizadas pelos índices sustentáveis em suas metodologias, sendo: a) público alvo; b) propósito; c) aplicabilidade; d) estrutura proposta para análise; e) fontes de informação; f) racional; g) escopo; h) dimensões/pilares principais; j) transparência. A segunda etapa apresenta a comparação dos princípios sustentáveis aplicados pelos índices sustentáveis, utilizando a estrutura proposta por Baumgarte e Ebner (2010) como fonte de apoio, atuando assim, junto aos principais pilares propostos pelo *TBL*. E por fim a terceira etapa contempla a comparação do conceito operacional e posicionamento dos índices acerca da SO.

5.1 ÍNDICES SUSTENTÁVEIS: COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS PROPOSTAS

Os índices sustentáveis possuem em sua composição diferentes metodologias utilizadas para validar as organizações que compõe suas carteiras, como empresas “sustentáveis”. Foi utilizado para definição de SO o conceito sintetizado nesta pesquisa: os processos e decisões tomadas pelas empresas devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, fazendo com que elas incluam em suas práticas, objetivos, estratégias, valores, os fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os "*trade-offs*" entre os pilares (BANSAL, 2005; BAUMGARTNER; EBNER, 2010; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003) e as dimensões (Econômica, Ambiental e Social) considerando o conceito operacional proposto através das síntese das fundamentações teóricas propostas por Baumgartner e Ebner (2010) e Munck (2013) apresentadas no Capítulo 2 desta pesquisa.

O quadro 13 expõe um comparativo que busca apresentar principais características metodológicas dos índices sustentáveis DJSI Index, FTSE4GOOD e ISE assim, informar qual estrutura apresenta maior consistência em prol da promoção da SO junto as organizações supostamente sustentáveis.

Quadro 13: Comparativo das metodologias praticadas pelos IS

	Conceito	Índices Sustentáveis		
		DJSI	FTSE4Good	ISE
Público Alvo	Refere-se ao público ao qual o índice direciona suas ações para participação, os quais devem possuir supostamente práticas responsáveis.	Empresas que se destacam em seu setor, por meio do método <i>Best-in-class</i> , participantes da bolsa. Não possui limitação acerca da localização, atua de forma global. Investidores, fundos éticos (benchmark), mercado financeiro.	Foco em empresas listadas como <i>Best-in-class e screening negativo</i> . Não possui limitação acerca de localização, atua de forma global. Investidores, fundos éticos (benchmark), mercado financeiro.	Está voltado a empresas de atuação nacional (Brasil), direcionada as 200 empresas/papéis mais líquidos junto a Bovespa. Investidores, fundos éticos (benchmark), mercado financeiro.
Propósito	Visa validar o público ao qual o produto é direcionado. Em qual proporção suas práticas são coerentes com o desenvolvimento sustentável.	Ser indicador de desempenho proporcionando que organizações participantes, sejam referência em práticas sustentáveis. Ser benchmark de fundos éticos e carteiras voltadas a sustentabilidades, assim como, servir de orientação para investidores que se interessam sobre carteiras sustentáveis.	Ser referência para investidores que possuem apelo para sócio ambiental, possibilitando a visualização de companhias reconhecidas como sustentáveis junto a seu <i>benchmark</i> . Instigar/possibilitar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no mundo, por meio do interesse das organizações em compor sua carteira.	Identificar em que medida uma companhia tem a sustentabilidade incorporada de forma fundamentada e estruturada em seus modelos de negócios e perspectivas futuras. Ser referência no Brasil como benchmark em sustentabilidade, orientar investidores que possuem interesse pelo por carteiras que possuem referencial supostamente sustentável.
Aplicabilidade	Considera quais são as características voltadas para o mercado, demonstrando as suas particularidades e metodologia em prol da realização da sustentabilidade.	Metodologia acessível à todas organizações, que estão dentro dos pré-requisitos de aceitação.	Metodologia acessível à todas organizações, que estão dentro dos pré-requisitos de aceitação.	Metodologia acessível à todas organizações, que estão dentro dos pré-requisitos de aceitação.

Estrutura Proposta para análise	Refere-se a estrutura que contempla a metodologia utilizada, como forma avaliativa a partir de supostos princípios sustentáveis.	Utiliza-se da metodologia CSA (<i>Corporate Sustainability Assessment</i>), utiliza-se de 61 questionários diferentes (um para cada setor analisado) baseia-se em 3 dimensões, (não exclui nenhum setor da avaliação, compara 61 setores utilizando de 80-100 questões específicas do setor e entre setores, as empresas recebem notas classificatórias (TSS – Total Sustainability Score)	Possui como base a utilização do modelo ESG ratings, filtrando organizações globais e as classificando em escala de 0 a 5. Possui três pilares, 14 temas e mais de 300 indicadores, utilizando em média 125 indicadores por empresa.	Por meio da ferramenta questionário aborda sete dimensões, sendo direcionados por critérios e indicadores.
Fontes de Informação	Contempla as fontes de informação utilizadas para investigação, inserida junto as metodologias utilizadas em prol da validação de práticas sustentáveis.	Conta com questionário, análise de relatórios (relativos a sustentabilidade (GRI, SASB, CDP)), análise de relacionamento com stakeholders e análise da postura da empresas por meio de notas públicas (sites, mídia, etc).	Materiais de domínio público (os quais balizam o ESG) referente pertinente as empresas, análise de balanços, notícias em mídia, questionários específicos.	Questionário.
Racional	Está relacionado com a importância percebida do ferramental, quanto ao seu propósito de validade acerca de práticas sustentáveis.	Ser reconhecido <i>benchmark</i> global, junto ao mercado de ações para o cenário mundial, possuindo índices atrelados a sua estrutura em vários países.	Ser reconhecido como <i>benchmark</i> global, junto ao mercado de ações para o cenário mundial, possuindo índices atrelados a sua estrutura em vários países. Busca ser ferramental de aplicabilidade de práticas sustentáveis junto as organizações.	Ser referência, quanto a concepção de <i>benchmark</i> junto ao mercado financeiro brasileiro.
Escopo	Quais são as ferramentas utilizadas para validação do objetivo (validação das organizações das	Apresenta questionários específicos e soma de documentos públicos, os quais favorecem a ampliação do filtro e	Apresenta inúmeros ferramentais que visam filtrar as empresas que supostamente são sustentáveis, os próprios filtros já são excludentes. Devido a atuação com inúmeros	Como filtro apresenta a análise do questionário desenvolvido pelo CES-FGV, passando por revisões anuais, contando com o apoio da comunidade.

	organizações que se apresentam como sustentáveis).	detalhamento das informações. Passa por revisões, visando alinhamento junto ao mercado.	indicadores de análise, possui um processo mais aprofundado, já que as informações obtidas são de domínio público. Passa por revisões visando enquadramento junto ao mercado.	
Dimensões/ Pilares (Principais)	Refere-se as principais dimensões/pilares que são utilizados como referência para validação das práticas sustentáveis.	Econômica, Social e Ambiental	Meio Ambiente, Social e Governança	Econômico, Social e Ambiental
Transparência	Refere-se a disposição e disponibilidade dos dados e métodos utilizados para validação das organizações junto aos índices sustentáveis, visando demonstrar total clareza do processo eletivo.	A gestora SAM, mantém as informações sobre a metodologia disponíveis em seu site, porém, apenas um setor possui seus questionários expostos. As classificações estão de forma clara mencionadas em arquivos de acesso público, junto ao site institucional (Metodologia).	Todo a metodologia e pontuações são disponibilizadas de forma pública e didática, junto ao site da gestora do índice. Apresenta total clareza nas apresentações e especificações.	Informações sobre a metodologia, questionário e históricos, são divulgadas junto ao site da instituição e da Bovespa (porém, apresenta complexidade no entendimento da distribuição dos pesos frente as dimensões).

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

5.1.1 Comparação das principais características das estruturas de análise dos índices sustentáveis DJSI, FTSE4GOOD e ISE

5.1.1.1 Público alvo

Seu conceito está formulado em compreender a qual público o produto índice sustentável está direcionado, o que de fato os IS objetivam atingir.

Os índices comparados em sua essência têm o mesmo foco de público, porém, o que chama atenção e pode promover maior credibilidade a este processo está relacionado ao raio de atuação objetivado pelos IS DJSI e FTSE4GOOD, os quais atuam mundialmente, enquanto o ISE possui sua atuação limitada ao território nacional no qual está estabelecido.

Porém, destaca-se que os três índices têm como foco oferecer suas informações também aos investidores que possuem aderência acerca do tema sustentabilidade e por fim ser *benchmark* para outros fundos éticos e para o mercado como um todo.

5.1.1.2 Propósito

Tem em seu conceito a validação do público que adere as suas práticas, validar as ações supostamente sustentáveis das organizações que se submetem ao processo e por fim ser referência junto ao mercado financeiro. Percebe-se que os fundos comparados possuem aspectos similares, sendo o DJSI e o ISE, com uma linguagem e disposições baseadas no TBL bem evidentes e de conotação comercial, e o IS FTSE4GOOD com textos mais direcionados a governança corporativa. Suas características de explanação, fazem alusão ao TBL, porém, no material exposto junto a seu site/material institucional (FTSE RUSSELL, 2018), fica claro que possui aplicação holística, se diferenciando dos demais IS comparados.

5.1.1.3 Aplicabilidade

Quanto a aplicabilidade dos índices DJSI, FTSE4GOOD e ISE, uma vez que exista pré-disposição da organização participante em oferecer as informações solicitadas, não existem barreiras (apenas, os critérios de exclusão, sendo que cada índice apresenta uma particularidade).

Os IS DJSI e FTSE4GOOD possuem maior complexidade de documentos exigidos, porém, estas informações (balanços, balancetes, demonstrações de resultado, processos judiciais, mídias etc.) são práticas contábeis, matérias públicas (quando de informação direta as quais devem ser praxe para as organizações que estão atuando junto ao mercado), e andamento de processos judiciais de domínio público.

O ISE por sua vez, aplica somente o questionário (o qual é preenchido somente se a empresa tiver interesse) e possui a exigência dos itens de inclusão (como apresentado no quadro 6), demonstrando assim, facilidade e simplicidade quanto a sua aplicabilidade prática.

5.1.1.4 Estrutura proposta para análise

A estrutura proposta para análise, refere-se a estrutura metodológica empregada para análise das organizações participantes dos IS.

Os índices DJSI apresentam estrutura complexa e aprofundada para análise das empresas supostamente sustentáveis, utilizando-se da metodologia CSA (*Corporate Sustainability Assessment*), sendo fator decisivo a obtenção do TSS (*Total Sustainability Score*), fato interessante sobre o processo deste IS é que quando as organizações não respondem o questionário, mas, preenchem outros critérios através das informações obtidas de forma pública, os consultores responsáveis pela análise seguem com a continuidade no processo visando assim, incluir a empresa junto a sua carteira.

O IS FTSE4GOOD se utiliza do processo ESG, se valendo de mais de 300 indicadores de análise, sendo em média 125 utilizados por empresa, uma vez que em sua essência são utilizadas informações públicas, e seu processo seletivo, supostamente apresenta indícios de incluir empresas, que de fato possuem práticas voltadas a sustentabilidade.

O IS ISE, se utiliza apenas do questionário, sendo que até o ano de 2016, não incluía a necessidade de apresentação de documentos comprobatórios das práticas informadas. A partir do ano de 2017 algumas questões precisaram apresentar, além da resposta selecionada, documento que comprovassem e validassem a questão.

5.1.1.5 Fontes de Informação

Este item comparado, possui a intenção de demonstrar qual são as fontes que dão credibilidade para as informações obtidas prestadas pelas organizações.

Os IS DJSI e FTSE4GOOD possuem validação de suas fontes de informação baseadas em inúmeros mecanismos, os quais são reconhecidos pela sociedade como referenciais, a exemplo do GRI, SASB, CDP e informações contábeis como: balanços financeiros, balancetes e quando da dúvida de qualquer informação, em algumas situações é efetuado o conta com stakeholders.

O ISE se vale das informações obtidas por meio de questionários e de informações validadas, muitas vezes, por documentos emitidos pelas próprias organizações respondentes, em alguns casos, quando de informações negativas da mídia, opta-se por direcionar para análise de um comitê (CISE) para exclusão ou não da empresa (ISE, 2015).

5.1.1.6 Racional

O racional dos IS está relacionado à percepção do grau de importância fundamental, quanto ao seu propósito de validade acerca de práticas sustentáveis, e do fato de ser um referencial para outros índices que busquem atuar junto a sustentabilidade.

Os IS DJSI por ser o índice mais antigo apresentado nesta pesquisa, possui evidências de ser o índice mais reconhecido e de maior expressividade, segundo Kraemer (2003), Fowler e Hope (2007) e Zago, Jabbour e Bruhn (2008), por possuir como referencial a índice *Dow Jones Industrial Average*, que data o ano de concepção como 1896 e possui em sua carteira as maiores empresas do mundo, no mercado de ações.

O índice FTSE4GOOD, possui como seu “mentor” o FTSE (*Financial Time Stock Exchange*) que por sua vez, é internacionalizado e representa as carteiras de maior liquidez do UK (Reino Unido), favorecendo assim, sua referência junto aos países europeus, como um *benchmark* de sustentabilidade.

Por sua vez, o ISE possui atuação nacional e se limita a ser referência como índice sustentável no Brasil.

5.1.1.7 Escopo

O escopo tem como finalidade delinear os caminhos utilizados pelas metodologias para que os ferramentais propostos na metodologia tenham efetividade.

Os índices DJSI e FTSE4GOOD, conforme apresentado nas fontes de informação, se valem de informações que possuem peso reconhecido por órgãos reguladores (a exemplo de balanço contábil) que por si, já passam maior credibilidade ao processo. O fato de se utilizarem de um filtro mais específico e “denso”, o qual promove uma somatória de documentos e informações obtidas dos clientes e confirmadas por outras fontes, promove um processo de validação mais robusto.

O ISE, por sua vez, segue com o processo de validação por meio de respostas e documentos disponibilizados pelas organizações participantes.

5.1.1.8 Dimensões e pilares principais

Este tópico explana as principais dimensões utilizadas pelos índices sustentáveis as quais são o cerne de suas metodologias, visando assim, promover a identificação de características/práticas sustentáveis junto as organizações que farão parte das carteiras dos referenciados índices.

Os IS DJSI e ISE possuem como base o TBL, sendo estas as principais dimensões utilizadas para a promoção dos questionários ao quais as organizações são submetidas. Nesse caso, o índice brasileiro é desenvolvido em menor profundidade, quando comparado ao índice norte americano, porém, apresentam similaridades.

O IS FTSE4GOOD possui o mesmo embasamento dos demais índices. Contudo, ele inclui o pilar econômico sob o pilar intitulado como governança

corporativa, possibilitando assim, uma compreensão holística e robusta das organizações que compõe o índice.

5.1.1.9 Transparência

A transparência é um fator relevante de análise, uma vez, que visa demonstrar qual é o grau de clareza que os IS se propõem a informar a sociedade como um todo acerca dos critérios utilizados para inserção ou exclusão das empresas participantes de suas carteiras.

De forma geral os IS comparados apresentaram a disponibilização de suas metodologias em seus sites institucionais (ISE, 2015; SAM, 2018; FTSE RUSSELL, 2019).

5.2 COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES SUSTENTÁVEIS A PARTIR DA DISSEMINAÇÃO DAS DIMENSÕES: ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL

Segundo Munck (2013), novas práticas, metodologias visando aprimoramentos da utilização das dimensões (econômico, social, ambiental) que alicerçam a sustentabilidade são fomentadas por organizações que estão ativamente envolvidas no tema.

Desta maneira, não diferente, os IS têm chamado atenção da sociedade como sendo uma referência para indicar empresas que se preocupam com a sustentabilidade (SADOVSKA, 2016), e apresentam como seu cerne e sustentação metodológica o *TBL*.

Sendo assim, existe uma necessidade em comparar as práticas metodológicas dos próprios IS com as proposições das dimensões elencadas pelo TBL, sendo este último reconhecido como sustentação do fenômeno sustentabilidade (DYLLICK; HOCKERTS, 2002; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011; SAVITZ; WEBER, 2007; VAN MARREWIJK, 2003; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003).

Para esta etapa, foi utilizada como base a proposição de Baumgartner e Ebner (2010) que se trata de um modelo que visa auxiliar na identificação da prática da sustentabilidade pelas organizações através da utilização das dimensões

propostas pelo TBL, sendo este modelo adaptado pelo autor, visando identificar o nível de comprometimento dos índices.

A comparação dos índices foi apresentado sequencialmente nos quadros 14, 15 e 16 (respectivamente) e seguiu sua ordem cronológica a partir de sua concepção, ou seja, foi comparado com a proposição inicialmente o DJSI, na sequência o FTSE4GOOD e por fim o ISE, com a finalidade de comparar se as estruturas propostas pelos IS possuem compatibilidade com os conceitos teóricos apresentados (sendo a tabela inspirada junto aos trabalhos de Baumgartner e Ebner (2010), possibilitando assim a validação das organizações para a SO.

Para a comparação do IS DJSI, foi utilizado como base o questionário: Serviços ao consumidor diversificados (uma vez que o processo de avaliação, possui 61 questionários diferentes) estando disponível como amostra o supracitado.

Os quadros 14, 15 e 16, apresentam informações e comparativos, respectivamente dos índices sustentáveis DJSI, FTSE4GOOD e ISE

Quadro 14: Análise comparativa através das dimensões do DJSI

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
DJSI – Econômico	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentração em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.			X	
DJSI – Econômico	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P & D, instituições, universidades) trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.			X	
DJSI – Econômico	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.			X	
DJSI – Econômico	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas para que todos os funcionários saibam o que a organização espera dele ou dela (sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.		X		
DJSI – Econômico	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.		X		
DJSI – Econômico	Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja em separado relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.			X	
DJSI – Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Uso de recursos renováveis e não renováveis e energia através da empresa incluindo recursos reciclados		X		

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
DJSI – Ambiental	Emissões no ar	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Emissões na água	Emissões na água devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Emissões no solo	Emissões no solo devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Biodiversidade	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
DJSI – Ambiental	Questões ambientais dos Produtos	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida			X	
DJSI – Social	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.		X		
DJSI – Social	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).		X		
DJSI – Social	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização. Não impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas para funcionários para evitar perigos e permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).		X		
DJSI – Social	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do		X		

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
		emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.				
DJSI – Social	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidas suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.		X		
DJSI – Social	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.				X
DJSI – Social	Nenhuma corrupção e cartel	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.		X		
DJSI – Social	Cidadania corporativa	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).		X		

Fonte: Desenvolvida pelo autor adaptada de Baumgartner e Ebner (2010)

Foi realizada a análise do conteúdo, a partir das informações disponíveis no site institucional que é responsável pela gestão do índice DJSI, e foi tomado como base a documentação que é utilizada para validação da inclusão de organizações (validação também de informações externas), supostamente sustentáveis, junto a sua carteira.

Quanto as dimensões, observou-se:

Dimensão Econômica:

a) Não atende – não foram identificados de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente – as proposições relativas a: I) Processos: embora seja identificado de forma implícita a necessidade das organizações participantes dos índices, não é disponibilizado nenhuma ferramenta ou informação que possibilite de forma contundente evidenciar a integração da sustentabilidade nas práticas diárias das organizações; II) Compras: embora o questionário apresente questões que sugerem a disseminação da sustentabilidade, por parte da organização participante do índice, junto a sua cadeia de suprimentos e também a própria organização, é perceptível que espera-se que a organização já tenha esta prática como cotidiana, porém, é o processo é implícito.

c) Atende - as proposições relativas a: I) inovação e tecnologia: apresentou acerca do conceito proposto pela pesquisa, indícios explícitos e implícitos acerca da existência informações/questionamentos que fomentam junto as organizações o interesse em investir em pesquisa e desenvolvimento de novos negócios que proporcionem menor impacto ambiental; II) Colaboração – o índice apresenta interesse em fomentar junto aos participantes maior interação junto a temática sustentabilidade organizacional, evidenciando inclusive, no próprio site institucional que apresenta informações e pesquisas para o acesso aos usuários, cases de participantes e troca de informações sobre a sustentabilidade, além de vasto material informativo; III) Gestão do

conhecimento: o próprio questionário utilizado como uma das formas de classificação das organizações participantes do IS, apresenta em sua estrutura questões explícitas acerca do tema; IV) Relatório de Sustentabilidade – apresentou de forma explícita junto a sua metodologia a necessidade de fomentar relatórios que tratem do tema sustentabilidade.

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Ambiental:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícitas fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

a) Atende - as proposições relativas a: I) Recursos materiais energia, incluindo reciclagem; II) Emissões de ar; III) Emissões de água; IV) Emissões no solo; V) Resíduos e resíduos perigosos; VI) Biodiversidade; VII) Questões ambientais do produto – apresentam caracteres regulatórios pertinentes as leis vigentes para atuação junto as organizações junto a sociedade, sendo sua preocupação explicitada por meio da posição que as organizações ocupam no mercado de ações.

c) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Social:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícitas fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

- b) Atende Parcialmente – as proposições relativas a: I) Comportamento ético e direitos: o questionário apresenta de forma limitada especificações acerca do tema, sendo assim, prejudicando sua avaliação; II) Motivação e incentivos; III) Saúde e segurança; IV) Desenvolvimento do capital humano; V) Comportamento ético e direitos; VI) Nenhuma corrupção e cartel; VII) Cidadania corporativa – o índice apresenta junto as questões formuladas e site institucional, abordagens implícitas acerca do tema.
- c) Atende-as proposições relativas a: I) Governança corporativa: regulamento acerca da participação da organização é clara quanto a necessidade da prática do tema como critério de inclusão.
- d) Supera – I) Nenhuma atividade controversa: O índice apresenta de forma rígida e clara acerca da proposição ser um item de exclusão.

Quadro 15: Análise comparativa através das dimensões do FTSE4GOOD

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
FTSE4Good – Econômico	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentrando em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.			X	
FTSE4Good – Econômico	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P&D Instituições, universidades, trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.			X	
FTSE4Good – Econômico	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos de planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.			X	
FTSE4Good – Econômico	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas de maneira que todos os funcionários saibam o que a organização espera dele ou dela sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.			X	
FTSE4Good – Econômico	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.			X	
FTSE4Good – Econômico	Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja separado do relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.			X	

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
FTSE4Good Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
Ambiental	Emissões no ar	Emissões na água devido a atividades corporativas			X	
FTSE4Good Ambiental	Emissões na água	Emissões no solo devido a atividades corporativas			X	
Ambiental	Emissões no solo	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
FTSE4Good Ambiental	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
FtSE4Good Ambiental	Biodiversidade	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida			X	
FtSE4Good Ambiental	Questões ambientais dos Produtos	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
FTSE4GooDSocial	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.			X	
FTSE4Good Social	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização com o apoio da gerência agindo de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária e não monetária).			X	
FTSE4Good Social	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização, que não haja impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas com o objetivo de funcionários para evitar perigos e			X	

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
		permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).				
FTSE4Good Social	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.			X	
FTSE4GoodSocial	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidas suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.			X	
FTSE4GoodSocial	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.			X	
FTSE4GoodSocial	Nenhuma corrupção e cartel	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.			X	

Índice Sustentável / Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
FTSE4GoodSocial	Cidadania corporativa	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização com o apoio da gerência agindo de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).			X	

Fonte: Desenvolvida pelo autor adaptada de Baumgartner e Ebner (2010)

Quanto a comparação do índice FTSE4GOOD, observa-se:

Dimensão Econômica:

- a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas.
- b) Atende Parcialmente – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas.
- c) Atende as proposições relativas a: I) Inovação e tecnologia; II) Colaboração; III) Gestão do conhecimento; IV) Processos; V) Compras; VI) Relatório de Sustentabilidade: o próprio questionário utilizado como uma das formas de classificação das organizações participantes do IS, apresenta em sua estrutura questões explícitas acerca do tema
- d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Ambiental:

- a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;
- b) Atende Parcialmente – as proposições relativas a: não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;
- c) Atende - as proposições relativas a: I) Recursos materiais energia, incluindo reciclagem; II) Emissões de ar; III) Emissões de água; IV) Emissões no solo; V) Resíduos e resíduos perigosos; VI) Biodiversidade; VII) Questões ambientais do produto – apresentam caracteres regulatórios pertinentes as leis vigentes para atuação junto as organizações junto a sociedade, sendo sua preocupação

explicitada por meio da posição que as organizações ocupam no mercado de ações.

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Social:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

c) Atende - as proposições relativas a: I) Governança corporativa; II) Motivação e incentivos; III) Saúde e segurança; IV) Desenvolvimento do capital humano; V) Comportamento ético e direitos; VI) Nenhuma atividade controversa; VII) Nenhuma corrupção e cartel; VIII) Cidadania corporativa – o índice apresenta junto as questões formuladas e site institucional, abordagens implícitas acerca do tema.

d) Supera – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

Quadro 16: Análise comparativa através das dimensões do ISE

Índice Sustentável /Dimensão	Proposição do índice sustentável	Definições	Não Atende	Atende Parcialmente	Atende	Supera
ISE - Econômico	Inovação e Tecnologia	Esforço em P & D relacionado à sustentabilidade para reduzir impactos ambientais em novos produtos e nas atividades de negócios. Utilização de BAT (melhores técnicas disponíveis) e integradas tecnologias ambientais, concentrado em produção mais limpa e emissões zero tecnologias.		X		
ISE - Econômico	Colaboração	Boa cooperação e colaboração ativa com vários parceiros de negócios (por exemplo, fornecedores, P & D), instituições, universidades) trabalhar em programas e redes comuns sobre inovação produtos e tecnologias. Troca de informação e conhecimento.		X		
ISE - Econômico	Gestão do Conhecimento	Atividades e abordagens para manter o conhecimento relacionado à sustentabilidade na organização. Métodos planejar, desenvolver, organizar, manter, transferir, aplicar e mensurar conhecimentos específicos e melhorar a base de conhecimento organizacional.		X		
ISE - Econômico	Processos	Processos e funções claras são definidos para que as atividades de negócios sejam conduzidas para que todos os funcionários saibam o que a organização espera dele ou dela (sustentabilidade). Adaptação do gerenciamento de processos nas necessidades de sustentabilidade para implementar sustentabilidade corporativa sistematicamente. Integração da sustentabilidade na vida empresarial diária.		X		
ISE - Econômico	Compras	Consideração de questões de sustentabilidade na compra. Conscientização e consideração da sustentabilidade questões relacionadas na organização, bem como ao lado da cadeia de		X		

		suprimentos. Relacionamento com fornecedores com foco também em sustentabilidade.				
ISE - Econômico	Relatório de Sustentabilidade	Consideração e relato de questões de sustentabilidade nos relatórios da empresa, seja em separado relatório de sustentabilidade ou integrado ao corporativo.		X		
ISE - Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Emissões no ar	Emissões na água devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Emissões na água	Emissões no solo devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Emissões no solo	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Resíduos e Resíduos perigosos	Resíduos e resíduos perigosos devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Biodiversidade	Aspectos ambientais do produto ao longo de todo o ciclo de vida			X	
ISE - Ambiental	Questões ambientais dos Produtos	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
ISE - Ambiental	Recursos (materiais, energia) incluindo reciclagem	Emissões no ar devido a atividades corporativas			X	
ISE – Social	Governança Corporativa	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.			X	
ISE – Social	Motivação e incentivos	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização devido ao apoio da gerência por agir de forma sustentável (por exemplo, tempo,		X		

		dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).				
ISE – Social	Saúde e segurança	Garantir que não ocorram riscos à saúde e segurança ao trabalhar na / para a organização. Garantir que não haja impacto negativo da saúde física dos funcionários a qualquer momento. Operação de programas para funcionários para evitar perigos e permanecer em boa forma e saudável (por exemplo, países).			X	
ISE – Social	Desenvolvimento do capital humano	Desenvolvimento de capital humano para questões relacionadas à sustentabilidade por meio de programas específicos como educação permanente, orientação ou treinamento. Educação transversal ampla (trabalho enriquecimento, alargamento do emprego), a fim de tomar consciência dos diferentes desafios e questões de sustentabilidade corporativa.			X	
ISE – Social	Comportamento ético e direitos humanos	Comportamento ético em direção à sustentabilidade, consistindo em princípios básicos bem estabelecidas suposições e princípios relativos à cooperação dentro de uma organização e o comportamento em relação às partes interessadas (externas). Em relação à sustentabilidade, importante elementos são uma cultura de respeito, regras justas e comportamento dentro de uma organização (e entre suas subsidiárias) e alocação justa de riqueza / lucro, bem como consideração dos ideais e necessidades das partes interessadas. Nenhum dano de empregados, tampouco sobre a sua crença religiosa, sexo, nacionalidade ou cor ou sobre as pessoas que são deficientes ou idosos.			X	
ISE – Social	Nenhuma atividade Controversa	Nenhuma participação de ações em organizações que são definidas principalmente			X	

		como não sustentáveis (por exemplo, mineração de urânio). Não utilização ou venda de bens e bens próprios para atividades sustentáveis.				
ISE – Social	Nenhuma corrupção e cartel	Transparência em todas as suas atividades para melhorar o relacionamento com seus stakeholders. Dar insight em todos os dados relevantes; seguir as regras dos mercados (de ações) em governança e definição de responsabilidades e comportamento do conselho.	X			
ISE – Social	Cidadania corporativa	Envolvimento ativo e função exemplar da administração em tópicos de sustentabilidade para funcionários. Consciência das necessidades, reclamações e fatores de motivação dos empregados, a fim de implementar a sustentabilidade suficientemente na organização com o apoio da gerência agindo de forma sustentável (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos). Desenvolvimento de incentivos e sistemas de recompensa (monetária, não monetária).			X	

Fonte: Desenvolvida pelo autor adaptada de Baumgartner e Ebner (2010).

Quanto a comparação do índice ISE, observa-se:

Dimensão Econômica:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita, fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente as proposições relativas a: I) Processos: embora seja identificado de forma implícita a necessidade das organizações participantes dos índices, não é disponibilizado nenhuma ferramenta ou informação que possibilite de forma contundente evidenciar a integração da sustentabilidade nas práticas diárias das organizações; II) Compras: embora o questionário apresente questões que sugerem a disseminação da sustentabilidade, por parte da organização participante do índice, junto a sua cadeia de suprimentos e também a própria organização, é perceptível que espera-se que a organização já tenha esta prática como cotidiana, porém, o processo é implícito.

c) Atende as proposições relativas a: I) inovação e tecnologia; II) Colaboração; III) Gestão do conhecimento; IV) Processos; V) Compras; VI) Relatório de Sustentabilidade – apresentou de forma explícita e objetiva junto aos questionários apresentados como forma de validação;

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Ambiental:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente as proposições relativas a: não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao

índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

c) Atende - as proposições relativas a: I) Recursos materiais energia, incluindo reciclagem; II) Emissões de ar; III) Emissões de água; IV) Emissões no solo; V) Resíduos e resíduos perigosos; VI) Biodiversidade; VII) Questões ambientais do produto – apresentam caracteres regulatórios pertinentes as leis vigentes para atuação junto as organizações junto a sociedade, sendo sua preocupação explicitada através da posição que as organizações possuem junto ao mercado de ações.

d) Supera – não foram identificadas informações que comprove a superação das proposições.

Dimensão Social:

a) Não atende – não foram identificadas de forma explícita ou implícita fatores que atribuíssem ao índice, ausência total de informações, acerca das proposições apresentadas;

b) Atende Parcialmente as proposições relativas a: I) Comportamento ético e direitos: o questionário apresenta de forma limitada especificações acerca do tema, sendo assim, prejudicando sua avaliação; II) Motivação e incentivos; III) Saúde e segurança; IV) Desenvolvimento do capital humano; V) Comportamento ético e direitos; VI) Nenhuma corrupção e cartel; VII) Cidadania corporativa – o índice apresenta junto as questões formuladas e site institucional, abordagens implícitas acerca do tema.

c) Atende-as proposições relativas a: I) Governança corporativa: regulamento acerca da participação da organização é clara quanto a necessidade da prática do tema como critério de inclusão.

d) Supera – I) Nenhuma atividade controversa: O índice apresenta de forma rígida e clara acerca da proposição ser um item de exclusão.

Uma vez que o índice sustentável ISE possui como seu pré-requisito o preenchimento de forma espontânea por parte da organização que demonstra interesse em compor sua carteira, o questionário apresenta sua estrutura composta

por sete dimensões (Econômica, Social, Ambiental, Geral, Governança Corporativa, Natureza do Produto, Mudança de Clima). Portanto, percebe-se que existe uma abrangência acerca das perguntas que as empresas devem responder de forma objetiva. As perguntas, contudo, não promovem a ação e sim delimitam a confecção de um futuro indicador baseado na informação a qual a empresa acredita que melhor representa seu cotidiano.

Para esta etapa, a qual se utilizou de um modelo de maturidade proposto por Baumgartner e Ebner (2010), o índice apresenta dúvidas passíveis de questionamentos quanto a consistência de seu roteiro de perguntas, uma vez que possuem caráter explanatório, e alguns critérios não permitem afirmar se, de fato, as respostas sinalizadas são resultados de ações diárias e sim apenas demonstrar/indicar a resposta mais pertinente para a empresa.

O fato das validações dos documentos comprobatórios ocorrerem de forma amostral, ainda permitem dúvidas quanto a validade das respostas e dos trâmites apresentados como verdadeiros, fato este que dificulta o IS assegurar que as respostas não possuem apenas uma conotação estratégica quando assinaladas, voltada apenas para o credenciamento da empresa junto a carteira, ainda assim, ressalta-se que o processo passa pela análise da empresa de auditoria KPMG (ISE, 2015).

Um fator que deve ser levado em consideração é que o ISE é o IS que se utiliza de menos critérios para aprovação das organizações e que também apresenta a menor carteira. A sinalização deste fato é pertinente, uma vez que pelo fato da própria empresa preencher o questionário e não apresentar nada atrelado a sustentabilidade como pré-requisito de entrada (a exemplo dos demais índices investigados, que utilizam informações de balanço, mídia etc.), somente sinalizações econômicas, tais como: a) estar entre as 200 empresas que nos últimos 12 meses apresentaram maior volume de negociação junto a bolsa, b) estar presente em pelo menos 50% das negociações do mercado no mesmo período, fatores estes não aplicáveis a SO e assim, o processo fica fragilizado, podendo contar com a má fé das organizações participantes.

Outro aspecto quanto a confecção do relatório, é que junto ao Conselho Deliberativo do índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE) exista a participação de entidades que sinalizam conflito de interesses, a exemplo da participação do instituto ETHOS, uma vez que sua atuação "*core business*", se

relaciona em otimizar e implementar práticas sustentáveis junto as organizações. Isso pode deixar questionável a entrada de uma organização junto a carteira, que possui apoio e assessoria do Instituto, assim como, ANBIMA e APIMEC que possuem relações fortes com o setor bancário.

Quanto a dimensão econômica analisada, seu propósito (para o gestor do índice) está atrelado ao fato de descobrir em qual medida a organização avalia seus impactos direto e indireto a sociedade no quesito econômico financeiro, almejando evidenciar o desempenho financeiro da mesma e se existe a preocupação além dos resultados econômicos.

Percebe-se assim, que este tópico, quando comparado com a ferramenta utilizada nesta pesquisa, deixa dúvidas sobre a clareza das ações e este fato pode ser justificado pela própria estrutura do questionário, o qual ao ser concebido de forma explanatória permite um entendimento superficial das tratativas embora em muitos casos, a própria pergunta solicite a ação comprobatória da resposta por meio de documentos reconhecidos como oficiais da companhia e não de órgão reguladores.

Quanto a realização da comparação dos IS entre si, percebe-se similaridade quanto a forma de interpretar os dados informados pelas organizações por meio da proposição de questionário através do DJSI e ISE, sendo o primeiro possuidor de uma estrutura mais aprofundada e complexa permitindo (em sua maioria) a inclusão de informações relevantes, consideradas pelas organizações participantes afim que as mesmas expliquem acerca do tema proposto em cada questão, sendo o índice brasileiro possuidor de um perfil de perguntas objetivas.

Por sua vez, o IS FTSE4GOOD utiliza de indicadores específicos por setor, com o objetivo de obter informações que compõe sua estrutura para pleito da participação das organizações.

Um fator identificado junto a pesquisa que necessita ser explicado é quanto à forma de obtenção da informação, o que permite o índice FTSE4GOOD, ficar em posição de destaque, uma vez que para participação de seu índice se utiliza de informações que não possam ser manipuladas pela organização interessada. O DJSI, porém, é permissivo quanto as informações que tenham origem a empresa interessada (porém, o questionário apresenta maior rigor quanto as comprovações das informações prestadas) e, por fim, o ISE é representado apenas por informações prestadas pelas organizações e com validações comprobatórias questionáveis, uma vez que estas podem ser validadas por documentos reconhecidos pela empresa

participantes e não órgão externos os quais são legitimados com sumidade ou reguladores.

Tanto o FTSE4GOOD, quanto o DJSI, por serem índices de referência global, apresentam uma estrutura de maior complexidade metodológica o que não é percebido no ISE, pelo fato deste usar apenas uma ferramenta como cerne da obtenção das informações necessárias para validar uma organização como sustentável.

Outro fato a ser avaliado é quanto o posicionamento dos IS se aproximam do conceito de SO, promovendo junto as instituições ações voltadas de fato para a sustentabilidade.

O quadro 17, apresenta a comparação entre o conceito operacional proposto e o posicionamento prático utilizado pelos índices sustentáveis, em suas metodologias:

Quadro 17: Conceito operacional e posicionamento dos índices acerca da SO

Conceito Operacional e posicionamento dos índices acerca da SO			
Conceito Operacional	Posicionamento DJSI	Posicionamento FTSE4GOOD	Posicionamento ISE
Os processos e decisões tomadas pelas organizações devem estar alinhadas com as preocupações da sustentabilidade, sendo a partir da compreensão das dimensões (econômica, social e ambiental) e implementação das mesmas incluem o desenvolvimento sustentável, este de fato, possibilite a inclusão de práticas, objetivos, estratégias, valores, fatores sociais e ambientais, além do econômico, possibilitando assim os "trade-offs" entre os pilares, para desta maneira, alcançar a sustentabilidade global.	Baseado em dois princípios orientadores: forte crença que a integração de critérios se refere a qualidade da gestão financeira; e o potencial de desempenho futuro das empresas.	Sua essência está baseada na medição do desempenho das empresas que demonstram práticas ambientais, sociais e de governança, focado em gestão transparente e total obediência aos critérios ESG (metodologia).	Baseado em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, promove a análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.

Fonte: Desenvolvido pelo autor baseado em SAM (2019); FTSE Russell (2019); e B3 (2019).

Quanto a comparação do conceito operacional frente as bases que norteiam os índices sustentáveis, eles são bem específicos e são voltados a atender uma demanda do mercado financeiro, quanto a investidores que atuam em um ambiente que transmite inspirações acerca de empresas que atuam voltadas ao desenvolvimento sustentável em prol da sustentabilidade.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo principal mapear e estudar a estrutura dos índices sustentáveis (DJSI, FTSE4GOOD, ISE) e compará-los com os fundamentos teóricos para uma organização ser caracterizada como sustentável, visando assim, compreender em que medida existe compatibilidade entre os índices sustentáveis e suas respectivas estruturas com os fundamentos teóricos para uma organização ser considerada como sustentável.

Para Delai (2006) como premissa é necessário e fundamental a promoção da sustentabilidade corporativa de tal forma que exista a evidência quanto a um conceito ou visão da sustentabilidade organizacional, a qual será norteadora.

Desta forma a pesquisa, por meio das leituras efetuadas (BANSAL, 2005; BAUMGARTNER; EBNER, 2010; DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ELKINGTON, 1999; MUNCK, 2013; MUNCK; BORIM-DE SOUZA, 2011; VAN MARREWIJK; WERRE, 2003), buscou suscitar a definição de sustentabilidade organizacional, utilizada como conceito operacional desta, visto que percebeu-se total desarmonia e falta de consenso acerca da SO.

Todo material utilizado para análises desta pesquisa (livros, artigos, *journals*, periódicos) viabilizou eleger os fundamentos necessários para que uma organização seja considerada sustentável, possibilitando seguir com a comparação entre as fundamentações teóricas e a prática dos índices sustentáveis, quanto a SO.

Segundo Arribas *et al.* (2019) as agências de classificação social implementam filtros complexos para identificar as empresas com melhor desempenho sustentável e social e ajudam os investidores a selecionar as empresas para suas carteiras sustentáveis.

Após as comparações, percebe-se que de fato, existe uma complexidade quanto as formas com que os IS, a exemplo do DJSI e FTSE4GOOD que se utilizam de inúmeros ferramentais e relatórios fornecidos por outras organizações, classifiquem as organizações como sustentáveis.

Frases como: “o ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3” (B3, 2019), “boutique de investimentos focada exclusivamente em investimentos sustentáveis” (ROBECOSAM, 2019), “os índices FTSE4Good, podem ser usados de quatro maneiras principais: a) produtos

financeiros (como ferramenta de investimentos), b) pesquisa (para identificar empresas supostamente sustentáveis), c) referência (por utilizar a metodologia ESG), d) benchmarking (como índice de referência para acompanhar portfólios de investimentos sustentáveis) (FTSE RUSSELL, 2019), são a essência dos índices.

Fortalecem a característica de produtos, os quais buscam diferenciais entre si, para que possam ser usados/consumidos, estes posicionamentos dos IS, podem ser explicados pelas próprias frases disponíveis em seus sites institucionais que apresentam os índices como “*benchmarks*”, ou seja, referências para atender uma demanda proporcionada pelo mercado financeiro em sua voracidade por não dar oportunidade para que sua “clientela” seja alvo de qualquer outra forma de investimento que apresente uma oportunidade de trazer características sustentáveis.

Quando feita a comparação entre os índices, frente as suas metodologias, fica evidente a preocupação que estes têm em validar a SO como um diferencial, algo que possibilite as organizações participantes, serem reconhecidas como de fato, empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável, porém, fica mais evidente que todos sem exceção estão beneficiando empresas consideradas como referências de desempenho financeiro por estarem a frente de carteiras que não são consideradas como sustentáveis.

Este fato é indicado no critério inclusivo dos índices, onde tanto DJSI, FTSE4GOOD e ISE, buscam empresas que possuem melhor desempenho e liquidez junto a outras carteiras, líderes de setor, sendo estas já reconhecidas como “gigantes”, que buscam se diferenciar no mercado de ações (ou em seus setores de atuação) com todos os ferramentais possíveis, como um estratégia competitiva, conforme ofertado pela própria RobecoSam (gestora do DJSI) em seu site institucional: “Melhore sua reputação como líder de sustentabilidade, participando do CSA aos olhos das partes interessadas, sociedade como um todo, sua empresa será referência em sustentabilidade” (ROBECOSAM, 2019).

As metodologias como um todo, convergem para a utilização do TBL como princípio balizador da SO, sendo o DJSI, bem claro quanto a sua utilização junto as distribuição de seu questionário, se valendo das três dimensões (Econômico, Social e Ambiental), contudo por ser o índice sustentável pioneiro no mercado de ações, possui a estrutura metodológica extremamente conectada a seu objetivo e tem por fim a validação de suas proposições, não somente pelo questionário utilizado, mas

também, por outros instrumentais externos que quando confrontados com a resposta das organizações podem possibilitar a confirmação dos fatos.

O índice FTSE4GOOD, busca por meio da metodologia avaliativa, se diferenciar do DJSI, porém, é perceptível que por fim as influências proporcionadas pelo TBL a direcionam quanto a conceito de SO, mas, o fato da informações que possibilitam a inclusão das organizações junto a sua carteira, ser propiciado exclusivamente por informações externas e de acesso público, transferem grande credibilidade ao processo de validação.

Por fim, o índice ISE apresenta o que supostamente se propõe, contudo apresenta fragilidade em seu processo metodológico, uma vez que se vale de um único questionário para validação das organizações e este é preenchido pelas empresas que tem interesse em participar de sua carteira, o que fragiliza o processo de inclusão.

Deste modo, a avaliação das metodologias, sinalizam para inclusão de empresas que já se intitulam sustentáveis e que possuem suas práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável como estratégia ou hábito, e não por influência ou interesse na participação das carteiras, que estas apenas confirmem informações já existentes e as organizem de forma a otimizar um “*ranking*”.

Quando da comparação entre os índices e a proposição de Baumgartner e Ebner (2010), adaptada para sinalizar o grau de aderência a SO, identificou-se:

O DJSI para todas as dimensões apresentadas, possui aderência em sua totalidade, sendo uma das motivações sua estrutura voltada ao atendimento das três dimensões propostas pelo TBL. Não apresenta, contudo, de forma expressiva caracteres superiores ao entendido como fator mínimo para balizamento da SO.

Analisado o índice FTSE4GOOD este apresenta também, processos que garantem a aplicação dos critérios mínimos de aderência a SO, promovidos pela proposição da pesquisa, possivelmente, pelo simples fato das informações serem retiradas do mercado por meio de balanços, informações acerca de processos judiciais, mídia, relatórios entre outros indicadores.

Quanto ao ISE foi o que apresentou inconstância junto a sua metodologia e a proposição utilizada nesta pesquisa como modelo. Isto pode ser considerado resultado da utilização de uma única forma de validar a inclusão da empresa e por esta possuir perguntas com foco objetivo (diferentemente do DJSI que

tem caráter explanatório) o que possibilita a dúvida quanto a sua forma de validar a SO.

Para todos os índices submetidos a comparação é evidenciado a aderência a questões que supostamente indicam aspectos sustentáveis e não de fato os promovem.

Por fim quanto a comparação do que se foi definido por conceito operacional, frente ao posicionamento dos índices, fica manifestado a divergência entre a teoria e o posicionamento dos IS. Estes, sem exceção, possuem grandes indícios, seja através da metodologia utilizada, da estrutura proposta ou simplesmente pela leitura de seus sites institucionais que todos estão voltados a atender uma parcela de investidores, e ainda promover as organizações para um status “empresa sustentável”.

Deste modo a pesquisa identificou que os índices sustentáveis através de suas metodologias e estruturas, se comparados com a proposição da SO obtida através da síntese dos fundamentos teóricos aqui apresentados, não fornecem todos os requisitos para que uma organização seja considerada como sustentável, mas, se apresentam como ferramentas que possibilitam medir (perante seus processos) apenas o grau de disposição que a organização está para o desenvolvimento sustentável.

Quanto proposições futuras acerca dos processos que supostamente atestam sobre as organizações participantes das carteiras dos IS serem sustentáveis, abre precedentes para novas pesquisas, uma vez que a real proposta dos índices é atuar como um ferramental que indique o grau de sustentabilidade a qual a empresa se dispõe e quer demonstrar para sociedade.

Esta pesquisa faz a proposição inicial para os índices sustentáveis, que reavaliem seus discursos e principalmente seus ferramentais de acompanhamento acerca das empresas que compõe suas carteiras, pois, todas as carteiras apresentaram cases negativos acerca de seus participantes, como exemplo a empresa Vale a qual figurou como a principal empresa do ISE e apresentou nos últimos 5 anos casos graves de gestão, opostos a práticas sustentáveis.

Percebeu-se por meio dos documentos analisados e das propostas expostas pelas gestoras dos índices que o que é percebido pela sociedade como sustentabilidade, não converge com as fundamentações teóricas acerca do desenvolvimento sustentável e das definições da SO aqui propostas, sendo assim,

necessário o realinhamento do discurso das gestoras em evidenciar fundos que possuem indícios de sustentabilidade, mas, que não são ferramentas que validam, de fato, as empresas participantes como sendo sustentáveis.

Para pesquisas futuras ficou perceptivo a falta de material exploratório para confrontar estas ferramentas, sendo de grande valia para a sociedade, identificar o real interesse promovido pelas organizações quando estas participam destas carteiras, buscando elucidar se de fato a participação junto aos processos de inclusão são um primeiro passo para se interessar e buscar práticas sustentáveis ou se é simplesmente auto promoção, convertida em “*greenwashing*” em favor de maior rentabilização aos acionistas.

Este trabalho visa contribuir para trabalhos que visam contribuir para estudos acerca da Sustentabilidade Organizacional, promovendo também a reflexão acerca da utilização do Índices Sustentáveis, por parte de pesquisadores, quanto se estes são adequados para validar a sustentabilidade praticada pelas organizações, referenciando os mesmos em trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- ANDRADE, L. P. *et al.* Determinantes de adesão ao índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa e sua relação com o valor da empresa. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 11, n. 2, p. 181-213, 2013.
- ANDREOLI, T. P.; CRESPO, A.; MINCIOTTI, S. What Has Been (Short) Written About Greenwashing: A Bibliometric Research and a Critical Analysis of the Articles Found Regarding this Theme. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 1-19, 2017.
- ANTOLIN-LOPEZ, R., DELGADO-CEBALLOS, J., MONTIEL, I. Deconstructing corporate sustainability: A comparison of different stakeholder metrics. **Journal of Cleaner Production**, v. 136, n. 1, p. 5-17, 2016.
- ARANTES, E. **Investimento em Responsabilidade Social e sua Relação com o Desempenho Econômico das Empresas**. São José dos Pinhais: Conhecimento Interativo, 2006.
- ARJALIÈS, D-L. **Qu'est-ce que l'Investissement Socialement Responsable. cahier de recherche**. 2010. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00482436/document>>. Acesso em: mai. 2018.
- ARRIBAS, I. *et al.* The Inclusion of Socially Irresponsible Companies in Sustainable Stock Indices. **Sustainability**, v. 11, n. 7, 2019.
- AZAPAGIC, A. Systems approach to corporate sustainability: a general management framework. **Process Safety and Environmental Protection**, v.81, n. 5, p. 303-316, 2003.
- AZAPAGIC, A. Developing a framework for sustainable development indicators for the mining and minerals industry. **Journal of cleaner production**, v. 12, n. 6, p.639-662, 2004.
- B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2019. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: jun. 2019.

BALMER, J. M. T.; GREYSER, S. A. Corporate marketing: Integrating corporate identity, corporate branding, corporate communications, corporate image and corporate reputation. **European Journal of Marketing**, v. 40, n. 7-8, p. 730-741, 2007.

BALMER, J. M. T.; STUART, H.; GREYSER, S. A. Aligning identity and strategy: Corporate branding in British Airways in the late 20th century. **California Management Review**, v. 51, n. 3, p. 6-23, 2009.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; MARCON, R. Heterogeneidade do Desempenho de Empresas em Ambientes Turbulentos. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 2, p.34-43, 2006

BANSAL P. Evolving sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic Management Journal**, v. 26, n. 3, p. 197-218, 2005.

BANSAL, P., ROTH, K. Why companies go green. A model ecological responsiveness. **The Academy of Management Journal**, v. 43, n. 4, p. 717-737, 2000.

BARAKAT, S. R. *et al.* Associação entre desempenho econômico e índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo. **Gestão & Regionalidade (Online)**, v. 32, n. 95, p. 127-142, 2016.

BARAKAT, S. R.; POLO, E. F. Implicações Estratégicas da Responsabilidade Social Corporativa. **Revista Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 37-52, 2016.

BARBIER, E. B. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 2, p. 101-110, 1987.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability. **International Journal of Social Sciences**, v. 3, n. 2, 2014.

BARBOSA, P. R. A. **Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições70, 2006.

BARKEMEYER, R. *et al.* What Happened to the “Development” in Sustainable Development? Business Guidelines Two Decades after Brundtland. **Sustainable Development**, v. 22, n. 1, p. 15-32, 2014.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BAUMGARTNER R. J, EBNER D. Corporate sustainability strategies: Sustainability profiles and maturity levels. **Sustainable Development**, v. 18, n. 2, p. 76-89, 2010.

BEATO, R. S.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. S. Rentabilidade dos índices de sustentabilidade empresarial em bolsas de valores: um estudo do ISE/Bovespa. **RAI-revista de administração e inovação**, São Paulo, SP, v. 6, n. 3, p. 108-127, 2009.

BERNSTEIN, D. Rhetoric and reputation: Some thoughts on corporate dissonance. **Management Decision**, v. 47, n. 4, p. 603-615, 2009.

BERRY, T. C.; JUNKUS, J. C. Socially responsible investing: An investor perspective. **Journal of business ethics**, v. 112, n. 4, p. 707-720, 2013.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BOIRAL, o. Global warming: should companies adopt a proactive strategy? **Long Range Planning**, v. 39, n. 3, p. 315-330, 2006.

BOTELHO, K. T. *et al.* Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: Um estudo Exploratório. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 104-116, jul./dez. 2015.

BORIM-DE-SOUZA, R. **O alinhamento entre sustentabilidade e competências em contexto organizacional**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Maringá (UEM) / Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2010.

BRUNDTLAND, G. H. Our common future – Call for action. Environmental Conservation. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 4, p. 291-294, 1987.

CARRIERI, A. P.; SILVA, A. R. L.; PIMENTEL, T. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 1-16, 2009.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, Nova York, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

CARROLL, A. B. The four faces of corporate citizenship. **Business and society review**, v. 100, n. 101, p. 1-7, 1998.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, p.195-225, jun. 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CERETTA, Paulo Sérgio et al. Desempenho financeiro e a questão dos investimentos sócio-ambientais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 3, p. 72-84, 2009.

CHATTERJI, A. *et al.* Do ratings of firms converge? Implications for managers, investors and strategy researchers. **Strategic Management Journal**, v. 37, n. 8, p. 1597-1614, ago. 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CORREA, C. M. *et al.* A Relação do Greenwashing com a Reputação da Marca e a Desconfiança do Consumidor. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 4, p. 590-602, 2018.

DAWKINS, C.; FRAAS, J. W. Ficando limpo: o impacto do desempenho ambiental e da visibilidade na divulgação das mudanças climáticas corporativas. **Revista de ética nos negócios**, v. 100, n. 2, p. 303-322, 2011.

DE DEUS RIBEIRO, A.; FUNCHAL, B. Fatores Determinantes na Incorporação das Organizações ao ISE. **BASE**, v. 15, n. 1, p. 31-41, 2018.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimizing effect of social an environmental disclosures - a theoretical foundation. **Accounting, Auditing an Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DELAI, I. **Uma proposta de modelo de referência para a mensuração da sustentabilidade corporativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, Brasil, 2006.

DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 1, p. 19-40, 2008

DELMAS, M. A.; TERLAAK, A. K. A framework for analyzing environmental voluntary agreements. **California management review**, v. 43, n. 3, p. 44-63, 2001.

DELMAS, M. A.; TOFFEL, M. W. Organizational responses to environmental demands: Opening the black box. **Strategic Management Journal**, v. 29, n. 10, p. 1027-1055, 2008.

DEMO, P. **Pesquisa participante: Mito e Realidade**. Brasília: UNB/INEP, 1982.

DEMO, P. **Praticar Ciência: Metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, B. G. **Sustentabilidade nas organizações**: uma proposta de gestão a partir das inter-relações entre estratégia, competências organizacionais e competências humanas. 2017. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAVIS, K. O argumento a favor e contra a assunção comercial de responsabilidades sociais. **Revista Academy of Management**, v. 16, n. 2, p. 312-322, 1973.

DOMENICO, D. D.; TORMEM, L; MAZZIONI, S. Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49, p. 84-100, 2017.

DONADONE, J. C. **Análise de contingências de orientações e auto-orientações em intervenções clínicas comportamentais**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

DOVERS, S. R. Sustainability: Demands on Policy. **Jornal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.

DUIT, A.; FEINDT, P. H.; MEADOWCROFT, J. Greening Leviathan: the rise of the environmental state? **Environmental Politics**, v. 25, n. 1, p. 1-23, 2016.

DUTRA, J. S. **Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna**. 1 ed. 4. reimpr. São Paulos: Atlas, 2007.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002.

EASTERLING, D.; KENWORTHY, A.; NEMZOFF, R. The greening of advertising: A twenty-five year look at environmental advertising. **Journal of Marketing Theory & Practice**, v. 4, n. 1, p. 20-33, 1996.

ECHEGARAY, F. Pra que servem os indicadores de sustentabilidade? **Ideia Sustentável**, São Paulo, p. 50-51, dez. 2012.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford: Capstone Publishing, 1997.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2012.

ELKINGTON, J. The link between accountability and sustainability – theory put into practice. In: Conference on the Practice of Social Reporting for Business, Londres. **Anais [...]**. Londres, 1999.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.2, p. 90-100, 1994.

EPSTEIN, M. J.; ROY, M-J. Strategic evaluation of environmental projects in SMEs. **Environmental Quality Management**, v. 9, n. 3, p. 37-47, 2000.

EUGÊNIO, T. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 102-118, jan./mar., 2010.

ETHOS. **Sobre o instituto**. 2019. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto>>. Acesso em: nov. 2018.

EXAME. **As 24 empresas que formam a eco elite do índice dow Jones**. Exame, 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/as-24-empresas-que-formam-a-eco-elite-do-indice-dow-jones/>>. Acesso em: out. 2018.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAVARO, L. C.; ROVER, S. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): a associação entre os indicadores econômico-financeiros e as empresas que compõem a carteira. **Contabilometria**, Monte Carmelo, v. 1, n. 1, p. 39-55, 2014.

FEIL, A. A. SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, v. 3, p. 667-681, 2017.

FERNANDES, A. R. J.; FONSECA, S. E.; CUNHA, C. L. Responsabilidade Social e Influências sobre Retornos de Cotações: Um Estudo Acerca do Desempenho de Índices de Sustentabilidade. **Revista Administração em Diálogo**, v. 20, n. 1, p. 25-39, 2018.

FERREIRA, J. S.; ROVER, S.; VICENTE, E. F. R. Índice de sustentabilidade empresarial: porque as empresas deixam de participar? **Contabilometria**, v. 5, n. 2, p. 89-107, 2018.

FLAMMER, C. Does Corporate Social Responsibility Lead to Superior Financial Performance? A Regression Discontinuity Approach. **Corporate Sustainability**, jan. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Vale sai do índice de sustentabilidade da bolsa após tragédia em MG**. Folha de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1711320-vale-sai-do-indice-de-sustentabilidade-da-bolsa-apos-tragedia-em-mg.shtml>>. Acesso em: out. 2018.

FOMBRUN, C.; SHANLEY, M. O que há em um nome? Construção de reputação e estratégia corporativa. **Academy of management Journal**, v. 33, n. 2, p. 233-258, 1990.

FORTANIER, F.; KOLK, A.; PINKSE, J. Harmonization in CSR Reporting MNEs and Global CSR Standards. **Management International Review**, v. 51, n. 5, p. 665-696, 2001.

FOWLER, S. J.; HOPE, C. J. A Critical Review of Sustainable Business Indices and their Impact. **Journal of Business Ethics**, v. 76, n. 3, p. 243-252, dez. 2007.

FREEMAN, R. E. *et al.* **Stakeholder Theory: The State of the Art**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. **New York Magazine**, Nova York, v. 33, p. 122-126, 1970.

FTSE Russell. **FTSE4Good Index Series**. 2019. Disponível em: <<https://www.ftserussell.com/products/indices/ftse4good>>. Acesso em: maio 2019.

FTSE Russell. **Index Overview FTSE4Good Index Series**. 2018. Disponível em: <<https://research.ftserussell.com/products/downloads/FTSE4Good-brochure.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

FURUKAWA, K.; BALMER, J. M. T.; GRAY, E. R. Mapping the interface between corporate identity, ethics and corporate responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 76, n. 1, p. 1-5, 2007.

FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C.; PEDREIRA, M. L. G. Avaliação de ações ecologicamente sustentáveis no processo de medicação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 1, p. 23-29, 2016.

GARCIA, A. S.; ORSATO, R. J. Índices de sustentabilidade empresarial: porque participar? In: ENANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIFEI, 2013.

GINSBERG, J. M.; BLOOM, P. N. Choosing the right green marketing strategy. **MIT Sloan Management Review**, v. 46, n.1, p. 79-85, 2004.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T-S. Mudando paradigmas para o desenvolvimento sustentável: implicações para a teoria e a pesquisa em gestão. **Academy of management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **About GRI**. 2019. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>>. Acesso em: nov. 2018.

GODOY, A. S. Estudo de Caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, 133 R.; SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 403-428.

GOEDE, M. **Virtue, fortune and faith: a genealogy of €finance**. Newcastle University, 2001.

GOMES JÚNIOR, S. F.; RAELI, A. As Vantagens da Sustentabilidade Empresarial. **Revista Ingepro: Inovação, Gestão e Produção**, v. 2, n. 8, p. 63-71, 2010.

GUERARD, J. B. Additional Evidence on the Cost of Being Socially Responsible In Investing. **The Journal of Investing**, v. 6, n. 4, p. 31-36, 1997.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando valor sustentável. **RAE Executivo**, v. 3, n. 2, p. 65-79, 2004.

HOFFMAN, A. J.; WOODY, J. G. **Alterações climáticas: qual é a sua estratégia de negócios?** Harvard Business Press, 2008.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

HYNDS, E. J. *et al.* A maturity model for sustainability in new product development. **Research-Technology Management**, v. 57, n. 1, p. 50-57, 2014.

HUBBARD, G. Measuring Organizational Performance: Beyond the Triple Bottom Line. **Business Strategy and the Environment**, v. 19, p. 177-191, 2009.

IISD. **Sustainable Development Timeline**. Disponível em: <https://www.iisd.org/pdf/2012/sd_timeline_2012.pdf>. Acesso em: out. 2018.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). **Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2015. Disponível em: <<http://www.b3.com.br/data/files/B2/F2/C9/24/98E615107623A41592D828A8/ISE-Metodologia-pt-br.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

ISTO É. **Conheça a Samarco mineradora por trás da tragédia de Mariana**. ISTOÉ Dinheiro, 2015. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20151106/conheca-samarco-mineradora-por-tras-tragedia-mariana/315358>>. Acesso em: out. 2018.

JACOBI, P. Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

JAIN, M.; SHARMA, G. D.; SRIVASTAVA, M. Can Sustainable Investment Yield Better Financial Returns: A Comparative Study of ESG Indices and MSCI Indices. **Risks**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2019.

JAMALI, D. Insights sobre a integração da linha de base tripla da perspectiva da organização de aprendizado. **Revista de Gerenciamento de Processos de Negócios**, v. 12, n. 6, p. 809-821, 2006.

JOSEPH, G.; CARIDADE, A.; IGARI, A. Índices de Sustentabilidade do Mercado Financeiro e o Desenvolvimento de Ativos Corporativos. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA, 18, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2016.

KATZ, D.; KAHN, R. L. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1978.

KING, A. A.; LENOX, M. J. Auto-regulação da indústria sem sanções: o programa de cuidados responsáveis da indústria química. **Revista Academy of Management**, v. 43, n. 4, p. 698-716, 2000.

KEMERICH, P. D. C.; RITTER, L. G.; BORBA, W. F. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: MÉTODOS E APLICAÇÕES. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 4, p. 3718-3722, nov. 2014.

KINDER, P., LYDENBERG, S.; DOMINI, A. **Investir para o bem: ganhar dinheiro sendo socialmente responsável**. Nova Iorque: Harper Collins, 1993.

KINDER, P.-LYNDERBERG, S.; DOMINI, A. **O Almanaque de Investimento Social: Um Guia Abrangente para a Responsabilidade Social**. 1992.

KNOWLEDGE ECONOMY INDICATORS (KEI). **Workpackage 8 An Overview of the KEI Achievements**. 2008. Disponível em: <http://cordis.europa.eu/docs/publications/1248/124857211-6_en.pdf>. Acesso em: out. 2018.

KOCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

KRAEMER, M. E. P. A Contabilidade Rumo à Pós-Modernidade: Um Futuro Sustentável, Responsável e Transparente. In: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, 2003, Gramado (RS). **Anais [...]**. Gramado, 2003.

KRAJNC, D. GLAVIČ, P.; A model for integrated assessment of sustainable development. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 43, n. 2, p.189-208, 2005.

KUHN, T. A communicative theory of the firm: Developing an alternative perspective on intra-organizational power and stakeholder relationship. **Organization Studies**, v. 29, n. 8/9, p. 1227-1254, 2008.

LAU, C. L. L.; BERGMAN, Z.; BERGMAN, M. M. Environmental Protection and Corporate Responsibility: The Perspectives of Senior Managers and CxOs in China. **Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 1-17, jul. 2019.

LAUFER, W. Social Accountability and Corporate Greenwashing. **Journal of Business Ethics**, v. 43, n. 3, p. 253-261, 2003.

LAVILLE, É. **A empresa verde**. São Paulo: ÕTE, 2009.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: Edusc, 2005.

LÉLÉ, S. Rethinking sustainable development. **Current History**, v. 112, n. 757, p. 311-316, 2013.

LINDSEY, T. C. Sustainable principles: common values for achieving sustainability. **Journal Cleaner Production**, v. 19, n. 5, p. 561-65, 2011.

LOPES, L. M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2016.

LÓPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable development and corporate performance: a study based on the Dow Jones Sustainability Index. **Journal of Business Ethics**, v. 75, p. 285-300, 2007.

LÓPEZ-GAMERO, M. D.; MOLINA-AZORÍN, J. F.; CLAVER-CORTÉS, E.. Incerteza ambiental e percepção da gestão ambiental: um estudo de caso múltiplo. **Journal of Business Research**, v. 64, n. 4, p. 427-435, 2011.

LUCAS, N. G. T. C; GUEIROS, S. T. **A Sustentabilidade Empresarial através de Atributos de Desempenho: Indicadores e Recomendações para os Investidores do Século XXI**. Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2013.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; CORRAR, L. J. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 2, p. 24-38, 2009.

MADRAKHIMOVA, F. S. Evolution of the concept and definition of corporate social responsibility. **Global Conference on Business and Finance Proceedings**, v. 8, n. 2, p. 113-117, 2013.

MARTINS, A. S. R. *et al.* O balanço social como instrumento para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 49-70, 2013.

MCGUIRE, J. B.; SUNDGREN, A.; SCHNEEWEIS, T. Corporate social responsibility and firm financial performance. **Academy of management Journal**, v. 31, n. 4, p. 854-872, 1988.

MEADOWS, D. L. *et al.* **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MELO, R A; MANHÃES, J V P; MACEDO, M A S. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo sob a ótica do Índice de Sharpe. **Revista Economia & Gestão, Belo Horizonte**, v. 12, n. 28, p. 75-104, ago. 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MITCHELL, B. (Editor). **Resource and Environmental Management in Canada: Addressing Conflict and Uncertainty**. 3. ed. Toronto, Canada: Oxford University Press, 2004.

MOON, S.; DE LEON, P. Contexts and Corporate Voluntary Environmental behaviors. **Organization & Environment, Colorado** – EUA, v. 20, n. 4, p. 480-496, Dec. 2007.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v.15, p. 731-747, ago. 2011.

MSCI. **MSCI KLD 400 Social Index**. 2019. Disponível em: <<https://www.msci.com/msci-kld-400-social-index>>. Acesso em: out. 2018.

MUNCK, L. **Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências**. São Paulo: CENGAGE, 2013.

MUNCK, L. Gestão da sustentabilidade em contexto organizacional: Integrando sensemaking, narrativas e processo decisório estratégico. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 521-538, 2015.

MUNCK, L.; BANSI, A. C.; GALLELI, B. Sustentabilidade em Contexto Organizacional: uma análise comparativa de modelos que propõem trajetórias para sua gestão. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 91-110, abr. 2016.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **REBRAE-Revista Brasileira de Estratégia**, v. 2, n. 2, p. 185-202, 2009.

MUNCK, L.; MUNCK, M. G. M.; BORIM-DE-SOUZA, R. Sustentabilidade Organizacional: a proposição de uma *framework* representativa do agir competente para seu acontecimento. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 147-158, 2011.

MUNCK, L. *et al.* Em busca da sustentabilidade organizacional: a proposição de um framework. **Revista Alcance**, v. 20, n. 4, p. 460-477, 2013.

NAKAI, M.; YAMAGUCHI, K.; TAKEUCHI, K. Sustainability membership and stock price: Na empirical study using the morningstar SRI index. **Applied Financial Economics**, v. 23, n. 1, p. 71-77, 2013.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NOBRE, F. S.; RIBEIRO, R. E. M. Cognição e sustentabilidade: estudo de casos múltiplos no índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 4, p. 499-517, 2013.

NOGUEIRA, C. M. da S.; GOMES, A. C. C. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) sob a perspectiva do Retorno Ajustado ao Risco: sustentabilidade gera retorno. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 131, p. 89-96, 2012.

NUNES, J. G. *et al.* Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&F Bovespa de sustentabilidade empresarial. **Revista Base (Administração e Contabilidade) Da UNISINOS**, v. 7, n. 4, p. 328-340, 2010.

NYILASY, G.; GANGADHARBATLA, H.; PALADINO, A. Perceived Greenwashing: The Interactive Effects of Green Advertising and Corporate Environmental Performance on Consumer Reactions. **Journal of Business Ethics**, v. 125, n. 4, p. 693-707, 2014.

O GLOBO. **Dow Jones retira Volks de seu índice de sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/dow-jones-retira-volks-de-seu-indice-de-sustentabilidade-17636789>>. Acesso em: out. 2018.

OBERNDORFER, U.; WAGNER, M.; ZIEGLER, A. Does the stock market value the inclusion in a sustainability stock index? An event study analysis for German firms. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 66, n. 3, p. 497-509, 2011.

ORSATO, R. J. Quando vale ser verde? In: _____. **Estratégias de Sustentabilidade**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009. p. 3-22.

ORSATO, R. J., WELLS, P. The automobile industry & sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, n. 11, p. 989-993, 2007.

ORSATO, R. J. *et al.* **Sustentabilidade**: Por que as empresas aderem a índices de sustentabilidade. Anuário de Pesquisa GVPesquisa, 2013.

ORSATO, R. J. *et al.* Sustainability indexes: why join in? A study of the 'Corporate Sustainability Index (ISE)' in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, v. 96, p. 161-170, 2015.

PARGUEL, B.; BENÔIT-MOREAU, F.; LARCENEUX, F. How Sustainability Ratings Might Deter "Greenwashing": A Closer Look at Ethical Corporate Communication. **Journal of Business Ethics**, v. 102, v. 1, ago. 2011.

PARRIS, T. M.; KATES, R. W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 28, n. 1, p.559-586, 2003.

PIERRI, Naína. **El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable**. 2001.

PEREZ, O. The Green Economy Paradox: A Critical Inquiry into Sustainability Indexes. **Minnesota Journal of Law, Science & Technology**, v. 17, n. 1, p. 153-219, 2016.

POLONSKY, M. J. An Introduction to Green Marketing. **Electronic Green Journal**, v. 1, n. 2, 1994

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011.

PRUGH, T.; ASSADOURIAN, E. What is sustainability, anyway? **World Watch**, v. 16, n. 5, p. 10-21, 2003.

RAMCHANDER, S.; SCHWEBACH, R. G.; STAKING, K. I. M. The informational relevance of corporate social responsibility: Evidence from DS400 index reconstitutions. **Strategic Management Journal**, v. 33, n. 3, p. 303-314, 2012.

REDCLIFT, M. Desenvolvimento sustentável (1987-2005): um oxímoro atinge a maioria. **Desenvolvimento sustentável**, v. 13, n. 4, p. 212-227, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROBECOSAM. **RobecoSAM CSA: Benefits of Participation**. 2017. Disponível em: <https://www.robecosam.com/media/8/1/7/81726d02d3da96cadbb62d681fe06dc6_csa-benefits-of-participation_tcm1016-14469.pdf>. Acesso em: out. 2018.

ROBECOSAM. **Site Institucional**. 2019. Disponível em: <<https://www.robecosam.com/en/>>. Acesso em: out. 2018.

ROBERTS, P. W.; DOWLING, G. R. Corporate reputation and sustained superior financial performance. **Strategic management journal**, v. 23, n. 12, p. 1077-1093, 2002.

ROBINS, F. The Challenge of TBL: A Responsibility to Whom? **Business and Society Review**, v. 111, n. 1, p. 1-14. 2006.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**. n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SADOVSKA, V. **Corporate sustainability standards**. 2016.

SAM. **DSJI/CSA Annual Review**. 2018. Disponível em: <<https://www.robecosam.com/csa/csa-resources/djsi-csa-annual-review.html>>. Acesso em: out. 2018.

SAM. **DSJI index Family**. 2019. Disponível em: <<https://www.robecosam.com/csa/indices/djsi-index-family.html>>. Acesso em: abr. 2019.

SAMARCO. **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras**. 2014a. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-da-Administra-o-e-Demonstra-es-Financeiras.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2014**. 2014b. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

SANTOS, J. R. ANUNCIACÃO, P. F. SVIRINA, A. A tool to measure organizational sustainability strength. **Journal of Business Management**, n. 7, p. 105-117, 2013.

SANTOS, C. A. dos; TOMIO, M. Fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas de energia e papel e celulose brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 20, 2016, Fortaleza. **Anais [...]**, CBC, Fortaleza, 2016, p. 1-14.

SARTORE, M. S. A construção social do mercado de investimento socialmente responsável (ISR) no Brasil: o papel do índice de sustentabilidade. **Passages de Paris (APEB-Fr)**, v. Esp., p. 2, 2008.

SARTORE, M. S. A sociologia dos índices de sustentabilidade. **Tempo Social (USP. Impresso)**, v. 24, p. 169-187, 2012.

SARTORE, M. S. A difusão do Investimento Sustentável: reflexões a partir da Iniciativa para a Bolsa de Valores Sustentável. **Política & Sociedade (Online)**, v. 15, p. 193-217, 2016.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 01-22, 2014.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving**. San Francisco: John Wiley & Sons Inc., 2007.

SEN, S.; BHATTACHARYA; C.B. Does Doing Good Always Lead to Doing Better? Consumer Reactions to Corporate Social Responsibility. **Journal of Marketing Research**, v. 38, n. 2, p. 225-244, 2001.

SERRA, R. G.; FELSBURG, A. V.; FÁVERO, L. P. Dez Anos do ISE: Uma Análise do Risco-Retorno **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 29-47, 2017.

SEARCY, C.; ELKHAWAS, D. Corporate sustainability ratings: an investigation into how corporations use the Dow Jones Sustainability Index. **Journal of Cleaner Production**, v. 35, p.79-92, 2012.

SIANO, A. *et al.* "More than words": Expanding the taxonomy of greenwashing after the Volkswagen scandal. **Journal of Business Research**, v. 71, p. 27-37, 2017.

SILVA, E. *et al* Análise comparativa de rentabilidade: um estudo sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 22, n. 4, p. 743-754, dez. 2015.

SILVA, G. R. da; COSTA, F. M. da. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, Ceará, v. 23, n. 1, p. 103-127, 2017.

SILVEIRA, M. A. Strategic management of innovation towards sustainable development of brazilian electronic. **Journal Technology Management & innovation**, v. 8, special issue, p. 174-186, 2013.

SHIU, Y.; YANG, S. Does engagement in corporate social responsibility provide strategic insurance-like effects? **Strategic Management Journal**, v. 38, n. 2, p. 455-470, 2017.

SLAGER, R. **The FTSE4GOOD index: engagement and impact**. International Centre for Corporate Social Responsibility. University of Nottingham. 2012.

SMITH, N. Corporate Social Responsibility: Not Whether, But How. **California Management Review**, v. 45, p. 52-76, 2003.

SMITH, P. A. C. SHARICZ, C. The shift needed for sustainability. **The Leaning Organization**, v. 18, n. 1, p. 73-86, 2011.

SOLOW, R. M. Intergenerational Equity and Exhaustible Resources. **The Review of Economic Studies**, n. 41, p. 29-45, 1974.

SRIDHAR, K.; JONES, G. The three fundamental criticisms of the Triple Bottom Line approach: an empirical study to link sustainability reports in companies based in the Asia-Pacific region and TBL shortcomings. **Asian Journal of Business Ethics**, v. 2, n. 1, p. 91-111, jan. 2013.

STEURER, R. *et al*. Corporations, stakeholders and sustainable development: A theoretical exploration of business-society relations. **Journal of Business Ethics**, v. 61, n. 3, p. 263-281, 2005.

STROBEL, J. S. **Modelo para mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC, Brasil, 2005.

TAMAYO, A. Valores organizacionais. In: A. TAMAYO, J. E.; *et al*. (Orgs.). **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1996, p. 175-193.

VALE. **Vale integra pelo quarto ano consecutivo Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa**. VALE, 2013. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-integra-pelo-quarto-ano-consecutivo-indice-de-sustentabilidade-empresarial-da-bovespa.aspx>>. Acesso em: out. 2018.

VALENTE, M. Theorizing firm adaption of sustaincentrism. **Organization Studies**, v. 33, n. 4, p. 563-591, 2012.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and Corporate Sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, n. 2-3, p. 95-105, 2003.

VAN MARREWIJK, M.; WERRE, M. Multiple levels of Corporate Sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 44, n. 2-3, p. 107-119, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6º. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VILANOVA, M.; LOZANO, J.; ARENAS, D. Exploring the Nature of the Relationship Between CSR and Competitiveness. **Journal of Business Ethics**, v. 87, sup. 1, p. 57-69, 2009.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 470-491, set. 2012.

VITAL, J. T. *et al.* A Influência da Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Desempenho Financeiro das Empresas. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 24, p. 11-40, 2009.

VOS, R. O. Defining sustainability: a conceptual Orientation. **Journal of Chemical Technology and Biotechnology**, v. 82, n. 4, p. 334-339, abr. 2007.

WADDOCK, S. A.; GRAVES, S. B. The Corporate Social Performance-Financial Performance Link. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 4, p. 303-319, 1997.

WANG, L.; LIN, L. A methodological framework for the triple bottom line accounting and management of industry enterprises. **International Journal of Production Research**, v. 45, n. 5, p. 1063-1088, 2007.

WCED. WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future** (the Brundtland report). Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZAGO, A. P. P.; JABBOUR, C. J. C.; BRUHN, N. C. P. Sustentabilidade corporativa e criação de valor: o caso do "Dow Jones Sustainability Index". **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 531-544, set. 2018.

ZAJDENWEBER, D. Valeurs extrêmes des sinistres climatiques. **ASSURANCES-MONTREAL**, v. 69, n. 1, p. 33-60, 2001.

ZIEGLER, A.; SCHRODER, M. What determines the inclusion in a sustainability stock index? A panel data analysis for European firms. **Ecological Economics**, Amsterda, The Netherlands, v. 69, n. 4, p. 848-856, 2010.

ZIKMUND, W.G. **Princípios da pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2006.